

# ESTRATÉGIA

BRUNO CARDOSO REIS ENSAIO EM TORNO DE UMA CULTURA ESTRATÉGICA PORTUGUESA ANTÓNIO PAULO DUARTE ESTRATÉGIA: ORIGEM E FUNDAMENTO ANTÓNIO HORTA FERNANDES A ESTRATÉGIA COMO RAZÃO DAS VÍTIMAS E DOS VENCIDOS ABEL CABRAL COUTO A VIRAGEM CIVILIZACIONAL EM CURSO: ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS ESTRATÉGICAS JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS A ERA DA INFORMAÇÃO: O PARAÍSO DA ESTRATÉGIA E DOS AMBIENTES DE CAOS FELIPE PATHÉ DUARTE A CRIATIVIDADE ESTRATÉGICA DA *AL-QAEDA* JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES O USO DA ESTRATÉGIA MILITAR NA COMPETIÇÃO EMPRESARIAL CARLOS GERVÁSIO BRANCO O CONCEITO ESTRATÉGICO E O MODELO POLICIAL

# ESTRATÉGIA

BRUNO CARDOSO REIS ENSAIO EM TORNO DE UMA CULTURA ESTRATÉGICA  
PORTUGUESA ANTÓNIO PAULO DUARTE ESTRATÉGIA: ORIGEM E FUNDAMENTO  
ANTÓNIO HORTA FERNANDES A ESTRATÉGIA COMO RAZÃO DAS VÍTIMAS E DOS VENCIDOS  
ABEL CABRAL COUTO A VIRAGEM CIVILIZACIONAL EM CURSO: ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS  
ESTRATÉGICAS JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS A ERA DA INFORMAÇÃO: O PARAÍSO  
DA ESTRATÉGIA E DOS AMBIENTES DE CAOS FELIPE PATHÉ DUARTE A CRIATIVIDADE  
ESTRATÉGICA DA *AL-QAEDA* JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES O USO DA ESTRATÉGIA MILITAR  
NA COMPETIÇÃO EMPRESARIAL CARLOS GERVÁSIO BRANCO O CONCEITO ESTRATÉGICO  
E O MODELO POLICIAL

## NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

---

### **Diretor**

Vitor Rodrigues Viana

---

### **Coordenador Editorial**

Alexandre Carriço

---

### **Conselho Editorial**

Alexandre Carriço, António Horta Fernandes, António Paulo Duarte, António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Bruno Cardoso Reis, Carlos Mendes Dias, Daniel Pinéu, Francisco Proença Garcia, Isabel Ferreira Nunes, João Vieira Borges, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Freire Nogueira, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria do Céu Pinto, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Paulo Viegas Nunes, Raquel Freire, Rui Mora de Oliveira, Sandra Balão, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

---

### **Conselho Consultivo**

Abel Cabral Couto, António Martins da Cruz, António Vitorino, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, José Medeiros Ferreira, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

---

### **Conselho Consultivo Internacional**

Bertrand Badie, Christopher Dandeker, Christopher Hill, George Modelski, Josef Joffe, Jurgen Brauer, Ken Booth, Lawrence Freedman, Robert Kennedy, Todd Sandler, Zbigniew Brzezinski.

---

### **Antigos Coordenadores Editoriais**

1983/1991 – Amadeu Silva Carvalho. 1992/1996 – Artur Baptista dos Santos. 1997/1999 – Nuno Mira Vaz. 2000/2002 – Isabel Ferreira Nunes. 2003/2006 – António Horta Fernandes. 2006/2008 – Isabel Ferreira Nunes. 2009/2010 – João Vieira Borges.

---

### **Núcleo de Edições**

Cristina Cardoso e António Baranita

### **Colaboração**

Lúisa Nunes

### **Capa**

Nuno Fonseca/nfdesign

---

### **Normas de Colaboração e Assinaturas**

Consultar final da revista

---

### **Propriedade e Edição**

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

### **Composição, Impressão e Distribuição**

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700

E-mail: [editorial.apoiocliente@incm.pt](mailto:editorial.apoiocliente@incm.pt)

[www.incм.pt](http://www.incм.pt)

---

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 1 000 exemplares

Anotado na ERC

---

***O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores***

<b>Editorial</b>	5
<i>Vitor Rodrigues Viana</i>	
<b>Estratégia</b>	
Ensaio em Torno de uma Cultura Estratégica Portuguesa	9
<i>Bruno Cardoso Reis</i>	
Estratégia: Origem e Fundamento	34
<i>António Paulo Duarte</i>	
Todos Somos Mulheres: A Estratégia como Razão das Vítimas e dos Vencidos	66
<i>António Horta Fernandes</i>	
A Viragem Civilizacional em Curso: Algumas Consequências Estratégicas	107
<i>Abel Cabral Couto</i>	
A Era da Informação: O Paraíso da Estratégia e dos Ambientes de Caos	153
<i>José Alberto Loureiro dos Santos</i>	
A Criatividade Estratégica da <i>al-Qaeda</i>	158
<i>Felipe Pathé Duarte</i>	
Jogos de Guerra: o Uso da Estratégia Militar na Competição Empresarial	180
<i>José Pedro Teixeira Fernandes</i>	
O Conceito Estratégico e o Modelo Policial	202
<i>Carlos Manuel Gervásio Branco</i>	
<b>Extra Dossiê</b>	
Uma Reflexão sobre a Reforma do Estado	224
<i>António Barreto</i>	
Segurança Energética na CPLP: um Imperativo Estratégico	234
<i>Ruben Eiras</i>	
A Relevância Geoestratégica da Turquia para a Segurança Energética da União Europeia: O Caso do Gás Natural	253
<i>Graça Ermida e José Pedro Teixeira Fernandes</i>	
<i>El Nocimiento Geopolítico</i> de José Marini e a Geopolítica Clássica Revisitada: O Conceito de Geopolítica, o seu Objeto e Método de Estudo	277
<i>Marisa Fernandes</i>	



A Estratégia é, simultaneamente, uma ciência e uma arte: ciência no conhecimento e arte na aplicação.

Como refere o General Cabral Couto, a Estratégia enquanto uma das ciências informadoras da Política, “estabelece conceitos de ação, concebe doutrinas de preparação e de conduta da ação e indica à Política os tipos de meios e processos mais adequados para se atingirem os objetivos fixados pela Política e os recursos necessários para o efeito”.

O reconhecimento da importância da Estratégia levou mesmo a que muitos autores a considerem como um ramo da ciência política. O Professor Adriano Moreira entende-a como uma ciência auxiliar do estudo das relações internacionais e da política internacional, que de resto tem merecido acolhimento no contexto dos congressos nacionais e internacionais de Ciência Política.

Independentemente dos diferentes conceitos de estratégia que os diversos autores clássicos e contemporâneos têm formulado, parece consensual: que a sua finalidade é a consecução de objetivos políticos de uma determinada unidade política (ou organização), através do desenvolvimento e utilização das suas forças morais e materiais; que a sua execução estende-se a todos os setores de uma unidade política; que o seu papel é permanente, pelo menos enquanto elemento informador da Política. No fundo, a Estratégia é um instrumento essencial ao serviço das inteligências e das vontades políticas.

Em Portugal têm sido publicados vários estudos sobre esta temática, indo desde a dimensão exclusivamente concetual à dimensão empírica da estratégia, existindo um número não muito amplo – mas relevante – de especialistas com pensamento próprio que questionam alguns dos preceitos do *mainstream* internacional dos estudos estratégicos.

Tendo em consideração que Portugal dispõe de um corpo identificável de militares, académicos e investigadores dedicados à teorização e aplicação da estratégia nas suas diversas dimensões e tipos, a revista *Nação e Defesa* não pode deixar de refletir, ciclicamente, o tema e a disciplina da Estratégia. É o que se faz no presente número, o último de 2013, justamente o ano em que foi aprovado o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, para o qual muito contribuíram alguns dos que aqui colaboram.

Nesse sentido, optou-se por pedir a colaboração de dois autores nacionais de referência neste domínio disciplinar: os Generais Cabral Couto e Loureiro dos Santos. Paralelamente, foi lançado um *call for papers*, a partir do qual foi selecionada a maioria dos contributos escritos que aqui reunimos. Trata-se de artigos que abordam uma ou mais áreas da estratégia, desde a sua dimensão conceptual à sua dimensão empírica, da evolução histórica da Estratégia, ao pensamento estratégico, passando pela cultura estratégica e pelos novos desafios que ela enfrenta. Assim, colaboram também neste dossiê Bruno Cardoso Reis, António Paulo Duarte, António Horta Fernandes, Felipe Pathé Duarte, José Pedro Teixeira Fernandes e Carlos Manuel Gervásio Branco.

Na secção extra-dossiê releva-se a comunicação do Professor António Barreto, intitulada “Uma Reflexão sobre a Reforma do Estado”, efetuada aquando da sessão solene de abertura do ano académico de 2013-2014 do Instituto da Defesa Nacional, realizada em 6 de novembro. Trata-se, como é bom de ver, de um intelectual de créditos firmados e de um assunto da maior atualidade, para o qual o IDN tem contribuído e vai continuar a contribuir, quer através de relatórios e *policy papers*, quer por intermédio de iniciativas de divulgação que promovam o debate crítico e qualificado deste tema junto de vários setores da sociedade portuguesa.

Esta secção conta ainda com dois artigos sobre segurança energética, um de Ruben Eiras, sobre a CPLP, e outro de Graça Ermida e José Pedro Teixeira Fernandes, centrado na Turquia e União Europeia, e outro subordinado ao tema da geopolítica, assinado por Marisa Fernandes.

Vitor Rodrigues Viana

Estratégia



# Ensaio em Torno de uma Cultura Estratégica Portuguesa<sup>1</sup>

Bruno Cardoso Reis

ICS-ULL, King's College London. Membro do grupo de trabalho do IDN sobre fundamentos da estratégia nacional.

## Resumo

O que é a cultura estratégica? Será que a viragem cultural nos estudos de segurança a que se pode assistir nas últimas duas décadas faz sentido e pode ser aplicado de forma pertinente ao caso de Portugal? Iremos argumentar que sim. E para o demonstrar começaremos por procurar definir o que é e para que serve esta noção de cultura estratégica. Para depois defender que se a cultura estratégica pode mudar, porém, muda a custo, e é portanto natural para uma primeira avaliação da sua pertinência e desenho de um programa de pesquisa aplicada ao caso de Portugal comece por procurar detetar nos comportamentos, nas opções estratégicas de longo prazo traços definidores de uma cultura estratégica nacional informal, genérica, amplamente partilhada e de grande duração; a qual condicionou as percepções e preferências na prossecução dos interesses do Estado português, em particular quanto ao uso da força.

## Abstract

*What does strategic culture mean? Is the cultural turn in security studies in recent decades a positive development and can it be applied pertinently to research design adapted to the case of Portugal? I will argue the answer is yes. And to show it, i will define: What is strategic culture? What good can it do as a tool in research design? I will then go on to argue that while strategic culture is constructed and can therefore change, it is hard to change it, it is a long-term reality. It is therefore natural as a first step in evaluating the pertinence and advancing a preliminary research agenda to find out more about Portuguese strategic culture to point to long term strategic options that can give us significant clues as to the defining traits of an enduring, informal, generic, widely shared national strategic culture; that has conditioned the perceptions and preferences in the pursuit of the interest of the Portuguese state, first and foremost in the use of force to do so.*

---

1 Algum do trabalho de investigação na origem deste texto teve por base uma bolsa de doutoramento da FCT com fundos da UE no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

Este ensaio procura trazer a questão da cultura estratégica, que tem ganho uma importância crescente no campo dos estudos de segurança nas últimas décadas, para a discussão sobre estratégia em Portugal. Mais concretamente e em primeiro lugar procuraremos esclarecer o conceito de cultura estratégica à luz de obras e debates das últimas décadas. Procuraremos depois mostrar a utilidade analítica do conceito de cultura estratégica para analisar o caso português. Tendo em conta a natureza de longa duração – embora não imutável – da cultura estratégica, iremos procurar a partir de alguns comportamentos e opções estratégicas fundamentais, tanto quanto possível a partir de leituras relativamente consensuais, de alguns momentos cruciais da história da ação externa do Estado português, pistas para esboçar algumas características recorrentes da cultura estratégica portuguesa, demonstrando genericamente a sua utilidade como um instrumento analítico. O objetivo último deste texto é apontar algumas pistas, necessariamente e deliberadamente exploratórias, sobre a forma como este tema poderá ser abordado ao longo e a partir da história portuguesa. É importante esclarecer que não se pretende oferecer uma leitura fechada ou canónica. Trata-se, pelo contrário, de apresentar este tipo de abordagem e oferecer um teste preliminar para estimular o aprofundamento em investigações futuras.

Mas o que é, afinal, a cultura estratégica? Por que é que tem ganho tanta importância nos estudos de segurança? Como é que pode ser operacionalizada? Essas são as questões que iremos procurar responder na secção seguinte.

### **O Que é e Para Que Serve a Cultura Estratégica?**

Os estudos estratégicos dominantes a nível global não resistiram à viragem cultural no campo das ciências sociais em geral e das Relações Internacionais em particular. Por estudos dominantes nesta área entendemos sobretudo a produção de académicos em língua inglesa: seja pelo volume e impacto da sua produção; seja pelos recursos e multiplicidade das instituições académicas norte-americanas a eles dedicados; seja pelo impacto dos respetivos *think-tanks* na estratégia da principal potência militar mundial, os EUA. Este predomínio anglo-saxónico é admitido pelos próprios cultores de abordagens alternativas como Coutau-Bégarie (2001) ou críticos internos do que, por vezes, consideram um certo e paradoxal paroquialismo numa disciplina dedicada às questões internacionais, como Stanley Hoffmann (2001: 27-52).

Ken Booth (1979: 64) representa bem esta tendência crescente para uma abordagem cultural no campo dos estudos de segurança ao afirmar que esta área de análise tem de ter em conta que “a guerra é a continuação da cultura, tanto quanto da política” até para combater qualquer etnocentrismo. Parafraseando Clausewitz e Booth podemos dizer que cada vez mais há a noção de que é preciso estudar a

guerra como a continuação também da cultura, e não apenas da política, por meio da violência organizada.

É importante referir que este tipo de abordagem tem suscitado críticas e dúvidas. Por exemplo, a crítica de que não passa de uma moda; ou a dúvida sobre se a cultura de que se fala não será mais do que uma superestrutura ideológica a cobrir superficialmente o que realmente conta na estratégia, que é a infraestrutura material.

Quanto ao primeiro ponto é de notar que embora esta valorização da abordagem cultural à estratégia seja mais visível e evidentemente importante em anos mais recentes – tornando-se mesmo um elemento central da chamada escola Construtivista que tem ganho peso na disciplina das Relações Internacionais – não é exclusiva desta escola e tem origens diversas e bem mais antigas. Ou seja, se é uma moda, não é passageira, nem exclusiva de um grupo restrito de *par-venus*.

É particularmente significativo da pertinência e importância deste tipo de abordagem que as primeiras tentativas de adotar uma abordagem cultural à estratégia, no quadro intelectual anglo-saxónico contemporâneo, surjam na década de 1970, em plena Guerra Fria, e no quadro dos esforços para analisar e prevenir os riscos de uma guerra nuclear entre EUA e URSS. Ora os autores destes trabalhos pioneiros, a chamada primeira geração na abordagem culturalista às questões de segurança – Jack Snyder e Colin Gray – são representantes eminentes da abordagem realista à segurança internacional. E, no entanto, no contexto de vida ou de morte de um potencial conflito nuclear, que punha literalmente em questão a sobrevivência da humanidade, foram precisamente estes destacados autores realistas a considerarem indispensável ter em conta a dimensão cultural. Ou seja, consideraram necessário questionar e criticar teorias de escolha puramente racional em que assentavam os modelos de dissuasão mútua que procuravam ajudar à tomada da decisão relativamente à estratégia nuclear. E fazê-lo a partir da ideia de que a forma como russos, norte-americanos, chineses percecionavam o mundo, ou pensavam no uso da força, ou equacionavam um grande custo em número de vidas não era necessariamente idêntico, e iria refletir preferências tradicionais e experiências históricas específicas. Seguem-se no esboço tradicional desta corrente, mais duas vagas, uma mais ligada a teorias críticas da segurança como o já referido Ken Booth e Steve Smith em que a dimensão cultura serve sobretudo para apontar para as limitações etnocêntricas e de *bounded rationality* da estratégia. E uma terceira vaga, que recentemente vem conquistando um papel mais central e visível, dominada pela corrente Construtivista com nomes como Peter Katzenstein, que, além de editar um volume coletivo importante sobre este tema, teve o mérito de analisar a transformação radical da cultura estratégica da Alemanha, ou Theo Farrell, que além de desenhar uma agenda para os estudos

de segurança construtivistas, também a aplicou às especificidades da Irlanda, um Estado de pequena dimensão como Portugal.<sup>2</sup>

É ainda de assinalar que as críticas atuais mais substantivas e informadas da escola Realista a estas abordagens mais culturalistas e construtivistas às questões de segurança internacional tendem a situar-se ao nível não da sua rejeição total, mas apenas da sua delimitação a uma função complementar dos fatores mais tradicionais na análise estratégica, como a distribuição de poder material, em que tradicionalmente se foca o Realismo (Desch, 1998: 141-170 *maxime* 159-160).

A abordagem do autor do presente artigo às questões da segurança e da estratégia tende a ser, note-se, pluralista; ou seja a rejeitar uma abordagem monista, exclusivamente baseada numa escola filosófica ou teórica única. A complexidade deste tipo de temáticas não nos parece aconselhar essa restrição de pontos de vista *a priori*. As teorias devem estar ao serviço do conhecimento e da análise e não o contrário. Isto não exclui sublinhar que, precisamente para tornar este quadro analítico mais pluralista e mais eficaz, a dimensão cultural deve ser uma componente importante do mesmo.

Em Portugal, parece-nos que ainda não se tem atendido suficientemente ao que refere Peter Katzenstein (1996: 2, 4) a respeito da análise das “políticas de segurança” de que há “dois fatores determinantes geralmente subestimados” os quais estão intimamente ligados ao “contexto institucional cultural” e ao caráter “construído da identidade dos Estados”, ou seja quando se trata de pensar a formulação, num contexto adversativo e competitivo, das prioridades de ação de Estado, isso não poder ser feito em termos de uma racionalidade pura mas sim instrumental. Isso significa que há sempre um contexto cultural que condiciona as perceções e as preferências básicas que inevitavelmente influenciam previamente essas opções estratégicas e que importa não ignorar ou simplesmente condenar, mas perceber o melhor possível.

É verdade que não basta querer para poder. Não basta a vontade de fazer algo para se poder fazê-lo num quadro marcado pela fricção como é o da estratégica, como Clausewitz recordava, mesmo as coisas mais simples podem tornar-se complicadas nomeadamente por causa da complexidade dos meios necessários e o facto de terem de ser utilizados face a um adversário que ativamente procura dificultar a tarefa. Mas também é evidente que não basta haver poder material para se querer ou conseguir fazer algo. A vontade de efetivamente mobilizar os meios sempre muito significativos para usar com eficácia a força no campo internacional, e a capacidade de o fazer eficazmente e com legitimidade reconhecida, depende de tal corresponder ou não a preconceitos, preferências, tradições que constituem o

---

2 Cf. e.g. Alistair I. Johnston (1995: 32-64).

núcleo duro da cultura estratégica como Fareed Zakaria demonstrou exemplarmente, e até a partir de uma perspectiva realista, quanto aos EUA (Clausewitz, 1984; Zakaria, 1999).

A popularidade da tese do choque de civilizações da autoria de Samuel Huntington, muito influente desde a sua formulação em 1993, naquele que foi o artigo mais citado da *Foreign Affairs*, desde o texto de George Kennan que tinha definido a política de *containment* em 1947, é significativa de como esta viragem cultural na análise encontrou grande eco entre a opinião pública e os decisores. Embora esta tese de que no mundo pós Guerra Fria os grandes conflitos seriam entre blocos culturais e não ideológicos esteja longe de esgotar ou ser verdadeiramente representativa da riqueza desta abordagem cultural às questões de segurança. Por outras palavras, a tese de Huntington não é desprovida de interesse, mas tem algo de redutor e mecanicista. Redutor, porque a cultura manifesta-se a muitos níveis e não apenas ao nível das civilizações independentemente como estas forem definidas. E mecanicista, no sentido de que Huntington parece fazer crer que a diferença de culturas levará necessariamente à violência. Aliás, o próprio Huntington parece reconhecer alguns destes problemas e corrigir alguns excessos de mecanicismo e de concentração no nível civilizacional, sobretudo na revisão em livro dos seus argumentos.<sup>3</sup>

A grande visibilidade pública da ideia do Choque de Civilizações transformando o livro com o mesmo nome num campeão de vendas na categoria de ensaio a nível global e a intensidade dos debates que ela suscitou comprova a importância e efetividade desta viragem culturalista na abordagem das questões da segurança com todos os problemas que isso possa trazer; assim como o facto de esta ser uma viragem que corresponde não apenas a debates académicos abstratos, mas também a preocupações concretas de uma grande quantidade de intelectuais e mesmo de pessoas comuns.

Mas como estudar a cultura estratégica? Como operacionalizar este conceito de uma forma que o torne útil à investigação das temáticas da estratégica e ultrapasse algumas das críticas feitas a Huntington?

Uma definição mais tradicional de cultura estratégica por um realista como Johnston (1995: 46) aponta para “uma presunção genérica [...] acerca do papel da guerra [...] da natureza do adversário e da ameaça que representa [...] e da eficácia do uso da força”. Numa linha construtivista Price e Reus-Smith (1998: 266) sublinham a ligação entre “identidades sociais e a constituições de interesses” como seja o dito interesse nacional que depois “moldam a respetiva ação”. Jepperson, Wend e Kat-

---

3 Para uma versão mais desenvolvida e referenciada da nossa análise das teses de Samuel Huntington cf. Reis (2000: 195-228).

zenstein (1996: 54, 56) insistem que uma cultura estratégica constitui-se a partir de: “normas como expectativas coletivas de comportamento adequado a uma determinada identidade” coletiva (Farrel, 2002: 49-72).<sup>4</sup> Se se quiser e para colocar as coisas em termos muito concretos, durante séculos, Portugal definiu-se como um Estado cruzado da Cristandade e como um Estado europeu colonizador e civilizador; isso moldou desde cedo uma tendência para preferências marcadas sobre quando e onde Portugal estaria disposto a entrar num conflito armado.

Com maior grau de especificidade e sintetizando exemplarmente o que se pretende analiticamente da noção de cultura estratégica, Theo Farrell (2005: 173) afirmou que “a cultura torna a guerra possível. Ela fornece os códigos morais e os guiões técnicos da guerra, dizendo às comunidades por que razão combatem e como o devem fazer.” Outro aspeto muito importante que veio contribuir para operacionalizar este programa de investigação e ultrapassar algumas das críticas mais sérias a Huntington, foi o de que é possível estudar e pensar a cultura estratégica pelo menos a três níveis principais de análise – transnacional e internacional, nacional e organizacional (Farrell, 2005: 8-9). É portanto possível, a partir daqui, desenhar programas de pesquisa sobre cultura estratégica, mais específicos sobre como as forças armadas se foram adaptando, ou mais amplos sobre a forma como a estratégia nacional deveria corresponder aos grandes interesses e objetivos definidos em função de uma determinada conceção que um Estado tem de si próprio e da sua missão no mundo, por via da sua liderança, claro, mas condicionando e condicionado pelas expectativas mais amplamente partilhadas, ainda que em termos muito genéricos e informais, pela maioria da respetiva comunidade nacional. Mas será que isso se verifica no caso de Portugal?

### **Pelo Descobrimento de uma Cultura Estratégica Portuguesa**

Será que em Portugal existe realmente uma cultura estratégica? Uma resposta pela positiva, a partir da definição dada acima, tem a ver com a própria duração do país. Um Estado com oito séculos de história e uma identidade comunitária proto-nacional e nacional que se construiu desde muito cedo em torno dele, não podem ser o resultado de um mero acaso.<sup>5</sup> Embora seja plausível que a posição periférica de Portugal no extremo ocidental europeu tenha, por acaso, facilitado a sua sobrevivência, se não ao nível económico, pelo menos de melhor permitir o seu afastamento dos grandes conflitos europeus. Mas é evidente por outros casos de Estados falhados em situação geográfica semelhante – desde logo na própria

---

4 Ver ainda Farrell (2002: 49-72).

5 A respeito desta temática ver Mattoso (1991); ver também Sobral (2012).

Península Ibéria – que uma tal resiliência e em períodos longos uma postura externa muito ativa, exigem opções que necessariamente deixam um rasto histórico, que vai influenciando subjetivamente e condicionando objetivamente opções estratégicas posteriores.<sup>6</sup> Assim surgem tendências de comportamento estratégico de longo prazo que tendem a cristalizar-se em preferências e preconceitos que vão construindo uma determinada cultura estratégica.

Embora a conceção de cultura defendida neste texto não seja essencialista ou a-histórica, bem pelo contrário, a noção de cultura implica alguma durabilidade. Os traços definidores de uma identidade cultural com as preferências e preconceitos a ela associados, evidentemente mudam, mas não com igual facilidade ou todos ao mesmo tempo. Uma cultura vai-se construindo e reconstruído, mas também vai durando. A sua direção pode ser alterada mas geralmente com alguma dificuldade e efeito inercial. Williamson Murray (2000: 135) compara as tentativas para mudar a orientação básica de uma cultura estratégica às manobras de “um porta-aviões: exigem um enorme esforço para mudar de direção.”

Faz portanto sentido, como exercício de aplicação da agenda de investigação que desenhamos, olhar para o comportamento estratégico do Estado português na longa duração histórica na procura de pistas preliminares sobre a cultura estratégica portuguesa a justificar posterior estudo. Aqui iremos sobretudo procurar focar-nos em aspetos muito básicos e relativamente consensuais, visto não ser possível aprofundar a discussão de um período muito longo, e o que se procura é realmente fornecer um esboço interpretativo que sirva de ponto de partida para investigações futuras.

Mas a questão de saber se existe uma cultura estratégica portuguesa faz algum sentido quando é tradicional nos estudos mais recentes de estrategistas portugueses o lamentar de uma certa “incultura” da estratégia em Portugal ou seja uma falta de formalização e estudo aprofundado e original das grandes questões conceptuais da estratégia. Ora, um primeiro ponto importante a sublinhar é que a existência de uma cultura estratégica não deve ser confundida com a de uma cultura intelectualmente significativa de escrita e reflexão sobre a estratégia. Ela não obriga sequer necessariamente à existência de documentos estratégicos oficiais formais públicos. Podemos até começar por colocar como uma primeira hipótese de trabalho na caracterização da cultura estratégica portuguesa um grande nível de informalidade, e eventualmente uma relativamente tardia e limitada formalização e reflexivida-

---

6 A Europa é um imenso cemitério de Estados cf. Davies (2012). O que significa que, com todas as possíveis limitações, Portugal algum sucesso mínimo teve: sobreviveu oito séculos, quando muitos outros ficaram pelo caminho. Outra grande questão é, evidentemente, saber em que termos continuará a ser viável hoje e no futuro. Mas ter mostrado alguma resiliência histórica em múltiplas situações de crise não é irrelevante desse ponto de vista.

de – ainda que aqui haja que ter o cuidado de evitar ser demasiado taxativo, pela relativa escassez de estudos aprofundados, embora com progressos importantes, e sobretudo pela falta de estudos, em termos comparativos que permitiriam verificar até que ponto estas tendências são realmente tão excepcionais assim. De facto, até ao aprofundamento e generalização da institucionalização dos exércitos com quadros profissionais formados em escolas especializadas no século XVIII-XIX, a formalização e intelectualização por escrito da estratégia era relativamente rara e a sua necessidade estava longe de ser evidente e universalmente aceite, havendo quem ainda conteste uma excessiva intelectualização da estratégia hoje em dia.<sup>7</sup> Por outro lado, Portugal até tem alguns exemplos precoces disso mesmo, em particular no campo em que mais se notabilizou – a estratégia naval – como seja a obra de Fernando Oliveira sobre a *Arte da Guerra do Mar*.<sup>8</sup>

Como pergunta importante genérica e prévia a aprofundar em estudos futuros da cultura estratégica nacional portuguesa fica a de saber qual o seu lugar no quadro da cultura estratégica formal e reflexiva transnacional do Ocidente europeu – quais os paralelismos e as diferenças, quais as influências e divergências. E como pergunta ainda prévia mas mais específica fica a questão de saber se Portugal pode ser visto como tendo uma cultura estratégica relativamente mais informal até relativamente mais tarde. E se é assim porquê? Será que – por via da instabilidade governativa em vários períodos liberais e republicanos, e, sobretudo por via pela concentração autoritária de poder no líder do Estado Novo – se manteve, de facto, até muito tarde um monopólio de uma elite muito restrita diplomática e militar na condução efetiva da estratégia nacional? O que permitiria uma gestão muito mais oral e informal? Será que tal resultaria de um problema mais amplo da cultura organizacional portuguesa, que resiste a um grande grau de institucionalização, planeamento e formalização, preferindo maior informalidade, improvisação e segredo? Em todo o caso, o facto de ainda hoje o parlamento português ter poderes relativamente mais reduzidos que os seus congéneres quanto ao uso da força; e a definição para rever documentos estratégicos com grandes intervalos de tempo poderá refletir esta tendência. Mas tudo isto pode ser simplesmente falta de estudo aprofundado e comparativo, e chegar-se-ia à conclusão de que afinal ao nível de

---

7 Não é por acaso que no volume massivo Azar Gat (2002), escolhe começar precisamente no período do Iluminismo em que a valorização da racionalidade e da formalização escrita vão de mão dada, começando a desenhar-se, onde antes havia pensadores dispersos e grandes intervalos, uma produção e discussão contínua de pensamento.

8 Pe. Fernando de Oliveira (2008) com muito útil estudo introdutório de António Silva Ribeiro desta obra originalmente impressa em 1555. Note-se que ainda que frequentemente técnica, ou tática e operacional, a obra também tem passagens significativas ao nível mais propriamente estratégico, como seja na primeira parte, cap. XIII em que analisa os atributos da liderança, e sobretudo na segunda parte, cap. XIII em que se analisam “algumas regras gerais da guerra”.

uma cultura estratégica formal e reflexiva Portugal não está comparativamente muito mal no seio do Ocidente Europeu. Este é, no entanto, um tema demasiado ambicioso e exigente para poder ser desenvolvido num ensaio com estas características.

A cultura estratégica pode mudar, mas muda a custo, é natural para uma primeira avaliação da sua pertinência e desenho de um programa de pesquisa aplicada ao caso de Portugal começar por procurar detetar nos comportamentos, nas opções estratégicas de longo prazo traços definidores de uma cultura estratégica nacional. Uma cultura estratégica mais informal, mais genérica, mas também mais amplamente partilhada e de maior duração em termos de grandes preferências quanto ao uso da força na prossecução dos interesses do Estado português.

Iremos portanto começar pelo princípio, ou seja pelo surgimento de Portugal como monarquia independente, e apontando depois para alguns momentos marcantes, baseando-nos em obras historiográficas mais ou menos recentes.<sup>9</sup>

O estado português surge no século XII a partir das ações e decisões do jovem príncipe Afonso Henriques, neto do imperador Afonso VI de Espanha e primo do seu sucessor Afonso VII, assim como dos seus colaboradores próximos como o arcebispo de Braga, D. João Peculiar e o grão-mestre dos Templários de Portugal, D. Gualdim Pais. O primeiro será o pioneiro da ação diplomática portuguesa junto da principal autoridade externa da época, o papado. O segundo será fundamental na consolidação militar da linha defensiva do Tejo que irá ser decisiva para deter a massiva invasão do jihadismo almóada em 1190-1191 que poderia ter posto fim à embrionária monarquia portuguesa.

Quais são os principais traços que sobressaem da ação estratégica do primeiro monarca português e dos seus imediatos sucessores? Procurar algum tipo de acordo com o vizinho ibérico para evitar conflitos na fronteira norte e leste como fez com seu primo Afonso VII. Ao mesmo tempo afirmar a identidade de Portugal como um estado cruzado de fronteira eficaz ao serviço da defesa e expansão da Cristandade europeia. Procurar relações fora da península para afirmar e reforçar a independência portuguesa face ao seu poderoso vizinho. Esse facto tem tradução diplomática, por exemplo nos matrimónios régios, assim como nas diligências junto do papa para obter deste o reconhecimento do título de rei a Afonso Henriques, o que veio a suceder com a bula *Manifestis Probatum* de 1179, depois de décadas de esforço que manifestamente confirmavam a durabilidade e credibilidade da nova monarquia como ator estratégico. Tem também uma tradução no campo militar, nomeadamente na emulação dos modelos militares mais avançados da Cristan-

---

<sup>9</sup> Obras de referências fundamentais gerais nestas temáticas que nos foram particularmente úteis, sem que isso evidentemente signifique plena identificação de pontos de vista: Macedo (1987), Magalhães (1990), Teixeira (2003-2004), Ramos (2009) e Martinez (2010).

dade em termos de construção e organização militar, com a importação para Portugal do modelo das ordens cruzadas de monges-guerreiros, nomeadamente os templários e seus sistemas de construção de castelos na zona do Tejo. E ainda na procura de aliados externos por via marítima, concretamente com a esquadra de cruzados que surge como componente vital do cerco marítimo e terrestre sem o qual a conquista de Lisboa, em 1149, da grande cidade portuária da costa ocidental peninsular, seria difícil de concretizar, adquirindo assim o país a sua localização capital. Estas opções iniciais só foram bem-sucedidas porque foram prosseguidas durante décadas. Estabeleceram um padrão, um modelo influente, parecendo-nos ser um marco fundador de certas preferências duráveis na cultura estratégica portuguesa.<sup>10</sup>

Um segundo marco importante, uma refundação e confirmação dessa identidade própria já bem marcada nas palavras do desde então muito citado cronista da época, Fernão Lopes, é a crise e guerra da independência de 1383-85, que será o prelúdio para o período de prolongada expansão marítima portuguesa. Portugal nesta altura enfrentou uma crise múltipla, económica e social, mas também política e estratégica. Como frequentemente aconteceu em períodos de crise, a viabilidade da independência da monarquia foi posta em questão, e o retorno a uma opção de hegemonia ibérica castelhana, afastada por Afonso Henriques e seus sucessores surgiu como recurso possível. Portugal era já, no entanto, uma monarquia com uma cultura estratégia que evidentemente tornava a convergência total com o vizinho ibérico um relativo tabu, que muito saiu reforçado desta nova prova de força; mas sobretudo esse estado monárquico tinha cada vez mais fortemente agregada também uma comunidade nacional ou proto-nacional formada em torno da monarquia portuguesa que claramente não aceitava uma legitimidade puramente dinástica que conduziria a um líder que não fosse “natural” ou nativo, i.e. o soberano castelhano, por oposição a quem Portugal se tinha em parte definido. Foi isso que permitiu a um bastardo régio, ao futuro D. João I definir uma estratégia bem-sucedida de tomada do poder que passou novamente por evocar uma legitimação externa à península – fazendo do Cisma do Ocidente uma arma ideológica, acusando os seguidores do papa de Avinhão, como era o caso dos castelhanos e dos seus aliados em Portugal de serem cismáticos, e apoiando e legitimando-se no papa de Roma – e procurando, mais uma vez, aliados externos por via marítima. Desta feita não cruzados, mas forças inglesas do Duque de Lencastre, rivais das de Castela e da sua aliada França, criam a mais antiga aliança portuguesa, por via do chamado Tratado de Windsor, que até pela natureza algo mítica da sua durabilidade, mostra como estamos perante uma construção cultural estrategicamente muito

---

<sup>10</sup> Ver uma síntese recente atenta a muitos destes aspetos em Mattoso (2007).

importante, emulando algumas das práticas militares bem-sucedidas no resto da Europa, nomeadamente pelos aliados ingleses, como o uso de arqueiros, armadilhas e infantaria em quadrado compacto para combater a cavalaria pesada, como sucedeu em Aljubarrota em 1385.<sup>11</sup>

Mas D. João I parece ter percebido que a crise nacional era também em parte resultado de um certo esgotamento de um forte marco na cultura estratégica nacional que ele procurou renovar. Portugal tinha surgido como Estado cruzado na fronteira em expansão da cristandade. Essa missão preferencial, esse marco identitário parece esgotado a partir da ocupação do Algarve concluída em meados do século XIII por D. Afonso III. Depois só podia ser cumprida, ocasionalmente e em associação com Castela, como na batalha do Salado de 1340. Era preciso recuperar esse grande desígnio estratégico nacional de forma plenamente autónoma. E é isso que vai suceder com a ocupação de Ceuta em 1415, e sobretudo com a cruzada marítima que, com base na instituição herdeira dos cavaleiros templários, a Ordem de Cristo, sob a liderança do seu administrador, o filho aparentemente mais próximo de D. João I, o infante D. Henrique, este último irá prosseguir durante décadas, inaugurando a fase dos Descobrimentos. Os Descobrimentos correspondem ao renovar dessa autonomia estratégica nacional, ao serviço da procura de aliados cristãos (Preste João) na retaguarda dos Estados muçulmanos do Norte de África e à busca de novos recursos, bases de apoio e potenciais conversos fora do espaço limitado do Portugal peninsular.<sup>12</sup>

Se dúvidas houver sobre a capacidade de desenvolver uma estratégia coerente e de longo prazo pela monarquia portuguesa, mesmo na ausência de documentos formais orientadores – sendo que, bulas papais ou documentos régios legitimando, orientando e estimulando esses projetos de expansão, assim como crónicas escritas pelos principais conselheiros desses decisores se aproximam disso tanto quanto possível na época –deviam desfazer-se perante o prosseguimento sistemático e custoso dos Descobrimentos durante décadas, um processo que vai culminar nas negociações muito cuidadas do Tratado de Tordesilhas em 1494, garantindo formalmente o controlo das principais rotas oceânicas de interesse vital para a estratégia portuguesa. E se necessária fosse uma confirmação adicional desta capacidade de pensar estrategicamente dos corsários cruzados portugueses ao serviço de uma missão de estado, teríamos a rápida e determinada procura da ocupação por Afonso de Albuquerque, no início do século XVI, de todos os principais *choke points* que ainda hoje dominam a geoestratégia marítima da Ásia.

A hábil condução das negociações de Tordesilhas por D. João II corresponde, por sua vez, a uma preferência tradicional de neutralizar pacificamente as relações

---

11 Ver *e.g.* Monteiro (1986).

12 Ver *e.g.* Costa (2009 e 2013). E em termos mais genéricos Bettencourt (1998).

com o vizinho peninsular para melhor afirmar a autonomia portuguesa, neste caso através de um esquema de hegemonia marítima global partilhada – aliás ele mesmo herdeiro da cultura estratégica peninsular do tempo da Reconquista em que se tinham tornado tradicionais tratados de divisão de áreas de conquista futura para evitar conflitos entre os reinos cristãos peninsulares que os enfraquecessem.<sup>13</sup>

Nesta altura afirma-se uma reconfiguração da identidade nacional como estado na fronteira em expansão de cristandade em torno da ideia de um Estado potência marítima e colonial, que compensará com os recursos e a profundidade estratégica ultramarina as suas fraquezas peninsulares. Esta preferência estratégica pela dimensão ultramarina, valorizada por múltiplas vantagens ao longo dos séculos mas também por toda uma construção cultural épica em torno dos seus episódios mais memoráveis, de que *Os Lusíadas* são exemplo paradigmático, irá marcar as opções estratégicas do Estado português até 1974. Esta antiguidade ajuda aliás, a explicar a determinação do Estado português em manter-se como uma potência ultramarina e colonial por mais tempo do que qualquer outra potência imperial, apesar dos custos enormes e crescentes desta posição culminando em guerras de guerrilha em três teatros a milhares de quilómetros da metrópole. Alienar o império colonial tinha-se tornado um tabu na cultura estratégica portuguesa – como mostra o facto de ter sido mantido a custo mesmo quando durante boa parte do século XIX o país enfrentou crises graves e o que restava do seu património colonial parecia trazer mais custos do que benefícios. E a natureza autoritária e nacionalista do Estado Novo só reforçou, não criou esta tendência.

A opção estratégica de D. Sebastião em 1578 é fácil de condenar *a posteriori*, tendo em conta os seus resultados e uma execução realmente muito defeituosa em termos da má utilização dos meios. Mas independente disso é claro que ela violava a preferência na cultura estratégica portuguesa por evitar grandes campanhas militares terrestres na ausência de aliados externos – o que refletia a noção da fragilidade relativa de Portugal neste campo que aconselhava prudência.<sup>14</sup>

---

13 Sobre Tordesilhas e mais amplamente a estratégia marítima portuguesa, ver Fonseca (2011). Sobre Albuquerque e os debates estratégicos em que se situa a sua ação – que se podem ver como uma contraposição entre o navalismo puro de Mahan representado por D. Francisco de Almeida e a ideia que a frota é o essencial para o controlo do mar; e uma visão mais realista e completa na linha de Julian Corbett que é antecipada por Afonso de Albuquerque, que considera que o controlo de pontos estratégicos vitais é fundamental para consolidar um controlo naval por natureza mais exigente cf. Albuquerque (2010) e Bouchon (2000). A visão estratégica por detrás da ação dos portugueses neste período ainda impressiona estrategistas contemporâneos, por exemplo na sua análise da nova geopolítica da Ásia, Kaplan (2011), começa precisamente pela invasão de Albuquerque e por sublinhar que ainda hoje os pontos estratégicos em que focou a sua atenção são vitais.

14 Note-se que as anteriores campanhas marroquinas da monarquia portuguesa se tinham

É esse facto que explicará a oposição que esta opção enfrentou na corte portuguesa, e que se comprovou com o impacto catastrófico da derrota em uma única batalha – Alcácer-Quibir. Portugal era uma grande potência naval, mas não terrestre e tinha por isso um campo de manobra e recuperação limitado em grandes campanhas terrestres. Esta experiência histórica traumática – e a particular importância destas experiências falhadas é explicada por Robert Jervis – parece-nos ter confirmado e até reforçado esta aversão na cultura estratégica portuguesa a grandes campanhas militares terrestres ofensivas. Mais uma vez, neste momento de crise extrema, a opção iberista ganhou peso, um peso tal que pela única vez na história nacional alcançou força suficiente para vencer temporariamente fortes tabus e outras preferências levando à união das coroas ibéricas em 1580 com Filipe II (Jervis, 1976: 276).

Note-se que as alianças matrimoniais no quadro ibérico contrariavam potencialmente, nas suas implicações a médio ou longo prazo, uma preferência básica da cultura estratégica portuguesa pela independência face a Castela/Espanha; ela era conciliável no curto prazo com cultivar diplomaticamente as boas relações com o vizinho ibérico, permitindo a baixo custo a neutralização de uma ameaça militar na fronteira terrestre portuguesa para libertar recursos para a ação ultramarina. Mas como ficou evidente ela também representava uma espécie de bilhete de entrada numa lotaria régia, em que eventualmente poderia caber a um soberano português, a tentadora sorte de usufruir do direito de unificar sob a sua liderança todos os reinos da península. Note-se, em todo caso, que mesmo Filipe II, apesar de ter ocupado militarmente o país, não deixou de tentar acomodar a tradicional cultura política e estratégica portuguesa, reconhecendo e garantindo alguma autonomia estratégica portuguesa num quadro de união dinástica pessoal. No entanto, esta concessão revelou-se insustentável no médio prazo –pouco para as elites portuguesas em Lisboa, demasiado para os decisores em Madrid.<sup>15</sup>

Em todo o caso a Restauração da independência, em 1640, largamente consensual e pacífica, demonstrou a força dessa cultura estratégica, a sua resiliência e capacidade de legitimar resistência. De facto, o novo monarca português e os seus conselheiros vão apostar na tentativa de reconhecimento da legitimidade externamente, mais uma vez por via papal, e mais uma vez após décadas de persistência. D. João IV vai procurar aliados externos – em especial entre as potências navais emergen-

---

caracterizado por uma relativamente grande mobilização de meios para alcançar objetivos bem mais limitados de ocupação de parcelas da costa marroquina e não de mudança de regime em Marrocos ou até a sua eventual ocupação como sucedeu em 1578.

15 Mesmo alguém crítico do que designa de “mito da vitória negociada de Filipe II”, Valladares (2013), não nega que houve esse esforço na época, em torno das Cortes de Tomar, de construir a ideia de uma renovação do pacto entre vassallos portugueses e o seu novo soberano.

tes, como a Holanda e a Inglaterra – e ensinamentos militares no exterior. E vai procurar defender o império, optando como mal menor e necessidade estratégica por dar prioridade ao império Atlântico mais próximo no Brasil e complementarmente em Angola, como prioridade, face ao mais exposto, distante e disperso império do Oriente. No Atlântico, Portugal consegue derrotar a Holanda, no Índico perde esse conflito, sobretudo assegura através do casamento da princesa D. Catarina com o rei Carlos II de Inglaterra e a cedência de Bombaim o reforço da preferência por essa velha aliança entretanto em boa parte caduca, e a proteção desta potência em ascensão para o resto do império colonial português. Este caso marca o início de uma forte tendência para uma colagem estratégica face a Inglaterra, que embora custosa em termos de autonomia estratégica, foi fundamental para contrabalançar a Espanha e os seus aliados europeus continentais e para garantir a sustentabilidade do império marítimo português face a rivais mais poderosos.<sup>16</sup>

Esta preferência pela aliança inglesa, ou seja por uma relação próxima, que se pode considerar até uma forma de *bandwagoning*, com a principal potência marítima do Atlântico – embora do ponto de vista dos analistas que adotam esse ponto de vista das grandes potências, seja visto como um caso paradigmático de *off-shore ballancing* – tornar-se-á só então verdadeiramente nesta altura um marco durável e fundamental da cultura estratégica portuguesa, certamente ao nível dos consensos das elites governativas. E mesmo quando contestado nacionalisticamente, a sua alegada antiguidade ajudou a resolver dúvidas quanto à sua legitimidade e necessidade.

Um ponto que reúne grande consenso é o de Portugal preferir geralmente resoluções diplomáticas para os conflitos europeus, e manter-se à margem sempre e tanto quanto possível; só entrando quando inevitável minimamente e ao lado de aliados tradicionais. Era o resultado natural do trauma de Alcácer-Quibir.

Portugal, por exemplo, não conseguiu escapar à guerra civil internacionalizada em Espanha, conhecida como Guerra da Sucessão Espanhola. Portugal inverteu alianças, depois de, inicialmente, alinhar com a França quando pareceu que esta iria colocar um membro da sua família real no trono espanhol sem uma oposição eficaz. Quando uma Grande Coligação para contrabalançar esse reforço do poder francês liderada pelos britânicos surgiu, Portugal alinhou ao lado das grandes potências marítimas ocidentais. Mas tentará e conseguirá escapar a outros conflitos nos séculos XVIII-XX, sendo que é neste quadro que surge o esforço de emulação de modernas práticas militares associada ao programa mais vasto das reformas do Marquês de Pombal, correspondendo a uma visão estratégica de reforço da

---

16 A obra clássica mais detalhada continua a ser Prestage (1928). Também de valor para o período posterior cf. Brazão (1979-1980).

autonomia da estratégia nacional pela procura da convergência com uma série de grandes tendências do desenvolvimento dos Estados europeus neste período. Este era um esforço de convergência que correspondia ao facto de que, por mais que Portugal procurasse resguardar-se dos seus efeitos mais negativos, não podia escapar inteiramente ao sistema multipolar europeu e à dinâmica de competição e emulação mútua a que este obrigava. A própria atenção de Pombal, por exemplo no quadro da sua campanha contra os jesuítas, à propaganda da imagem do seu governo a uma escala europeia, a que já o Portugal em crise de credibilidade da Restauração se tinha dedicado com afinco, mostrava a consciência plena disso, mesmo e da importância do que hoje se chamaria *soft power* e diplomacia pública (Maxwell, 2001).

Esta estratégia torna-se cada vez mais difícil de sustentar no final do século XVIII e início do século XIX. Portugal acabou por tentar alinhar num sistema de defesa peninsular avançada nos Pireneus contra a nova ameaça da Revolução Francesa. Mas esta violação da sua tradicional cultura estratégica, falha, confrontada com uma viragem de alianças da Espanha, e as forças militares portuguesas revelam-se em boa parte incapazes de combater eficazmente na dita Guerra das Laranjas de 1801 em que a Espanha procurou retirar vantagem dessa viragem (Ventura, 2008).

O esforço de emulação das melhores práticas europeias até se tinha verificado, pelo menos em termos de opções estratégicas, com a nomeação do Conde de Lippe para comandar a reforma do exército português para procurar contrabalançar fraquezas militares nacionais no quadro ameaçador da cada vez mais globalizada Guerra dos Sete Anos. O problema teve a ver com a sua eficaz implementação. As barreiras ao nível das culturas organizacionais – associadas a outras dificuldades, por exemplo o nível educacional médio ou a qualidade da dieta e forma física dos portugueses recrutados – frequentemente complicam muito esse processo. Esta é mais uma área em que os estudos da dimensão cultural das questões de segurança têm mostrado a sua importância. (Eisenstadt, 2003: 63-92 *maxime* 91-92).

Por outro lado, há que reconhecer que mesmo que não se tivessem encontrado tais dificuldades, dificilmente qualquer emulação bastaria para resolver a questão de um Portugal cada vez mais exposto a uma França revolucionária também ao nível militar, dominada por um general genial como Napoleão, que estava decidido a criar um sistema continental europeu sob domínio e hostil à Grã-Bretanha. Portugal podia continuar a não querer combater nas guerras europeias, mas eram elas que agora vinham a caminho da fronteira portuguesa. Perante o dilema, o governo português acabou por optar, literalmente *in extremis*, por não combater a força invasora napoleónica, por não acreditar que o mesmo exército que em 1801 tinha sido incapaz de derrotar a Espanha, pudesse enfrentar as tropas de Napoleão, mas

também por não ceder efetivamente ao governo francês. Em suma, o governo de D. João VI acabou por seguir, em última análise, dois princípios que se tinham tornado centrais na cultura estratégica portuguesa: alinhar com a Grã-Bretanha, principal potência marítima; e salvar o império colonial das ambições de inimigos e aliados. De forma que sob a proteção da Royal Navy a marinha e a corte portuguesa retiraram-se de Lisboa para o Rio de Janeiro, assim concretizando pela primeira vez um plano, por várias vezes discutido anteriormente e que tirava efetivo partido da profundidade estratégica dada pelo império, evitando a decapitação do Estado português e a possível perda das colónias, como já havia sucedido com a Holanda.<sup>17</sup>

Um completo alinhamento com a Espanha e a França, contra a Grã-Bretanha seria evidentemente contrário às tradições da cultura estratégica portuguesa. O que fazer? Apostar numa retirada estratégica do governo e da marinha portuguesa para o Brasil, por forma a garantir a continuação do império, e da aliança inglesa, e criar as condições para um possível contra-atacar na Península Ibérica. Esta era uma decisão radicalmente nova, de tal forma que ainda hoje é muito criticada, sendo até designada de “fuga para o Brasil”. Mas tornou-se pensável e aceitável numa altura de decisões tão difíceis por ser a que melhor se conciliava com as tradicionais preferências da cultura estratégica portuguesa. Esta opção estratégica, note-se, não foi objetivamente mais uma “fuga” do que a retirada dos governos da Holanda, Bélgica, Noruega, ou do general de Gaulle, para o exílio em Londres, durante os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial para evitar a captura pelas tropas aparentemente imbatíveis da Alemanha nazi. Na verdade, a ida do governo de D. João VI para o Brasil foi até mais pensada e planeada do que estas e foi feita em condições melhores para um território nacional e não um exílio estrangeiro. O ponto fundamental, no entanto, numa situação em que o governo português apenas tinha más escolhas, tanto ou mais do que o cálculo racional puro, pesou uma forte cultura estratégica, uma escala de prioridades e alianças tradicionais.

Um século de paz na Europa, após a derrota de Napoleão em 1815 – pareceu confirmar a sabedoria da tradicional preferência da cultura estratégica portuguesa pela Aliança Inglesa. E ainda mais quando foram violadas como nas vésperas do *Ultimatum* de 1890, seja novamente durante a Primeira Guerra Mundial, ou durante as Guerras da Descolonização foi em nome de outras preferências importantes na cultura estratégica portuguesa – e concretamente a de privilegiar a manutenção e expansão, quando possível, do império ultramarino.

Foi isso que se procurou fazer resultando no *ultimatum* britânico de 1890. O responsável das colónias e depois da diplomacia portuguesa nesses anos, Barros Go-

---

17 Para uma versão mais desenvolvida com respetivas referências documentais e bibliográficas ver Reis (2012: 665-698).

mes procurou garantir uma vasta colónia portuguesa da costa angolana até à costa moçambicana atravessando toda a África austral, pela aproximação às principais potências continentais europeias – a Alemanha e a França – procurando beneficiar de uma perda de poder relativo da Grã-Bretanha, violando o princípio de procurar manter com esta potência marítima uma aliança sólida, visto dever ser evidente que os britânicos entendiam ser estrategicamente vital para eles ocupar a zona do atual Zimbabué. Também a determinação do governo da Primeira República no sentido de alinhar Portugal não só como um neutro benévolo, mas também como potência combatente na Primeira Guerra Mundial, para mais com o envio de um Corpo Expedicionário Português para a Frente Ocidental (a de combate mais exigente do ponto de vista militar), claramente violou a tradição multissecular de Portugal de não enviar tropas para longe das suas fronteiras no continente europeu. Isso, além de outras razões mais objetivas ou de tática política, certamente contribuiu para a oposição violenta que esta iniciativa suscitou, que aliás culminou no golpe de Estado de dezembro de 1917. No entanto, ela foi pelo menos em parte resultado de dar prioridade à defesa e eventual expansão do império colonial português em África, que se temia que sem um envolvimento direto no conflito europeu, pudesse ser utilizado como moeda de troca para conseguir um acordo com a Alemanha, que há muito se sabia ter ambições relativamente às colónias portuguesas.

Durante a Segunda Guerra Mundial verifica-se uma execução aparentemente canónica dos preceitos da cultura estratégica portuguesa pelo regime de Salazar, apesar de eventualmente as suas simpatias ideológicas apontarem preferencialmente noutro sentido, pela adoção de uma posição de neutralidade colaborante com a principal potência marítima do Atlântico, a Grã-Bretanha, sem ir ao ponto de envolver Portugal diretamente no conflito no continente europeu. Um conflito para o qual as Forças Armadas não estavam, aliás e como de costume, equipadas e preparadas, apesar de um programa de rearmamento e treino acelerado do Corpo Expedicionário aproximar os meios militares portugueses do padrão europeu. Mas este esforço estava limitado por condicionalismos orçamentais e também pela dificuldade nas aquisições devido à aceleração da corrida aos armamentos pelas principais potências europeias.<sup>18</sup>

Salazar, no entanto, tal como Pombal, marcou um período de reforço despótico ou autoritário do poder do Estado nacional, o que sem levar a uma reorientação fundamental da cultura estratégica portuguesa – representada no círculo próximo de conselheiros de Salazar pelo embaixador Teixeira de Sampaio – permitiu um reforço da autonomia portuguesa. Esta autonomia manifestou-se num certo

---

18 Este aspeto foi recentemente explorado em Maiolo (2010).

distanciamento em relação aos interesses da Grã-Bretanha, por exemplo na questão do volfrâmio, ou da concessão de bases; mas não resultou numa aproximação à Alemanha nazi que, essa sim, violaria a cultura estratégia portuguesa, apesar dos grandes riscos desta postura pelo menos até 1941. E isto quer por razões estratégicas permanentes, pois esta potência continental seria incapaz de garantir a segurança do império ultramarino português, quer por razões circunstanciais de desconfiança face ao expansionismo nazi cuja nova ordem não parecia deixar lugar para pequenos Estados realmente independentes.<sup>19</sup>

A Guerra Fria veio marcar uma reconfiguração importante devido a alterações de fundo na distribuição de poder no sistema internacional, com a emergência de uma nova potência naval dominante no Atlântico, os EUA. Sobretudo ela resultou sob a liderança dos EUA, no surgimento de uma estrutura de aliança formal e de uma organização militar permanente com a criação da NATO em 1949 pelo Tratado de Washington, de que Portugal foi um dos membros fundadores, pois a liderança do regime português sentiu que não podia deixar de aderir à NATO como membro fundador (Telo, 1996).

Há séculos que era considerado vital que Portugal mantivesse uma aliança firme com a principal potência marítima no Atlântico e evitasse envolver-se nos conflitos continentais na Europa para preservar o objetivo vital de manter o império colonial. Com a Grã-Bretanha como grande potência marítima e colonial, que também procurava evitar envolver-se nos conflitos europeus continentais ou comprometer-se em sistemas de alianças formais, as duas preferências eram compatíveis.

Já não foi assim com os EUA. A participação de Portugal na NATO era desejada por Washington devido à importância estratégica central do Açores para o controlo do Atlântico Norte e a defesa da Europa Ocidental face a uma eventual ofensiva soviética. Os EUA queriam uma aliança formal que garantisse um esforço de defesa conjunto da Europa Ocidental, a que Portugal se sentiu obrigado a aderir contra o que era tradicional. Os EUA, porém não estavam dispostos a garantir a segurança dos impérios coloniais dos seus aliados europeus.

A NATO ficou, por isso, limitada, até no nome, ao Atlântico Norte, e claramente ficarem de fora do artigo 5.º do Tratado de Washington e da sua garantia de segurança comum, questões e regiões *out of area*, precisamente como os impérios europeus em África e na Ásia. Apesar das pressões portuguesas ou francesas não foi possível alterar esse facto, apesar de uma vaga promessa nesse sentido aquando da discussão das bases americanas nos Açores – que hoje sabemos ter sido iniciativa não-autorizada do eficaz representante diplomático norte-americano em Lisboa na época – nada mais, nada menos do que George Kennan, alguém tão sintonizado

---

19 Sobre esta relativa autonomia ver Rosas (1988). Para uma versão mais desenvolvida dos nossos argumentos ver Reis (2010: 129-138).

à racionalidade estratégica quanto à importância das condicionantes culturais e identitárias (Gaddis, 2011: 228 ff.).

Portugal foi sendo cada vez mais pressionado para descolonizar por um número crescente dos seus aliados na NATO. Ironicamente, no entanto, também foram as relações próximas que nesse quadro Portugal foi estabelecendo com a França e a Alemanha que lhe permitiram resistir às pressões dos EUA e da Grã-Bretanha. Ou seja, a partir de 1945 e, sobretudo, de 1960, duas das principais preferências da cultura estratégica portuguesa passam a estar em choque frontal. A ligação forte com a grande potência do Atlântico longe de servir para garantir o império colonial, pelo contrário colocava em causa este princípio constitutivo da identidade de Portugal. Em suma, o facto de Portugal ter sido o Estado que durante mais tempo resistiu à nova norma global da descolonização, apesar de ser a mais fraca das potências coloniais, mesmo enfrentando as pressões das duas superpotências anticoloniais da Guerra Fria e de uma guerra de guerrilha em três frentes, e da emergência de uma norma global de descolonização consagrada pela ONU. As prolongadas e simultâneas Guerras da Descolonização entre 1961-1974 são portanto um significativo exemplo do impacto da cultura estratégica no comportamento dos Estados mesmo contrariando poderosas forças sistémicas internacionais (Telo, 1993).

### **Cultura Estratégica em Portugal: Conclusões e Implicações**

Quais são as implicações gerais da análise que propomos? E elas são apenas analíticas, ou também se situam ao nível de debates estratégicos atuais em Portugal? O ponto principal parece-nos ser que uma leitura puramente realista, sobretudo marcadamente e mecanicamente materialista, não resultará numa boa análise estratégica. Em muitos casos mesmo quando uma determinada opção parecia muito custosa em termos materiais e de sucesso incerto ela é tomada por parecer a única ou a mais legítima, a mais apropriada em função de uma determinada cultura estratégica – que foi efetivamente assim por razões de princípio e não simplesmente de interesse, por exemplo no caso da opção por resistir pela força à descolonização, ficou evidente nas campanhas expedicionárias portuguesas a partir de 1961, sobretudo no enorme esforço relativo no caso da Guiné-Bissau, que ao contrário de Angola e mesmo de Moçambique, tinha um interesse económico nulo e importava simplesmente por uma questão de princípio.

Por outro lado, a leitura do sistema internacional revelava-se frequentemente difícil e é indeterminada quanto às melhores opções a tomar, na ausência de *hindsight*. Também nos parece ficar claro da nossa análise que nessas situações de crise e elevada incerteza muitas vezes – mesmo que isso possa ser difícil de aceitar por analistas estratégicos mais materialmente realistas – são preconceitos e preferências tradicionais que condicionam fortemente e mesmo determinam as escolhas

feitas. Por exemplo, hoje, beneficiando do conhecimento do que realmente se passou, deveria ser relativamente evidente que a opção estratégica tomada em 1807 pela monarquia portuguesa, de dar prioridade a manter o que podia ser mantido, o Brasil, face às invasões francesas de boa parte dos Estados europeus foi a mais apropriada. E o mesmo se pode dizer da opção de neutralidade mais pró-britânica tomada por Salazar em 1939 que poupou o país à Segunda Guerra Mundial. No entanto, nas respetivas épocas ninguém poderia garantir que Napoleão ou Hitler iriam perder a guerra, pelo contrário, objetivamente pareciam estar a ganhar. Um cálculo estratégico puramente racional, no contexto da época, provavelmente ditaria, friamente, uma opção diversa, um alinhamento com a potência continental que vinha mostrando ser militarmente a mais forte na Europa. Não ter sido assim provavelmente deveu-se mais a tradições da cultura estratégica portuguesa do que a um puro cálculo racional sobre a necessidade de contrabalançar uma potência hegemónica.

Evidente que não questionamos que mudanças na distribuição dos meios materiais de poder, assim como em princípios normativos globais têm um impacto importante, e podem simplesmente tornar insustentáveis certas preferências centrais de uma cultura estratégica, mesmo quando estas se consolidaram de tal forma que se tornaram num marco identitário de um Estado e a sua violação constitui um verdadeiro tabu. Foi assim evidentemente com o caso da manutenção de uma dimensão ultramarina no caso de Portugal, que se tornou insustentável. Mesmo, porém, nesse caso a transformação exige algum esforço de enquadramento da mudança que facilite a sua aceitação à luz dessas preferências, por exemplo, no caso da descolonização portuguesa, a ideia de que seria possível manter relações especiais com as ex-colónias.

No presente, temos uma cultura estratégica muito mais formalizada e documentada do que existia tradicionalmente. As preferências em termos dos valores e interesses fundamentais em termos de valores refletindo uma determinada identidade nacional estão atualmente publicamente definidos num documento oficial como é o caso do atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013.<sup>20</sup> Nos pontos fundamentais que aqui nos ocupam é revelador que eles tenham grande continuidade não só com o documento anterior de 2003, mas também com algumas tendências de muito longo prazo que aqui identificámos. É verdade que nestes documentos se aponta para uma definição de Portugal como um Estado democrático e europeu, valorizando os aspetos normativo e geopolítico que antes não eram evidentemente valorizados, embora se possa argumentar que o seu equivalente fosse o facto de Portugal sempre se ter visto como uma potência cristã exemplar no mundo. Mas

---

20 [http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405\\_cedn\\_publicacao\\_oficial.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf)

a identificação com o passado de Portugal vem sobretudo por via da importância dada à unidade do Atlântico; assim como da valorização da preferência pela resolução pacífica dos conflitos e da importância das alianças em geral, e em particular da Aliança Atlântica; assim como a já referida aposta na Lusofonia, concretamente na CPLP. Que a CPLP surge como uma compensação possível do império perdido é manifesto no facto de hoje ser um dos marcos mais consensuais, independentemente dos seus resultados práticos, na cultura estratégica portuguesa.

Mas será que estas questões da cultura estratégica são meramente uma construção analítica? Ou têm implicações em termos da análise presente e futura da estratégia portuguesa? Do nosso ponto de vista é efetivamente possível deduzir deste tipo de análise testes interessantes relativamente à evolução futura da cultura estratégica portuguesa. Iremos dar três exemplos de tendências ao nível da cultura estratégica nos três níveis principais de análise a que nos referimos no início – transnacional, nacional e organizacional.

Ao nível de tendências transnacionais há a da aceleração na difusão de estruturas de planeamento estratégico e coordenação de resposta integrada a partir do modelo do National Security Council norte-americano. Este surgiu há décadas atrás nos EUA que enfrentavam o desafio de subitamente se tornarem uma superpotência, com uma estrutura militar e política muito fragmentada. Mas o que é interessante é que se têm espalhado nos últimos anos pela Europa, mesmo em países particularmente conservadores como a Grã-Bretanha, ou pequenos e seguros como a Áustria. Estas estruturas de planeamento e coordenação estratégica permanente surgem estritamente associadas à tentativa de concretizar respostas de tipo integral – *comprehensive approach* – a ameaças difusas, não convencionais, a emergências complexas e Estados falhados. Será que teremos aqui um modelo de sucesso equivalente ao do Estado-Maior prussiano no século XIX, ou de um ministério da Defesa único no século XX? E se sim, será que a cultura estratégica portuguesa irá suportar esta tendência, por ser relativamente resistente à formalização, à institucionalização, e à implementação, por preferir a informalidade e a improvisação? Este conjunto de questões será, por isso, muito interessante de acompanhar.

Uma segunda tendência importante que representa um desafio para um aspeto central da cultura estratégia nacional é o reforço da pressão por razões económicas e estratégicas no sentido da chamada *smart defence* ou *pooling and sharing* por via de investimentos coordenados ou conjuntos e, até, do surgimento de meios militares comuns a várias potências europeias, colocados para maximizar retornos estratégicos e reduzir duplicação de esforço financeiro. Ora no caso de Portugal tal poderá apontar para a necessidade de uma colaboração militar mais estreita com Espanha, sobretudo nos casos em que estas tendências impliquem uma colocação de meios, o que tornaria difícil parcerias mais distantes. Será efetivamente

assim? Será que algum projeto importante deste tipo irá avançar entre Portugal e Espanha? Se sim tal indicará que um dos princípios cardinais mais duráveis da cultura estratégica portuguesa – a da diferenciação e autonomia completa face ao governo de Madrid – estará a ser, pelo menos em parte ultrapassado. Se não for, então algo que parecia fazer sentido em termos de *pooling and sharing* terá enfrentado uma barreira da cultura estratégica nacional.

Por fim, temos a importância crescente do desenvolvimento da robótica militar – de que o caso mais evidente, mas não o único, é o dos chamados *drones/UAV* ou *Remotely Piloted Vehicles* – e que poderá ter um impacto tão revolucionário quanto o do desenvolvimento da aeronáutica militar há um século atrás. Ao nível da cultura organizacional militar um desafio tradicionalmente muito importante tem a ver, precisamente, com a resistência em adotar e sobretudo adaptar a fundo as estruturas existentes (de treino, doutrina, orçamento) para lidar com novas tecnologias militares. Em parte, e inicialmente, tal pode simplesmente resultar de alguma prudência perante meios não testados. Mas frequentemente a resistência vai bem para além do que seria razoável, e a incorporação de novos meios é feita de forma a minimizar o seu impacto nas estruturas existentes e não de maximizar a sua utilidade militar. Também aqui será interessante perceber a rapidez na adaptação e flexibilidade a esse nível que tradicionalmente representa maiores dificuldades para a adaptação de novas tecnologias com as mudanças organizacionais, doutrinárias e orçamentais necessárias para as explorar plenamente.

A cultura estratégia muda, mas em aspetos centrais só com forte resistências e algum esforço para atenuar ou tornar mais digeríveis as mudanças. Por isso, no caso de um Estado como o português com muitos séculos de existência, parece-nos ser ainda mais importante que esta agenda de investigação construtivista e culturalista seja melhor integrada nos estudos estratégicos em Portugal.

## Referências

- Albuquerque, Afonso de (2010). *Cartas para el-rei D. Manuel I*, Lisboa: Sá de Costa.
- Bettencourt, Francisco e Kirti Chaudhuri (1998). *História da Expansão Portuguesa no Mundo I. A Formação do Império*, Lisboa: Temas e Debates.
- Booth, Ken (1979). *Strategy and Ethnocentrism*. New York: Holmes and Maier.
- Bouchon, Geneviève (2000). *O Leão dos Mares da Ásia*. Lisboa: Quetzal.
- Brazão, Eduardo (1979-1980). *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Resistência, 2 vols.
- Clausewitz, Carl von (1984). *On War*, [ed. orig. 1832], Bk 1, Chap. 7. Princeton: PUP.

- Costa, João P. Oliveira e (2009). *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, João P. Oliveira e (2013). *Mare Nostrum: Em busca de Honra e Riqueza*. Lisboa: Temas e Debates.
- Coutau-Bégarie, Hervé (2001). *La Recherche Stratégique en France*. Paris: ICS. Disponível em [http://www.stratisc.org/partenaires/cfhm/micro\\_Structures\\_tdm.html](http://www.stratisc.org/partenaires/cfhm/micro_Structures_tdm.html) [último acesso: 30.10.2005].
- Davies, Norman (2012). *Vanished Kingdoms: The Rise and Fall of States and Nations*. London: Penguin.
- Desch, Michael (1998). "Cultural Clash, Assessing the Importance of Ideas in Security Studies". *International Security* n°1.
- Eisenstadt, Michael J. e Kenneth M. Pollack (2003). "Armies of Snow and Armies of Sand: The Impact of Soviet Military Doctrine on Arab Militaries" em L.C. Eliason e E. O. Goldman (eds.), *The Diffusion of Military Technology and Ideas*. Stanford: Stanford University Press.
- Farrell, Theo (2002). "Constructivist Security Studies: Portrait of a Research Programme". *International Studies Review* n°1.
- Farrell, Theo (2005). *Norms of War: Cultural Beliefs and Modern Conflict*. Boulder: Lynne Rienner.
- Fonseca, L. Adão da (1986). *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: INCM.
- Fonseca, L. Adão da (2011). *D. João II*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gaddis, John L. (2011). *George F. Kennan: An American Life*. New York: Penguin.
- Gat, Azar (2002). *A History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoffmann, Stanley (2001). "An American Social Science: International Relations" em *International Relations: Still an American Social Science? Towards Diversity in International Thought*. Albany: State University of New York.
- Jepperson, Ronald L., Alexander Wendt e Peter J. Katzenstein (eds.) (1996). "Norms, Identity, and Culture in National Security" em *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Jervis, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton U.P.
- Johnston, Alistair I. (1995). "Thinking About Strategic Culture". *International Security* n°4.
- Kaplan, Robert (2011). *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. New York: Random House.
- Katzenstein, Peter (1996). "Introduction: Alternative Perspectives on National Culture" em *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.

- Macedo, Jorge Borges de (1987). *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: IDN.
- Magalhães, J. Calvet de (1990). *Breve História Diplomática de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Maiolo, Joe (2010). *Cry Havoc: The Arms Race and the Second World War 1931-1941*. London: John Murray.
- Martinez, Pedro Soares (2010). *Historia Diplomática de Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Mattoso, José (2007). *Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.
- Mattoso, José (1991). Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325. Lisboa: Estampa.
- Maxwell, Kenneth (2001). *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Presença.
- Monteiro, João Gouveia et al. (1986). *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Murray, Williamsom (2000). "Does Military Culture Matter?" em *America the Vulnerable: Our Military Problems and How to Fix Them*. Philadelphia: FPRI.
- Oliveira, Pe. Fernando de (2008). *Arte da Guerra no Mar: Estratégia e Guerra Naval no Tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Eds. 70.
- Prestage, Edgar (1928). *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Price, Richard e Christian Reus-Smit (1998). "Dangerous Liaisons? Critical Theory and Constructivism". *European Journal of International Relations*, vol. 4, n.º 3.
- Ramos, Rui, Bernardo V. e Sousa, Nuno Monteiro (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Reis, Bruno C. (2000). "Religiões, Estados e Relações Internacionais". *Política Internacional* n.º21.
- Reis, Bruno C. (2010). "Este Século não foi Fascista: Salazar, Franco e a Efémera Nova Ordem Internacional Nazi-Fascista". *Relações Internacionais* n.º27.
- Reis, Bruno C. (2012). "Portugal frente a Napoleón y la Primera Ola de la Decolonización" em Jaime Aponte Prieto (ed.), *Reflexiones del Bicentenario de la Independencia de los Países Iberoamericanos*. Medellín: Bib. Diké.
- Rosas, Fernando (1988). *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica: Estudos sobre a Política Externa do Estado Novo nos Anos 30 a 40*. Lisboa: Fragmentos.
- Sobral, José M. (2012). *Portugal, Portuguesees: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: FFMS.
- Teixeira, N. Severiano e M. Themudo Barata (eds.) (2003-2004). *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 5 vols.

- Telo, António J. (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto: Edições Asa.
- Telo, António J. (1996). *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Eds. Cosmos.
- Valladares, Rafael (2013). *A Conquista de Lisboa: Violência Militar e Comunidade Política em Portugal 1578-1582*. Alfragide: Texto.
- Ventura, António (2008). *A Guerra das Laranjas*. Lisboa: Quidnovi.
- Zakaria, Fareed (1999). *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: PUP.

# Estratégia: Origem e Fundamento

António Paulo Duarte

*Assessor e Investigador do Instituto da Defesa Nacional*

## Resumo

O artigo lida com a teoria da estratégia e desenvolve uma análise sobre a origem e os fundamentos da estratégia, enquanto saber sistemático de caráter filosófico-científico fundamentado. Com base na genealogia da estratégia, e no seu desenvolvimento posterior, apresenta igualmente elementos para a sua fundamentação teórica. A estratégia brota da guerra, e é na guerra que se encontram os fundamentos originais desta disciplina científica. Interessa por isso analisar a identidade da guerra antes de conhecer o significado da estratégia. Divide-se assim o texto em três secções. Na primeira analisa-se a autoconsciência da guerra ou seja, o modo como as sociedades ocidentais foram narando a origem da violência armada. Na segunda, dissecam-se a identidade da guerra e refere-se a sua especificidade única, assim como a sua íntima relação com a política. Na última secção propõem-se elementos para um maior conhecimento e uma mais ampla fundamentação da estratégia, partindo, quer da sua evolução histórica, quer do conhecimento teórico mais puro sobre si e sobre a guerra.

## Abstract

*The article deals with strategic theory. Strategy is a knowledge which aims to maintain control of the actions in the middle of violent and deadly clashes between human beings. Knowledge would give the methods and the instruments to assure that control. Strategy was born from war. This article relates politics, war and strategy. We differentiate all of them, explaining its specifications and each proper identity. Politics and war are actions, strategy is knowledge. Strategy was born from the necessity of war control by politics, which was originated by another human willing political ator. The article is divided in three parts. The first deals with the vision that the European civilizations had have about what was the war. The second explains the identity of war. The third, based on the identity of war, describes analytically the origins and the fundamental elements of strategy.*

## Introdução

A guerra é tão velha como a história contada da humanidade. Não se sabe quando aconteceu pela primeira vez uma guerra, só se conhece o facto de nos primeiros textos escritos pelos homens se narrarem afrontamentos violentos entre eles. Desde então, a guerra sempre acompanhou a história da humanidade.

Pelo contrário, a estratégia é um fenómeno recente. É certo que a origem do termo é helénica<sup>1</sup> mas, modernamente, ela é obra do pensamento contemporâneo, germinando em finais do século XVIII, por volta da Revolução Francesa.

Se a guerra emerge das penumbras da história, se as suas origens podem ser anteriores a qualquer pensamento sistemático filosófico, a estratégia é filha das filosofias e dos sistemas de pensamento do Renascimento e do Iluminismo. Arriscando ir mais longe, no universo da percepção e da conceção, a guerra é ato que se transformou em pensamento, a estratégia, pensamento que se transforma em ato.

Dizia Heráclito que no começo de todas as coisas se encontrava a guerra (cf. infra). A guerra nasce no ato de confrontar e no enredamento engendrado pelo movimento bélico, a estratégia desponta da sistematização do pensamento sobre esse ato de confrontação e sobre a lógica do enredamento bélico. A guerra é ação e paixão, como bem se expressa na obra genésica do pensamento europeu, a *Ilíada*. A estratégia é uma linguagem de análise, uma hermenêutica.<sup>2</sup>

A presente obra visa sistematizar, de forma breve, esta interpretação, abrindo o conhecimento a uma mais ampla compreensão dos dois fenómenos e à sua íntima inter-relação. Este texto procura não só distinguir a natureza da guerra da identidade da estratégia, como visa explicitar e explanar o tipo de relações e interações

---

1 Existiam dez estrategos em Atenas, encarregues da ação executiva e da guerra no governo da urbe. Eram eleitos, sendo um deles escolhido como cabeça dos outros todos. O estratego era por isso, um chefe militar. De facto, a substância etimológica da palavra remetia para a ideia de comando e movimento, aquele que faz avançar o exército, aquele que leva o exército a manobrar. É por isso que *strategos* é muitas vezes traduzido nos textos contemporâneos por *general*. Apesar de ligados ao termo *estratego* haver outros, não havia contudo o vocábulo *estratégia*, que aparece só no século XVII em Inglaterra e no século XVIII, em França e na Alemanha. A sua adoção generalizada ter-se-ia dado na Alemanha, no dealbar das guerras napoleónicas (Coutau-Bégarie, 1999: 55-60).

2 Notemos que a palavra guerra, comum em muitas línguas ocidentais, era desconhecida no mundo grego e romano, sendo os termos *polemos* e *bellum* respetivamente, os que são habitualmente traduzidos como sinónimos do termo guerra contemporâneo. Mas mesmo nas culturas de matriz europeia, a expressão guerra, do francês *guerre*, vinda do germânico de matriz franca *werra*, e próximo do anglo-saxónico *war*, tem suficientes matizes para merecer um amplo e profundo estudo. Como neste estudo se apresenta um significado de guerra, que julgamos abrange todo o tipo de atividades que eram significadas pelos diversos termos expostos, considera-se que o texto trata de uma única forma de atividade que é transversal à história da civilização de matriz europeia e até a todas as outras.

que as aproxima e une e que fez com que a segunda brotasse da primeira, muito mais arcaica e arcana.

Divide-se assim, a exposição, em duas grandes partes, uma que lida com a guerra e procura demonstrar a sua especificidade na ação e no pensamento humano, outra que explica a origem, génese e fundamento da estratégia, assim como a sua relação complexa com a guerra.

Na primeira parte procurar-se-á mostrar as leituras da guerra que as diversas civilizações que habitaram a Europa dela fizeram, como catapulta para o estudo das características nucleares deste fenómeno, deste facto, buscando aclarar a sua essência, o seu significado mais intrínseco e visceral.

A primeira parte do texto, os dois capítulos iniciais, indaga, à luz de uma dada interpretação da História, o sentido último da identidade da guerra, a sua substância real, a sua “concretividade” e a sua dimensão extralinguística fundamental. Na realidade, a palavra guerra, sob o olhar das diversas civilizações que marcaram a história da Europa, na sua substância, quer dizer mais do que uma coisa, se bem que no fundo último, todas as coisas que significou e significa se interliguem numa única grande entidade.

A segunda parte visa demonstrar que a estratégia se origina na ordem que os beligerantes (a ordem político-bélica) buscam assegurar, no quadro da incerteza e da indefinição do porvir, da lógica ilógica do jogo do inimigo, e no caos que o confronto entre os homens excita, como trave basilar para se poder, de forma mais clarividente, perspetivar as características axiais do que é pensamento estratégico: um conhecimento construído para agir (ou uma praxeologia na palavra de alguns dos seus cultores).

Mas porque é que aparece a estratégia? É entre os séculos XVI e XVIII que se cria o contexto político-militar que facilita a emergência do vocábulo e a concetualização da noção de estratégia. Por um lado, a criação de exércitos profissionais organizados e disciplinados ao serviço de entidades políticas muito claramente delineadas, por outro lado, o nascimento e a afirmação dos Estados Nacionais, arquiteturas holísticas, que desenvolvem objetivos muito precisos no contexto das disputas internacionais, facilitam o aparecimento do vocábulo estratégia. Em resumo, a estratégia emerge de uma ordem e da necessidade de ordenar a guerra, por natureza indeterminada, estocástica, sujeitos ao jogo do azar e da fortuna, resultante da lógica ilógica do inimigo. É a forma de enformar, dentro de um jogo de regras, a instabilidade e a indeterminação da guerra. Jogo de regras que se edifica na lógica da ordem natural, como se o conhecimento humano pudesse inferir os mecanismos arcanos que conduzem o embate violento e mortal entre os homens, de modo similar ao que faziam os filósofos e os cientistas para a natureza.

A estratégia pode assim ser vista como uma linguagem. A linguagem do conflito. O que faz a linguagem é tornar o indefinido definível, é fazer entender e possibilitar a

interpretação do mundo.<sup>3</sup> Ora, a estratégia visa fornecer uma grelha abrangente de interpretação da realidade do conflito ou da possibilidade de conflito antagónico e violento entre os homens. Ou seja, ela é uma hermenêutica, que contém em si uma heurística, uma forma de apreender os materiais necessários à interpretação da dialética do conflito, do qual a guerra é a sua realidade mais paroxística. Em suma, a estratégia é um conhecimento e um pensamento. A estratégia, sendo um pensamento, é consequentemente, um espaço de racionalidade que, pode-se afirmar, intenta, ao modo das ciências naturais, desvelar um universo pré-existente, uma natureza já formada, a natureza do conflito, do qual a guerra é a sua forma mais paroxística. Por isso, pode servir, tanto para alimentar o conflito como para o negar. A estratégia, assim, pode ser tanto instrumento da guerra, quanto instrumento da paz.

Os fundamentos deste prisma teórico vão encontrar-se, por um lado, na dissecação, análise e interpretação da história, ou seja, na leitura dos factos históricos e do que eles nos podem dizer sobre o todo do real, e por outro lado, na teoria,<sup>4</sup> num leque abrangente de teorias de conhecimento fundamentais, caso da filosofia, da teologia, da história e mesmo da estratégia, ela própria, desde sempre, nutrida pelos saberes anteriormente referidos.

Num certo sentido, os fundamentos de uma disciplina científica encontram-se sempre nessa mesma ciência, nesse mesmo saber. Esses fundamentos têm contudo, como observou J. L. Gaddis para a biologia, e em geral, para as ciências da natureza, uma dimensão histórica, uma historicidade. De facto, observava o autor referido que, em geral, mesmo as ciências exatas, assim como as ciências naturais, precisam de assumir na sua fundamentação última, na sua epistemologia, um certo grau de historicidade, correlativo ao seu desenvolvimento na História (Gaddis, 2003: 55-58). Lembremo-nos de uma das ilações centrais a tirar da filosofia de Husserl: o conhecimento é o sujeito que conhece (Husserl, [s/d]: 53-66). Toda a ciência é obra do homem e o homem está marcado pela historicidade. É uma das suas dimensões existenciais mais fundamentais.

O conhecimento histórico é assim muito relevante para o conhecimento da origem e da evolução da estratégia, elementos basilares para a sua fundamentação, dado este estudo ser essencialmente sobre os fundamentos teóricos deste saber. O estudo terá de ser complementado, igualmente, com os aportes de outras teorias científicas fundamentais, num natural e muito relevante sentido de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, salientando-se aqui, obviamente, a relativa à

---

3 “Só a palavra nos põe em contacto com as coisas mudas”, diz o filósofo Giorgio Agambem (1999: 112).

4 Significando “theoria”, etimologicamente, “contemplação”, tal implica que jamais a teoria pode escapolir-se à tessitura dos factos que são a sua nutrição fundamental.

estratégia, um dos fundamentos essenciais para a interpretação e a teorização que se desenvolve sobre a guerra e a estratégia. Deve-se sempre ter em vista o prisma de J. L. Gaddis de que o saber de um dado conhecimento se funda nele próprio. O conhecimento histórico sobre a guerra e a estratégia serve assim como trave basilar para o melhor conhecimento concetual, teórico e metafísico dos fundamentos arquitraves do pensamento estratégico e da estratégia.

Este trabalho tem um claro fito teórico. Procura analisar, compreender e apresentar alguns dos fundamentos da teoria geral da estratégia e de uma teoria geral da guerra. Ele assume, a despeito da proximidade de relacionamento entre a estratégia e a guerra, que são realidades distintas, em certos casos, muito bem distintas. A guerra como ato violento, que congrega e condensa todas as dimensões do homem no choque antagónico com o seu “irmão”, paradoxalmente, como se procurará demonstrar, visando a paz. A guerra emerge como uma terapêutica da fratura, a sutura que sara a ferida existente. Como uma vacina, o esticar da violência inocula os germes da paz. A estratégia é uma filosofia, um pensamento sistemático e científico (social) de compreensão dos fenómenos agónicos, fundamentando igualmente as modalidades de ação a implementar para sobreviver no meio das conflagrações ou para evitá-las. Ela é o laboratório de ideias e saberes que edifica a terapêutica e desenvolve as vacinas que sobrepujam a conflitualidade hostil e a guerra, seja pelo esticar do choque bélico, seja pelo amainar do antagonismo que opõe entre si os atores em dialogia agónica.

Trata-se contudo de um texto breve, que mais não é que um lançar de pistas para uma formulação teórica mais abrangente e global. Um ponto de partida, mais que um ponto de chegada.

## **A Autoconsciência da Guerra**

### *Antiguidade Clássica: “O Flagelo de Deus”*

“Canta, ó deusa, a cólera de Aquiles, o Pelida  
(Mortífera! Que tantas dores trouxe aos Aqueus  
e tantas almas de valentes heróis lançou no Hades,  
ficando os seus corpos como presa para cães e aves  
de rapina, enquanto se cumpria a vontade de Zeus),  
desde o momento em que primeiro se desentenderam  
o Atrida, soberanos dos homens, e o divino Aquiles.  
Entre eles qual dos Deuses provocou o conflito?”  
(Homero, 2005: 29)

Eis as primeiras estrofes da *Ilíada*: elas espelham luzidamente o paradigma de leitura da guerra de que os gregos (e também os romanos, em boa medida) disputam. Era a discórdia violentíssima, expressa na guerra, oriunda dos Deuses, imposta aos homens por estes, à qual os homens só podiam ripostar com a afirmação da sua heroicidade face ao destino inelutável que lhes estava reservado: “De todos a guerra é pai, de todos é rei (...).” (Heraclito, 2005: 85).

Diz o comentário que esta afirmação reflete a “luta intrínseca a toda a guerra e constitutiva de todas as oposições e anteposições” (Heraclito, 2005: 84). E que tão bem é ilustrada nesta outra passagem da obra de Heraclito: “É necessário saber que a guerra é comum, e a justiça e a discórdia, e que todas as coisas vem a ser segundo a discórdia e a necessidade” (Heraclito, 2005: 101).

É do caos fervente que nasce o cosmos, é na guerra que os mortais provam a sua imortalidade.

“Na verdade me disse minha mãe, Tétis de pés prateados,  
que um dual destino me leva até ao termo da morte:  
se eu ficar aqui a combater em torno da cidade de Troia,  
perece o meu regresso, mas terei nome imorredouro;  
porém, se eu regressar a casa, para a amada terra pátria,  
perece o meu nome glorioso, mas terei vida longa.”  
(Homero, 2005: 191)

A origem da guerra, de origem divina, forjada no caos fervente primevo, no choque dos titãs, escapava à vontade dos homens, originava-se no exterior de si próprios, mas a sua imortalidade dependia efetivamente da forma como eles responderiam à “guerra aniquiladora dos Homens” (Homero, 2005: 202):

“Mas agora, dado que presidem os incontáveis destinos  
da morte de que nenhum homem pode fugir ou escapar,  
avancemos, quer outorguemos glória a outro, ou ele a nós.”  
(Homero, 2005: 252).

A heroicidade residia na inevitabilidade. Se a morte, a todos os homens condenava, e se a guerra despontava de misteriosas forças primigénias, telúricas e divinas, a cada homem restava-lhe olhá-la de frente e assumir o seu destino, forjado antes de ele sequer existir.<sup>5</sup>

---

5 “...Psicologia é apenas mais uma palavra para aquilo a que os antigos chamavam o destino.” (Tartt, 2005: 47). Esta afirmação de Julian Morrow, personagem da obra e o nome do professor de grego e cultura clássica, reflete, talvez numa comparação demasiado crua para muitos ver-

O conflito era visto como inevitável, mas de igual modo como ilegítimo (Vlassopoulos, 2010: 81). A guerra era uma espécie de envolvimento que determinava a ação do homem contra a sua vontade, mas que se lhe impunha, quase que como uma necessidade natural, perturbadora da convivência humana, um elemento arquetípico da degenerescência da relação entre os homens.

A guerra é incessante, a paz impossível, a sua parturação exógena ao homem. A guerra como a paz são consequência dos jogos divinos e ambas estão fora do controlo da história humana, sendo, não obstante, o princípio primeiro e último desta: a dicotomia guerra/paz envolve o homem externamente, afeta permanentemente a sua qualidade de mortal, mas não lhe cabe escolher o trajeto que lhe aprouver, a esse só aos Deuses cabe consigná-lo.

Um universo ordenado impediria a existência de seres selvagens que se comessem uns aos outros, como atalharia qualquer tipo de desordem ou guerra civil. O avanço do tempo e o esquecimento que de si tem o universo, faz com que dele se apodere a desordem primitiva e o force a um novo reequilíbrio mediado pela destruição e pela guerra (Platão, 2008: 79-88).

Esta degenerescência tem uma expressão política na rotação dos regimes políticos. A monarquia, o governo em prol do bem comum, desenrolado por um chefe político, degenera em tirania, um líder que em seu próprio proveito usa a governação, o que leva ao conflito e à sua substituição por uma aristocracia, a regência da comunidade por um conjunto de dedicados cidadãos que a vão gerir, que inevitavelmente, com o tempo tomba numa oligarquia ao serviço do grupo que governa, e deriva, por via da violência imposta à cidade, numa democracia, a direção política efetuada por todos, que acabará por infletir para uma administração política de exaltados populares, atentatória do bem-estar e da qualidade de vida de parte dos membros da sociedade política e a leva a retornar à monarquia (Oliveira, 2008: 38-42). Este processo de ascensão e degenerescência exprime em simultâneo a inevitabilidade do conflito no quadro da política (e da guerra) e a sua ilegitimidade.

A guerra é um efeito da degenerescência que brota da desordenação constitutiva do mundo, do caos fervente em que ele assenta e do tormento que os deuses impõem aos destinos dos mortais. O homem não é autor da violência bélica, e contudo, só ele lhe pode responder de uma forma ou de outra.

---

dadeiros académicos, uma quinta-essência do cosmos helénico. A guerra era a expressão mais sintomática das forças telúricas, terríficas e incompreensíveis que governavam a ação dos homens – o seu destino – e à qual o ser humano não podia escapar, uma força de uma violência imensa, inumana, que empurrava o homem, como se estivesse a correr célere e rapidamente por uma encosta profundamente íngreme e escorregadia em direção ao seu fim de mortal. A guerra, e em consequência a paz, não eram realidades que os homens pudessem controlar.

---

Contudo, para os romanos, a violência bélica, forjada na degenerescência, fundara um *Imperium*. A guerra, brotando da desordenação cósmica era portadora de ordem, edificando uma ordem política pretensamente universal e perene (Cícero, 2008: 79). “São injustas as guerras que sem uma causa se empreendam. De facto, a não ser para vingar ou repelir o inimigo, não se pode fazer uma guerra justa” (Cícero, 2008: 187). O *Imperium Romanorum* servia a paz. Segundo alguns autores, Roma combateu essencialmente para se proteger, um império que se edificou ao elaborar uma estratégia de defesa, mas também de coerência (Lançon, 2003: 49). Fazia a guerra justa: tinha a legitimidade para impor aos outros a sua guerra. Era o “flagelo” que Deus enviava a punir os males alheios e a edificar a *Pax Romana*.

### **A Revolução Agostiniana: “Provação de Deus e Arrependimento”**

Santo Agostinho, diz um biógrafo, pensava a paz, não a guerra justa (s.a, 2010: 10-11). É à luz da paz que Santo Agostinho lê a guerra. E é à luz da paz, pois a paz é o fruto do Amor de Deus para com os homens.

Os preceitos do Estado não são contraditórios com a concórdia indispensável à paz. A paciência é superior à vingança. Mas o Estado não se pode deixar injuriar e deve, em consequência, castigar aqueles que o injuriem de forma cruel. A guerra tem por fito castigar e o mester das armas não nega a santidade desde que o serviço destas seja feito em acordo com os mandamentos do Amor de Deus e sirvam as boas obras e atraíam o vencido à concórdia (s. a., 2010: 58-63). As armas são um dom próprio, ao serviço do amor e da caridade, e da paz; a guerra impõe-se como necessidade (s. a., 2010: 70-71). É por isso que a guerra serve a paz, oprimindo a desordenação das coisas que são contra a lei divina e a ordenação de Deus (s. a., 2010: 126-7 e 130-132).

Sem justiça, as armas não passam de um bandoleirismo que se servem só a si mesmas, seguindo as suas paixões, mas a vitória cristã desponta sob a forma magnânima da caridade para com os vencidos, aportando a paz (s. a., 2010: 138-140). A guerra e os guerreiros de Deus visam a paz. A guerra justa serve a paz (s. s., 2010: 124-126). A paz, concórdia na unidade (a divisão é a guerra). A guerra é a punição merecida pelo pecado da paixão (de si próprio), mas a guerra cristã, travejada na caridade, visa a conversão.

Santo Agostinho escancara uma porta, entreaberta muito tenuemente no período do Império Romano. Nos textos de Santo Agostinho, e sem que disso ele pareça implicitamente aperceber-se completamente, há duas modalidades de guerra, que se expressam na dicotomia guerra justa/guerra injusta: a guerra ao serviço das paixões dos homens e aquela que é moldada pela vontade de paz, alicerçada na caridade de cumprir a vontade divina. Se a primeira, e de uma forma muito clássica, deriva da paixão pecaminosa (agora, a dos homens, não advindo do jogo dos Deu-

ses e suas paixões), a segunda serve a concórdia – e aqui desponta um elemento novo extraordinariamente relevante – a guerra já não é feita só para punir (com o seu corolário de aniquilamento puro e de apropriação absoluta do que o outro tem e/ou encarna), ela almeja a conversão do pecador, permitindo o reconhecimento da sua humanidade e o seu perdão: não há apenas a paz da tumba, mas a paz da “concórdia ordenada” substantivada na “tranquilidade na ordem” (s. s., Agostinho, 2010: 154) de todos os homens. A guerra não só se torna humana, como é fruto e escolha da humanidade, movida em parte, e só em parte, pela irracionalidade do mal, dado que os soldados cristãos, esses servem o Senhor Deus no apaziguar da violência intra-humana.

Está aqui presente a ideia expressa por Cristo de que o pecado é da responsabilidade do homem, não de alguma exógena força exterior a este:

“Ouvi-me todos, e entendei! Nada há no exterior do homem que penetrando nele, o possa tornar impuro, mas o que sai do homem, isso é que o torna impuro. (...) O que sai do homem, é isso que o torna impuro” Marcos, 7, 14-15 e 20. (Bíblia de Jerusalém, 1985: 1908).

A política serve a concórdia, i.e., conserva a sua unidade, a que se chama paz (entre os homens) (Aquino, 2007: 13). Mas a guerra é justa quando se submete aos ditames da paz:

“Três impedimentos se opõem à duração do bem público (...). Quando perturbam a paz pública transgredindo a justiça e a paz. O terceiro impedimento para conservar o Estado se origina no exterior, quando a paz é destruída pela guerra do inimigo e por ele o reino ou a cidade fundada é aniquilada. Contra (...) os males anteriores se precisa (...) uma cura por parte do rei. (...) Apartar a maldade dos súbditos com leis e preceitos, penas e prémios. (...) Cuidar o rei de que seus súbditos permaneçam seguros contra os seus inimigos exteriores.” (Aquino, 2007: 77-78).

A função do Estado é legitimada pela paz. É a paz que justifica a guerra, tornando-a, nestes moldes, justa. Mas como a justa guerra deve resultar na “unidade na paz” ou na “tranquilidade na ordem”, ela não visa o aniquilamento do inimigo, mas a sua conversão. O inimigo, por muito cruel que seja, passou a ter um rosto humano:

“Se Deus, aos reis iníquos, que lutam contra os seus inimigos, mas não com a intenção de Servi-lo os recompensa tão copiosamente, que lhes atribui a

vitória sobre os seus inimigos (...), para aplacar os seus ódios e ambições, o que não fará com os reis bons que governam o povo de Deus com a intenção honesta e atacam os seus inimigos". (Aquino, 2007: 40).

Santo Agostinho e toda a cultura política medieval posterior rasgou a dicotomia guerra/paz arcaica. Com o conceito de guerra justa, a guerra entrou na esfera da história, ou seja, nas atividades que os humanos podem regular por sua vontade, e impôs-lhe a sua sujeição à paz. A paz celestial comandava agora a guerra secular, que dependia da ação humana, procedendo esta e a possibilidade daquela, da subordinação do ator bélico a um comportamento cristão irrepreensível. A guerra ainda surgia como um "flagelo de Deus", espelho agora do errado caminho do homem, mas com vista à conversão do erro e do mal em bem. Por sua vez, este "flagelo de Deus" já não despontava do jogo estocástico de poder dos deuses, mas dos erros de condução dos humanos, podendo ser obviado, se o seu comportamento fosse adequadamente cristão e servisse a comunidade humana, pelo que a guerra passara a ser efetivamente um fenómeno entranhado na história e na ação estritamente humana.

### **O Rosto Simétrico e o Ordem Jurídica**

"A mais inovadora criação de Hugo Grócio é a ideia de criação de regras jurídicas para a guerra" e ele define a guerra (modificando ligeiramente a definição ciceroniana de guerra) como o "estado daqueles que procuram resolver os seus conflitos pela via da força, considerada enquanto tal" (Homem, 2010: 199). Grócio, seguindo os cânones medievais e a filosofia jurídica da Segunda Escolástica, observava então que a guerra só era legítima se conduzisse à paz, se visasse a paz e se esta paz estabelecesse a justiça (Homem, 2010: 199-200).

Se Grócio se inscreve numa tradição inaugurada por Santo Agostinho em determinados elementos, rompe com ele e com esta tradição em algo que é fundamental, como subsequentemente muitos outros filósofos e juristas dos séculos XVII e XVIII.

A definição grociana de guerra estabelece uma relação simétrica entre os dois atores bélicos. A ideia de guerra justa ou injusta ainda permite o desnivelamento dos contendores, mas estes surgem na ordem jurídica como simétricos e polares. A disputa bélica em que se envolveram pode ser mais ou menos justa, mas eles, enquanto atores bélicos, encontra-se no mesmo nível jurídico. Para o jusracionismo, guerra já não é entendida como pecado, mas como consequência inevitável dos interesses e paixões humanas em consequência das "relações internacionais se [desenvolverem] segundo os imperativos da razão de Estado" (Homem, 2010: 40).

A ordem soberana consoma ao longo dos séculos XVII e XVIII o pressuposto grociano de que os atores da guerra são simétricos no que toca à sua identidade. “A Paz de Vestefália proclamou efetivamente o Estado como garante incontestado da ordem doméstica e legitimador da guerra externa.” (Howard, 2004: 28).

A despeito de, tal como na antiguidade clássica, a paixão e o interesse (mesmo na sua fórmula, mais mítica do que real, da Razão de Estado) fornecerem o motivo para a conflitualidade violenta, a natureza destes eram completamente distinta. Nesse mundo arcaico, a paixão ou o interesse refletiam forças telúricas de caráter divino ou natural que impulsionavam os homens à loucura da violência. Pelo contrário, agora, o interesse e a paixão eram elementos intrínsecos, e por isso legítimos da identidade do homem, que podiam ser dirimidos pacificamente ou, se injustamente ofendidos, acautelados por via de uma guerra (sempre de óbvia natureza defensiva). A guerra derivava, em suma, das relações humanas e podia por isso ser enquadrada juridicamente como um regateio e um litígio entre duas partes desavindas, condicionando a sua ação eticamente, e delineando os mecanismos pelos quais a regatagem e a litigação bélica resolveriam a contenda.

A guerra tornara-se um ato meramente humano, expressão da “redução antropológica” proporcionada pela modernidade, esse desencantamento do mundo, “essa viragem lisa para a religião puramente humana, de caráter sobretudo ético”, culminar também da mais arcaica “redução cósmica” (Balthasar, 2008: 39). À religião imanente corresponderia uma guerra também meramente imanente, fruto do homem e das suas ações.

Com a justificação da guerra e a sua redução a um embate entre atores humanos desavindos, que pela violência bélica, litigam assim a justiça da sua causa, a dicotomia guerra/paz retorna, mas num molde completamente novo. Ao invés do que acontecia na Era Clássica, um árbitro secular e humano passou a comandar e a guiar essa dicotomia: o Estado, aquele que decidia da guerra e da paz, aquilo que definia o que estava correto e errado e jurisdicionava a contenda. O Estado ou seja a política: “a guerra é (...) [tornara-se] um verdadeiro instrumento político” (Clausewitz, 1984: 87).

## **A Identidade da Guerra**

### *O Sentido e Significado da Guerra*

A guerra é ação. A guerra é uma linguagem expressada pela ação. É uma linguagem matricial e primigénia, que dialoga na e pela ação.

Clausewitz descreve e define a natureza da guerra como um “duelo”, “(...) nada mais que um duelo em larga escala (...) um ato de força para compelir o inimigo à nossa vontade, (...) força física e força moral (...) os meios da guerra; impor a nossa vontade ao inimigo o objetivo” (Clausewitz, 1984: 75).

O estrategista prussiano reduz ao seu núcleo mais essencial a definição da natureza da guerra. A guerra reduz o processo de defrontação a dois grandes partidos, a duas grandes facções, a dois blocos monolíticos que se digladiam entre si forjando um duelo, a lógica binária do duelo, cada um procurando subjugar o outro à sua vontade, pelo uso da força física e moral. Na essência, estamos a falar de gestos, de ação e do modo como a ação delinea o resultado final: a força, o instrumento da guerra, fala pela ação e o resultado deriva do diálogo que aquela edifica no processo.

A identidade cinemática revela-se na lógica do duelo, no diálogo que tem por palavra a luta de forças opostas. Clausewitz repete várias vezes a ideia de que “essencialmente, a guerra é combate” (Clausewitz, 1984: 127). Há na guerra uma relação paradoxal, uma interação feita de dialogia de forças e de nexos de aniquilamento. A guerra é um espaço relacional, onde a linguagem se deduz dos nexos que a ação mútua aporta. Neste sentido, em Clausewitz a natureza da guerra é distintíssima da política. Para o forjador da ideia de que a guerra é um instrumento da política, não contém a sua definição do que é a natureza da guerra nenhuma referência à política. Todavia, por toda esta definição perpassa um visceral e profundo sentido político: um sentido político nas suas consequências, mas também no mecanismo relacional que lhe é inerente. Se a política relaciona eticamente os homens uns com os outros, a guerra é uma relação paradoxal, a continuação da política por meio de um diálogo de força e luta em que o combate aniquilante visa reinstaurar o relacionamento entre os homens, a política (*cf. supra*). A guerra visa a reconciliação; é por isso serviçal da ordem e da paz política.

Na *Ilíada*, na tradução em língua portuguesa efetuado por Frederico Lourenço, duas palavras delineiam as regras do embate bélico – força e subjugação:

“Molestado lhe disse então o poderoso Sacudidor da Terra:  
‘Hera de fala inefável, que palavra foste tu dizer!  
Eu é que não queria que nós, os outros lutássemos  
Contra o Zeus Crónida, pois ele é de longe o mais forte.’”  
(Homero, 2005: 169)

A força, o atributo supremo do pai dos Deuses, Zeus, é o elemento fundamental do seu poder, e tal como no Olimpo, na terra, a força é o elemento essencial da vida e legítima o poder daqueles que a detém pela subjugação de uns homens a outros. A guerra, tendo como elemento instrumental, a força, leva os homens, através da luta, do combate, a apropriarem-se de outros homens:

“Mas quando através das estacas e da vala passaram  
Em fuga, sendo muitos deles subjugados às mãos dos troianos  
(...)” (Homero, 2005: 173).

Há, talvez, no sentido último do conceito de subjugação uma forte carga sexual.

“Os miolos, por dentro, ficaram todos borrifados;  
E assim subjugou quem contra ele arremetia.  
Ali os deixou Agámemnon, soberano dos homens,  
Na brilhante nudez dos seus torsos, pois despira-os das túnicas.”  
(Homero, 2005: 221).

O tradutor do texto que seguimos da *Ilíada* observa essa eroticidade para o embate das armas, “...há qualquer coisa de violência sexual no manejo das lanças...” (Lourenço, 2005: 13). Em Homero, não basta matar, subjuga-se o outro todo à vontade do vencedor, e se no caso dos homens abatidos em combate, a simbólica sexual pode ser isso mesmo, uma expressão derradeira da apropriação, não o é, quando passamos para as suas consequências últimas, a posse dos seus bens e das suas mulheres e filhas.

“...Porventura pensaste que saquearias a nossa cidade  
E que às mulheres troianas tirarias o dia da liberdade,  
Para as lewares nas naus para a tua amada pátria.”  
(Homero, 2005: 343).

Em Homero e em Clausewitz, a ação bélica, feita de força, conduz à coação e à subjugação de um grupo de homens a outro grupo de homens. Se o ato bélico, em si, não é político, as suas consequências, como as suas causas são-no determinantemente. O inerente resultado do embate substantiva-se na perda de liberdade e de igualdade de uma dada sociedade e esta consequência é visceralmente política, pois é axial à identidade da política. A guerra lida com a vida e a morte das sociedades, o combate dirimidor, aqueles que subjugando, imporão aos outros a morte, seja ela física ou moral ou social ou todas em conjunto.

E derivando da luta, a guerra resulta de uma deliberada ação feita pelos homens. Neste sentido, podemos definir a guerra como “a manipulação do aniquilamento (pela morte e pelo medo), através da luta e do combate, visando a submissão e a subjugação do seu oponente inimigo, com vista a atingir os fins positivos (visceralmente políticos) de uma dada entidade sócio-histórica”. A guerra é um ato deliberado, só humano, assim o dita a progressiva autoconsciência da guerra, consequência de uma imensa criatividade, pondo ao serviço de fins positivos o poder tenebroso e abismal da morte e do aniquilamento, tornando o “fim e o nada” da humanidade, num vetor positivo de edificação do porvir, ou seja, da ordem político-social. A guerra é assim intrinsecamente um ato de manipulação humana, e é por isso que é criativa e criadora, pois manipular é criar, é edificar, é confeccionar.

A guerra constrói, pela destruição daqueles que se opõem a uma dada ideia de criação (daquela que os subjugadores de dados homens encarnam). A guerra usa o aniquilamento (“niil” ou “nihil”, o nada) como instrumento de engendramento e criação, e a criação social é iminentemente política.<sup>6</sup>

### A “Abolição do Inimigo”

“O que pretende toda e qualquer guerra não é apenas ganhar. É abolir o inimigo, dissolver o outro. É fazer desaparecer, não apenas o adversário, mas todo o seu mundo” (Couto, 2005: 42).

Abolir o inimigo, eis todo o propósito da guerra. Apesar de Mia Couto ler a ideia de abolição do inimigo como eticamente reprovável, e haver nessa ótica fundas razões, subjacente àquela está a paz. A abolição do inimigo é a aurora da paz. Ao fazer desaparecer a divisão, abolindo o inimigo, a guerra transporta consigo a paz.

“A vitória, com efeito, que outra coisa é que a submissão dos que se opõe na luta? Feito isto, haverá a paz. Assim, é em vista da paz que são feitas as guerras. (...) Vemos claramente que a paz constitui o fim desejado da guerra. (...) Todo o homem, fazendo a guerra, procura a paz.” (Santo Agostinho, 2010: 148).

Se a guerra é um duelo que manipula a força, através da luta e do combate, ameaçando com o aniquilamento (a morte, o medo) o adversário, o fito deste mecanismo é a imposição da paz. Ora, a paz é o fulcro da ordem política. Como diz Espinoza no seu *Tratado Político*, a política visa cuidar dos homens “para que os homens vivam em concórdia” (Espinoza, 2008: 74). Para Santo Agostinho, a paz

---

6 A guerra contém em si, intrinsecamente e inerentemente, uma ordem, engendrando assim uma entidade política, quase que automaticamente. É que a manipulação do aniquilamento, através da luta, visando a submissão do inimigo, por massas de homens, exige e impõe uma organização e uma ordenação, para o fazer com sucesso, e organizando-se para a guerra, os homens fundam e forjam uma ordem política. Uma força bélica organizada (e intrinsecamente, para ser uma força bélica, é uma estrutura organizada) é intrínseca e visceralmente uma ordem política. Para Sócrates e Platão, a arte da guerra dividia-se em três partes: a instrução individual do combatente, ou seja, a manipulação das armas, a capacidade de ordenar e organizar o exército e a arte do general, a da condução dos homens na guerra (Platão, 2008a: 6). Estas duas últimas artes, as coletivas, são tão marciais quanto políticas e mesclam-se e fundem-se muito facilmente por isso.

é o elemento comum à “Cidade Terrestre” e à “Cidade Celeste”, e a expressão da concórdia celestial – a “tranquilidade na ordem” – e do “*Sabbat*” eterno na vida terrenal (Santo Agostinho, 2010: 162-3 e 185). A guerra, quando é efetivamente justa, deriva do serviço que presta à edificação da paz, a paz que substancia toda a finalidade da ação política. De forma implícita, em Santo Agostinho já se expressa a ideia da guerra como instrumento.

A guerra não é um fim em si, mas um meio para um fim (Clausewitz, 1984: 86), um verdadeiro instrumento político, a continuação do relacionamento político (a relação paradoxal) trazendo outros meios para a ação (Clausewitz, 1984: 87). O propósito da guerra é a abolição do inimigo, do oponente, por meio da manipulação do aniquilamento, através da luta, com vista a alcançar a paz, de uma conceção de paz que deriva da definição que dela tem a política.

A guerra tem uma gramática própria, mas não é a sua lógica (Clausewitz, 1984: 605). O seu nexos deriva da tessitura de relações políticas e dos propósitos que a política visa e é o cariz do combustível político que move o motor da guerra. A guerra está subordinada à paz. Mesmo o prolongamento indefinido de algumas guerras ou sua progressiva “totalização” ou “absolutização” espelham a desmesura de determinadas políticas, como há tempos vislumbrou de forma notável Jean-Yves Guiomar (Guiomar, 2004: 287-290 e Duarte, 2005: 49-50).

A lógica política da guerra deriva de o fito desta ser a paz. A fonte da guerra é a política, tal qual a fonte de um rio nutre a força do seu caudal. A guerra serve a política como sutura da ferida aberta pela divisão entre os homens no intercâmbio que eles desenvolvem entre eles. A guerra é como uma vacina, que pelo extra de violência agressiva e mortífera, que na relação paradoxal é inoculada, almeja reunir de novo os homens na casa da paz, o instrumento taumatúrgico de reequilíbrio da tectónica relacional humana. A fratura que cesura a vida política e social da comunidade dos homens é, pela guerra, suturada, forjando-se pelo “plus” e pelo extra de violência radical que institui, uma nova paz, acolhedora para a união dos homens. A paz é um dos fulcros, se não o eixo, sobre a qual se funda a política: a capacidade de relacionar os homens, para a qual se institui a política, visa assegurar a paz. Sendo a paz o propósito da guerra, e sendo a definição de paz originada na política, esta delimita as margens do grande oceano da guerra, e configura os ventos e as correntes do trajeto da guerra.

Muitos dos que intentaram estudar e analisar a identidade da guerra viram o seu olhar petrificado face ao ato de matar, cristalizando-se nessa imagem, embotando-se a sua leitura e a capacidade de compreensão deste fenómeno. Mas o “mecanismo de luta de aniquilamento entre dois blocos de homens” é instrumental – é uma mediação – e visa produzir, pela destruição daquilo que produziu a rutura da fábrica da política, a reconciliação entre os homens. O motor da guerra é a política, que manuseia o mecanismo da luta de aniquilamento – de manipulação do medo e

da morte, através da luta, visando a submissão do inimigo – como meio para repor a ordem da paz (a reconciliação entre os homens).

Mas a guerra tem uma gramática própria: o mecanismo da luta de aniquilamento. Ela é a relação paradoxal, feita de luta e de combate, o duelo de grandes dimensões, a interação em que cada um mobiliza o aniquilamento criativamente, com vista a subjugar o outro, numa defrontação em instabilíssima ponte, em que o jogo da gadaanha morte – esse tema arredado de tantos textos contemporâneos sobre a guerra<sup>7</sup> – tanto pode fazer tombar a um como a outro. A guerra disputa-se sempre no finíssimo fio limiar da morte, espelhando a vitalidade do prélio. A guerra, esticada na sua máxima força,<sup>8</sup> simbolicamente expressa no rio Xanto, de “lindíssimo fluir”, ou Escamandro, que sobrepuja as suas margens e inunda toda a planície, buscando afogar o mais brutal dos inimigos dos troianos, Aquiles, o Pelida (Homero, 2005: 418-426), não é um instrumento de condução fácil. A guerra é um duelo, o que faz dela um “lugar da desordem” extraordinariamente tormentoso.

## A Estratégia: Origem e Fundamentos

### *O Lugar da Desordem*

“A batalha não é a guerra. (...) A batalha faz parte do processo da paz. (...) O *praelium* podia estabelecer-se no próprio centro de uma deliberação pacífica. A batalha, de um só golpe, põe tudo em causa. (...) É um ordálio. (...) Forçar as forças celestes a declarar-se (...)” (Duby, 2005: 121-122). Talvez mais corretamente se pode dizer que a batalha é um interface entre a guerra e a paz, uma efetiva intercessão entre as forças terrenais e celestes e entre a guerra e paz, o mecanismo decisivo pelo qual a ação armada deixa de ser uma “empresa de depredação” (Duby, 2005: 121), em suma, uma ação de bandoleirismo, para se tornar um instrumento da ordem ao serviço da paz. É por isso que a batalha é por excelência o domínio dos reis e da ordem política – “o ganho da competição é sempre o poder soberano num dos

---

7 Como observa Leonard V. Smith, “matar efetivamente, é surpreendentemente eludido nos testemunhos da Grande Guerra. Milhões foram mortos, muito poucos mataram.” O autor observa que para além dos fatores técnicos que fizeram efetivamente com que uma enorme massa de homens fosse morta à distância sem que os que os eliminavam tivessem consciência de o ter provocado diretamente, é talvez mais relevante a incapacidade que os homens contemporâneos têm para assumir essa realidade: “(...) um distinto estado psicológico temporário que explicava o ‘ato de matar’ (*killling*) como algo que acontecia para lá da volição consciente” (Smith, 2007: 90 e 104).

8 “Nem Ares, que é deus imortal, nem Atena controlaria e aguentaria as mandíbulas de uma refrega destas!” (Homero, 2005: 409).

principados” (Duby, 2005: 124). É a “busca do absoluto”, da decisão absoluta, que se configura como ordálio (Duby, 2005: 123).

A batalha, diz John Keegan, “obedece a unidades dramáticas de tempo, lugar e ação (...) que visa a definição de uma decisão (...) dentro de um limite de tempo particularmente restrito” (Keegan, [s/d]: 12). A batalha é uma defrontação delimitada no espaço, relativamente pequeno, no tempo, brevemente curto, e na ação, rápida e decisiva. A despeito de John Keegan introduzir no seu estudo a Batalha do Somme, na verdade, posteriormente reconheceu noutra obra, que as denominadas batalhas da Grande Guerra seriam mais longos e imensamente mortíferos assédios do que batalhas propriamente ditas (Keegan, 1987: 243). Mas o que releva para este estudo é a definição que o historiador britânico dá de batalha. A batalha é um espaço/tempo de ação extraordinariamente condensado e fisicamente delimitado, do qual raramente é possível escapar com vida quando se é derrotado. Veja-se o estudo que elaborou João Gouveia Monteiro sobre as batalhas decisivas do século XIV para aprofundar o seu estudo sobre a Batalha de Aljubarrota. Um dos lados é sugado para um campo de chacina onde é catastróficamente dizimado: “apanhados como uma lebre numa armadilha”, disse um poeta inglês a propósito da Batalha de Courtrai em 1302, refere o autor seguido, mas que poderia ser o mote para todos os prélios por João Gouveia Monteiro estudados, inclusive a Batalha Real de Aljubarrota (Monteiro, 2003: 44-62). A batalha desponta como um choque absolutizante, de vida e de morte, muito semelhante ao mecanismo Clausewitziano da guerra absoluta.

A guerra absoluta, afirma Nil Santiáñez, abarca o todo, tudo, carecendo de exterioridade, tudo supeditado à condução e ao desenrolar da guerra (Santiáñez, 2009: 37). Em boa medida, a batalha funciona num espaço reduzido, num espaço e num tempo enclausurado, engradado, muito bem delimitado, como se de uma guerra absoluta se tratasse. Para os que nela estão envolvidos, em geral só há duas soluções drásticas, extremas, viver ou morrer, e toda a extraordinária violência que a batalha descarrega resulta dessa dicotomia vital e ontológica.

A batalha, ademais, era o cepo onde os soberanos jogavam a sua própria cabeça ou o seu próprio reino. Havia uma relação direta entre a batalha, na prática uma ação agónica de extrema violência, um combate decisivo, mas de caráter que hoje denominaríamos de tático, e a solução política para a conflagração. A batalha era a mais brutal das guerras e a mais decisiva opção para a paz futura: um verdadeiro ordálio, o chefe político e o chefe militar, encarnados numa osmose perfeita de uma só pessoa, arriscando a vida e o reino em simultâneo, num prélio sem necessidade de mediação entre o político e o marcial.

A emergência do Estado moderno e o desenvolvimento de instituições políticas e administrativas soberanas cada vez mais buriladas endureceu de forma férrea a resistência dos poderes políticos-estatais. Muito mais recursos, maior capacidade de

mobilizar a sociedade em caso de grandes e prolongadas conflagrações e um enorme endurecimento da sobrevivência e perdurabilidade do Estado, geraram guerras mais postergadas, atravessadas por batalhas cada vez mais longas, mas menos decisivas. As batalhas deixaram de ser decisivas, para decisiva ser a longa lista de engajamentos que finalmente levavam um dos lados a apelar à paz. A guerra tornara-se um regateio, exigindo cada vez mais recursos (Andújar Castillo, 1998: 15-38).

O que produz a vitória é o combate, e a vitória mede-se pela expulsão do inimigo do campo de batalha (Clausewitz, 1998: 25 e 33). A estratégia dizia Clausewitz, visava usar o engajamento (os combates) para o propósito da guerra (Clausewitz, 1984: 177). A política deixara de conseguir produzir um efeito decisivo através da direção direta da batalha por si só. E a consecução da batalha impunha agora, igualmente, um muito maior planeamento, a montante. “Os elementos estratégicos que afetam o uso de engajamentos podem ser classificados em vários tipos: morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos” (Clausewitz, 1984: 183). É o distanciamento entre a direção política da guerra e a ação tática, espelhada no combate – na batalha clássica – que obriga à introdução de uma nova realidade, a da estratégia, na condução das atividades bélicas. A estratégia desponta como um mecanismo de resposta à complexidade introduzida pelo Estado Moderno no desenrolar das guerras que ele próprio criava. A estratégia brota da guerra como réplica à complexidade da “relação paradoxal” criada pelo cada vez mais enredado e longamente tecido jogo político-bélico da modernidade.

### ***O Outro como Dilema***

“A guerra é um ato de força. (...) Cada lado compele o oponente (...): uma ação recíproca (...) que deve levar em teoria, aos extremos.” (Clausewitz, 1984: 77).

Esta outra clássica afirmação de Clausewitz toca no mais relevante problema com que a estratégia se defronta: o outro. Dir-se-á que esta realidade é auto evidente. Na realidade, como se procurou evidenciar na primeira parte deste texto, para o mundo clássico e para a Idade Média, esta realidade não era tão evidente assim, dado que a guerra se impunha transportada pelos deuses que excitavam aos homens as malfeitorias ou pela maldade demoníaca que fazia com que o homem não quisesse respeitar a vontade de Deus. Obviamente, no campo da manobra tática típica da batalha da antiguidade e da Idade Média, os chefes político-militares, grandes cabos de guerra, dispunham da melhor forma possível os seus guerreiros no terreno de honra, para derrubar o inimigo, pudessem as vontades dos deuses ou o desígnio de Deus, para que a sorte fosse favorável para o seu campo.<sup>9</sup> E dado

---

<sup>9</sup> Como é demonstrável pelo tratado bastante antigo de Sexto Júlio Frontino, “Estratagemas”, conjunto de máximas que tenta condensar toda uma sabedoria de ação tática para uso no

que a unidade política dependia da existência fática do corpo real, o aniquilamento físico do governante e da sua corte, em geral, significava o termo dessa entidade política subjugada pelo seu oponente<sup>10</sup> (a tática e a política eram, na batalha, como vimos osmóticas).

A secularização produzida pela modernidade ao erradicar da guerra a equação divina fez com que pela primeira vez a responsabilidade plena daquela incumbisse única e exclusivamente ao homem. O duelo bélico resultava, agora e tão só, do afrontamento entre os homens, num jogo entre atores simétricos, simétricos por que pertencentes ambos os contendores à espécie humana e simétricos, dado advirem de entidades consideradas como similares, os Estados dotados de soberania. E contudo, esta simetria que parecia simplificar a realidade produzia, com efeito, complexidade: o homem tem uma densa espessura, “o que vive, choca, tem dentes e arestas, é espesso”, diz Agustina Bessa-Luís (2012: 28). Por um lado, considerando a multiplicidade exponencial de interações, que múltiplos homens engendram – expressa de forma tão brilhante na trindade clausewitziana – mesmo coligados uns com os outros, formando um bloco, que se digladiava com outro monólito, dificulta a condução de uma ação coerente e homogênea contra os seus oponentes, e por outro lado, e em parte, derivando igualmente da condição anterior, o cuidado papel que passava a ter a ponderação racional, dado não mais haver uma proteção cósmica ou providencial que cobrisse o risco não calculado, para enfrentar o duelo de inteligências, com o que isso significava de multiplicação de situações virtuais e de, em consequência, riscos acrescidos, na construção do embate marcial.

Sem cobertura da providência, o estrategista ficava reduzido à sua capacidade de, pela precaução ponderada e prospetiva, assegurar o sucesso no campo de honra da guerra. Não é por acaso que a primeira característica que Hervé Coutau-Bégarie (1999: 73-4) vê na estratégia é de esta ser uma “dialética de inteligências”. No duelo simétrico de homem contra homem, a reflexão e a ponderação, o raciocínio calculado e a leitura do presente e do futuro, é a forma mais segura de, paradoxalmente, compreendendo o adversário, o sobrepujar e subjugar. A estratégia brotava da guerra, por necessidade, como a inteligência que deveria conduzir esta, enquanto instrumento da paz, em proveito da política. Clausewitz (1984: 177) afirma,

---

campo de batalha contra os adversários (Frontino, 2005). A liderança marcial antiga, feita para a batalha, implicaria, mais do que um pensamento prudencial reflexivo sobre a realidade contextual que envolve o conflito e a guerra, arquetípico da estratégia contemporânea, um raciocínio intuitivo, construído a partir de um contínuo exercício metodológico da arte do combate. A chefia dos homens e a arte do combate era muito mais relevante que o conhecimento estrutural do contexto e das possibilidades e vulnerabilidades das sociedades, algo que à providência divina incumbia.

10 Em defesa desta ótica ver Duarte (2003: 90-93).

em dado momento, que a teoria estratégica, no fundo, lida com o planeamento. Esta ideia não significa uma desconsideração pela estratégia, na verdade implica a afirmação de que a estratégia é um raciocínio que comanda a ação, que assegura o controlo durante todo o processo da guerra.

A estratégia, afirma J. C. Wylie (1980: 2-9), é uma teoria que quer impor a ordem em situações inerentemente desorganizadas, um conhecimento sistemático, similar à economia ou à ciência política, visando compreender a mente do estrategista, de uma forma holista, com o objetivo de adquirir o conhecimento que permita deter poder de controlo sobre o oponente. Wylie parte do princípio de que a teoria da estratégia visa compreender a guerra de uma forma holista e total, como acontece com uma ciência moderna, permitindo agir assim sobre o real (*idem*: 32-35). Agir sobre o real significa que a teoria estratégica deve dar ao estrategista a capacidade de controlar, de alguma forma, o oponente, manipulando, na sua ótica, o centro de gravidade do inimigo, dominando-o (*idem*: 88-92, 102-103, 109-111).<sup>11</sup>

A ideia de que a estratégia é uma teoria, um conhecimento sistemático, que visa, pela sua aplicação prática, o controlo do inimigo, de um outro, que age segundo os nexos característicos do pensamento humano, humano como ele é igualmente, remete para o valor daquilo a que António Horta Fernandes define como prudência, uma ponderação avisada, incluindo, no sentido a que este autor dá particular relevância, uma perceção real das exigências morais, a ideia, seguindo Aristóteles, de que “uma regra correta reside na análise deliberativa do homem prudente” (Fernandes, 1998: 321-323). A estratégia adquire assim a aptidão, diz este autor, com uma das suas idiossincráticas fórmulas dialéticas, de “reabsorver a conflitualidade hostil e de armar a paz” (Fernandes, 2011: 72-3). A prudência enquanto ponderação reflexiva é o mecanismo de manipulação do conhecimento com o qual a estratégia visa o controlo do oponente e o seu desarme; a mente que comanda os fluxos nervosos da conflitualidade hostil e da guerra e conduz os seus destinos. Na realidade, o objetivo do conhecimento e a construção de uma teoria estratégica, dotar o estrategista de inteligência para manipular a realidade em seu favor, “manipulando duas moedas, num processo quase alquímico, o efeito militar e o efeito político” (considerando políticas as dimensões económicas, sociais, diplomáticas, etc.), para produzir o efeito estratégico, que conduzirá ao propósito político delineado (Gray, 2010: 7). A estratégia, de acordo com Colin Gray, concebe e desenvolve os ele-

---

11 Para Vaz, uma das personagens centrais do romance *Até Amanhã, Camaradas* de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal), a organização e mobilização das massas, com vista à sua ação política, dependia fundamentalmente da capacidade do partido em exercer o controlo da sua ação, focalizando-o e objetivando-o. (Manuel Tiago, 2005: 160). Para Álvaro Cunhal, o controlo (das massas, dos atores) é o elemento essencial para o desenvolvimento de uma estratégia de conspiração e de subversão política.

mentos que possibilitem (seguindo a definição de guerra, apresentada neste texto) a manipulação do aniquilamento (da morte e do medo), que permite subsequentemente, em contenda ou em conflito hostil, o condicionamento e o controlo do inimigo. É que a estratégia tem muitas dimensões, cada uma influenciando, com maior ou menor peso, a ação estratégica e o resultado final (Gray, 1999: 25).

O caráter instrumental da estratégia é visível nestas leituras. A estratégia é, assim, um conhecimento concetual e teórico, que busca pela reflexão prudente e ética, mobilizar e combinar<sup>12</sup> um conjunto de elementos de poder que assegurem uma inteligente capacidade de manipulação do aniquilamento (da morte e do medo) com o propósito de condicionar e controlar o oponente hostil (e agressivo) e de o desarmar ou tornar impotente.

As definições de estratégia de Abel Cabral Couto exprimem de forma notável todo o sentido da estratégia moderna e contemporânea. Estratégia é a “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política que suscitem ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, [s/d]: 209). Recentemente, Cabral Couto repensou e refundiu a sua anterior definição, visando integrar na conflitualidade hostil a noção de competitividade. Assim, para ele, a estratégia é “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar os objetivos, e gerar, estruturar e utilizar os recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)” (Couto, 2004: 215).

A definição de Cabral Couto integra os três elementos apresentados como centrais ao desenvolvimento da estratégia, a ideia de que a estratégia é um conhecimento concetual, visando agir sobre a realidade (uma praxeologia), a manipulação de recursos (materiais e imateriais ou morais) e o fito de controlo, consubstanciado no sobrepujamento da oposição adversarial, indicando igualmente o ator da estratégia, a política.

A política é o ator da estratégia como o é da guerra, e a estratégia desponta da necessidade da política condicionar a ação do outro simétrico, seu oponente – ator político igualmente – mobilizando e combinando em favor da ação agónica (da manipulação do aniquilamento) de cada um dos atores que a usa, a panóplia de meios concetuais e materiais que o conhecimento moderno e contemporâneo desenvolveu, fazendo da estratégia, um saber concetual, similarmente a outros, desenvolvendo-se com vista à ação de condicionamento e de controlo do inimigo. O caráter instrumental da estratégia resulta de esta brotar de algo intrinsecamente edificado pelo homem para ser manipulado, a guerra, mas por visar a condução da guerra, a estratégia desponta como ponte entre a política e aquela, o conjunto de

---

12 Loureiro dos Santos realça na estratégia a relevância da combinação no uso do potencial estratégico material e imaterial (Santos, 2012: 15).

passos e meios (Gray, 2010) que permitem, usando as palavras de António Horta Fernandes, “armar a paz”. Porque a estratégia visa a paz, permite-se este último autor pensar a estratégia como um meio a partir do qual a conflitualidade hostil é esvaziada, é absorvida, morigerando igualmente a estratégia e a guerra. Mas como já se referiu, a própria guerra já visaria a paz, pelo que não surpreende que a estratégia almeje igualmente a paz.

Há, todavia, em todo processo estratégico um ingente mecanismo fáustico. Um mecanismo fáustico relacionado com o inimigo.

### *O Dilema do Inimigo*

A ponderação estratégica tem um grande problema para resolver, como observa Colin Gray, o “inconveniente inimigo” (Gray, 2011: 131). Com esta ironia, Colin Gray põe no horizonte do campo de batalha estratégico um mecanismo fáustico intrinsecamente problemático para a condução da estratégia e dos propósitos políticos que a guiam. O conceito de inimigo, quando denominando o outro e as relações com o outro, modificam fundamentalmente as interações que passam a desenvolver-se. O conceito de inimigo é problemático porque reavalia todo o tipo de interação que passo a ter com o outro (Gray, 2011: 133). Esta situação não seria problemática se fosse a eclosão da guerra a gerar o inimigo. Mas sendo a guerra, como se procurou afirmar, a sutura para a profunda ferida aberta pelas interações anteriores à contenda, e sendo o inimigo definido muito antes de o primeiro mortífero embate físico, mais evidente fica a questão muito importante levantada por Gray.

Se a estratégia, como diz António Horta Fernandes, “arma a paz” e reabsorve a hostilidade reconhecendo no outro a sua legítima alteridade, como justificar a incandescente e tormentosa violência dos dois primeiros séculos da Era da estratégia? Ao invés da visão beatífica de uma estratégia morigerando a violência, vemos um longo período de exponenciação da guerra e da sua capacidade de produzir um Amazonas negro-rubro de nada e morte (o aluvião irrigador da nova vicejante paz).

A estratégia, como conhecimento que visa o controlo, por intermédio da mobilização e combinação de meios ao serviço da sua ação, é prospetiva. Na realidade, toda a ação estratégica visa replicar às potencialidades e vulnerabilidades detetadas no contexto, tanto de virtuais, como de reais ameaças produzidas pelo inimigo. O facto de ser uma teoria de conhecimento que visa conhecer para agir sobre o real, num sentido claramente moderno do saber científico, leva a estratégia a ser, no essencial, uma ciência prospetiva, procurando antecipar situações – é esse o sentido de conhecer para agir sobre o real – que limitem a independência e liberdade de manobra do ator que a desenvolve, tornando-a extraordinariamente

dependente de percepções, dando grande relevância ao problema posto por Colin Gray.

É que a estratégia, ao tratar com a conflitualidade hostil, lida de facto com o inimigo: a hostilidade é intrinsecamente humana (não a há no reino animal), por isso, quando se refere a hostilidade, remete-se para a ação de hostilidade que pode provir de um ser humano que se comporte de forma hostil. É por isso que o grande problema da estratégia é o inimigo: o que ele faz ou o que ele fará? Ou ainda mais complexamente, e na verdade, como ponto de origem, quem é que ele será? E ao anteciparmos, estamos a jogar com o conhecimento. Fernando Pessoa (2006: 357) observa que quanto mais sabemos mais contactamos com o que não sabemos: é o incognoscível que está na linha de demarcação, fronteira do conhecimento e por conseguinte, conhecer significa ampliar os conhecimentos que temos sobre uma dada realidade, no caso particular da estratégia, a da conflitualidade hostil, ou seja, a do inimigo. Antecipar, em suma, significa penetrar no incognoscível.

Não foi por acaso que Clausewitz fundou a sua conceção da guerra e da estratégia na oposição entre os dois tipos de guerra, que espelhavam dois tempos distintos do fazer a guerra, a guerra limitada, de gabinete, típica do século XVIII, e a nova guerra, guerra mais próxima da sua identidade, a guerra absoluta, que se desenvolvera com a Revolução Francesa. De entre essas duas dimensões, procura Clausewitz compreender a identidade da guerra, para antecipar a sua natureza futura e tornar mais apta a Prússia a responder ao seu porvir (Aron, 1976: 98-107). Para Clausewitz, os dois tipos de guerra, de acordo com a nota redigida em 1827, visavam ou o regateio à mesa das negociações ou a imposição da vontade do vencedor ao vencido (aniquilado) (Clausewitz, 1984: 69).

Esta dualidade permitia tornar dinâmica a guerra nos seus propósitos e definir as modalidades de ação a seguir, como tão bem Clausewitz explana ao Major Von Roeder a propósito da questão deste sobre o planeamento de um exercício militar e sobre os planos de campanha a desenvolver em preparação para uma futura contenda europeia envolvendo a Prússia. A guerra não é um fenómeno isolado mas é um ato de política com meios adicionais, baseada num contexto específico e considerando as modalidades de ação e os propósitos almejados, e é em redor destas questões que se deve estudar e implementar o planeamento militar (Paret, 1992: 125-28). Parece auto evidente o carácter prospetivo da estratégia e do planeamento estratégico. Mas é esse carácter prospetivo que torna o outro como inimigo, um complexíssimo problema e engendra uma lógica fáustica em todo o processo. Clausewitz percebeu-o perfeitamente na metáfora do florete embotado face ao sabre afiado: se alguém marcha para o prélio com um florete embotado, julgando no seu planeamento que este lhe basta, e se pela frente se apresenta um adversário dotado de um sabre afiado, a sua posição torna-se automaticamente muito periclitante. Clausewitz resolve o dilema afiançando da necessidade de se dispor desde

o início do máximo poder a que se tem recurso: agir comedidamente, mas sempre como o máximo poder de que se dispõe, seria a melhor opção para agir (Fernandes e Abreu, 2004: 74). Mas isso contém um risco, o de à partida se estar já a “esticar a guerra”, essa belíssima expressão sobre a ascensão aos extremos, contida na *Ilíada*. Toda a história da guerra no século XIX e XX é uma expressão clarividente deste processo fáustico. O “nação em armas” foi a resposta dos Estados europeus à “*levée en masse*” francesa de 1793 e ao sucesso daquela no país que em 1870-71 a tinha levado mais longe, a Prússia. O paradigma napoleónico impulsionou os estudiosos da estratégia e os estrategos do século XIX (em geral, as mesmas pessoas) para a mobilização do exército de conscrição nacional e para a busca da batalha de aniquilamento, observada como o modelo de ação arquetípico de Napoleão, e considerada como o elemento axial da manobra bélica, levando ao “culto da ofensiva” e por fim, à guerra entre as nações, que conduziu à catástrofe de 1914-1918 e à invenção da guerra total (Heuser, 2010: 137-148).

“A ‘grande estratégia’ é uma expressão ligada a um tempo e a um lugar específico, inventada para dar conta do modo global como os aliados conduziram a Segunda Guerra Mundial” (Strachan, 2004: 421). O autor refere ainda que a “grande estratégia” integra o poder militar e o poder político num tablado único, muito distintamente da forma como os estrategos de 1914 observavam a relação entre a estratégia e a política, uma feita pelos militares, outra pelos políticos, campos claramente separados (Strachan, 2004: 421-422). E contudo, na origem do termo “grande estratégia” está a experiência da Primeira Guerra Mundial. É essa experiência que faz com que a ideia de “nação em guerra” substitua a “nação em armas”. Em 1917 Clemenceau falara da “guerra integral” que exprimia o processo de mobilização nacional, já não da conscrição, mas de todos os recursos humanos, económicos e materiais dos Estados (Coutau-Bégarie, 2009: 169) que encaminha as nações para a guerra total, termo inventado em 1918 por Leon Daudet (Guiomar, 2004: 12) e transformado por Erich Luddendorff num conceito estratégico, em 1936, com a sua obra *A Guerra Total*, uma verdadeira perspetiva ideológica, “uma visão do mundo”, por isso prospetiva, com a subordinação absoluta da sociedade política ao esforço de guerra e o objetivo de aniquilar completamente o inimigo, forjando-se desse modo uma paz messiânica (Lindemann, 2000: 24-32).

O corolário da guerra total consumou-se no cogumelo incandescente de Hiroxima. O conhecimento técnico sofisticadíssimo inerente ao desenvolvimento do vetor nuclear espelhava bem o largo amplexo de saber desenvolvido pela estratégia para conduzir a política nas turbulentas e torrenciais torrentes da guerra. Mas a ebulição cada vez mais fervente da guerra também expressava de forma problemática o problema do inimigo e o dilema do florete e do sabre tão bem intuído por Clausewitz. O conhecimento desenvolvido pela estratégia no seu duelo com a conflitualidade hostil, ou seja, com o inimigo, jogando na antecipaçaõ do seu movi-

mento, para melhor se resguardar da sua ação animosa, ampliou a erudição sobre os métodos de aniquilamento (da produção do medo e da morte) do oponente, engendrando o contínuo “esticar da guerra” e a ascensão aos extremos.

O vetor nuclear não inibiu o ampliamiento do conhecimento estratégico, elevou-o a novos patamares de compreensão dos mecanismos da conflitualidade hostil e da guerra com as estratégias subversivas e contrassubversivas e a introdução de manobras hostis de caráter político, mediático, ideológico, económico, etc., muito bem definidas por André Beaufre no conceito de “estratégia indireta” (Beaufre, 2004: 119-131). Na verdade, nada demonstra de forma mais evidente o refinamento dos meios de aniquilamento postos ao serviço de objetivos políticos que os atentados de setembro de 2001 feitos com grandes aviões civis. Em síntese, a estratégia como conhecimento visando agir sobre a realidade, mobilizando recursos intelectuais, morais e materiais, buscando o controlo do inimigo, ampliou enormemente a compreensão dos modos de manipulação do aniquilamento do adversário e em consequência alargou desmesuradamente as mecânicas e os artefactos da conflitualidade hostil e da guerra.

A ampliação do conhecimento não se fez todavia num só sentido. Ao mesmo tempo que o estudo da estratégia ampliava as possibilidades de manipular o aniquilamento, dispunha igualmente as coisas de forma a alargar as possibilidades da paz. Este fenómeno paradoxal não nos deve parecer estranho. A estratégia busca armar a manipulação do aniquilamento de meios e combinações para tornar este concretizável e entre estes podem perfeitamente despontar instrumentos que assegurem que o outro jamais se virará em inimigo e acabará por aceitar uma amizade honestamente oferecida. Ademais, deve-se voltar e lembrar que o fito do aniquilamento do outro é a paz. Num certo sentido, a diplomacia clássica já prefigurava esta modalidade estratégica de ação ao desenvolver um conjunto de procedimentos de diálogo político permanente com os potenciais vizinhos oponentes (Calvet de Magalhães, 1995: 57-61).

O nascimento do conceito de segurança coletiva evidenciava outra via para a consecução da paz, que não a instrumentalização da guerra, ou seja, a do aniquilamento do outro por via da luta. A segurança coletiva era e é um mecanismo de garantia da segurança de todas as entidades políticas que participam na vida internacional e lhes afiançava a sua perdurabilidade e em consequência, facilitaria, e favorece, a preservação da paz. A segurança coletiva basear-se-ia igualmente na cooperação internacional e na ação coletiva de todos os Estados com vista a manutenção da paz e à resolução pacífica dos conflitos. A Sociedade das Nações seria o fórum de resolução de diferendos e de garantia coletiva da paz: a segurança ligava-se à paz (Cravinho, 2006: 100-106).

Os avatares do conceito de segurança coletiva mais não fizeram que ampliar esta ideia de utilizar o mecanismo de cooperação como instrumento de garantia da

paz. Conceitos como segurança comum e segurança alternativa, desenvolvidos nos anos setenta e oitenta, baseados na ideia de compartilhamento da segurança, não ofensiva e não militar, mas alicerçada em dimensões económicas e ambientais e considerando os valores de justiça dos diversos atores (Brandão, 2000: 42-3), demonstram o desenvolvimento de modalidades de ação que procuram, por outros itinerários que não o mecanismo puro do aniquilamento, a resolução da conflitualidade hostil e da guerra, no reconhecimento das razões do outro e na erradicação das causas que moviam cada um dos atores à confrontação mútua. Há, nesta mecânica, um profundo paradoxo, dado que a estratégia, brotando da guerra, com vista a municia-la de meios e de mecanismos e de combinações de condução que facilitassem a sua manipulação, o mais eficientemente possível pela política, tanto armou o aniquilamento quanto teceu a paz. António Horta Fernandes observou, em conversa com o autor deste texto, esse paradoxo para a guerra subversiva ao caracterizá-la como edificação e destruição em simultâneo.

Esta lógica de destruição e edificação é contudo inerente à estratégia, por que já intrínseca à guerra. A guerra é *creatio ex nihilo*, criação a partir do nada, ou mais propriamente, neste caso, a criação a partir do aniquilamento. Aniquilamento que se origina na palavra latina *niil / nihil*, (nada) e que quer significar, reduzir ao nada. Mas na guerra, a manipulação do aniquilamento, de reduzir algo ao nada, deriva da vontade de criar algo novo, como observou Walter Benjamin, refletindo sobre a Grande Guerra, a grande “tábua rasa” que tinha o condão de possibilitar a criação de algo a partir do nada, um fenómeno que tinha algo em comum com a revolução (Benjamin, 2008: 73-8). No fundo, a paz *post-bellum* é verdadeiramente uma nova criação. A grande novidade aportada pela estratégia é que permite desenvolver o mesmo mecanismo a montante do desencadeamento do embate bélico, pela resolução e erradicação das causas da conflitualidade hostil.

Mas no horizonte do mecanismo mental estratégico está sempre presente o problema do aniquilamento (da destruição absoluta, que conduz a uma forma de paz derivante da *creatio ex nihilo*) mas que pode ser resolvida pela resolução, pela erradicação da incubadora de conflitualidade hostil, das causas que movem o afrontamento. A erradicação dos fundamentos que excitam a conflitualidade hostil e a guerra, é ela própria, outro modo de abolição do inimigo, outro modo de redução ao nada do oponente, não pelo seu aniquilamento, mas pela aniquilação das raízes que engendram a oposição fratricida.

Em suma, o problema do inimigo é problematicamente omnipresente. Esta realidade significa que nunca a estratégia pode baixar completamente a armadura que a envolve, e tem, por consequência, que orquestrar uma manobra o mais ampla possível que, podendo resolver pela erradicação da conflitualidade hostil, a confrontação mortal que se pode antever, não pode deixar, por isso mesmo, de considerar a manipulação do aniquilamento violento e letal como instrumento para a resolução do

diferendo. A balança do pêndulo estratégico move-se sempre entre o aniquilamento do outro e a abertura a uma verdadeira fraternidade humana (que deriva igualmente da abolição do inimigo, não por via da sua eliminação, mas pelo mútuo abaixar do escudo que envolve os atores em duelo, e que desponta da capacidade de interagirem por um diálogo que convide à compreensão mútua).

A escolha da forma como o inimigo é abolido não cabe à estratégia. Ela apenas equipa os atores estratégicos com o conjunto de instrumentos com que o podem fazer. A forma de abolição do inimigo deriva da escolha consciente e responsável dos atores que operam no tablado do confronto. A escolha entre a fraternidade e o aniquilamento é uma deliberação dos homens. É por isso, e antes de mais, política. Há sempre um tempo para tudo:

“Há um momento para tudo e um tempo para todo o propósito debaixo do céu.  
Tempo de nascer  
E tempo de morrer;  
(...),  
tempo de matar  
e tempo de curar;  
tempo de destruir  
E tempo de construir;  
(...)  
tempo de Amar  
e tempo de odiar;  
Tempo de guerra  
E tempo de paz;”<sup>13</sup>

### **Conclusão**

A guerra é um ato relacional. É por isso que a guerra é ação. A guerra brota da complexidade problemática do relacionamento entre os homens.

A autoconsciência da guerra sempre viu a guerra como expressão do relacionamento humano. Não obstante, na antiguidade clássica, o motor da guerra encon-

---

13 Eclesiastes, 3, 1-9 (Bíblia de Jerusalém, 1985: 1169). Na ótica do tradutor, o texto remete para a bipartição das atividades humanas, metade sinistra, metade sinalizada pela vida. (Idem, nota t: 1169). Parece-me contudo, que pode alargar-se um pouco a dicotomização do tradutor. Mesmo as atividades negativas podem ser marcadas pela mão de Deus e transformadas em algo positivo. Não será isso o sinal supremo da Cruz, a morte mais terrível vencida pela graça de Deus. No fundo, não será o texto uma expressão de uma prudente filosofia, visando salientar a complexidade da vida dos homens e os limites do seu julgamento face ao de Deus?

trava-se nas forças arcanas divinas e telúricas que conduziam a humanidade à insanidade da violência armada mais vil e que obrigavam os homens a responder com coragem heroica a esse desafio no fito de cobrir a vida da sua cidade. Só com o Império Romano e o papel de ordenação do orbe que cabia às legiões romanas e à força armada se pode pensar na guerra como instrumento da paz, forjada na justiça da causa por que se batiam os legionários de Roma, “o flagelo” que os deuses impunham aos prevaricadores da sua vontade.

A relação do pecado com a história permitirá a Santo Agostinho introduzir a guerra na historicidade, ao mesmo tempo que desenvolverá uma leitura positiva da sua ação no tempo, através do mecanismo da guerra justa. É certo que em Santo Agostinho coexistem, de uma forma que parece que este autor não foi completamente capaz de perceber dois tipos de guerra, a guerra injusta fruto do pecado e a guerra justa, resposta àquela, serviçal do Amor de Cristo, do Amor Divino. A leitura da guerra de Santo Agostinho favorece a guerra como processo de conversão do mal, dando ao inimigo um rosto humano muito mais profundo e entreabrindo as portas para a visão simétrica do rosto do adversário na modernidade, como de um outro eu similar.

Com Hugo Grócio e outros autores da modernidade, a guerra configura-se como uma dualidade simétrica, fazendo com que se oponham entre si dois rostos correspondentes e humanos. A guerra passa a ser um jogo de interesses entre soberanias que na contenda os litigam e regateiam, combinando em simultâneo a negociação diplomática e o poderio das armas. A guerra torna-se um instrumento da política e acaba por parturar a estratégia.

A guerra é ação, um diálogo entre dois atores simétricos que interagem enredadamente pela ação que os entrelaça. Por esta ação cada um dos atores visa coagir e subjugar o outro à sua vontade, fazendo com que o principal instrumento que utilizam para alcançar o seu propósito seja a força. A guerra, pela manipulação do aniquilamento (pela morte e pelo medo), através da luta, visa alcançar os fins positivos de uma dada comunidade (por isso a guerra é visceralmente política). A guerra desponha assim como um processo de diálogo extralinguístico, que termina imediatamente após um dos lados se subordinar à vontade do outro, reinstaurando a paz.

A paz é o fito da ação da guerra. E sendo a paz a finalidade e a consumação da guerra, o princípio fontal e o fim, faz desta um instrumento da política, dado ser fito da política a paz, a “ordem na tranquilidade” nas sábias palavras dos dois maiores doutores da Igreja medieval. A política é a fonte da guerra, tal qual a fonte que alimenta a força do caudal de um rio. Mas a abolição do inimigo e a instauração da paz são tarefas de elevada complexidade, em boa medida porque o outro reage à imposição do caminho que almejam obrigá-lo a trilhar.

A estratégia brotou da necessidade dos atores adquirirem aptidões para controlar e regular a manipulação do aniquilamento, feito através da luta e do combate, com

vista a atingirem os fins desejados, sobrepujando as resistências que os adversários lhes ofereciam. O desenvolvimento do controle alicerçou-se em duas grandes traves mestras, a ponderação prudente e prospetiva da ação do adversário, procurando antecipar-se-lhe, e o desenvolvimento de meios, pela sua geração, combinação e orquestração ou sintonia, que facilitassem e assegurassem o melhor uso do mecanismo do aniquilamento e evitassem a sua temível retrocessão. A estratégia surge assim como um conhecimento, um saber, que ao modo das ciências naturais, permitisse compreender os mecanismos do combate violento e mortífero e assegurasse a antecipação e a antevisão dos processos pelas quais se poderia sobrepujar eficientemente o adversário. Acontece que o dilema do inimigo é um dos mais enigmáticos desafios com que o pensamento se confronta.

A criatividade humana faz com que o homem ponha ao serviço de fins positivos coletivos o próprio abismo do aniquilamento e da morte, pela guerra, o que dificultada de forma acrescida o labor da estratégia, obragem mental que visa conhecer para agir, sobrepujando a resistência do oponente. A necessidade de replicar ao inimigo ampliou o desmesuradamente o conhecimento da estratégia por um mecanismo fáustico que derivava da necessidade de esta entender todas as possibilidades de que aquele disporia para impor a sua vontade ao adversário. O nexó fáustico levou a ampliação das modalidades de guerra ao longo dos séculos XIX e XX, da “nação em armas” à “nação em guerra” e desta à grande englobante da manobra subversiva e contra-subversiva. A ampliação do conhecimento permitiu todavia ampliar também as ferramentas que encaminhavam as sociedades para a abolição do inimigo, pela erradicação do motor que conduzia à confrontação armada, desenvolvendo-se em paralelo com a exponenciação da violência novos veículos de resolução pacífica e negociada da sua conflitualidade hostil.

Mas a conflitualidade hostil e a guerra são o espelho do relacionamento humano, e se a estratégia desenvolveu nestes séculos uma numerosa utensilagem mental para compreender e poder agir, que vai do aniquilamento puro e duro do oponente à resolução ajustada da hostilidade entre os dois adversários, a sua capacidade de escolha do caminho está condicionada pela rede de relações entre os homens que se encontram a montante de si e do seu conhecimento, na fonte da paz, mas também da guerra, e de definição do inimigo, que é a política: o relacionamento ético entre os homens visando a coabitação entre eles. É que é a política que define o nome do inimigo.

## Referências

- Agamben, Giorgio (1999). *Ideia de Prosa*. Lisboa: Cotovia.
- Andújar Castillo, Francisco (1999). *Ejércitos e Militares en La Europa Moderna*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Aquino, São Tomás de (2007). *La Monarquía*. Madrid: Tecnos.
- Aron, Raymond (1976). *Penser la Guerre, Clausewitz. I, L'âge Européen*. Paris: Éditions Gallimard.
- Balthasar, Hans Urs Von (2008). *Só o Amor é Digno de Fé*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Beaufre, André (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Sílabo.
- Benjamin, Walter (2008). *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Bessa-Luís, Agustina (2012). *Breviário do Brasil*. Lisboa: Guimarães.
- Bíblia de Jerusalém* (1985). Lisboa: Paulus.
- Brandão, Ana Paula (2002). "Segurança: um conceito contestado em debate", in Adriano Moreira (Ed.). *Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, pp. 37-55. Lisboa: Prefácio.
- Calvet de Magalhães, José (1995). *A Diplomacia Pura*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Cícero (2008). *Tratado da República*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Clausewitz, Carl Von (1984). *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Clausewitz, Carl Von (1998). *Théorie du Combat*. Paris: Economica.
- Coutau-Bégarie, Hervé (1999). *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Coutau-Bégarie, Hervé (2009). *Conférences de Stratégie*. Paris: ISC.
- Couto, Abel Cabral (s/d). *Elementos de Estratégia* (2 Vols.). Lisboa: IAEM.
- Couto, Abel Cabral (2004). "Posfácio" em António Horta Fernandes e Francisco Abreu, *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial*, pp. 215-230. Lisboa: Sílabo.
- Couto, Mia (2005). *Pensatempos*. Lisboa: Caminho.
- Cravinho, João Gomes (2006). *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: ICS.
- Duarte, António Paulo (2003). *O Equilíbrio Ibérico no Século. XI-XX: História e Fundamentos*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Duarte, António Paulo (2005). "A Visão da 'Guerra Total' no Pensamento Militar". *Nação e Defesa* n.º 112, 3.ª série, pp. 33-50.
- Duby, Georges (2005). *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de junho de 1214*. Lisboa: Terramar.

- Espinoza (2008). *Tratado Político*. Lisboa : Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Fernandes, António Horta (1998). *O Homo Strategicus ou a Ilusão de uma Razão Estratégica?* Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Fernandes, António Horta Fernandes (2011). *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Atualidade* (Homo Strategicus II). Lisboa: Esfera do Caos, Lisboa.
- Fernandes, António Horta, e Francisco Abreu (2004). *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial*. Lisboa: Sílabo.
- Frontino, Sexto Júlio (2005). *Estratagemas*. Lisboa: Sílabo.
- Gaddis, John Lewis (2003). *Paisagens da História, Como os Historiadores Mapeiam o Passado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gray, Colin S. (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- Gray, Colin S. (2010). *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Guiomar, Jean-Yves (2004). *L Invention de la Guerre Totale*. Paris: Félin.
- Heraclito (2005). *Fragmentos Contextualizados*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Howard, Michael (2004). *A Invenção da Paz: Reflexões sobre a Guerra e a Ordem Internacional*. Lisboa: Guimaráes.
- Homem, António Pedro Barbas (2010). *História das Relações Internacionais: o Direito e as Condições Políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Almedina.
- Homero (2005). *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia.
- Heuser, Béatrice (2010). *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Husserl, Edmund (s/d). *A Ideia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Keegan, John (s/d). *O Rosto da Batalha*. Lisboa: Fragmentos.
- Keegan, John (1987). *The Mask of Command*. London: Jonathan Cape.
- Lançon, Bertrand (2003). *O Estado Romano: Catorze Séculos de Modelos Políticos*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Lindemann, Thomas (2000). "Ludendorff et la Guerre Totale, Une Approche 'Perceptuelle'", in François Géré e Thierry Widemann, *La Guerre Totale*, pp. 23-37. Paris: Economica.
- Lourenço, Frederico (2005). "Introdução" em Homero, *Ilíada*, pp. 7-25. Lisboa: Livros Cotovia, (s/l).
- Monteiro, João Gouveia (2003). *Aljubarrota, 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História.
- Oliveira, Francisco de (2008). "Introdução" em Cícero, *Tratado da República*, pp. 15-56. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Paret, P. (1992). *Understanding War: Essays on Clausewitz and the History of War*. New Jersey: Princeton University Press.
- Pessoa, Fernando (2006). *Livro do Desassossego*. Lisboa: Círculo de Leitores. Platão (2008). *O Político*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Platão (2008a). *Laches or Courage*. <http://www.gutenberg.org/files/1584/1584-h/1584-h.htm>. Consultado em 13 de abril de 2012.
- Santiáñez, Nil (2009). *Goya/Clausewitz. Paradigmas de la Guerra Absoluta*. Barcelona: Alpha Decay.
- Santos, J. Loureiro dos (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Smith, Leonard V. (2007). *The Embattled Self: French Soldiers Testimony of the Great War*. Ithaca: Cornell University Press.
- Strachan, Hew (2004). "Stratégie", em Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean-Jacques Becker, (dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918*, pp. 421-435. Paris: Bayard.
- Tartt, Donna (2005). *A História Secreta*. Lisboa: Dom Quixote.
- Tiago, Manuel (2005). *Até Amanhã, Camaradas*. Lisboa: Edições Avante.
- Vlassopoulos, Kostas (2010). *Politics. Antiquity and its Legacy*. New York: Tauris.
- Wylie, J. C. (1980). *Military Strategy: a General Theory of Power Control*. Westport: Greenwood Press Publishers.

# Todos Somos Mulheres: A Estratégia como Razão das Vítimas e dos Vencidos\*

António Horta Fernandes

*Professor Auxiliar com Agregação do Departamento de Estudos Políticos da FCSH/UNL*

## Resumo

Com o presente artigo pretende-se interrogar a estratégia como ética do conflito, razão das vítimas e dos vencidos, do lado do feminino, mais propriamente apresentando a condição de mulher como a medida por excelência da alteridade radical ferida de morte pela violência da guerra. Não se trata, de modo nenhum, de tomar a violência de género como paradigma da guerra, antes de trazer à luz através da condição subjugada, silenciada, do ser mulher uma parcela essencial da alteridade, com vista a que o zelo de acolhimento do outro pela estratégia no seio da hostilidade possa efetivamente atingir os seus fins: ir desarmando por dentro, como se de uma quinta-coluna se tratasse, a conflitualidade hostil, pondo a paz definitiva ao alcance da humanidade. A estratégia como propedéutica à chegada do Messias, tomando a mulher, sem se esgotar nela, como figura de uma *kenosis* radical e prefiguração do servo sofredor resgatado. Para alcançar os objetivos propostos, foi necessário indagar previamente sobre o sentido da estratégia, incluindo uma leitura de Clausewitz em instância ética.

## Abstract

*The present article aims to question strategy as ethics of conflict, reason of the victims and the defeated, from the feminine side, more accurately showing women condition as a mean of excellency of the radical otherness, wounded to death by the violence of war. It is not intended, in any way, to establish gender violence as a paradigm of war, but rather to bring to light, through the submitted, silenced, condition of being a woman an essential part of otherness, with the purpose that the sheltering zeal of the other towards strategy within hostility may indeed attain its purpose: disarming from the inside, as a fifth column, the hostile conflictuality, putting peace, definitely, at humanity's reach. Strategy as propaedeutics to the arrival of a Messiah, turning women, without exhausting in them, a figure of a radical kenosis and prefiguration of the suffering redeemed servant.*

*To achieve this purpose, it has been necessary to previously question the sense of strategy, including a reading of Clausewitz in ethical instance.*

\* Estamos gratos a Mário Correia e Patrícia Matos Nogueira por permitirem um diálogo sobre a condição da mulher e sobre o feminino muito substantivo para a génese do presente artigo.

### **Do Sentido da Estratégia**

No âmbito da sua relação de enquadramento com a política, da qual depende, a estratégia tem como objeto a conflitualidade hostil entre atores políticos. Naturalmente que estamos a pensar em atores que tenham suficiente massa crítica para porem em prática manobras estratégicas, porquanto se hoje em dia podemos considerar como políticos determinados atores individuais na cena internacional, não é menos verdade que dificilmente esses atores podem ser crismados de estratégicos, tal é a sua exiguidade substantiva. Outra coisa bem distinta é a sua capacidade de influenciar as interações estratégicas.

O tratamento da hostilidade real ou potencial que deriva do choque (seja de natureza militar ou de outra qualquer) efetivo ou eventual entre atores políticos (por causa de objetivos políticos) é então a razão de existência da estratégia. Dizemos mais: a hostilidade é a única e exclusiva razão de ser da estratégia. Se bem que existam tentativas para alargar o seu objeto a todas as manifestações agónicas, elas esbarram não só com aporias epistemológicas, pois o alargamento fenomenológico do espetro da estratégia às manifestações mais benignas de competitividade dissolve, em parte, o próprio agonismo, o caso dos desportos individuais, mas sobretudo enfrentam o muito mais poderoso obstáculo ético. Obstáculo esse que lhes recorda que esparzir a estratégia para além das fronteiras da hostilidade (fronteiras porosas como todas o são) é incendiar áreas estruturalmente regradas e pacíficas com racionais de natureza agressiva, encrespando com um novo fator de violência desnecessário os tecidos sociais, já de si muito permeáveis na contemporaneidade a ensimesmar quaisquer catalisadores de violência.<sup>1</sup>

Mas donde deriva, em última análise, esta preocupação ética? Deriva da condição ôntica excecional da guerra. Expliquemo-nos: a estratégia incide sobre toda fenomenologia da hostilidade entre atores políticos, a qual a guerra não esgota: são exemplo, as manobras de constrangimento sobre aliados e neutros; as estratégias inversas (a hostilidade por meio de ações anti-hostis); algumas das operações de apoio à paz; ou ainda ações várias de apoio às populações no âmbito da contrassubversão, tendo como objetivo seduzi-las com o fito de derrotar o adversário. Todavia, a hostilidade em si tem seu aferidor último, o seu valor de

---

1 Não é de estranhar que seja Abel Cabral Couto o estrategista que melhor convive com essas aporias, até porque tem perfeita consciência delas, ou não estivéssemos perante o maior estrategista vivo da escola clássica, de facto aquela que mais importa. Ainda assim, e a nosso ver, nem Abel Cabral Couto consegue ultrapassar as aporias inerentes à extensão do objeto da estratégia. Para uma síntese da posição que já designámos como própria de um segundo Abel Cabral Couto (Couto, 2004: 215-230). Distinta e a esgrimir com outra ênfase é a posição de Francisco Abreu, já que este discípulo de Abel Cabral Couto mantém-se no campo da hostilidade pura e dura, simplesmente pretende alargá-la à rivalidade interempresarial em si, transpondo para ela o edifício estratégico (Abreu, 2002).

utilidade marginal, a porção que estabelece o preço, na guerra absoluta: caótica irreprimível, núcleo abissal presente em qualquer conflagração, o extremo da violência contumaz e refratário a qualquer inscrição política, sempre à espreita com vista a assenhorear-se do terreno, porque o que é próprio desse extremo é materializar-se na plenitude. Logo, é o caráter de absoluta exceção da guerra em relação à normal processualidade social, daquilo que se alimenta e compraz no para além das regras, na rutura dos diques que contêm o dilúvio, por mais que a água seja turva ou esteja estagnada, a dar o tom que afere a fenomenologia da hostilidade. Nesse sentido, seria inconcebível, desde logo em termos lógicos, que a hostilidade e a competição pudessem fazer parte do mesmo horizonte: a exceção relaciona-se com a norma, pode até vigorar como se de norma se tratasse, pode inclusive pensar-se que a norma não seja mais que um hiato no excepcional “decisionismo” soberano, mas enquanto tais, norma e exceção não são figuras que tenham atributos similares, ou uma concretude aproximada, de modo a fazerem parte da mesma extensão.

É claro que se pode e deve perguntar por que razão insistimos nos aspetos éticos do problema, em vez de apontar tão só a incoerência lógica e epistemológica de fazer assentar hostilidade e competição no mesmo território. A razão está em que a estratégia não é nem nunca foi mera gestora maliciosa (e cada vez mais sofisticada) da violência hostil. A estratégia é uma verdadeira ética do conflito, uma contraluz nascida no seio do inaudito da violência bélica e da hostilidade entre vontades políticas, cujo sentido é ir limitando essa mesma violência, evitando a delapidação desbragada e insana de recursos humanos e materiais, com vista a ajudar a imobilizar as relações de força. A estratégia procura a autoanulação, nela se completará e realizará finalmente. É certo que o campo operativo da estratégia é o da hostilidade, onde tecnicamente vale a vitória, derrota ou negociação, mas a força profunda que opera sobre essa hostilidade, tornando estratégica a estratégia, é a contenção prudencial, visceral ou consciente. E essa contenção deriva de uma abertura primacial ao outro, de um acolhimento metafísico e antropológicamente constitutivo, porque fruto de uma solidariedade umbilical que nos convoca, mais ainda, de uma inclinação primacial para o outro que nos importuna e intima, nem que seja a nosso pesar. Vencer prudentemente é o resultado que vai desagregando a hostilidade e com ela a violência, até à viragem messiânica, em que o vencer e o perder nem sequer farão sentido, e a estratégia já não será precisa.

Note-se, portanto, que não se trata de voluntarismo da nossa parte, antes da punção com que a hostilidade entre atores políticos atinge o discurrir social ordinário, por mais que a violência tenha sido considerada a partir da Idade Moderna como uma dimensão *de jure* da política. Essa punção exige que a tessitura social responda com uma racionalidade prudencial que gera fins próprios diante do conflito

hostil. A racionalidade social estratégica, e a estratégia como disciplina de fins próprios que retroage sobre a política corporaliza a resposta à hostilidade.

A estratégia é uma disciplina de fins incompletos, a completar na síntese política superior. Por essa via dos fins estratégicos específicos mas incompletos, os objetivos estratégicos são tão estratégicos *qua* estratégicos quanto objetivos políticos, necessariamente intermédios e subordinados. É que não obstante a especificidade estratégica, estamos a falar da mesma comunidade ou sociedade que opera politicamente, inserindo-se no campo da hostilidade política, e sabendo-se que a estratégia, no seu enquadramento vertical, despacha cada vez mais próximo da política – hoje em dia o responsável pela estratégia integral e o decisor político são a mesma pessoa, só que com funções diferentes. O estratega, ao nível da estratégia integral, é o decisor político, e o seu estado-maior informador, no exato momento em que dá diretrizes e despacha em razão da hostilidade *qua* hostilidade que determinados objetivos políticos suscitam.

Porém, os objetivos estratégicos não se sobrepõem ou coincidem na totalidade com os objetivos políticos que suscitam ou podem suscitar hostilidade, uma vez que a punção de que falámos, alterando o processo social normal, gera finalidades únicas, no sentido de obrigar a política a enquadrar essa punção violenta no conjunto dos objetivos e finalidades comunitárias, isto é, a sobredeterminar a gestão da violência de maneira a evitar a presença solipsista desta – não poucas vezes agindo assim sobre a política no intuito de corrigir a sua cegueira pró-bélica. Por outro lado, vendo agora sob o prisma estrita e propriamente político, e sem prejuízo de que a remissão da estratégia para a política, em tese, relativiza a hostilidade, enquadrada que fica esta pelos restantes objetivos políticos que se não esgotam nela, os objetivos políticos passíveis de hostilidade têm de continuar ativos e autónomos em relação à estratégia para poderem ser ponderados com os restantes: com aqueles que dizem respeito à cooperação, à acomodação, ou à competição. Podendo, em última análise, a política querer valorizá-los mais, ou relativizá-los profundamente, enquanto síntese superior, para além, independentemente e até a despeito da ponderação recursiva que a racionalidade social estratégica exerce sobre o domínio político *tout court* – obviamente, com o eventual custo associado que é inerente a todas as decisões políticas (soberanas) últimas, de que o caso hitleriano, mas não só esse, é paradigmático.<sup>2</sup>

---

2 Pode acontecer que a política aceite, é certo, a racionalização prudente da estratégia, os *outputs* da racionalidade social estratégica, mas pretendendo ficar-se por aí, pelos fins incompletos da estratégia, enfeudar-se à estratégia, apesar da vontade em contrário desta. Quando não quer mesmo perverter essa prudência para promover uma hostilização mais sofisticada e apurada, que em vez de controlar danos os exponencia, mas de forma subtil.

Mas a razão decisiva pela qual a estratégia gera fins próprios – até porque a autonomia dos objetivos políticos hostis em relação à estratégia, que acabámos de observar, poder tender a transformar-se em esvaziamento da racionalidade social estratégica por parte da política, sempre que as duas racionalidades entrem em rota de colisão – e a punção violenta é sentida como anormal tem origem na guerra,<sup>3</sup> como realidade que ultimamente transborda da política, através desse núcleo politicamente irreduzível; do núcleo que a política nunca consegue sobraçar e absorver, que dá pelo nome de guerra absoluta. Ora, a estratégia para tentar tratar a guerra, muitas vezes contra o aval da própria política (pense-se na cinética soberana como fator de ascensão aos extremos),<sup>4</sup> tem de soltar-se, ainda que depois a estratégia seja também ela impotente face à guerra absoluta – também aqui o caso hitleriano é paradigmático, porquanto a impotência última da política se fica a dever à carta de alforria que a política dá à guerra em relação ao controlo específico da estratégia, deixando-a aproximar-se do seu extremo (guerra absoluta), isto quando em simultâneo sobre-estrategizou o real, encetando com isso o processo autofágico da estratégia, do qual se serviu como motivo adicional para marginalizar essa mesma estratégia, que só não culminou na sua pulverização integral porque a resiliência desta permitiu a capitulação, o ir baixando os braços, a vida reduzida a murmúrio, como forma derradeira de resistência da racionalidade social estratégica à insanidade.<sup>5</sup>

Bem se sabe que a estratégia traz consigo essa sina de poder ser sensibilizada pela percussão das suas membranas mais violentas, ou não adviesse ela da área do poder nu. No desenrolar do jogo estratégico existe, no sentido mais estrito, uma

---

3 De que a guerra transtorna a vida normal em sociedade, isto é, a vida pacífica, já os gregos tinham plena consciência, e Tucídides expressa-o de forma eloquente: “Em tempos de paz e de prosperidade, os indivíduos e as cidades mostram disposições mais conciliadoras. Mas a guerra, com as restrições que traz à vida de todos os dias, é uma escola de violência [alguns preferem traduzir: “é uma mestra violenta]. Ela modifica o humor [no sentido de modelar as inclinações] da maioria de acordo com as realidades do momento” (Tucídides, 2009: Livro III, cap. II, (82), 260).

4 Clausewitz argumenta que uma política poderosa pode criar condições para induzir a ascensão aos extremos, a guerra absoluta quase ou plenamente concretizada. Algo de que vislumbrou traços nas guerras napoleónicas, fruto da dinâmica soberana (Clausewitz, 1986: Livro VIII, cap.IIIB e cap.VIB, 593 e 606).

5 Richard Overy refere que dados recolhidos no pós-guerra fizeram pensar que, em finais de 1944, quase 70% dos alemães queriam deixar de lutar de imediato. A razão pela qual a luta continuou, cada vez menos empenhada, em 1944-1945, ficou a dever-se ao medo popular, alimentado pela propaganda e pelo receio das represálias soviética, esperadas como reação às atrocidades cometidas pelas forças alemãs no Leste (Overy, 2005: 399-400). Já para Enzensberger os combates não cessaram senão até se levantar o último montículo de destroços, e ainda assim Hitler teria querido continuar o *herem* (Enzensberger, 2008: 39).

quota-parte incontornável de malícia, de cálculo astucioso para fins do derrube de outrem, de gestão ainda hostil da hostilidade, mera preparação e condução técnica da luta, cingida, portanto, ao seu campo operativo e à ação que nele deve obrigatoriamente ter para levar de vencida as resistências hostis à realização dos objetivos políticos. Todavia, o que torna estratégica a estratégia não é essa gestão maliciosa e apurada da hostilidade, que faria dela um exercício perverso, mesmo demoníaco, no preciso sentido de Tillich,<sup>6</sup> é antes a contenção prudencial, o querer-se enquadrada pela política num espaço organizado em torno de um controlo férreo da violência, que a possa morigerar, com vista ao bem comum; a responsabilidade de saber-se maratonista favorito de uma prova que tem como troféu a destituição definitiva da violência.

Dadas tais coordenadas, a autonomia da racionalidade social estratégica, por causa da guerra e na medida em que é guiada pela metafísica da paz pura, mostra, outrossim, que por mais que a guerra se tenha tornado um instrumento político, a sua integração de fundo no universo político, conseguida em termos práticos, a ponto de levar a inventar e institucionalizar a estratégia como gestora da violência, permanece uma aberração, porque enquista a violência bélica, normaliza-a. Tendo sido a própria estratégia a famigerada (para a política soberana, bem entendido) quinta-coluna, a sinalizar o desajustamento entre a política e a violência bélica, o mesmo é dizer, entre a paz e a guerra. É que a guerra não pode ser nunca normalizada na íntegra, nem pelo poder absoluto do soberano, pelo que, em última instância, escapa sempre à política – daí insistirmos na excecionalidade da hostilidade, apesar das evidências históricas *a contrario*,<sup>7</sup> e, por consequência, na incongruência que é estender o espectro da estratégia – mas escapa destruindo a política – daí insistirmos que não basta ficar pelas inconsequências lógicas e epistemológicas, sendo necessário retirar as devidas ilações éticas das condições óticas inerentes à hostilidade entre comunidades politicamente organizadas.

---

6 A dimensão da falha, como que sísmica, que dá forma à conflitualidade hostil obriga à interrogação sobre o homem na sua integralidade, pelo que é de todo pertinente aplicar aqui a definição de “demoníaco” que o teólogo de origem alemã só aplica às constelações existenciais e ontológicas estruturais e estruturantes, ou àquelas com estas relacionáveis: “o demoníaco é a elevação de algo condicional a uma significação incondicional” (Tillich, 2009: 185). Porque concerne às preocupações últimas, o demoníaco em Tillich diz respeito àquilo que se opõe a Deus, e contra o qual Deus se opõe, violando a Sua natureza amorosa e o “mandamento” do amor, ao erigir em ídolos e, por consequência, em polos de dominação as figuras e os enredos finitos. Estes asfixiam assim as dinâmicas de abertura ao infinito e participação no fundo do ser que habitam o coração dos homens.

7 Que sendo mais profundas do que as camadas estratigráficas visíveis a olho nu, não atingem, felizmente, o manto decisivo que tudo suporta.

### *Guerra e Política*

Antes de seguirmos em frente, importa atentarmos, ainda que sumariamente nesta estranheza entre guerra e política, esclarecendo que referir a guerra a comunidades políticas (ou político-sacrais, se pensarmos na história anterior à Idade Moderna) não implica que a hostilidade entre elas seja também de natureza política. A guerra pode muito bem ser levada a cabo, e acreditamos que assim aconteceu até há poucas centúrias, para suportar a política não sendo necessariamente uma atividade com caráter político intrínseco. Ao longo da história, com toda a probabilidade na maior parte dos casos, quem governou só fez política se dispôs de armas, mas fê-lo não com elas, nem através delas, mas porque as teve para salvaguardar a muralha ou os caminhos onde se entretecia o comércio normal dos homens, aquele respeitante ao desenvolvimento das instituições e à ordenação do bem comum, ou tão-somente da salvação pública, em qualquer dos casos, ao exercício da política. Nesse sentido, julgamos poder avançar como uma definição de guerra que reza do seguinte modo: “violência organizada entre grupos políticos (ou grupos com objetivos político-sacrais), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”.<sup>8</sup> De resto, a presente definição permite fazer justiça tanto à especificidade da guerra como da política, de outra forma postas em causa. Dizer que através da guerra são visados determinados objetivos políticos, uma vez que a guerra repercute naturalmente na política, suportando-a em muitas das ocasiões, é uma coisa. Outra bem distinta é a caracterização do fenómeno bélico por si e não da política, que se pode, é certo, servir da guerra como instrumento. É que o instrumento tanto pode ser intrinsecamente político como não. Mas o que é mais importante, a guerra ganha vida

---

8 A presente definição corrige uma outra definição nossa, porventura ainda demasiado centrada na politização moderna da guerra, em virtude da força de penetração e amplidão atribuída por nós a essa mesma politização, e que agora se nos afigura excessiva; sem que seja lícito negar a grande profundidade que essa politização atingiu. Reza então assim essa definição: “violência organizada entre grupos políticos (ou grupos com objetivos político-sacrais), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político (ou nos limites da política), dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”. Ambas as definições estão baseadas, como está bom de ver, na definição clássica apresentada por Abel Cabral Couto (1989: 148), que reproduzimos igualmente: “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”

própria (não sendo só instrumento) mediante a sua gramática única. Se a guerra fosse apenas instrumento ainda se poderia talvez alegar que a sua especificidade, mesmo definitória, era só relativa, que o seu lastro ontológico último era a política. A qual, daquela se serviria como meio, algo vivo e temperamental, de exercer e obter poder. Todavia, “a guerra [também] engendra o guerreiro e a sociedade que o sustém”(Sofsky, 2004:127). “A guerra engendra formas do social, de criação e dissolução de grupos sociais, que somente são próprias dela”(Sofsky, 2004:111). Formas essas que dão origem, para as gerir em contraponto, à racionalidade social estratégica, acrescentaríamos nós.<sup>9</sup>

Em abono da definição ora apresentada, António Paulo Duarte chamou-nos a atenção para o seguinte: não sendo o conceito de guerra absoluta em Clausewitz um conceito abstrato, por consequência lógica, não o sendo igualmente qualquer outra definição que se atenha à guerra em si mesma, e na medida em que Clausewitz trabalha em profundidade as relações entre a guerra e política, dá sobremaneira que pensar que a definição primeira de guerra apresentada logo no início do *Da Guerra* (no primeiro capítulo do livro primeiro, do qual há a certeza de que Clausewitz fez a última revisão) nada contenha de política, realçando-se, isso sim, que a guerra é um duelo em larga escala, um ato de violência com que se pretende obrigar o adversário a submeter-se à nossa vontade (Clausewitz, 1986: Livro I, cap. I, 2, 75). Na verdade, o que Clausewitz denega em seguida (números 6 e seguintes do capítulo I) como abstração é a ideia de que a ascensão aos extremos seja automática, identificada com uma guerra enxuta de toda a influência, vazia de qualquer lei que não a sua. Mas nunca o estrategista prussiano ab-roga o sentido matricial da definição de abertura. Querendo isto dizer que a lógica interna à gramática bélica, essa violência indómita, está sempre presente seja em que conflito for, obviamente obedecendo à complexidade de interações do real e não a uma espécie de guerra pura.<sup>10</sup>

---

9 Embora nos pareça que Sofsky exagera manifestamente ao arguir que a guerra, no fundo, se faz por si mesma e que uma vez desencadeada se emancipa a passos largos dos objetivos políticos, prevalecendo a sim a dinâmica da violência (Sofsky, 2004: 112, 126-127). Nem toda a guerra se resume ao seu núcleo irredento, ou é guerra de extermínio. Ademais, a estratégia enquanto gestora, politicamente dependente, da guerra é a grande ausente do discurso do sociólogo alemão. Um verdadeiro “pecado por omissão”.

10 Isto é tanto ou mais marcante quanto Clausewitz, na segunda nota prévia que acompanha o manuscrito inacabado de *Da Guerra*, provavelmente a penúltima em data da mão do autor, insiste em dois géneros de guerra apenas, um que tem por fim abater o adversário, seja para o aniquilar politicamente, seja somente para o desarmar, impondo-lhe uma determinada paz; outro, que visa apenas conquistas fronteiriças para uso comercial (Clausewitz, 1986: 69). Está bom de ver que estes dois géneros não correspondem à distinção entre guerra real e guerra absoluta, esta última supostamente ideal. Ora, como a terceira e última nota em data ao ma-

Aliás, a ser assim, a ausência de qualquer menção à política na definição inicial de *Da Guerra* fortalece uma tese nossa, desenvolvida noutra lugar (Fernandes, no prelo), relativa ao que julgamos ser a resistência profunda oferecida por Clausewitz à politização da guerra nos tempos modernos. Na realidade, parece-nos que, apesar de todas as eventuais ambiguidades, a obra de Clausewitz aponta sobretudo para um avisador de fogo<sup>11</sup> (sendo a politização da guerra tão-só a fórmula de compromisso), portanto, para um senescal da paz.

### *Da Estratégia e da Alteridade*

Questionar-se-á entretanto o leitor acerca da justeza do título, uma vez que apenas pôde ler até aqui algumas reflexões sintéticas, em jeito de preâmbulo, sobre o objeto da estratégia e a sua relação com a política. Pois bem, desengane-se se julgar que o que estamos a fazer não passa simplesmente de um equívoco. A introdução ao *definiens* da estratégia era essencial para identificar esta com uma sabedoria do acolhimento do outro, de outrem (*autrui*) no meio da hostilidade. Identificá-la com uma arte da prudência para além de toda a prudência, quando já não é possível mais nada senão irmanarmo-nos com as vítimas e os vencidos, os aviltados, os ultrajados de sempre nos jogos coercivos do poder das potestades e dominâncias da terra. Se o rosto do outro se nos apresenta sempre como desvalido, como se não apresentará esse desamparo quando a violência se concretiza. Quando em vez do socorro primeiro a que estamos imemorialmente intimados, lancetamos o coração do próximo.

---

nuscrito revela que Clausewitz dá por acabado o capítulo primeiro do primeiro livro, pode inferir-se, com escasso reboço, que a guerra absoluta diz respeito à violência indómita, passível de se extremar, sempre incrustada em qualquer guerra, e que o estrategista prussiano toma de tal de maneira o conceito como certo, incontornável e básico que as diferenciações de género têm de ser procuradas por outra via. A não ser que da segunda para a terceira nota tenha mudado de opinião e queira relevar agora, ainda mais, o conceito de guerra absoluta. Mas isso só acresceria força ao nosso argumento.

- 11 A expressão “avisador de fogo” remete a Walter Benjamin, que falava de *Feuermelder*, em *Rua de Sentido Único*, como o que nos avisa de catástrofes iminentes a fim de as evitarmos (Benjamin, 2004: 44-45). Embora Benjamin tenha em mente a barbárie relativa a uma certa ideia e prática do progresso (nas suas palavras, cúmplice do fascismo), feita à custa das vítimas, dos vencidos, dos oprimidos. Não podemos esquecer que a possibilidade de ascensão da guerra aos extremos, que Clausewitz denuncia, se tornou um fator dessa mesma barbárie e que o próprio Napoleão, protagonista omnipresente da narrativa do estrategista prussiano, foi o primeiro grande magnetizador sem freios das massas e também a primeira encarnação do princípio soberano a acender os fogos para uma materialização franca da guerra absoluta (ascensão aos extremos), incendiando a paisagem como nunca antes acontecera e tornando-a pródromo combustível de braseiros infernais. De resto, uma encarnação de que Clausewitz estava perfeitamente consciente, como o demonstra o livro VIII, cap. IIIB da sua obra *Da Guerra*.

A estratégia dá conta dessa intimação primacial que pende sobre cada um de nós para o serviço. Dessa sororidade inescusável e não alijável que nos pesa na nossa entranha, até no fragor da batalha, e que nos questionará e alvoraçará com a mesma intensidade do olhar com que da tumba Abel interrogou Caim. A estratégia, no seu campo específico, pretende responder, como ténue fio de luz ao fundo do túnel, à sacrossanta e arqui antiga pergunta: que fizeste do teu irmão?

À estratégia cabe, na medida do possível, evitar que o processo de aniquilamento do outro na guerra não seja desmedido, naquilo que já é uma desmesura de bradar aos céus por natureza. Como tal, a sua dimensão fontal e o seu desiderato jamais podem ser menos que uma paz definitiva, claro está, num registo ético abaixado a uma *kenosis* radical.

### *A Guerra e o Desafio do Outro*

O conflito hostil, a guerra, implica a presença do outro que se quer negar na sua *outridade* (*otherness*). A própria rivalidade mimética, lastrada no desejo de possuir o que o outro possui e de ser o que o outro é, pressupõe o desejo de mesmidade, a anulação das diferenças. O outro, que não é projeção minha ou *alter-ego*, nem um eu como eu, antes um outro que eu, radical alteridade, desestabiliza-me, desinstala-me, descentra-me, tira-me do sério, faz-me perder o pé, invoca-me para que saia de mim, convoca-me, insta-me, intima-me, qual peso que pende e impende sobre mim. E eu, em consciência, sei que não posso senão servi-lo (diaconia), mas resisto, resisto e resisto, até porque confronta os meus projetos mais arraigados de que não quero abrir mão. Então tento despersonalizá-lo, diabolizá-lo, subsumi-lo ao modo de um mero tema dentro dos meus projetos, a ver se não me arranca de mim mesmo. Começando aqui o confronto, ao não conseguir vergá-lo aos meus desígnios, apresá-lo como de uma peça de encaixe no meu plano se tratasse (de um tema deglutido pelo conhecimento, reduzido a *próprio* pelo pensamento colonizador), porquanto reage resistindo, esvaindo-se-me entre os dedos para reaparecer acolá e assim sucessivamente, eu cada vez mais inseguro e ele cada vez mais irresistível (no duplo sentido contraditório de me desarmar eticamente e de eu insistir em ser revel). Não se trata do outro resistir enquanto eu, mas enquanto exterioridade absoluta, realidade totalmente incomensurável àquilo que sou e à possibilidade dele ser uma peça de uma engrenagem, uma variante indiferente de uma equação. Enfim, o outro não resiste psicologicamente enquanto eu, fazendo eu e ele parte do mesmo substrato. Resista ou não psicologicamente em termos estritos, ele furta-se, esquiva-se, não faz outra coisa senão fugar-se ao meu desatino,<sup>12</sup> por ser distinto *simpliciter*.

---

12 Fazendo por nós o que deveríamos fazer por ele, isto é, responsabilizando-se por nós, porque o que está prescrito é que alguém que veja o próximo afastar-se das obras de justiça e nada

Resumindo de outra forma, de substrato mais positivo e retomando a perspectiva mimética, pode dizer-se que a convocação do outro atrai-me para ele. Daí provindo o desejo de ser como o outro, de possuir o que o outro possui, de desejar o que o outro deseja (desejo do desejo do outro), o desejo de possuir e apoderar-me dele, isto é, o desejo de ser o outro. Mas, *in limine*, não advém toda esta provação e insatisfação miméticas em crescendo do desejo primeiro de identificação com o outro e logo do eu sair de si mesmo, libertar-se do seu próprio egotismo? Sim, é verdade. Só que se trata de um movimento acompanhado de uma primeira tergiversação, de uma imediata cambalhota fatal: o que era libertação transmuta-se em projeção, em expansão, já que a ânsia de sobreposição com o outro (transformado para isso em figura, recortado e aplainado como tal), a identificação sem fissuras, a fusão, denegam-no, violentando-o.<sup>13</sup> Uma coisa é o desejo de ser outrem, de estilhaçar o encasulamento em que me encerro, que a chamada do outro desperta desde sempre em mim, porque faz parte do meu próprio respirar.<sup>14</sup> Coisa sumamente distinta é o desejo de ser o outro, que o apaga, ou pretende

---

fizer, será a ele que se lhe pedirá contas (Ez 3, 16-21).

- 13 É evidente que nem o desejo nem a *mimesis* em si são maus; pelo contrário. Mas o desejo que descrevemos, mesmo já na sua caracterização unilateral, não interativa, pressupõe a confrontação. Na realidade, o outro como modelo a imitar converte-se em imitador do seu imitador, pelo que a rivalidade mimética expulsa dos cimos da ética os que mutuamente se increpam e, por conseguinte, de uma suposta personificação da condição imaculada de outro *per se*, alijada de qualquer culpa ou dívida. Nunca o leitor deve pensar que pressupusemos um conjunto *a priori* e definitivo de sujeitos enquanto verdugos face a um conjunto também *a priori* e definitivo de vítimas a que chamámos o outro. Isso seria confundir com a realidade o que separámos analiticamente apenas por comodidade de explicação. Sobre a não confusão pura e simples entre desejo mimético e rivalidade mimética, veja-se (Girard, 1996: 55).
- 14 Está bom de ver que se deve afastar a ideia de que o desejo tem por base a falta de algo que deve ser colmatada, falta essa que originaria o desejo, que por sua vez a sinalizaria. O desejo deriva de uma crescente satisfação geradora de mais apetite, portanto, de uma satisfação insatisfatória. Se esta conclusão se depreende facilmente do pensamento de Levinas sobre o desejo de infinito e sobre a intimação imemorial do outro sobre nós, ela é, no entanto, expressa de forma clara por Italo Calvino numa das suas “Novas Cosmómicas”: “não é verdade que se verifique o estado de desejo quando falta alguma coisa; se falta alguma coisa, paciência, passa-se sem ela; [...] Quero dizer que sobre um estado de falta puro e simples não pode nascer nada [...] Mas um estado de falta puro e simples, que eu saiba, não existe na natureza: o estado de falta experimenta-se sempre em contraste com um anterior estado de satisfação, e é sobre o estado de satisfação que cresce tudo o que pode crescer” (Calvino, 2009: 337). Assim sendo, o problema reside na objeto de desejo, na forma como se deseja e nos caminhos para a sua satisfação. De modo que a guerra não pode justificar-se mediante faltas e necessidades das quais derivariam justos, ou, pelo menos, menos maus desejos. A guerra deriva antes de desejos desencaminhados. Já a estratégia (ética do conflito) quer balizar e encurtar a extensão dos maus caminhos, movida pela aspiração de que no final deles não deverá sobrar nem rasto aproveitável.

apagar, já que ele sendo resiliente, resiste (ética e antropologicamente), gerando-se então a guerra.<sup>15</sup>

No fundo, o outro faz-me frente, resiste, mas para além da resistência física na confrontação propriamente dita, e do poder dilacerar-me e rasgar materialmente, o essencial não está aí, mas nas alturas ética e na debilidade, na *asthêneia* – isto sem nunca esquecer que, como nenhum ser é e se mantém inteiramente imaculado, muito menos os institutos coletivos, que são eles os atores das guerras, rapidamente a esquivo da resistência ética e/ou a mais lídima resistência física se degrada em falha mortal imputável a todos os contendores, fruto da reciprocidade mimética e da dinâmica interna da guerra absoluta. Nem que seja porque há no Mal tanto uma dimensão coletiva como uma dimensão existencial de depósito de calcificações segregadas ao longo da história por força do sem-número de ensaios vitais truncados, explicáveis pela incontornável finitude humana, em contraste com o não menos intrínseco desejo de infinito e pré-disposição para a transcendência. Tudo em conjunto formando uma espécie de halo que cerca de antanho a vontade e a torna relativamente cativa.<sup>16</sup>

---

15 “O homem vai à guerra para matar”, diz Sofsky. A guerra seria uma ocasião por excelência em que o homem expressaria a sua dependência (no sentido de adição) da sobrevivência. “O homem mata para sobreviver a outros”, acrescenta o pensador alemão. O ato de matar enraizar-se-ia no delírio de sobrevivência, que comportaria um enorme potencial de violência. A propensão para a violência residiria numa reação à própria morte, à angústia e ao medo da mesma, que são sentimentos únicos entre os seres vivos. Sendo o homem um animal *sepieliens*, sentir-se-ia especialmente atraído pela superação do medo da morte, como que revertendo assim a sua permanente ameaça. Matar ou sobreviver a um ambiente de morte, e a guerra é-o por definição, daria não só a sensação de suplemento vital individual, como de participar na anelada imortalidade da sociedade, da nação, da espécie, do que for (Sofsky, 2004: 11). Embora as teses de Sofsky mereçam um debate amplo, podemos-nos interrogar se esta premência por sobreviver ao outro não advém também ela do medo primeiro de não estar à altura da responsabilidade pelo outro, do desejo que o outro imprime em mim, e da subsequente desesperança que me assalta transmutando-se em ressentimento, do qual logo procuro desembaraçar-me sobrepondo-me ao outro e depois tentando aniquilá-lo *strictu sensu*? Não é a vontade de sobrevivência uma dimensão posterior de justificação, ainda que ainda ao nível do visceral, um querer alijar da culpa por não ter (querido/podido) suportar a responsabilidade iniludível? É que, como já argumentámos noutro lugar (Fernandes, 2011: 110-112), o sobreviver, ou participar da sobrevivência do mundo humano, é crer crismar para a posteridade a aniquilação, pressupondo a aprovação do outro (daquele que pende inescapavelmente sobre mim), a sua compreensão, agora que detém algures uma visão mais vasta das minhas limitações e insuficiências; ou então é simplesmente porque pressentimos que há sempre algo ou alguém, uma qualquer força, nos confins do universo a quem não podemos deixar de prestar contas.

16 Esta complexidade parece-nos ilustrada de maneira única no célebre pensamento de Pascal, vertido em aforismo: “o homem não é anjo nem fera (besta), e quer a desgraça que quem quer fazer de anjo faça de fera (Pascal, 1977: II vol., fragmento 572, 132). Sem que o filósofo francês

Não obstante o contraponto acabado de enunciar, e precisamente porque o mesmo é obstáculo enraizado, com força parasitária – quase simbiótica, para os mais pessimistas sobre o homem, só que, pasme-se, espantosamente otimistas acerca das eventuais positivities resultantes das guerras -, mas não fundamento, devemos reforçar que é a partir dos cimos éticos e do clamor de proletário que o outro me faz verdadeiramente frente, me obsidia, rasga e dilacera como inexpugnável, testemunho dos vestígios da Visitação de um passado que nunca foi presente. Como diz à maravilha Cristina Beckett, refletindo sobre Levinas, só posso querer aniquilar uma alteridade absoluta, caso contrário, estaria, de alguma maneira, a aniquilarme também – por isso a guerra não pode ser figura de sistema, como já reiteradamente temos vindo a defender, também como base em Levinas. Todavia, a estranheza da sua exterioridade inibe o poder de matar, destitui-o enquanto poder, uma vez que o poder é sempre relativo a qualquer resistência, e o rosto não oferece resistência nem contra-ataca porque não dispõe de qualquer poder ontológico. A sua resistência é ética e baseia-se na dupla assimetria da indigência ontológica e da altura ética inacessível que me convoca desde sempre à responsabilidade por ele (Beckett, 2011: 43-44).<sup>17</sup>

Na medida em que o outro não é o meu recíproco ontológico, mas aparece como rosto desguarnecido, inviolável nas alturas e imperativo de mandamentos que pendem sobre mim sem poder alijá-los, a matança mostra-se inútil e sem préstimo, retirando-me toda a potestade, pois é como crivar de morte o ar, ou sangrar com o látego até ao desfalecimento o dorso do mar. A responsabilidade para com o outro nem o seu *rigor mortis* aplaca, num tormento angustiado que nunca cessa no âmagdo do ser, e que por vezes assoma desarmante no face a face terrível para quem quer matar.<sup>18</sup> Na prática, o crime, a violentação, a hostilidade, a guerra é sempre

---

ponha de todo em causa a abertura à transcendência. A única questão nas imediações reside em saber o balanço que Pascal faz da relação entre a infusão da Graça, a graça infundida e a recetividade à infusão da Graça e conseqüente capacidade operativa própria mediante a graça infundida. Por nós, achamos que todos os termos do trinómio são essenciais, realçando a notável recetividade à infusão da Graça e conseqüente capacidade operativa própria mediante a graça infundida num ser finito como é o homem.

17 Vendo bem, essa resistência não poderia nunca ser ontológica, pois redundaria numa ontologia esquiva, em virtude do caráter inapreensivo da ética (impossibilidade de reduzir o dever-ser ao ser, a metafísica à ontologia, as alturas ao plano) e da furtividade antropológica.

18 Como acontece com o soldado Viance, personagem de *Imân*, na sua fuga através do Rif, em direção à retaguarda, depois do reduto donde estava destacado ter sido tomado pelas forças de Abdel-Krim, durante o desastre de Annual, entre julho e agosto de 1921. Viance, lutando pela sobrevivência mais precária e em risco de perder o tino por força da desidratação galopante, avista uma velha indígena e uma criança transportando um cântaro cheio de água e apresta-se para tomar posse do cântaro eliminando os dois em silêncio com um machete, sem denunciar assim a sua posição. Mas eis que, quando já perto das vítimas, a criança se inclina e apanha do

uma recusa relativa no absoluto da presença do outro, somente uma negação tentada no interior do mundo. Aquilo que o verdugo quis transformar numa “matéria passada e muda que se negou a passar e a emudecer”.<sup>19</sup>

Face ao exposto e à inutilidade, que, no entanto, continua infelizmente reverdecendo, da matança, impõe-se a imarcescível responsabilidade pelo outro, responsabilidade tão visceral e apassivada que começa muito antes da minha mais gratuita disposição no sentido de a acometer, de a fazer minha. Por isso Levinas falava da nossa *in-condição* de reféns do outro como momento de libertação e exercício de liberdade, chegando mesmo a referir-se, com tremenda radicalidade (pulverizando as nossas mais graníticas certezas, o que no caso da hostilidade faz todo o sentido), ao temor de que o *Da* do nosso *Dasein*, o aí do Ser-aí que nós habitamos como existência própria afinal fosse uma ocupação do lugar de alguém (Levinas, 2006: 17).<sup>20</sup> Pois é legítimo interrogar-nos quanto do nosso lugar ao sol não assenta nos escombros das vítimas e dos vencidos, daqueles que foram espoliados e vendidos por tuta-e-meia (Benjamin, 2010: 12-14), teses sétima e nona).

### *Defesa versus Ataque*

Tem razão Clausewitz quando atribui à defesa a responsabilidade pela guerra, uma vez que a reação do outro, não se vergando aos ditames do atacante, despoleta o conflito (Clausewitz, 1986: Livro VI, cap. VII, 377-378).<sup>21</sup> Não se trata, no

---

chão um invólucro de bala de espingarda, sopra pela sua abertura produzindo um curto silvo, iluminando-se o seu rosto de alegria. Essa fulguração de alegria inocente no rosto do miúdo paralisa e desfaz o ápice maléfico do momento. Perdida a ocasião, Viance tem de continuar a sua fuga pelo deserto atormentado pela sede (Sender, 2006: 204-205).

- 19 Citámos aqui as belíssimas palavras de Javier Marías (Marías, 2012: 339). Embora o sentido aparente do texto em Javier Marías seja o dos mortos enquanto fragmentos, nunca elimináveis, é certo, mas progressivamente desvanecidos, ecos de ecos.
- 20 Quiçá resida por aqui algures, no temor do *Da* do *Dasein* de cada um ocupar o lugar do outro, a lembrar uma ocupação de um território estrangeiro *manu militari*, o essencial da problemática da violência bélica há tanto procurado. A partícula precípua que, neste caso, permitiria superar o rodar no vazio dos modelos padrão.
- 21 Clausewitz argumenta que o ataque não tem tanto por objetivo o combate quanto a tomada de posse de alguma coisa. O ataque não pressupõe a parada nem é dirigido contra ela, antes contra aquilo de que nos queremos apossar. Porém, como outro reage, não se dobrando como simples matéria-prima moldável, nem se anula qual animal que escuta a voz do dono, a guerra torna-se inevitável. Mas repare-se que Clausewitz não deixa de afirmar que tomar posse é um ataque e que, assim sendo, é feito contra algo. O que não faria qualquer sentido se não estivesse em causa a violentação de outrem, pois não é lúcido dizer que se ataca a terra ou um qualquer bem. O que está em causa é a intromissão não requerida e não desejada em comunidade política alheia. Subsumir o outro no pró-

entanto, de uma responsabilidade moral – até porque a defesa se define, para o pensador alemão, pelo aparar o golpe, na expectativa desse golpe, supondo-o verosímil (Idem: Livro VI, cap. I, 1, 357)<sup>22</sup> – mas da verificação ética de que o outro perturba o projeto de dominação, obrigando o atacante a ostentar *strictu sensu* a violência, a materializá-la em forma de guerra, sem que nem por um momento se negue que essa violência estava ínsita no projeto de dominação ou conquista, que era afinal um projeto de puro poder, um projeto de guerra. A defesa é responsável como revelador da violência a que está submetido o rosto indigente da alteridade. A defesa só começa a guerra no estrito sentido em que significa aquilo que tem de ser combatido, porque não se amolda, não se fica, e não no sentido daquele que faz efetivamente a guerra, muito menos no sentido de que a provoca. O defensor repele o ataque em sentido próprio: quer dizer, nega-se a ser negado, sofrendo por isso uma ação punitiva. O defensor enceta as hostilidades mas na condição de paciente. Dir-se-ia que o defensor começa a guerra que o atacante inicia, fazendo-o defensor: começar é aqui revelar, expor em primeiro mão, descobrir o que vem encoberto, no fundo desatar, no sentido próprio de quem desfaz o nó com que iria ser estrangulado (o que uma vez mais permite redirecionar o “ónus da prova”). Daí que o defensor é primacialmente o indefeso, aquele que está à mercê de, que por não ser objeto é intematizável, excêntrico ao eixo de apropriação. Desenfia-se já só por ser outro, sendo essa a única “arma” que detém. Somente se defende quem não tem defesa, quem está na posição daquele que se pode combater, do outro desvalido, imprestável, porque se furta de raiz aos nossos préstimos, isto é, sem préstimo para os propósitos em que o queremos acondicionar. Por isso Clausewitz afirma que aquele que primeiro está pronto toma a ofensiva – o outro pode ser qualquer um e as razões do ataque serão aquelas as que forem, importa é considerar o ato primeiro de agravo, afinal tão fácil, que é aquilo para que nos quer chamar a atenção Clausewitz – e que é justamente o mais fraco que se tem de defender, “uma vez que aquele que é mais lento a preparar-se pode, em certo grau, maquilhar as consequentes desvantagens explorando as vantagens da defensiva” (Idem: Livro

---

prio como se ele nada fosse. Daí que o outro, porque é alguém, espontaneamente se furta à subsunção, fazendo-se defensor, isto é, o que tem de ser combatido, iniciando a guerra e ditando a suas leis a esta. Daqui decorrendo, em segundo grau, no sentido da reciprocidade técnica, que a defesa (ativa) detenha uma vantagem estrutural em relação ao ataque.

- 22 Usamos o adjetivo “verosímil”, porque embora a expectativa do golpe possa ser uma quase certeza, ou mesmo um ato que, em termos político-estratégicos, já decorre, o ato daquele (qualquer) golpe em particular, comporta sempre algo de surpreendente, não só no modo como é executado, mas também na reserva de que o atacante se autoarroga de ultimamente avançar ou não. Por ser do domínio da alteridade, a guerra é não-linear. Aliás, como já se observou, só dentro deste mesmo domínio a guerra faz sentido, pelo que o imprevisível, o não domesticado nem domesticável da surpresa é inerente ao cerne da guerra.

VI, cap. V, 371). Deste modo, a superioridade da defesa apenas faz sentido no plano ético. Na assunção da invulnerabilidade última do outro. Posteriormente, mas reitera-se, só em segundo grau, a superioridade de princípio da defesa é técnica, derivando da fortaleza de quem obriga o atacante a jogar o jogo do gato e do rato dentro do traçado geral de fuga que o rato estabeleceu.

Creemos que é neste plano, defesa enquanto expressão da *outridade*, que se deve integrar a passagem de Clausewitz, de outro modo contraintuitiva, de que o ataque visa conquistar em paz, e não combater, tendo a defesa por finalidade imediata e absoluta a guerra (Idem: ibidem). Clausewitz fala expressamente de Bonaparte como amante da paz, tal qual este sempre clamou ser, o que só pode significar ironia e não beneplácito a Bonaparte, tanto mais que considera ter o imperador desencadeado as forças que fizeram com que a guerra se aproximasse da sua forma absoluta.<sup>23</sup> Do mesmo modo nos parece que se deve compreender a ideia de que, com diferença do ataque, a defesa não é um conceito completo, não sendo pensável sem contra-ataque, enquanto o ataque sim é um conceito completo, uma vez que a defesa não lhe é necessária, embora o espaço-tempo real lhe imponha como mal necessário (Idem: Livro VII, cap. II, 524-525).<sup>24</sup> Se o ataque

---

23 Não nos podemos, ademais, esquecer do perfil patriótico prussiano de Clausewitz. Além disso, como mostra convincentemente Girard ao longo da sua obra sobre Clausewitz, o estrategista prussiano constrói o seu argumento pensando contra Napoleão, ainda que fascinado por ele (Girard, 2007: 239-268).

24 A defesa não é um princípio ativo, mas apenas um mal necessário no ataque, já que o ataque não pode ser prosseguido sem interrupção até à sua conclusão; e porque o espaço que o ataque deixa na sua retaguarda aquando do seu avanço necessita de ser coberto, posto ao abrigo de um contragolpe, de flanco, ou seja do que for. Clausewitz argumenta que a defesa que se anicha espontaneamente no ataque é um retardador, um peso que deriva do próprio ataque ter massa, acabando por ser o seu princípio de morte, o seu pecado original. Em consonância com este raciocínio, conclui Clausewitz que a razão pela qual a defesa estratégica é mais forte que o ataque, em parte se fica a dever ao facto do próprio ataque comportar em si um misto de defesa, e logo da do tipo mais fraco, isto é, aquela que não ditou em primeiro lugar as regras da confrontação. Todavia, se atentarmos bem, mais uma vez estamos perante uma referência de segundo grau. A superioridade técnica da defesa sobre o ataque deriva aqui da fricção a que está submetido o ataque por si, porque vista do ponto de vista do ataque. Mas esta fricção só detém capacidade resolutiva, no caso, impeditiva, porque existe um outro para apará-lo golpe. Porque se o outro não tivesse a condição de outro, não reagisse, se se deixasse simplesmente tomar, apossar, as limitações inerentes ao próprio ataque, intrínsecas a todas as criaturas finitas, contingentes, teriam uma expressão muito reduzida no êxito da ação, pressupondo, claro está, que nenhum acidente catastrófico se intrometeria. Quer isto dizer que aquilo que dá superioridade à defesa *ab initio* é a própria presença do outro enquanto outro. O agressor já só por o ser, porque se encontra na contingência de atacar, de ferir, vê deslocada, posta em causa, a sua soberba, perde a sua inviolabilidade. O atacante é assim, à partida, um perdedor ético. E como é ao atacante que se fica a dever a responsabilidade da agressão, porque o outro

não necessita da defesa, mas não deixa de ser ataque, é porque já antes da concretização da polaridade ataque (ou ofensiva)/defesa era uma violentação. Se a defesa tem por fim imediato a guerra e, no entanto, não é um conceito completo, uma vez que a defesa absoluta contradiria o conceito de guerra, levando a guerra a ser unicamente travada por uma das partes, é porque Clausewitz quer dar a ver o outro primeiramente como objeto de subsunção não conseguida, justamente por ser outro; e como tal é exposto à guerra (no sentido de ficar abandonado a ela, à sua mercê), expondo a guerra. Mas como nenhum sujeito é imaculado, salvo a própria *outridade*, a rivalidade mimética instala-se e com ela a reciprocidade inerente à polaridade. A defesa deve pois completar-se em ataque e o ataque em defesa aplacando o contragolpe (Idem: Livro VI, cap. I, 1, 357 e cap. VIII, 379).<sup>25</sup> Todavia, temos sempre de separar os dois planos discursivos em Clausewitz, sob pena de graves aporias, já que a polaridade requer conceitos da mesma igualha e não um conceito que seja um fim em si mesmo e esteja, portanto, acabado e outro por completar. O problema não está no sinal dos polos, na atração ou repulsão; o problema está em que se não distinguirmos os níveis nem sequer há circuito. Ora, esta obrigatória disjunção discursiva é bem visível na ideia de Clausewitz de que a defesa absoluta é uma contradição.

Na realidade, não existe nenhuma contradição numa defesa absoluta em si, nem Clausewitz cometeria um erro tão grosseiro. Não há qualquer razão decisiva para negar a hipótese de um contínuo aparar e conter até o outro se cansar. O não lançar, mas tão simplesmente aparar o golpe com o escudo, ou esquivar-se, tal como o mestre faz com o discípulo ao adestrá-lo no manejo das armas é plausível na perfeição. Se Clausewitz se refere a uma contradição é porque a inscreve no plano ético. À partida, a ideia de uma defesa absoluta tende a mostrar a defesa como pura passividade amorfa, parecendo negar a reatividade intrínseca ao outro precisamente por ser outro, transformando-o em mera peça de engrenagem à dispo-

---

não se vergou, compelindo o primeiro à violência, é a própria guerra que de entrada surge como perdedora (no duplo sentido em que com ela os objetivos ficam por alcançar – o outro é intransponível na sua linha de maior resistência ética, que é afinal a sua linha de debilidade ontológica, com a agravante de, pelo caminho, perder os homens, porque os leva à perdição). Só depois chegam a superioridade técnica da defesa estratégica ativa e a incógnita da vitória final em cada partida concreta da dialética defesa-ataque. Aliás, se pensarmos que é no tempo a que Clausewitz foi dado viver que a estratégia nasce no seio da violência bélica enquanto freio à exacerbação da mesma, em razão do ensimesmamento da guerra na configuração estrutural da política, pode adivinhar-se o sentido primacial do argumento de que a defesa estratégica é a forma mais forte de guerra.

25 A pertinência de uma leitura em instância anamnética de *Da Guerra* está justificada em pleno, como o mostra a obra de René Girard (Girard, 3007). De igual modo o está uma leitura emancipadora, caso atentemos à obra seminal de Nil Santiáñez (Santiáñez, 2009).

sição; ou pior, tende a mostrá-la como pura negatividade, daquele que só diz não até à exaustão, conserva por conservar, sem ser por nada, logo daquele que “legitimamente” tem de ser combatido, dado que *ter de ser* combatido é o que o conceito de defesa em Clausewitz primeiramente quer significar, na qualidade de aviso.<sup>26</sup> Contudo, seria possível pensar, em contrário, que a defesa absoluta sinalizaria sim a fortaleza de Job, a exposição das alturas éticas do crucificado abandonado na sua *kenosis*. Porém, Clausewitz está atento à antropologia decaída, ao halo da falta que cerca de antanho o homem e o leva à rivalidade mimética. Um homem na pura defensiva é uma raridade, quase um mito, muito mais quando a própria violência bélica seduz por si à resposta. E repare-se que as colossais figuras bíblicas mencionadas são as da recusa ética pura e simples do confronto (âmbito da paz pura) e não as da defesa. Daí que Clausewitz não tenha outro remédio senão postular o caráter contraditório de uma defesa absoluta. Sem esse postulado, a sem-razão da violência e a indefensão do outro na sua nudez não se conseguiriam compreender, de mitificadas que estariam, isto é, embelezadas e sorratamente justificadas pela doce posição do injustiçado que só se defende. Como se a defesa fosse a condição necessária das vítimas e dos vencidos, e como se por magia a condição defensiva *per se* transformasse alguém em vítima.<sup>27</sup>

Só depois, com base neste postulado ético e antropológico, é que faz igualmente sentido dizer que, na prática, e em termos técnicos, a guerra real assume uma polaridade na qual a ideia de uma defesa absoluta é abstrusa. Porque no domínio da pura conceção técnica nada obsta à defesa absoluta, como indiretamente Clausewitz sugere quando aceita a pertinência da objeção de guerras em que a defensiva persevera até ao fim. O que Clausewitz diz é que os eventuais exemplos devem ser encarados como casos em que a possibilidade de uma ação ofensiva ainda não se tinha apresentado. O mesmo é dizer, tendo em atenção não só a dimensão do plausível enquanto tal, mas do plausível dadas as concretas condições de poder que tiveram, têm, ou poderiam ter tido lugar (Idem: Livro VI, cap. I, 2, 358).

---

26 No fundo, Clausewitz está-nos a dizer o seguinte: “cuidem de que extraem as ilações que o mostrar-se cru da realidade da guerra revela. Atendem no significado de que o defensor antes de tudo mais é aquele que tem de ser combatido, algo que não se resume a um simples facto em bruto, antes expressa uma determinada realidade enquanto pré-compreendida, pressuposta de determinada maneira, de acordo com um particular enviesamento que não pode passar incólume, como se fosse natural, praticamente como se fosse bom por aderir à natureza das coisas, conforme aos seus princípios de funcionamento, por eles justificado, e como tal, de certa forma justo”.

27 É por esta razão que, em termos éticos, tomar a defesa (como em “defesa nacional”) por antonomásia da inteira esfera da conflitualidade hostil é contraproducente. Pior, quantas das vezes afirmadas posturas não-ofensivas não passam de refinadas estratégias declaratórias para branquear atitudes agressivas?

Se pensarmos que a política é a arte de saber lidar com o terceiro, com o outro de outrem, calibrando o face a face, também por esta via Clausewitz se faz notar como um avisador de fogo na resistência oferecida à politização da guerra, que transformaria a recusa do outro em dimensão constitutiva e constitucional da política, em contradição e choque fatal com outras dimensões dela, não fosse a soberania, ou a máquina soberano-governamental, apreciar sobremaneira essa mesma recusa da alteridade, se não pondo-a à cabeça pelo menos infiltrando-a profundamente nessas outras dimensões.<sup>28</sup>

### *Uma Tese em Instância Anamnética*

Claro está que se nos pode objetar despetivamente que não estamos a pensar em termos históricos, mas tão-só pendentes de uma resolução anamnética, da evocação da memória e que esta é coisa de acidentes, de materiais que em si não merecem ser considerados pertinentes para a produção de conhecimento, a não ser como testemunhos que, quando muito e após doses massivas de calibração, reforcem acessoriamente o essencial averiguado por outras vias. Os materiais da memória remeteriam antes para as impressões subjetivas, *souvenirs* ou lembranças próprias para ocasiões de celebração, ou de exprobração e esconjuro.

Todavia, a memória não é nada disso, antes a revelação de uma presença oculta, de uma *vis viva* que nos convida a acolhê-la, ao mesmo tempo que interroga as nossas certezas, todas elas, a começar pelas cognoscitivas.<sup>29</sup> A memória traduz o impensável para os cânones do conhecimento, aquilo que o conhecimento expulsa porque intematizável. Mas o conhecimento expulsa esses materiais que considera descartáveis, indignos de si, sem interesse de tematização (intematizáveis num sentido trivial), precisamente porque não consegue apoderar-se deles, metabolizando-os enquanto meros objetos intencionais, passíveis de dissecação e de transformação em simples tema. Assim, o conhecimento não despreza os materiais da memória porque objetivamente nada valem, antes os constitui dessa forma porque não se rendem à sua liquidação, a serem depositos como *res mortæ*.

---

28 António Paulo Duarte chamou-nos a atenção para o facto da particular sensibilidade ética de Clausewitz poder ficar a dever-se à agressão napoleónica à Prússia. Não no sentido de uma Prússia patrioticamente imaculada – patriota que, no entanto, Clausewitz não deixou de ser, por vezes de forma crisolada (Aron, 2009: 15-39) -, mas no preciso sentido em que inspirou a compreensão relativa àquilo que é ser um povo agredido e à natureza da agressão bélica.

29 A memória como agradecimento *Danken* e como aquilo que nos dá que pensar *Denken*. O alemão traduz muito bem esta conjugação, já que a palavra para memória (*Gedächtnis*) implica simultaneamente *Danken* e *Denken* (Reyes Mate, 2011: 468).

A memória não tem a ver com a recordação normalizada, o depósito de testemunhos filtrados e assetizados, prontos a servir nos monumentos comemorativos, ou a integrar os memoriais que se prevê virem a ser grandes sucessos comerciais, antes diz respeito à fulguração do outro, à sua alteridade radical, por definição inassimilável, que nos compromete: no duplo sentido que nos exige compromisso e abala a nossa solidez de pés de barro. Rememorar é acima de tudo um imperativo categórico, a resposta a uma chamada, o dever inapelável de assistência às vozes que, silentes nos factos, clamam ensurdecedoras por nós nas entranhas da realidade integral. Por isso a verdadeira memória é perigosa, porque involuntária, rebelde à domesticação, perpetuamente contumaz em relação ao juízo dos vencedores, disparando sobre nós, à queima-roupa, o sofrimento que transparece da visitação do rosto amassado do outro, por quem somos responsáveis.<sup>30</sup>

A memória acrescenta-nos, acrescenta sabedoria e revoga o enclausuramento do moderno conhecimento especialista e asséptico em ordem a um conhecimento mais desperto, porque mais encantado e anelante de sentido. A *epochê* quando passa de provisória a definitiva não traduz nem mais sabedoria nem mais conhecimento, mas menos. Tanto a ciência histórica como a filosofia da história sem instância memorial permanecem incompletas, ou para ser mais precisos: coxas; e o que é pior, matéria de antiquário, exalando o bafio das coisas amortalhadas, ou exibindo o fulgor fátuo próprio dos bichos embalsamados.<sup>31</sup>

---

30 Sobre a *memoria passionis* (Metz, 2007). De qualquer modo, a *memoria passionis* não deve unilateralmente olvidar a *memoria felix*, donde bebe o sentido de injustiça, que macula a inclinação para o bem e para a salvação. Além do mais, a *memoria felix* é tão difícil e perigosa quanto a memória compassiva, visto que a recordação da harmonia não é a do cortejo de vencedores, mas a de uma arqui-inscrição no homem, mil vezes espezzinhada e não menos vezes destroçada: no homem está arqui-inscrito que a salvação, ainda a haver, precede a criação e surge de mão dada com esta desde sempre. Trata-se, portanto, de uma memória difícil porque remete para a anamnese tanto do imemorial como do futuro, digamos assim. É igualmente uma memória perigosa, porque é um meio de luta, de recusa a ser amansado, ao assinalar que todas as glórias do mundo, e a soberba que as acompanha, são passageiras, mera *vanitas*, já que foi para as bem-aventuranças e não para vanglória que fomos destinados.

31 Como afirma José Antonio Zamora, ao adotarmos a perspetiva das vítimas e ao sermos sensíveis à catástrofe histórica, “todas as formas de representação histórica que não incorporem na sua configuração discursiva estes dilemas [a relação entre factos e interpretação, continuidade e rutura, singularidade e significação, normalidade e crime, vítimas, verdugos e espectadores e suas respetivas memórias, proximidade e distância, condições de possibilidade dos acontecimentos e acontecer concreto ciência e moral] como interrupções no desenvolvimento do discurso, como quebras que a recordação singular das vítimas provoca, não será mais que uma forma de ocupar, evacuar e funcionalizar o passado e a sua significação, em definitivo, de contribuir para um esquecimento indiferente que de alguma maneira é cúmplice da catástrofe” (Zamora, 2011: 518).

*Instância Anamnética Precisada: O Clamor Silente das Mulheres*

Ora, é precisamente a inclinação para o outro anterior a qualquer inclinar, inclusive à própria propensão e mesmo à pré-disposição inclinativa, deposta em nós e que nos de-põe (descentra), essa assunção não-assumida do outro em nós, que parece encontrar um modelo resolutivo no sofrimento das mulheres. Contrariando, em parte, o que noutra lugar dissemos sobre a ontologia do feminino, ao criticar a insuficiência, em termos de gratuidade, autocrítica radical e ironia, da condição histórica (sublinhe-se o histórico por sobre um hipotético fado ou biologismo) do ser mulher para apontar a horizontes de vida renovados (Fernandes, 2007: 163-171).

Não é que as mulheres sejam as únicas vítimas do conflito, os únicos vencidos, antes a encarnação do sofrimento histórico da mulher parece-nos que pode ser medida de todas as vítimas e vencidos, do que é ser outro enquanto já não só rosto desvalido, mas enquanto rosto ausente, abolido pela história, objeto de indiferença táctil, coisa a que eu já nem sequer ligo ou consigo vislumbrar de modo alternativo e que, por força disso mesmo, se ergue como índice de alteridade radical. A condição de mulher tem sido a prova de que a alteridade não é nenhum substituto serôdio de raiz idealista. O outro não é uma qualquer entidade espiritual, pelo contrário, por ser material é que eu não o consigo dissolver em objeto ou correlato de consciência. E por ser tão materialmente denso que nem um fantasma o consegue transpor é que ele é inescusável. Ele está lá mesmo que feche os olhos ou me encasule integralmente no meu corpo como nada mais está. Daí o mal-estar que o outro provoca, a vesânia que causa em mim não poder apossar-me dele, por conseguinte, a vontade de o reificar e de o aniquilar, julgando que assim me desembaraço dele de vez.

Uma última prevenção. Não se trata de retomar um argumento à la Galtung acerca da guerra inserta num contexto de violência cultural e estrutural (sexismo, guerra dos sexos), de fazer da guerra um prolongamento da dominação patriarcal, ou derivá-la do paradigma adversarial, de matriz androcêntrica, dizendo, como o diz Tatiana Moura, que a evolução da configuração da guerra obriga a uma releitura da mesma que “traga de modo mais explícito a violência estrutural e a violência cultural para o centro do próprio conceito de guerra” (Moura, 2010: 24; e ainda, Galtung, 1996). Na verdade, além do espectro das guerras incluir manifestações, igualmente prototípicas, onde a violência armada não é preponderante, designadas no seu conjunto por guerra fria, não nos podemos esquecer que a guerra é sempre em ato, passe o pleonasma, e que a dimensão estrutural, enquanto processo, e a dimensão cultural, enquanto invariante, podem alimentar a guerra mas não são guerra. Caso contrário, tornando a guerra um ente difuso, incorporando na sua fenomenologia a violência estrutural e a violência cultural, mais não se está a fazer do que transformar os tecidos sociais, no que têm de violento, em pura guerra. Estaremos assim a confundir a importância

dessa violência de fundo para a gênese da guerra com a guerra mesma, e o que é pior, a transpor sem mais para o referido tecido social o zénite da violência a que a guerra corresponde. Por outro lado, põe-se em causa a especificidade do fenómeno bélico, tergiversando a sua compreensão, com óbvios custos no seu tratamento e eventual erradicação, já que a guerra se refere à violência organizada e politicamente dirigida contra as fontes de poder do adversário, ou mesmo à violência política organizada, a partir da modernidade, quando nem toda a violência estrutural e cultural de fundo tem esse foco ou alcance e é política ou tem expressão política.

O que está em causa neste artigo é tão-só precisar as “quididades” desse outro, corrigindo a desnecessária facilidade com que em *Acolher ou Vencer?* sugerimos que aquelas categorias atrás referenciadas (ironia, gratuidade, autocrítica radical), até hoje mais cultivadas pelo género masculino, permitem uma dinâmica de acolhimento e um zelo de solicitude para com o outro como mais nada o permite (Fernandes, 2011: 20).

Tem razão Ricoeur, quando afirma, a propósito das modalidades de reconhecimento, e tendo em conta também a hipótese de uma exterioridade absoluta do outro, que esse mesmo reconhecimento, a reconciliação, a gratidão, os estados de paz não anulam totalmente as ambiguidades e potenciais conflitos do dom, ainda que depurado. Significando essa depuração, a introdução de um ciclo virtuoso e não só vicioso de dom e contradom, de generosidade e gratidão e não de doação e contraprestação (Ricoeur, 2005: 225, 248-251, 266-267). Em suma, o que se quer dizer é que mesmo uma despojada diaconia pode ferir o outro, e levar ao conflito, em virtude do desconhecimento que a alteridade radical desse outro acarreta. Tanto porque cada um pode não reconhecer-se no gesto que o outro tem por bom, como porque cada um face a esse desconhecimento, que comporta sempre desconcerto e não menos vezes desespero irritado, pode tentar forçar apressadamente a dissimetria de base, procurando minorá-la com as melhores intenções, mas provocando o desastre.

As reflexões que se seguem ilustram a dificuldade em escutar o outro e a necessidade de operarmos ainda com mais cuidado face aos irmãos por nós violentados, ou melhor, nós e eles por intermédio da vontade cega dos principados deste mundo.

### *Da Mulher como Expressão da Alteridade Ultrajada*

Há já algum tempo, num outro contexto, e socorrendo-nos de Levinas com relativa liberdade, tínhamos defendido que o feminino era avesso à pura gratuidade dadivosa, à ironia e à autocrítica radical (Fernandes, 2007). Todas elas categorias imprescindíveis, mas não únicas ou exclusivas, para se proceder à descristalização da estratégia como mera disciplina de meios, simples gestora instrumental da

hostilidade entre vontades políticas, em ordem ao acolhimento filial do próximo na guerra (apesar dela), mercê da reconfiguração da estratégia enquanto ética do conflito. É certo que o feminino comportaria um determinado modelo de acolhimento. Porém, julgámo-lo insuficiente à luz dos objetivos concernentes à *kenosis* ética radical que caracteriza o pendor mais próprio da estratégia.

Essa perspectiva, que hoje nos parece, não errônea, mas francamente limitada, baseia-se, se traduzida à luz de Levinas, na ideia de que é no lar que o homem se humaniza. É aí que se abre um espaço para que a atividade verdadeiramente humana tenha o seu começo. É no lar que o homem se pode recolher, se pode separar e escapar ao *il y a*, ao quotidiano confuso e desdiferenciador do ser si mesmo, rompendo com a insignificância da indiferenciação radical e do silêncio, a noite do caos primitivo, do *tohu bohu*. É, portanto, através do lar que se inicia a resposta à idolatrização não refletida das coisas, ao paganismo e naturalmente às cercanias do mal. No lar a “interioridade do recolhimento é uma solidão, mas num mundo já humano, o recolhimento refere-se a um acolhimento” (Levinas, 1988: 138), a uma familiaridade para a qual é necessário que alguém disponha prévia e docemente as coisas. Ora, quem as dispõe é a mulher, enquanto encarnação do feminino. É a doçura do rosto feminino a permitir que se abra na interioridade do ser separado a revelação da transcendência, pois o sentir-se integralmente acolhido em paz por um rosto pacífico só pode corresponder ao desejo de Infinito já em marcha (Idem: 134). Esta presença feminina é o primeiro motor, digamos assim, de que se nutre o ego e com o qual o ego aprende que tem de se desfazer da sua própria egolatria para se livrar da idolatrização desdiferenciadora da unicidade de cada homem que ao anonimato do mundo se deve. É a partir de um mundo humano, propiciado pela mulher, que nos podemos tornar humanos, abrir-nos aos grandes sobressaltos éticos. Como afirma uma lúcida exegeta de Levinas, Etelvina Pires Nunes, “alumiar os olhos cegos, restabelecer o equilíbrio – ultrapassando uma alienação que resulta da virilidade do *logos* universal e conquistador [...] tal seria a função ontológica do feminino, a vocação daquela que não conquista” (Nunes, 1993: 178).

Contudo, parece que estamos apenas na antecâmara do essencial, no espaço em que mais que repousar o guerreiro enceta outro caminho, o caminho da paz que o arranca de si mesmo. Só que esse caminho, em torno da autocrítica radical, da gratuitidade anterior a todo o gesto, deliberação ou carga disposicional, e da ironia parece caber ao género masculino. Tomemos essa extraordinária passagem de *Deus, a Morte e o Tempo* para, sem glosa adicional, sentirmos o pulso dessas *excedências* de sentido. Diz Levinas:

“Na ordenação de um para o outro não houve compromisso, e não há dívida a saldar. De repente eu não estou quite. Originariamente estou em falta.

O eu[je] – ou eu[moi] – abordado com responsabilidade, está desnudado, exposto à afeção, mais aberto do que toda a abertura, quer dizer, não aberto ao mundo que é sempre à medida da consciência, mas aberto ao outro que ele não contém. Nesta responsabilidade, o eu[moi] não se posiciona, perde antes o seu lugar, deporta-se ou acha-se deportado. A substituição pelo outro é assim como o rastro do exílio e da deportação. Ele apenas se acha na sua pele, mas esta não é mais proteção – é antes modalidade da exposição sem proteção. É uma tal passividade que é exprimida ou sugerida pelos verbos *exilar-se*, *deportar-se* – ou ainda *entregar-se*. Neles se diz um arrancamento e o excesso de um arrancamento de que Simone Weil mediu bem a violência ao escrever. “Pai[...] arranca de mim este corpo e esta alma [...] para deles fazeres coisas tuas, e não deixes subsistir de mim, eternamente, senão este arrancamento” (Levinas, 2003, 174).

Não é preciso concordar a par e passo com o filósofo judeu, nem com a ideia que o outro tem de facto (que não num plano metafísica e eticamente estruturante) sempre razão, para perceber que o grande sobressalto ético parece estar reservado ao homem enquanto género, senão absolutamente, pelo menos de forma indiciária. Em boa verdade, dá toda ideia de que o outro feminino escora o caminho, encanta o ambiente, no seio do qual, por intermédio do masculino, advêm todos os sobressaltos e revolvimentos éticos, aquela passividade radical que funda ou refunda toda a ética, incluindo esse primeiro acolhimento discreto por parte do outro feminino. É como se ao masculino coubesse ir mais além, que é afinal um levinasiano mais aquém de tudo, um “eis-me aqui” (que desgarrar o sujeito) anterior não só a qualquer iniciativa da minha parte como à própria escuta do mandamento, que impacta com a voz do outro que clama ou ordena; como se esse responder pelo outro tivesse desde sempre já aderido à minha pele, um estar exposto, um estar em substituição do outro anterior mesmo ao acolhimento primacial; ao mais prístino acolhimento.<sup>32</sup>

---

32 Levinas remete para o redator da terceira parte do Livro de Isaías e para o paradoxo oracular “antes que me chamem, eu responderei” (Is 65, 24); expressão a entender literalmente (Levinas, 1978: 191-192). É precisamente esta recorrência a si mesmo a partir de uma experiência irrecusável do outro, o outro em mim, dever que se converte em dívida e em passividade extrema ainda aquém de qualquer inércia, repouso ou inação, uma inquietude e uma paciência suportadas antes da ação ou mesmo da paixão padecida (que envolveria já um jogo de ação/reação), isso configura a passividade mais passiva em (Idem, 138-139, 189). Padecer (“aflição por”) antes de todo o padecimento e ainda antes da estrutura antropológica da paciência estar montada. Um estatuto de paciência que vem com as especificações de montagem, porque exterior, intimação de sempre, a qual, obviamente, só tem sentido porque se dá em mim, por minha constituição, mas *não só* por mim, senão não era intimação – e só

Todavia, as passagens imediatamente abaixo citadas, a de Pérez-Reverte, ademais um soberbo autor de ficção sobre guerra, e a de Mariolina Venezia, desmontam a perspectiva que expendemos (apoiando-nos um tanto liberalmente em Levinas), por manifesta unilateralidade. Não percamos então mais tempo, mergulhando antes na glosa de tais passagens, na demanda de um sentido ao mesmo tempo alternativo e complementar que prefigure, por antonomásia, no que tem sido a condição de ser mulher, a face dolorida do outro para nós tantas vezes inaparente.

“No fim de contas [Coy] disse para consigo, talvez uma e outra sejam a mesma, e a vida dos homens gire em torno de uma só mulher: aquela onde se resumem todas as mulheres do mundo, vértice de todos os mistérios e chave de todas as respostas. A que maneja o silêncio como ninguém, talvez por essa ser uma linguagem que há séculos fala na perfeição. A que possui a lucidez sábia das manhãs luminosas, temperada de estoicismo, tristeza infinita e fadiga para as quais [...] uma única existência não basta. Era necessário, além disso e sobretudo, ser fêmea, mulher, para olhar com semelhante mistura de tédio, sabedoria e cansaço. Para dispor daquela penetração aguda como uma lâmina de aço, impossível de apreender ou de imitar, nascida de uma longa memória genética de vidas incontáveis, viajando como despojo de guerra no porão de naves côncavas e negras, com os músculos ensanguentados entre ruínas fumegantes e cadáveres, tecendo e desfazendo tapeçarias durante incontáveis invernos, parindo homens para novas Tróias e esperando o regresso de heróis exaustos; de deuses com pés de barro a quem às vezes amava, amiúde temia e quase sempre, mais cedo ou mais tarde, desprezava” (Pérez-Reverte, 2007, 68).<sup>33</sup>

---

assim é que é própria e integralmente “paciência por e em face de”, “responsabilidade por”. A responsabilidade só o é verdadeiramente, se além de minha e de se constitui em mim, me preceder.

- 33 No caso, um dos poucos romances do escritor espanhol que nada tem a ver com guerra. Muitas das vezes as respostas surgem de onde menos se espera. Há aqui um paralelo a traçar com uma passagem de *Anna Karénina*, que poderia ter influenciado ou não Pérez-Reverte, na qual a mestria de Tolstói se faz notar por não precisar sequer da prova explícita, bastando a alusão. A referida passagem, merecedora de um estudo à parte, comenta o narrador o seguinte: “Não se considerava sábio, mas não podia deixar de saber que era mais inteligente do que a mulher e do que Agáfia Mikháilovna, e não podia ignorar que, quando pensava na morte, pensava com todas as forças da alma. Sabia também que muitos grandes espíritos, cujos pensamentos sobre este assunto ele lera, pensavam nisso e não sabiam a centésima parte do que sabiam a sua mulher e Agáfia Mikháilovna. [...] Ambas sabiam, sem lugar para dúvida, o que era a vida e o que era a morte, e embora não pudessem responder de modo nenhum e nem sequer compreendessem as questões que se apresentavam a Lévin, não tinham dúvidas quanto ao

“Não é fácil contar esta história a quem não conhece o vale do Basento, o céu celeste como os lápis de cor das crianças, as encostas que o trigo torna verdes na Primavera e amarelas no Verão, os fogos no restolho, as torres para a extração de petróleo, as aldeias agonizantes na colina, o voo do milhafre.

O que tenha a ver comigo não sei. Assemelha-se à expressão que descubro em mim certos dias, quando me olho no espelho de fugida. A estados de espírito que me assaltam de repente, tão profundos que parecem existir antes do meu nascimento. Assemelha-se às perguntas que faço a mim mesma e às respostas que, por vezes, busco sem encontrar. Aos imprevistos. Aos planos continuamente mudados. A tudo aquilo que tem um sentido não importa qual.

Existem em certas vidas momentos em que as coisas dão uma reviravolta inesperada. Uma espécie de descarrilamento. Começas a vaguear nos teus dias como nas ruas de uma cidade desconhecida. Observas coisas e pessoas que deveriam ser-te familiares e não as reconheces. Não reconheces os acontecimentos e as ocupações que as preenchem.

Perguntas-te quando terá acontecido. Como aconteceu e como chegaste a este ponto. Percorres ao contrário, momento por momento, tudo o que te conduziu até ali. As encruzilhadas, os entroncamentos. Assim, sem te aperceberes, perdes-te na história. Na tua história, naquela que conseguiste reconstruir, lentamente, e que contas a ti própria todos os dias para existires. E só quando voltas atrás percebes que o tempo não é um círculo, mas uma espiral, e que o esforço que o fazes para abraçar o passado te projecta de novo com força para o futuro (Venezia, 2008: 243).

### *Iluminação pela Literatura*

Desde logo, é possível traçar um paralelo que nos descansa quanto ao risco de perdermos de vista o tema do presente artigo. Pois não é por acaso que a sabedoria a que alude Pérez-Reverte, ainda para mais evocando o omnipresente ginete da guerra, se assemelha à sabedoria com que a Senhora Helianos suporta os agravos da ocupação alemã durante a 2ª guerra mundial, em *Um Apartamento em Atenas*, fintando com arcaica longanimidade as diatribes de uns dos últimos ídolos de pés

---

significado desse fenómeno e não só olhavam para isso de modo inteiramente igual entre elas, como partilhavam essa visão com milhões de pessoas. A prova de que sabiam firmemente o que era a morte estava em que elas, sem um minuto de hesitação, sabiam como proceder com os moribundos e não tinham medo deles. Enquanto Lévin e os outros, embora fossem capazes de dizer muita coisa acerca da morte, obviamente não sabiam, porque tinham medo da morte e não sabiam o que é preciso fazer quando as pessoas morrem” (Tolstói, 2012: quinta parte, cap.XIX, 466).

de barro que nos chegaram? (Wescott, 2008) E não é comparável o descarrilamento de que a narradora nos dá conta de que padece, por todas as mulheres, em *Há Mil Anos que aqui Estou*, com o do soldo Viance, de *Imán*, vagueando em fuga sistematicamente dilatada pelas contingências da guerra, aquando da derrota espanhola de Annual, em Marrocos, no verão de 1921? Da guerra em que as coisas dão reviravoltas inesperadas; em que brilha o contraste, como que por apagamento, entre as aldeias agonizantes, os fogos no restolho de despojos carbonizados e o azul celeste do céu; e que por fim nos pode lançar para o futuro irisando-o paradoxalmente de sentido novos horizontes, não por ela mas apesar dela.

À primeira vista, se atentarmos à passagem citada do romance de Mariolina Venezia, o *Há Mil Anos que Estou Aqui*, bem como ao contexto da obra, aquilo que a narradora mostra era aquilo que já procuráramos argumentar: que a autocrítica radical e a ausência de ironia caracterizam a mulher, até porque o romance tendo condições privilegiadas para o exercício irónico só a espaços o faz. A narradora, ao traçar um perdimento a que se chega numa história de estórias, movidas por impulso, parece demonstrar a dificuldade feminina com esses gestos radicais, sem perder o norte e sem que o resultado desses gestos quando assumidos não fosse a fuga para a frente e o *des-sentido* consequente ao impulsivo. Sem verdadeira ironia e autocrítica radical deveria cair inevitavelmente a outra figura fundamental, a da gratuidade, sem achamento algum no *des-sentido* e no impulso.

Todavia, tanto o romance de Mariolina Venezia no seu todo, como a passagem dele citada, e talvez de forma mais viva e literal a passagem igualmente citada de Pérez-Reverte, mostram como que em filigrana uma profunda sabedoria desse perdimento, uma coerência última que dribla a dedução lógica de que à falta das duas primeiras figuras também não haveria gratuidade. Mais, a ironia, a autocrítica radical e a própria gratuidade parecem, à luz destas passagens, fruto de quem está muito seguro de si, por outras palavras, coisa de homens que há milhares de anos se apresentam seguros de si, ou julgam que o estão. Assim, o que num primeiro momento parecia revelar uma visão (feminina) timorata e perdida, própria de quem não consegue ser radicalmente autocrítico e irónico, revela antes uma sabedoria outra, à luz da qual a autocrítica e a ironia poderiam muito bem passar por sobranceiras, quando não ironicamente acanhadas.

Mais ainda, tanto Pérez-Reverte como Mariolina Venezia parecem indiciar que mesmo a uma gratuidade genuinamente assumida, por força da assunção, parece faltar qualquer coisa de gratuito. Pior, mesmo na passividade mais passiva da abertura ao outro parece haver uma face oculta, a falácia de uma prova silenciosa que silencia a outra parte da gratuidade. Escondendo o mais puro padecimento da mesma, o que foi silenciado, o estar à mercê não já enquanto caracterizado por estar “à mercê de”, mas o puro estar “à mercê de” enquanto o está mesmo. Em

suma, o estar a sofrer de gratuidade. No fundo, lá bem no fundo, a gratuidade auxiliadora para com o outro acaba, de certo modo, por silenciar um saber (ético) do sofrimento, uma sabedoria da dor e do perdimento enquanto tais, como se esta não tivesse nada a dizer ao saber do auxílio e do resgate possível, ao saber da gratuidade visceralmente disposta em nós intimando-nos a agir, ou da gratuidade assumida enquanto tal; como se não fosse possível um saber da face oculta que, no limite, pudesse mesmo oferecer resistência à operação de resgate, que duvidasse da sua legitimidade, mais ainda, que duvidasse até da sua possibilidade.<sup>34</sup>

Ora, o que a conjugação das passagens citadas nos mostra é que a condição de mulher diz dessa face oculta da gratuidade, desse estar exposto aos efeitos inesperados, mas negativos, do choque de gestos avulsos de homens e mulheres, do próprio avulso do arrasto trágico do mundo por si mesmo. Essa sabedoria milenar seria não a da gratuidade assumida ou mesmo (a mais radical) da exposição às afeções do outro, prévia a toda assunção, em que me acho desde logo

---

34 O problema agrava-se, porquanto mesmo a mais intocada, passiva, incondicionalidade da exposição ao outro implica, *pace* Levinas, uma certa assunção, ainda que só pré-formada, do eu. Se é certo que o outro está em primeiro lugar e é primeiro e se o eu para se constituir enquanto tal tem de valer antes de tudo ao outro, não parece ser menos avisado que para isso o eu tenha de valer alguma coisa; para o eu ser eleito como único e logo livre temos de pressupor um núcleo intencional, pré-concebido, pré-formado, que afinal parece ser mais primeiro que o outro. Na verdade, o paradoxo tem resolução numa ordem amorosa e não numa ordem lógica, pois é a própria *outridade* do outro na sua vigência primeira que exige essa pré- formação, pré-concepção desse núcleo intencional para..., “virado a”; tem de haver essa independência. É a urgência que o outro reclama incondicionalmente que exige por sua vez essa pré-urgência de uma qualquer pré-constitutividade prévia e intrínseca, com o seu sentido de incomensurabilidade. O estar o outro em primeiro lugar exige de mim a sua absoluta prioridade, só que para ele ser primeiro tenho eu de ser alguma coisa, real, substantiva, mas ainda incompleta, antes. Em suma, só há incondicionalidade última, diaconia despojada para com o outro, para além de qualquer dívida, sem, no entanto, querer alijar essa dívida, se também o “eu” estiver ultimamente incondicionado, pois o outro não pode ser imperativo ao ponto de afogar esse “eu”, que também o ajuda a reclamar-se como próximo na aproximação. A, tanto quanto possível, pura sororidade e gratuidade impõem que não exista qualquer interesse do “eu”, mas também a ausência de qualquer “interesse” do outro inscrito em mim, no sentido de um estar absorto que desencadeia uma resposta automática, porque isso violaria o sentido efetivo do que é ser responsável, ao provocar uma resposta reflexa, logo não aberta, não puramente pelo outro, não respondendo na realidade por ele, única forma de fazer justiça à sua injunção em mim – constituindo apenas como que um espasmo, ou um vômito. No fundo, essa pré-constitutividade prévia é ontologicamente solicitada porque o eu está avocado ao outro, pelo que o outro é sempre anterior a toda a anterioridade. Se o eu tem de ser alguma coisa antes, na ordem da distensão temporal, o outro só pode ser anterior pelo imemorial, que não faz medida do tempo embora não lhe seja exterior, pois é a pura “dia-cronia”.

deportado, mas a de quem vive na sua própria entranha, suportando sem outro remédio, gratuitamente, a exposição à realidade de gestos intencionalmente nefastos e opressores, aos efeitos caóticos, aos cisnes negros provindos de gestos quase e gratuitos à partida mas que geram um turbilhão imprevisto, ao próprio vai-e-vem do mundo.

Não é muito difícil perceber por que razão Levinas terá eventualmente postergado este rasgão mais cavado na delicada derme do outro. É que existe toda uma tradição judaica, ensimesmada por Levinas, em que a valorização do mundo em si, independentemente do homem, não é mais do que querer dar novamente foros de cidadania ao paganismo e aos mitos, olvidando que o sentido último da criação é a o de uma humanização integrada e cuidadora do cosmos. Na verdade, o pretendido pela tradição judaica foi sempre libertar o homem dos terrores cósmicos, indevidamente sacralizados.<sup>35</sup> Não discutiremos agora este ponto, embora os cuidados dessa tradição nos pareçam extremamente avisados. Mas como em tudo, também neste particular não devemos ser excessivamente unilaterais.

Uma outra questão, mais importante, é a relativa cegueira judaica para com o trágico, para a impotência do homem face à adversidade. Mesmo em Job há saída e salvação, curiosamente e paradoxalmente também fruto de uma certa helenização dos próprios conceitos.<sup>36</sup> Dizemos paradoxalmente, pois o mundo greco-romano é o mundo do trágico por excelência. Provavelmente os hebreus e a tradição judaica voltam as costas ao trágico – nem sempre, como mostra (Ecl: 10, 11) – para não sacralizar as potências cósmicas. Mas sobretudo, o que esta tradição quer relevar é que a história não é nem linear nem cíclica, que não estamos à mercê dela, que nos podemos rebelar, que lhe podemos dar sentido, que a podemos julgar, confiantes num Pai, protetor e parceiro. Confiantes num Deus da história que não valida o sofrimento que nela se faz sentir, e nisto o cristianismo é absolutamente judaico.

---

35 No contexto da implantação do Estado de Israel, Levinas anela que este não ceda à tentação de sacralizar os poderes da terra. Nos ensaios de *Difficile Liberté* (Levinas, 1976), Levinas defende que a vocação de Israel é a paz, a moral profética, a consciência moral da responsabilidade pelo outro. Infelizmente, a história frustrou os desejos de Levinas. O estar permanentemente ameaçado pelos vizinhos árabes não explica tudo. Não explica a arrogância sionista de antanho e a paranoia securitária de hoje. Pelo contrário, os sobressaltos éticos da diaconia, substituídos pelos sobressaltos da desconfiança, do medo e do rancor criaram um complexo de cerco que se devora a si próprio. Sendo igualmente certo que uma recusa empedernida de Israel por parte de determinados setores árabe-muçulmanos não deixa de se configurar, no mínimo, como canalha.

36 Ainda que carreando muito material arcaico, e ambientado na *koinê* do mundo oriental antigo, o *Livro de Job* terá tido a sua redação entre os séculos V-IV a.C., compreendendo-se melhor o seu espírito na proximidade do universo intelectual helenista (Julio Trebolle e Susana Pottecher, 2011: 169-170, 218).

Todavia, também aqui há um preço: o preço do arrasto do tempo por si. O tempo do tempo que arruína e que faz ruína, a viscosidade (curiosamente o romance de Mariolina Venezia começa com essa mesma viscosidade que se vai espalhando) enquanto tal, que só o Messias arruinará. Mas enquanto não se abre a frecha estreita por onde passará o Messias,<sup>37</sup> enquanto a ruína não for arruinada, enquanto a obra não for toda uma conversão (*metanoia*), mesmo sabendo que o amor de Deus não desampara os que em vida já não contam, porque foram vencidos e mortos, quem faz justiça aos injustiçados enquanto o estão a ser, aos vencidos enquanto o estão a ser? Quem faz justiça à sabedoria do trágico? É que se pode combater essa assunção do trágico como boa, desdizer aqueles que dizem que não há nada a fazer, mas há uma longa história de vidas ceifadas apesar desse dizer e em nome desse mesmo dizer, ou nem uma coisa nem outra. Há um silêncio de palavras que quase nunca foram ouvidas, dos que sem ser por isto ou por aquilo simplesmente foram esquecidas. Por mais que o não queiramos, essas palavras não escutadas, essa sabedoria do trágico, essa lucidez do perdimento, o *pathos* paciente face às peripécias da história, que tão perfeitamente têm tomado forma em corpo de mulher, são mesmo perdimento, trágico e esquecimento e enquanto não forem ouvidas não há gratuidade possível.

Então, se o resto, o insalvável, se o que nada tem a perder contém muito da salvação e da gratuidade, ao feminino e às mulheres corresponde a prefiguração de esse resto – não o esgotando, evidentemente -, sem o qual não há gratuidade que se salve, simplesmente porque não é gratuita, porque não traz na carne os sulcos também eles gratuitos, o choque do concreto sem amortecedores de qualquer espécie. Em suma, só há gratuidade se houver gratuidade inteira e a história das mulheres é a história do elo perdido da gratuidade que faltava. De tal modo que, todos, vítimas e vencidos, somos mulheres.

“Todos somos mulheres” poderia bem ser o título de um texto, de poderosíssima intensidade, difícil de igualar, com que Vasily Grossman descreve o holocausto dos judeus ucranianos aquando da contraofensiva soviética do verão de 1943, na Ucrânia. Com a propositada minúcia do texto, quando o morticínio se revela, Grossman quer assegurar-se de uma nomeação impossível, a de todas as possibilidades de

---

37 Esta ideia de extração benjaminiana, expressa-a Kafka à sua maneira mais circunspecta, quando, num dos seus aforismos, diz o seguinte: “um primeiro sinal de que estamos próximos do verdadeiro conhecimento é o desejo de morrer. Esta vida parece-nos insuportável, uma outra inalcançável. [...] pedimos para passarmos da velha cela que odiamos para uma nova, que teremos de aprender a odiar. Em tudo isto intervém um resto de fé: acreditamos que, durante a transferência, o Senhor passará casualmente pelo corredor, olhará para o preso e dirá: não metam este em mais nenhuma cela. Este vai comigo” (Kafka, 2004:114). Para Benjamin: (Benjamin, 2010: 20, tese XVIII B).

ser rosto, que a inventariação exaustiva, qual circunlóquio, alegoriza. Aquilo que é o inacabável traçado do rosto mendicante do outro, prefigurado, e depois sempre figurado e encarnado, ou melhor, padecido, historicamente inscrito a sangue na mulher dolente, é-nos dado de forma magistral pelo escritor soviético, na altura também correspondente de guerra:

“Não resta ninguém em Kazary [...]. Velhos e velhas estão mortos, assim como os artesãos e os outros profissionais: os alfaiates, os sapateiros, os trabalhadores, os estivadores, os carpinteiros, os fazedores de fornos, os galhofeiros, os marceneiros, os aguadeiros, os moleiros, os padeiros e os cozinheiros; também os médicos, os fazedores de próteses, os cirurgiões, os ginecologistas, os cientistas – bacteriologistas, bioquímicos, diretores de clínicas universitárias –, os professores de história, de álgebra, de trigonometria, também morreram. Morreram professores, lentes e doutores de ciência, engenheiros e arquitetos. Morreram agrônimos, trabalhadores do campo, contabilistas, funcionários, lojistas, fornecedores, secretários, vigilantes noturnos, morreram professores, morreram *babushkas* que tricotavam meias e faziam saborosos pastéis, cozinhavam caldos e faziam *strudel* de maçã e nozes, morreram as mulheres que foram fiéis aos seus maridos e morreram também as frívolas, as lindas raparigas, e os estudantes aplicados e as alegres meninas da escola, morreram as raparigas feias e tolas, as mulheres marrecas, morreram os cantores, morreram os cegos e os surdos-mudos, morreram violinistas e pianistas, morreram crianças de dois e três anos, morreram homens e mulheres de oitenta anos com cataratas nos olhos, com dedos frios e transparentes e cabelo que se partia como papel branco, morreram recém-nascidos que maram avidamente do peito das suas mães até ao último minuto” (Beevor e Vinogradova, 2007: 314-315).<sup>38</sup>

---

38 Este estranhamento do espaço, outrora habitado de referências, remete para o conceito de paratopos. Com esse conceito, quer-se significar que os habitantes de um determinado espaço, por um conjunto de vicissitudes, entre as quais a guerra, deixam de se reconhecer nele, estão como que deslocados nele. A descontinuidade dos anteriores laços que os uniam àquele espaço para eles natural, forjando um todo de gestos e hábitos, é de tal ordem, que o espaço em vez de os acolher agora aliena-os. Os “naturais” passam à condição de desvalidos no seu próprio *habitat*, que passa a ser um verdadeiro ponerotopos (lugar onde ocorre o mal com particular incidência, parecendo não haver remissão). O conceito de paratopos é desenvolvido por Nil Santiáñez, de quem somos devedores (Santiáñez, 2013: 255-261), a propósito dos veteranos da Divisão Azul (que operou com o grupo de exércitos alemães do norte na frente de Leninegrado e no rio Volkhov) regressados a Espanha, e da cultura de ressentimento falangista por ela gerada.

### *A Sabedoria das Esbulhadas*

Não se pense, contudo, agora que encontrado o elo perdido a história das mulheres se secundariza novamente. A objeção óbvia é que se só o insalvável salva naturalmente caímos numa espiral de impotência paralela àquela que afirma que também Deus necessita de ser salvo.<sup>39</sup> Porém, também rapidamente se poderia cair na tentação oposta, a de sobrevalorizar o polo resgatador em detrimento do polo sofredor. A gratuidade assumida descia às ruas da amargura, ouvia a desdita, punha-lhe cobro e ponto final. A história seria ainda uma história de homens, aqueles que teriam entrevisto a verdadeira cruz.

Na verdade, a sabedoria que as mulheres trazem não é apenas uma contribuição para a compreensão do sofrimento. Não é redutível a umas quantas pistas auxiliaadoras que ajudariam os hipotéticos resgatadores. A sabedoria que elas trazem é a sua própria presença viva e real, o evolver que trazem cravado na carne. Elas são, fruto da sua própria história, a gratuidade nua e crua. As mulheres revelam na sua própria presença e agir no mundo essa mesma gratuidade, o que obviamente não quer dizer que elas são em carne viva o insalvável *qua* insalvável, o puro padecer e o puro sofrimento enquanto negativos, não apenas porque isso as demoniza inaceitavelmente, nem apenas porque assim se nega e transmuta o imerecido sofrimento na tal impotência sublimada, mas sobretudo porque são aspiração a uma felicidade que doravante e também retroativamente, no julgamento da história, se quer ser adulta não pode escamotear esta sabedoria *kenótica*, a mais poderosa de todas, porque dada em testemunho vital.

Não é necessário lobrigar argumentos portentosos para perceber que a sabedoria das esbulhadas, extraída dos íferos lugares, pode bem tipificar, tanto quanto isso é possível, a experiência de uma qualquer criatura, vítima na retaguarda de um bombardeamento aéreo, ou a de um veterano na batalha, que mata para não morrer, e, no entanto, é ainda capaz de certos gestos, como o do soldado alemão, no romance *Os Órgãos de Estaline*, que depois de baionetar o Comandante Sostchenko, uma das poucas personagens que no romance é furtada ao anonimato, durante uma ofensiva soviética a um setor da frente de Leninegrado, em 1942, o recolhe ato

---

39 Acaba-se assim por sublimar o sofrimento ao internizá-lo em Deus, anulando a última fonte de esperança na luta contra esse mesmo sofrimento. Para a crítica à suposta impotência de Deus diante do sofrimento extremo, de um Deus a salvar, que, a título de exemplo, teria manifestado a sua debilidade, apesar de todo o seu amor, em Auschwitz, (Metz, 1996: 20-21), (Metz, 2002: 130-131) e (Metz, 2007: 30-39). Argumentos similares, podem encontrar-se em (Torres Queiruga, 2010: 248-255). Provavelmente a melhor obra crítica sobre o Mal escrita até hoje, onde se equacionam as ideias preocupantes de um Deus sofredor, enquanto limitado, à luz de uma onnipotência reconfigurada, desfeita das falácias de um Deus que pode tudo. Falácias que atentam contra o mais lídimo bom senso, como quando se sugere que Deus pode inclusive fraionar o pão em três metades.

contínuo e olhando o rosto do inimigo não consegue “acabar o trabalho” (Ledig, 2005: 63-64).<sup>40</sup>

Os homens podem ser radicalmente autocríticos, irónicos e gratuitos, mas são-no assumidamente, certos disso. Mas de onde lhes vem a certeza? Suscitando um diálogo antropológico, já não entre um par seminal, mas entre um par representativo escarmentado pela história,<sup>41</sup> poder-se-ia dizer que é precisamente essa certeza da certeza que a sabedoria e a lucidez do perdimento feminino interroga: “tendes certezas, mas onde as fostes buscar? Quem calastes, quem não ouvistes para as ter? Estais confiante, talvez demasiado. Julgais que o mundo é como dizeis, mas olhastes para as coisas que se desfazem em pó”?

A resposta mais comum, ao mesmo tempo certa e equivocada, por parte do homem seria: “nós sabemos isso e mais sabemos que também isso pode ser destruído. Nós somos como as crianças, puramente abertos, puramente fascinados, duvidando para além das vossas dúvidas, para além do senso comum, que é o que faz a ciência e a sabedoria”.

Só que certamente a mulher poderia redarguir o seguinte: “pois sois mesmo como as crianças, eternamente fascinados, eternamente crédulos, demasiadamente cren-tes no próprio fascínio, como se a ciência estivesse ali à mão de semear e não fosse preciso outra coisa que o estarem puramente abertos. Vós que falais tanto da gratuidade nada sabeis dela. Vós que falais da abertura da dúvida e da contingência domesticai-las e fazeis delas as mais empedernidas das certezas. Só vós subistes realmente ao alto dos montes mas nunca vistes nada”.

Todavia, como se pode observar esta sabedoria do sofrimento, engastada à força nas carnes que dilacerou, e levantando sempre enormes e decisivas interrogações a qualquer processo de resgate, pode, nos dias mais aziagos, duvidar da forma mais pungente da gratuidade de qualquer ato de salvação: a possível, ou a plena. Por conseguinte, urge colocar a questão de saber se finalmente, no núcleo do núcleo, a condição histórica da mulher violentada tipifica a gratuidade ensanguentada de todas as vítimas e aquilo que é ou deve ser a gratuidade do

---

40 Talvez o soldado alemão não tenha podido resistir ao olhar interpelador do outro, ao peso que pendia sobre a sua própria consciência, às últimas réstias de humanidade, ou simplesmente a isso tudo sem ser objetivamente nada disso; um espaço sem justificações, em aberto, como parece querer o próprio narrador, que não nos oferece nenhuma justificação em particular. *Vide*, igualmente (Grossman, 2009: segunda parte, 23, 544-545), onde se relata o encontro inesperado debaixo de fogo e a subsequente entente, perfeitamente contingente e provisoriamente estabelecida entre o soldado Klímov e um soldado alemão, em Estalinegrado, na zona da fábrica de tratores, aquando do ataque germânico de 14 de outubro de 1942.

41 Curiosamente, ou nem tanto, o modelo tipológico de Adão e Eva parece configurar este par representativo das dores de parto da civilização (Vaz, 2004: 607). O autor faz uma análise mais detalhada em (Vaz, 1996).

cuidado, arqui-inscrita na humanidade. Configurar a mulher essa verdade poderosa, porque inaparente, sem espanto, a *sotto voce*, do genuíno crente, do puro paciente?

Num primeiro nível, a resposta é afirmativa, fruto desta lucidez no descarrilamento de que nada nem absolutamente ninguém está livre, e não obstante a própria história do sofrimento poder, infelizmente, gerar ressentimentos que acabam por sobrelevar o pragmatismo e o senso comum mais pedestre. Depois, porque a sabedoria dos silêncios remete para o acolhimento, para a metáfora do lar a que fizemos referência atrás, enriquecendo-a de matizes, ao mesmo tempo que a desloca, pondo a nu a ferida não cauterizada do silêncio padecido.

Já num segundo nível, mais ontometafísico, essa lucidez, essa sabedoria milenar marcada pelos recessos da vida, pode tornar-se excessiva, exorbitando um dos elos da gratuidade e escarnecendo o outro (“vós não vistes nada!”). Assim sendo, essa sabedoria acaba por destruir a própria gratuidade possível, quando deveria ser a sua prova viva. Em nome de uma *memoria passionis*, do vale de lágrimas, não se pode apagar o *stadium*, a *memoria felix*, tomando-os por perversos. Sem o primado da *memoria felix* não poderão ser superadas todas as resiliências defensivas que denegam o outro e perpetuam os mecanismos de violência, desde logo sobre as mulheres. Pelo que não nos parece possível, apesar de tudo, falar, *in limine*, numa *mátria* estratégica, uma vez que a prelatura primaz que guia a estratégia é a paz pura, a paz jubilosa.

### **Da Estratégica como Propedêutica à Paz Escatológica**

Como ficou patente em “Uma Tese em Instância Anamnética”, pensamos, o estar envolvido na guerra, ser vítima da guerra, deve ser muito próximo, no seu substrato antropológico, da alteridade, ferida, degrada, subjugada da condição de mulher que evocamos – as mulheres enquanto expressão do outro maltratado a resgatar das sombras da guerra; no fundo, as mulheres como antonomásia de vencedores e vencidos, ambos derrotados e amputados do quinhão de vitória que lhes cabia.

Inscriptus – *Naturalmente que, para chegar a esta conclusão, não se relevaram as muito hipotéticas dificuldades levantadas por termos ilustrado a nossa tese com o recurso à ficção. É que as diferenças epistemológicas entre a universalidade paradigmática (em sentido próprio) da ficção e o memorialismo sobre guerra por um lado,<sup>42</sup> e os estudos aplicados das ciências sociais por outro, são*

---

42 A nosso ver, o memorialismo é uma peça-chave, que não pode ser desvalorizado por força de padecer de um pretense subjetivismo incurável, quando o que deve estar em causa é uma história-memória, tal como a defendemos em “Uma Tese em Instância Anamnética”. Uma história que, na sua compreensão do passado, se revele um exercício memorial com poder para

*mais de tonalidade que de género ou espécie, e portanto, simplesmente periciais. Isto se reputamos que a demanda de sentido e da integralidade do Ser é mais importante que o alívio por verificar que não habitamos um reino imaginário de espectros ficcionados – mas para isso basta o bom senso e a inutilidade de tentar ser mais fantasistas que o prodígio da própria realidade (ou da sua interação com o homem a todos os níveis, incluindo o gnoseológico, para sermos rigorosos), que alimenta os poetas tanto quanto os cientistas).*

Não obstante, como se depreende das considerações finais do ponto anterior, o homem não nasceu para fazer da mulher (ou vice-versa) objeto de ódio, de violência, ou de desejante posse, antes ambos foram esperados na terra para o amor e para a conjugalidade.<sup>43</sup> De igual modo, analogicamente falando, também a guerra não irrompeu para ser a palavra derradeira, sendo a estratégia o primeiro curto-circuito no seu afã desmoralizador. Os homens e as mulheres nasceram para ser redimidos, ou melhor, salvos. Os humilhados e os ofendidos são o resto que salvará o futuro da permanência da condição de vítimas e vencidos. Primícias de uma era em que a própria responsabilidade para com o outro será supérflua. Mas para atingirmos esse ponto alfa e ômega da história, ou do para além da história, a figura do perdão desempenha um papel fundamental a que aqui aludiremos brevemente, em referência à estratégia. Cientes que a relação entre a estratégia e o perdão carece de ulterior estudo.

A estratégia insere-se na linhagem do perdão. No seu próprio espaço, a estratégia sinalizaria a atmosfera da presença do perdão, embora mais que ser propedêutica ao perdão, ao perdão condicional (transação ambígua, que não puro perdão, pois só se poderia perdoar o imperdoável, como intentou mostrar Derrida),<sup>44</sup> a

---

reativar as possibilidades de sentido de vidas incumpridas, as quais urge resgatar, se queremos dar cumprimento às nossas próprias vidas, às nossas próprias esperanças. História essa que dê guarida à alteridade que reclama por nós, no intuito de cobrirmos a sua indignação: o outro passado precisa de ser contado, que contemos com ele e dessa forma o façamos reviver, testemunhá-lo, tornando visível o invisível.

43 Com isto pressupõe-se a defesa (inapelável) de uma educação para a igualdade de género, sem, no entanto, fazer tábua rasa das injustiças passadas e presentes, uma educação anamnética, portanto, mas não uma educação para a indiferença, para a mesmidade, forjando seres idênticos ou até híbridos, em todo o caso fungíveis, pelo que de *bricolage* teriam. A célebre descrição do casamento de Kiti Scherbátski e Lévin, em *Anna Karénina* (Tolstói, 2012: quinta parte, cap. V, 429-431), mostrando quão diferentes são os regimes de atenção nos dois géneros, deveria acautelar-nos acerca do sonho totalitário, mais ou menos consciente, não de seres que partilham, mas daqueles que em nada se distinguem: homens como se fossem mulheres, mulheres como se fossem homens, ambos sem serem nada; que é outra forma de *massa perditá* usável pelas demoníacas potestades deste mundo. Quanto não gosta o soberano da materialização das ingenuidades à la Haraway.

44 (Derrida, 2005) e (Derrida, 2008: 113-139). Cfr., pp. 113-139. Reconhecendo a importância da dimensão do perdão absoluto e incondicional em Derrida, José Antonio Zamora questiona-se

estratégia remete para a ambiguidade das condições de base todo o perdão possível ao nível intramundano, a saber: “eu posso mas não quero”. O que, por sua vez, remete para a incapacidade humana de se libertar da *des-economia* do mal, da rivalidade mimética (a estratégia é disso exemplo), das confusões a que pode estar sujeita a noção de perdão como desculpabilização, mas igualmente para o legítimo livre arbítrio das criaturas finitas, contingentes, que não podem olvidar o imperdoável do imperdoável, o imperdoável que caracteriza o imperdoável, a sua irremissibilidade em si e que, por isso mesmo, não podem tornar o perdão um gesto fácil, sujeito a incompreensões e à eventual cumplicidade com a injustiça. Sem, no entanto (ou exatamente pela consciência de não poder ser cúmplices com a injustiça, que a banalidade do exprimiria), se impermeabilizarem nunca ao júbilo da força de rotura, do *novum*, que o dom encerra. Na estratégia, isso nota-se na sua complexa *phronesis*, no seu ser prudencial, que tem de atender a que não é possível vencer a recusa do outro, que caracteriza a guerra, a qualquer preço, sob pena de incrementar a violência e ocultar o apuramento de responsabilidades de quem as tiver. Mas sem esquecer que a subtil sofisticação da ação estratégica, podendo ser transformada numa manobra mais de hostilidade, é antes e acima de tudo morigeração da conflitualidade hostil entre atores políticos até ao derradeiro dia do desarme, à paz definitiva, dia de chegada de um mundo que cessa e titónia de um novo.<sup>45</sup>

---

se Derrida, ao querer libertar o perdão de toda a instrumentalização corruptora, não lhe retira também dimensões fundamentais, que o não degradam necessariamente. Um perdão absoluto tende a igualizar demasiado depressa todas as mediações humanas, por poderem contaminar esse mesmo absoluto. Como a ação humana está preenchida por finalidades que não têm de ter *a priori* um carácter instrumental (no caso, o reconhecimento do dano, a solicitação ou não do perdão, a existência ou inexistência de arrependimento, a recuperação da dignidade da vítima, a superação da lógica de vingança, etc.), pergunta-se, por fim, José Antonio Zamora se um perdão, por mais incondicional que seja, caso esteja desprovido de vínculo com estas finalidades, poderá ser ainda um considerado um perdão humano (Zamora, 2008: 77-79). Mas não estará José Antonio Zamora a marginalizar assim a transitoriedade intrínseca do tempo comum, a dissolução de um tempo já comprometido por estilhaços do messiânico, pois qualquer momento pode ser a estreita porta por onde entrará o messias (ou o messias conosco, renovados pela *metanoia*), perguntamos nós?

- 45 No sentido do dia do armistício de cada conflito em particular, uma vez que esse dia é sempre o de uma esperança retomada, uma espécie de recriação que participa da contínua e amorosa Criação, mas sobretudo do dia da abolição da guerra e da estratégia, aurora messiânica da paz filial, da paz de Cristo. Em diferentes lugares temos adjetivo a paz de vários modos, com expressão sinonímica. Propondo agora uma ordenação “temporal” dos ultimíssimos, ou dos novíssimos, parafraseando a escolástica, teríamos num primeiro nível a paz definitiva. Enlaçando este nível com o nível seguinte, encontraríamos a paz messiânica ou dia do caçador definitivo. No segundo nível, teríamos a paz pura, filial, jubilosa, integral ou ainda de Isaías. O enlace com o derradeiro nível seria a paz crística. O terceiro, e derradeiro nível, diria respeito

A estratégia como propedêutica da paz messiânica e da paz pura, da integralidade de um tempo novo, seria, portanto, no momento da sua culminação e dissolução, mas só aí (e mais como recompensa por ter personificado a *kenosis* ética, a descida desta aos infernos sem se deixar abrasar, que propriamente pela seu triunfo unilateral sobre a guerra, o qual não está dentro das suas capacidades), propileu do “*aevum*” jubiloso e do Santo dos santos, da eternidade da puríssima paz, onde a própria palavra paz carecerá de significado, e se estilizará como puro significante, puro valor de uso em uso, impossível de pensar e de contrastar com algo mais a não ser com o que é na sua linguisticidade e comunicabilidade imediata – primeiro sábado sem acaso passada a paz: quer dizer, para além dela, quando já não é precisa, porquanto a sua plenitude sem fissuras nem recuos desativa a função.

Se a estratégia se abre a essa dimensão auroral de um mundo totalmente outro, que nos fará finalmente ícolas da morada de todos os prodígios por chegar, é porque nela está pressuposto que o livre arbítrio comporta uma capacidade de transfiguração, de conversão, de um poder ser, de se fazer transbordar para o seu à ilharga, deslizando sem fim através da sua própria contingência, dos limiares de passagem que ser contingente por definição implica, para além dele mesmo; através Daquele que na sua entranha coabita com ela e a faz ascender.

Esse livre arbítrio comporta sempre a ousadia de fazer acontecimento; a ousadia da prudência que a estratégia é ao não querer contentar-se com a recusa do próximo, apesar da aparente inevitabilidade histórica da mesma (a sedutora ilusão da indução), e ainda quando tenha que levar a cabo um processo paradoxal de recusa relativa desse mesmo próximo para a poder superar – sem, obviamente, se esgotar nesse processo de recusa relativa. Assim sendo, como propedêutica à paz filial, à paz pura, emergente esta última dos arcanos da paz puríssima, a

---

à paz puríssima, ou primeiro sábado passada a paz. À estratégia, por si só (leia-se, enquanto racionalidade autónoma superiormente enquadrada pela política), cabe, no máximo, atingir um nível ainda anterior à paz definitiva. Trata-se da paz cordial ou clausewitziana, aquela que a estratégia conseguirá alcançar se for lançada voluntariamente como ética do conflito, quando queremos de verdade a antibatalha, e sentimos em seguida o seu pulsar – o pulsar da antibatalha seria então o primeiro culminar operativo de paz, com características remuneradoras, por parte da estratégia enquanto processo de antibatalha; antecederia assim a paz cordial, embora este seja um racional a carecer de ulteriores esclarecimentos. Todavia, o assumir consciente dos racionais prudenciais e da fonte onde bebem, que estão desde sempre presente na estratégia, não impede a reversão do estádio (de paz cordial) atingido, porque o núcleo indómito da guerra (guerra absoluta) continua por redimir, no todo ou em parte. Designamo-la por paz clausewitziana, porque pensamos que esse talvez seja o principal índice secreto do pensamento de Clausewitz. A paz cordial era o fim que o pensador alemão almejava e a que conceptualmente pretendia chegar, e chegaria, caso a estratégia tivesse atingido, no seu tempo, o desenvolvimento alcançado nos nossos dias.

---

estratégia não é estranha ao verdadeiro perdão, ao perdão incondicional, perdando o imperdoável.

Perdoar o imperdoável não significa falhar as injunções do bem para o perdão, já que não estamos a transigir, a acenar ao mal como tal, estamos sim e finalmente a vencer o seu poder de sedução, a sua resiliência manipuladora, derrubando-o não no seu próprio campo mas no nosso, expondo sem mais a sua inanidade, dissolvida como im procedente. E não nasce a estratégia no campo do inaudito, do poder nu para o ajudar a dissolver, qual fruto de semente imaculada (da salvação) nele plantado? Também aqui a salvação precede a criação, ou melhor, o que na criação se perverteu. Afinal, o que veio muito depois da guerra (a estratégia), chegando como resposta à politização moderna da guerra e à possibilidade de ascensão aos extremos, traz as marcas da revelação primigénia. Ou não fosse a estratégia lenho intuído (mais que assumido) desse Fontão do Amor, da Iniciativa de acolhimento gratuito que precede sempre o nosso arrependimento (Torres Queiruga, 1996: 234-236).

“Atravessando as palavras há restos de luz” (Kafka, 2004: 118).

## Referências

- Abreu, Francisco (2002). *Fundamentos da Estratégia Militar e Empresarial. Obter Superioridade em Contextos Conflituais e Competitivos*. Lisboa: Sílabo.
- Aron, Raymond (2009). *Clausewitz*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Beckert, Cristina (2011) “Reconhecimento Assimétrico do Outro ao Terceiro” em Maria Lucília Marcos, Maria João Cantinho, Paulo Barcelos (eds.), *Emmanuel Levinas Entre Reconhecimento e Hospitalidade*. Lisboa: Edições 70.
- Beevor, Antony e Vinogradova, Luba (eds.) (2007). *Um Escritor em Guerra. Vasily Grossman com o Exército Vermelho 1941-1945*. Lisboa: Edições 70.
- Benjamin, Walter (2004). “Rua de Sentido Único” em [...], *Imagens de Pensamento*. Edição e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, pp.7-69.
- Benjamin, Walter (2010). “Sobre o Conceito de História” em [...], *O Anjo da História*. Edição e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, pp.9-20.
- Calvino, Italo (2009). *Todas as Cósmicas*. Lisboa: Teorema.
- Clausewitz, Carl von (1986). *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Couto, Abel Cabral (1989). *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso, Vol. I*. Lisboa: IAEM.

- Couto, Abel Cabral (2004). "Posfácio" em Francisco Abreu, António Horta Fernandes, *Pensar a Estratégia. Do Político-militar ao Empresarial*. Lisboa: Sílabo, pp.215-230.
- Derrida, Jacques (2005). *Pardoner: l'Impardonnable et l'Imprescriptible*. Paris: L'Herne.
- Derrida, Jacques (2008). "El Perdón [ No original, entrevista de Michel Wieviorka, publicada em *Le Monde des Débats*, em dezembro de 1999]" em AAVV, *El Perdón, Virtud Política. En torno a Primo Levi*. Barcelona: Anthropos.
- Enzensberger, Hans Magnus (2008). *Os Homens do Terror. Ensaio sobre o perdedor radical*. Lisboa: Sextante.
- Fernandes, António Horta (2007). "Organizar o Poder através de uma Ontologia do Feminino – Virtualidades e aporias". *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores, Série Filosofia*, n.º 8, pp. 163-171.
- Fernandes, António Horta (2011). *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Actualidade (Homo Strategicus II)*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Fernandes, António Horta (no prelo), *Guerra e Política: uma Relação Difícil*.
- Galtung, Johan (1996). *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Sage.
- Girard, René (1996). *Cuando Empiecen a Suceder estas Cosas... Conversaciones con Michel Tregue*. Madrid: Encuentro.
- Girard, René (2007). *Achever Clausewitz. Entretiens avec Benoît Chantre*. Paris: Carnets Nord.
- Grossman, Vasily (2009). *Vida y Destino*. Barcelona: Debolsillo.
- Kafka, Franz (2004). *Parábolas e Fragmentos*. Selecção, tradução e prefácio de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ledig, Gert (2005). *Os Órgãos de Estaline*. Lisboa : Ulisseia.
- Levinas, Emmanuel (1976). *Difficile Liberté. Essais sur le Judaïsme*, seconde édition. Paris: Albin Michel.
- Levinas, Emmanuel (1978). *Autrement qu'Être ou au-delà de l'Esence*, deuxième édition. La Haye : Martinus Nijhoff.
- Levinas, Emmanuel (1988). *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- Levinas, Emmanuel (2003). *Deus, a Morte e o Tempo*. Coimbra: Almedina.
- Levinas, Emmanuel (2006). "Ética como Filosofia Primera". *A Parte Rei. Revista de Filosofia* n.º43, pp. 11-21.
- Marías, Javier (2012). *Enamoramentos*. Carnaxide: Alaguala.

- Metz, Johann Baptist (1996). "Un Hablar de Dios, Sensible a la Teodicea" em [...], dir., *El Clamor de la Tierra. El Problema Dramático de la Teodiceia*. Estella: Verbo Divino.
- Metz, Johann Baptist (2002). *Dios y Tiempo. Nueva teología política*. Madrid: Trotta.
- Metz, Johann Baptist (2007). *Memoria Passionis. Una Evocación Provocadora en una Sociedad Pluralista*. Santander: Sal Terrae.
- Moura, Tatiana (2010). *Novíssimas Guerras. Espaços, Identidades e Espirais da Violência Armada*. Coimbra: Almedina.
- Nunes, Etelvina Pires (1993). *O Outro e o Rosto. Problemas da Alteridade em Emmanuel Levinas*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP.
- Overy, Richard (2005). *Por Qué Ganaron los Aliados*. Barcelona: Tusquets.
- Pascal, Blaise (1977). *Pensées. Édition présentée, établie et annoté par Michel le Guern*, 2 vols. Paris : Gallimard.
- Pérez-Reverte, Arturo (2007) *O Cemitério dos Barcos sem Nome [no original La Carta Esférica]*, 6.ª ed. Porto: Asa.
- Reyes Mate (2011). "Tratado de la Injusticia. XX Conferencias Aranguren". *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política* nº45, pp. 445-487.
- Ricoeur, Paul (2005). *Caminos del Reconocimiento. Tres Estudios*. Madrid: Trotta.
- Santiáñez, Nil (2009). *Goya/Clausewitz. Paradigmas de la Guerra Absoluta*. Barcelona: Alpha Decay.
- Santiáñez, Nil (2013). *Topographies of Fascism. Habitus, space, and writing in twentieth-century Spain*. Toronto: University of Toronto Press.
- Sender, Ramón J. (2006). *Imán* [Edição crítica a cargo de Nil Santiáñez]. Barcelona: Crítica.
- Sofsky, Wolfgang (2004). *Tiempos de Horror. Amok, Violencia, Guerra*. Madrid: Siglo XXI.
- Tillich, Paul (2009). *Teología Sistemática I. La Razón y la Revelación. El Ser y Dios*, quinta edición. Salamanca: Sígueme.
- Tolstói, Lev (2012). *Anna Karénina*, 2.ª edição, Lisboa: Relógio d' Água.
- Torres Queiruga, Andrés (1996). *Recupera-la Creación. Por Unha Relixión Humanizadora*. Vigo: SEPT.
- Torres Queiruga, Andrés (2010). *Repensar o Mal. Da Poneroloxía á Teodiceia*. Vigo: Galaxia.
- Trebolle, Julio e Pottecher, Susana (2011). *Job*. Madrid: Trotta.
- Tucídides (2009). *La Guerre du Péloponnèse*. Paris: Gallimard.
- Vaz, Armindo (1996). *A Visão das Origens em Génesis 2,4b-3,24*. Lisboa: Didaskalia-Carmelo.

Vaz, Armindo (2004). "A Criação do Corpo Humano na Linguagem Bíblica" em José Augusto Ramos, Luís de Araújo, António Ramos dos Santos, org., *Percursos do Oriente Antigo. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Nunes Carreira na sua Jubilação Académica*. Lisboa: Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1996.

Venezia, Mariolina (2008). *Há Mil Anos que aqui Estou*. Lisboa: Quetzal.

Wescott, Glenway (2008). *Um Apartamento em Atenas*. Lisboa: Relógio d'Água.

Zamora, José Antonio (2008). "El Perdón y su Dimensión Política" em AAVV, *El Perdón, Virtud Política. En Torno a Primo Levi*. Barcelona: Anthropos.

Zamora, José Antonio (2011). "Memoria e Historia después de Auschwitz". *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política* n°45, pp. 501-523.

# A Viragem Civilizacional em Curso: Algumas Consequências Estratégicas

Abel Cabral Couto

*Tenente-General (Ref)*

## Resumo

O autor partilha da opinião, defendida por conceituados autores, de que, em consequência da criação da internet, do computador portátil e, de um modo geral, das novas tecnologias da informação e da comunicação, a Humanidade entrou num novo ciclo civilizacional, em que uma nova sociedade informacional tem vindo a substituir, progressivamente, a sociedade industrial.

Com base na obra de Manuel Castells e de outros autores, pretende-se sintetizar as principais características da nova sociedade em desenvolvimento e estabelecer algumas potenciais consequências político-estratégicas desta viragem civilizacional em domínios variados, desde a geopolítica à estratégia militar, passando pelo futuro do Estado-Nação e do projeto europeu.

## Abstract

*The author shares the view advocated by respected authors, that in consequence of the creation of the internet, the laptop computer, and in general the new technologies of information and communication, humanity has entered a new civilizational cycle, in which a new informational society, has gradually replaced the industrial society.*

*Based on the work of Manuel Castells and others, the article intends to summarize the main features of this new developing society, and establish some potential political and strategic consequences of this civilizational shift in varied fields, from geopolitical to military strategy, through the future of the nation state and the European project.*

## Introdução

Na peugada das concepções de Manuel Castells (1996), entendo que se verifica uma viragem civilizacional quando, em consequência da conjugação de um súbito e significativo progresso técnico com condições político-culturais favoráveis, se produz uma mudança acentuada no modo de desenvolvimento de uma sociedade e, progressiva e consequentemente, na sua estrutura e nos seus padrões económicos, sociais, culturais e políticos.

À luz do passado histórico, uma viragem civilizacional parece obedecer, segundo alguns autores, às seguintes linhas gerais:

- Uma inovação tecnológica de vulto é uma condição necessária mas não suficiente, se o ambiente político, cultural e económico não permitir explorar as suas potencialidades, ou seja, é preciso um “caldo de cultura” favorável à assimilação, expansão e desenvolvimento dessa rotura. Tal significa que não há qualquer determinismo. Segundo as teorias dominantes, por um lado, a inovação tecnológica influencia fortemente a evolução das sociedades, mas, por outro lado, os valores culturais dominantes numa sociedade favorecem, promovem e orientam ou bloqueiam e rejeitam a inovação<sup>1</sup>. Esse “caldo de cultura” parece exigir, pelo menos, três ingredientes: recursos financeiros (próprios ou captados) adequados; nível educativo satisfatório; elites com sensibilidade à inovação e à mudança.
- A rotura tecnológica afeta, inicialmente, apenas a natureza e a capacidade de um setor limitado da economia e verifica-se numa região geográfica também limitada.
- A técnica é a adaptação da ciência ou do conhecimento à prática. Entre a descoberta ou invenção científica e a sua operacionalização numa tecnologia, medeia um período de tempo variável. Uma mesma descoberta pode ter várias aplicações e dar origem a várias tecnologias. A inovação tecnológica, embora possa assentar em conhecimentos científicos relativamente complexos, tem de se refletir num instrumento ou aparelho de utilização simples, acessível ao homem comum, e deve poder ser aplicada noutros setores da atividade económica, isto é, deve possuir elevada capacidade de generalização. Por outro lado, muitos desses novos instrumentos ou equipamentos vão servir de suporte a novas descobertas e invenções.

---

1 Recordo-me de Henry Kissinger dizer mais ou menos o seguinte numa conferência em Lisboa, no dealbar da implosão da URSS e da abertura chinesa à economia de mercado: “A China poderá entrar num processo de rápida adaptação e desenvolvimento, porque todo o chinês, sob qualquer regime e em qualquer parte do Mundo, é um comerciante nato; já a Rússia terá grandes dificuldades, porque, por razões históricas, um russo não sabe como se estabelece um preço”.

- Progressivamente, as novas formas de produção propagam-se a novas áreas geográficas, nacionais ou estrangeiras, com capacidade para as assimilar, e a novos setores económicos.
- A modificação profunda das formas de produção vai originar o aparecimento de novas profissões, de nova divisão do trabalho, de migrações de mão-de-obra e populações, de novas relações de produção ou formas de comercialização, de novas necessidades nos domínios da habitação, da educação, da saúde e dos transportes, de novas estruturas e metodologias de trabalho da administração pública, etc., bem como a falência e progressivo desaparecimento de segmentos significativos do anterior sistema produtivo e profissões correlatas, etc., isto é, vai originar um novo “estilo de vida” e novas estruturas económicas, sociais e culturais. Tudo isto acaba por influir no sistema jurídico e político.

Muitos historiadores apontam dois modelos históricos, que precederam a nova sociedade em desenvolvimento: a sociedade agrária e a sociedade industrial. Como todas as classificações, esta não é pacífica, mas é corrente e é a que melhor satisfaz ao fim em vista.

Como é sabido, e sinteticamente, a sociedade agrária tinha como base económica a exploração do solo arável para a produção de bens alimentares, para o homem e animais domésticos, que por seu turno eram fontes de energia e de alimentos, bem como a exploração dos recursos da pesca e caça. Era uma sociedade patriarcal, de fortes laços familiares. Dependente do resultado das colheitas, vulnerável às condições atmosféricas, às secas, às tempestades, às epidemias e a outros fenómenos imprevisíveis e inexplicáveis, pelos quais se manifestava a “fúria divina”, a sociedade agrária era uma sociedade temerosa dos “quatro cavaleiros do Apocalipse”, fortemente religiosa, fatalista e pessimista, naturalmente frugal, prudente e providente, propensa à criação de reservas que permitissem fazer face às incertezas do dia de amanhã. Como os rendimentos eram pequenos, era também pequena a acumulação de capital, que se concentrava nos grandes senhores da terra, pelo que era dominante uma economia local, pouco monetária, essencialmente de troca e subsistência. A energia produtiva era muito baixa, assente no trabalho braçal ou animal e nos moinhos de água ou de vento, estes intermitentes, e com uma potência inferior a 10 CV. E como o homem era o detentor da força física, daqui advinha uma clara diferenciação social dos géneros: o homem era o lavrador, o caçador ou pescador, o guerreiro, o responsável pelo sustento e segurança da família e, conseqüentemente, o seu chefe, o “*pater familiae*” (esta proeminência do homem reflete-se no termo “pátria”); a mulher era a auxiliar do homem, dele dependente, encarregada do cuidado dos filhos, enquanto pequenos, e dos trabalhos domésticos. Há, porém, um tipo de trabalho produtivo que, por assentar num mecanismo simples e artesanal, de roda e pedal, que não exigia grande capacidade física, foi

sempre de natureza feminina: a fiação e tecelagem, artesanal (e depois o bordado, a malha e a costura) e que se vai prolongar nos dias de hoje na indústria têxtil. A mão-de-obra era abundante, os salários baixos, a especialização do trabalho limitada e a proteção social tinha um cariz religioso. Os mercados eram predominantemente locais (exceto no caso de artigos de luxo – joias, vestuário, perfumarias e especiarias) e opacos. Progressivamente evoluiu-se para um capitalismo mercantil, com o aparecimento das classes de mercadores, empresários e banqueiros, de raiz familiar, e o desenvolvimento de uma sociedade urbana. A sociedade agrária, baseada na exploração do solo arável, desenvolveu-se nas planícies férteis dos climas temperados e nos vales dos rios, e acabou por gerar o Estado-Nação, precipitado histórico de quatro identidades primárias: a raça ou etnia (a forma como se parece), a língua (a forma como se fala), a religião (a forma como se reza) e o traje e seus adornos (a forma como se veste e se peleja).

Como refere Eric Muraise (1964), numa síntese do pensamento de Hans Delbruck, sobre a mentalidade oriental e ocidental:

“A sociedade agrária gerou o sedentário, agarrado ao solo alimentador, tornado sagrado pelas searas e pelos túmulos. Cada naco deste solo torna-se uma razão suficiente para se combater em sua defesa. O sedentário torna-se aí racionalista, pela regularidade dos dias e das estações, das sementeiras e das colheitas, e nacionalista, pelo jogo dos seus interesses e preocupações quotidianas e pela sua compreensão das permanências e das continuidades”.

No domínio bélico, as limitações da demografia e dos recursos materiais apenas permitiam exércitos de reduzidos efetivos, pelo que as guerras eram naturalmente de objetivos limitados (por uma província, retificação de uma fronteira, sucessão dinástica, etc.); as operações cingiam-se essencialmente à época seca e como os meios eram pouco numerosos assumiam a forma ou de operações de cerco ou de batalha consentida; nesta procurava-se a vitória decisiva, já que, se as forças opostas fossem fortemente dizimadas, o adversário teria grandes dificuldades em as reconstituir, pelo que aceitaria as condições de uma paz imposta; como a energia bélica era relativamente reduzida (poder de choque e, mais tarde, de fogo limitados) as baixas eram pouco elevadas, e afetavam só os homens; havia uma clara distinção entre combatentes e não combatentes e as populações eram essencialmente afetadas pelos saques e violações ou, eventualmente, pela fome, nas operações de cerco.

A sociedade industrial começa a emergir na Inglaterra, no último quartel do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor. Vários historiadores dividem a chamada “revolução industrial” em duas fases, balizadas pela invenção da máquina a vapor e, cerca de um século mais tarde, pela do motor de explosão; outros conside-

ram quatro fases (vapor, eletricidade, motor de explosão e nuclear) ou, outros ainda, com base na fonte de energia, a do carvão, da hídrica, do petróleo e do nuclear. A primeira fase incidiu, inicialmente, no setor das minas (de carvão, essencialmente para aquecimento, e de estanho e ferro) e nos têxteis. A exploração mineira ia-se realizando a cada vez maiores profundidades, o que originava um problema de difícil resolução, o da exaustão da água que se infiltrava e alagava as minas. A sua solução assentava num complexo sistema de bombas de roda, hidráulicas, dispostas em vários patamares, até à superfície. A máquina a vapor veio resolver o problema de forma mais rápida, eficaz e fiável. Rapidamente foram apercebidas as possibilidades abertas pela nova invenção, mercê da sua elevada potência, à incipiente indústria têxtil. Depois da fase medieval, do linho e da lã, a mão-de-obra escrava permitira o desenvolvimento de grandes plantações de algodão nos territórios americanos, o que propiciara um grande desenvolvimento na tecelagem de tecidos de algodão e a sua democratização, tornando-os um dos produtos fundamentais do comércio inglês (os têxteis são um bem de primeira necessidade e podem ser também um artigo de luxo). Estes desenvolvimentos vão ter, entre outras, duas consequências importantes: a elevada migração de mão-de-obra, que incluía o trabalho infantil, com condições de trabalho, de habitabilidade e de salubridade miseráveis, com elevadas taxas de mortalidade, o que fará surgir a “questão social” e a da propriedade e o desenvolvimento das correntes socialistas e das organizações profissionais defensoras dos interesses dos trabalhadores (sindicatos); e, num outro plano, no caso da indústria têxtil, um impulso ao desenvolvimento da química, com a busca de uma solução económica, eficaz e rápida para o problema do branqueamento e coloração dos tecidos.

A segunda fase da “revolução industrial”, decorrente da invenção do motor de explosão, incidiu particularmente no setor metalúrgico, abrindo o caminho à indústria pesada e, quase simultaneamente, à indústria química, mercê de um período de extraordinário e acelerado progresso científico e tecnológico, que vai gerar uma enorme fé nas possibilidades da ciência e na sua capacidade para explicar e resolver todos os problemas do Mundo e do homem. Inicia-se na Alemanha, onde a ocorrência de minas de carvão e de ferro nas regiões do Sarre e do Ruhr vai permitir a emergência da indústria do aço, que será o suporte do extraordinário e subsequente desenvolvimento industrial da Alemanha, em todos os domínios, bem como do seu potencial bélico, e cujo valor económico será reforçado pelo rio Reno, como grande autoestrada natural, e pelos portos do Mar do Norte. A combinação da indústria do aço, que se torna simbólica (a produção de aço foi considerada um dos indicadores do desenvolvimento industrial de um país), com a máquina a vapor e o motor de explosão vai originar uma revolução no sistema de transportes terrestres (ferroviários e rodoviários), marítimos e, mais tarde, aéreos e nos equipamentos militares, na tática e na estratégia. A revolução nos transportes, além de

permitir a unificação e integração geopolítica de alguns grandes espaços nacionais (caso dos EUA), propiciou o alargamento e unificação dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo industrial. E como a sociedade industrial assenta essencialmente na exploração e transformação dos recursos do subsolo, intensifica-se a pesquisa e exploração desses recursos, o que vai motivar a expansão colonial das potências europeias, para a obtenção de matérias-primas e criação de novos mercados. Mas o capitalismo industrial exigia grandes recursos financeiros, o que originou o desenvolvimento dos bancos, capazes de recolher, mobilizar e disponibilizar esses recursos, e a proliferação de um instrumento económico original – a moderna empresa de responsabilidade limitada. Como refere George Friedman (2011):

“Os alicerces básicos da economia moderna são as empresas, de responsabilidade limitada, e estas são uma invenção tornada possível pelo Estado moderno. A empresa é uma invenção extraordinária. Cria uma entidade que a lei diz ser responsável pelas suas dívidas. Os indivíduos que são donos dessa empresa, quer seja uma empresa em nome individual ou uma gigantesca empresa cotada em bolsa, não são considerados pessoalmente responsáveis por essas dívidas. A sua exposição não pode ser superior ao seu investimento inicial. Desta forma, a lei e o Estado deslocam o risco dos devedores para os credores. Caso a empresa não seja bem-sucedida, os credores é que ficam com o problema nas mãos. Não existia nada disto no passado: quem tivesse um negócio era plenamente responsável por ele. Sem esta inovação, não existiria bolsa de valores, nem investimento em empresas em fase de criação, nem empreendedorismo”.

Mas os efeitos desta inovação podem ser perversos. De facto, se as falências são em número reduzido ou representam um valor pouco elevado, o sistema pode absorver tais ocorrências; mas em situações de crise, em que as falências se sucedem, ou no caso da falência de um grande banco, todo o sistema financeiro pode ser posto em xeque e então, pela via dos impostos ou das nacionalizações, os prejuízos ou défices, acabam por ser socializados, isto é, recair sobre os contribuintes.

A empresa moderna está associada à criação de novos instrumentos financeiros – ações e obrigações – e ao conseqüente desenvolvimento de um capitalismo financeiro e de um novo mercado – de capitais –, que tem por palco as bolsas. Enquanto no capitalismo agroindustrial se negociam mercadorias e serviços, no financeiro negocia-se dinheiro. E o capitalismo financeiro é o campo, por excelência, do chamado “capital virtual”.

Com o desenvolvimento industrial, deu-se uma grande transferência de mão-de-obra dos campos para as fábricas, para o que veio a ser chamado o setor secundário, onde, por a produtividade ser muito maior, os rendimentos e a acumulação de

capital eram também mais elevados, permitindo pagar salários melhores. Devido à necessidade de determinados recursos (vias de comunicação capazes, abastecimento de água e de energia, proximidade de portos, etc.), as fábricas instalaram-se na periferia das principais cidades ou deram origem a novas cidades, originando-se um processo, irreversível, de grande desenvolvimento do mundo urbano em detrimento do mundo rural. Nas regiões que melhor favoreciam o desenvolvimento industrial geraram-se verdadeiras megametrópoles, de que o exemplo mais frisante é (ou foi) a região dos Grandes Lagos, nos EUA.

Por outro lado, o grande desenvolvimento da capacidade de produção originou um progressivo aumento do consumo e dos níveis de vida, bem como um enorme desenvolvimento do comércio e, como já referido, do sistema bancário, absorvedores de um novo tipo de mão-de-obra. E o contínuo desenvolvimento dos meios de comunicação, de relação e de transporte, vai alimentar o desejo de se conhecer o mundo (e cria-se o turismo) e o enorme aumento da circulação de pessoas e bens. Assim se vai desenvolvendo, concomitantemente com o secundário, um outro setor da atividade económica, o terciário ou dos serviços. A sociedade industrial tem, assim, uma estrutura produtiva e laboral profundamente diferente da sociedade agrária.

A máquina, ao substituir o trabalho físico do homem, abriu o caminho ao trabalho fabril feminino, inicialmente nos têxteis, nas tabaqueiras, etc. e, com especial relevo, no setor dos serviços. O recurso à mão-de-obra feminina generaliza-se poderosamente durante a Primeira Guerra Mundial, em que as mulheres ocupam, na retaguarda, as necessidades que não podiam ser satisfeitas pelos homens, mobilizados para os campos de batalha, dos hospitais às próprias fábricas de material de guerra. A sociedade industrial promoveu, assim, a emancipação da mulher e a igualdade do género, na maior parte das atividades profissionais.

A sociedade industrial assenta, caracteristicamente, na transformação de produtos do subsolo, transformação operada por um conjunto de máquinas, que atuam segundo uma determinada sequência, alimentadas por uma poderosa fonte de energia e com uma limitada intervenção da energia física do homem. Uma máquina é um conjunto de peças ou de conjuntos, cada um dos quais executa uma tarefa específica, numa determinada ordem ou sequência, de forma automática e segundo um ritmo ou cadência rigorosos. Esta organização da máquina vai-se reproduzir na organização do grosso do trabalho humano numa fábrica: divisão do trabalho, variedade de profissões, especialização, tarefas rigorosamente definidas, operações em cadeia, rigorosa disciplina, tempos cronometrados, rigidez dos horários, etc. Como salienta Raymond Aron (1962), o modelo assemelha-se ao militar: comando ou direção fortemente centralizados e responsabilizados, divisão sucessiva em subsistemas mais simples e menos volumosos e consequentemente uma organização verticalizada e piramidal, órgãos de linha e de estado-maior (planea-

mento, controlo, etc.), disciplina, cadencias (como nas marchas), etc. O crescimento faz-se pelo aumento das instalações e do número de trabalhadores, para reforço da capacidade de órgãos já existentes ou criação de novos órgãos: uma fábrica de automóveis ocupava largas dezenas de hectares, com milhares de trabalhadores, e chegava a incorporar no seu seio uma fábrica de tintas. Em consequência, a sociedade industrial é agregadora, mas também massificadora (trabalho em massa, produção em massa, meios de comunicação de massa, etc.). A perspetiva dominante é a “macro” ou o que é grande (grandes fábricas, estaleiros, siderurgias, trabalhos de engenharia, superfícies comerciais, etc.) e tende-se a valorizar o que é sólido, duradouro, resistente, fiável, previsível e estável. Tal contribui para o desenvolvimento de conceções, efeitos ou valores, tais como a perenidade das organizações (empresas ou organismos públicos), o emprego para toda a vida, a rotina, a burocracia, a busca das soluções ótimas, as progressões automáticas, a uniformidade, etc.

Por outro lado, as regiões mais industrializadas, e conseqüentemente mais desenvolvidas em todos os setores, exercem uma grande capacidade de atração, mas também de controlo e de domínio sobre as regiões próximas mais atrasadas, periféricas, que se tornam, por assim dizer, satélites subsidiários de um núcleo ou centro forte, num esquema de que a química inorgânica pode servir de modelo inspirador.

A sociedade industrial vai destruindo, nas regiões em que se desenvolve, a antiga sociedade agrária, mas não a sua base económica, bem pelo contrário. Na exploração dos recursos e das capacidades dos solos ou dos mares, mudam radicalmente os instrumentos ou equipamentos, as técnicas e os métodos, mas, apesar da substancial redução da mão-de-obra, a produção de bens alimentares aumentou espetacularmente, mercê do aumento das explorações, da mecanização, do emprego de fertilizantes derivados do progresso da indústria química, de grandes obras de irrigação, etc. E surgiram novos domínios da atividade industrial derivados do setor primário (indústrias agroalimentares, das conservas de peixe, da celulose, etc.). Além disto, a descoberta das técnicas de frio, permitiu a conservação dos alimentos, regularizar os consumos e atenuar o caráter sazonal das produções. Todo este progresso permitiu eliminar a fome de grandes manchas humanas. O progresso atingiu outros domínios, traduzido na melhoria das condições sanitárias e de habitabilidade, do nível educativo, da esperança de vida, da proteção social, etc.

A sociedade industrial é uma sociedade de ruídos estridentes, de cheiros, de fumos e gases, de resíduos (lixo, detritos, escórias, etc.), isto é, fortemente poluída e poluidora, que coloca em risco todos os ecossistemas.

A sociedade industrial tende a ser otimista, crente na continuidade do progresso, racionalista e propensa a substituir a fé religiosa pela fé na ciência. Como o progresso é geralmente percebido como contínuo, o futuro é a continuação do presente e do passado, o que conduz à tentativa de descobrir os padrões da evolução e, numa lógica linear, de prever o futuro projetando os dados do presente, corrigidos

dos erros de procedimento detetados, segundo frequentemente uma reta, o que acaba por conduzir a uma crença nas virtudes dos planejamentos a médio e longo prazo, por vezes imperativos, como na antiga URSS, ou numa engenharia social, capaz de moldar uma sociedade ideal e planificada.

Embora a teoria económica considere a existência de ciclos económicos e a periodicidade de crises económico-financeiras, a sociedade industrial tende a considerar a guerra, as crises internacionais ou sociais e a instabilidade como fenómenos anormais, esporádicos e excepcionais. Para Saint-Simon, as sociedades industriais implicam um espírito empresarial e assentam na produção maciça de bens, o que importaria uma racionalização de comportamentos, bem como instituições e condições de previsibilidade, que seriam contrárias ao espírito de destruição e ao carácter aleatório e imprevisível da guerra. Ou seja, a paz, a ordem, a estabilidade, seriam o produto, conseqüente do desenvolvimento económico, da passagem das sociedades agrárias, de subsistência, a sociedades industriais, de abundância.

Em síntese, poderemos dizer que são imagens características da sociedade industrial as minas e as fábricas, o meio urbano, a divisão de classes entre operariado e patronato, o consumo de massa, etc.

A sociedade industrial quadra-se bem com o paradigma Newtoniano, baseado na lógica linear, ou seja, nos princípios da adição (o todo é igual à soma das partes) e da proporcionalidade ou homogeneidade (relação de causa e efeito): o mecanicismo, o Universo como um relógio, a regularidade das órbitas dos planetas, da sucessão dos dias e noites, do nascimento e ocaso do Sol, das marés, etc.; o reducionismo ou o estudo do todo analisando as partes; a previsibilidade e a predizibilidade; a ordem, o equilíbrio, a estabilidade, a paz como estádios normais; a desordem, a instabilidade e as crises baseadas no acaso, ou seja, em processos estocásticos.

Conforme se referiu, a passagem da sociedade agrária à sociedade industrial exige a progressiva transformação de formas de produção, de profissões, da distribuição demográfica, das estruturas e dos níveis educativos, de estruturas sociais e políticas, de formas de vida, etc., que tem por base uma rotura tecnológica que, em última análise, melhora significativamente a relação custo-benefício em relação a atividades existentes e promove a criação de novos domínios de atividade. Ora num determinado estádio da sociedade agrária, a estabilidade existente traduz um certo equilíbrio social, que repercute na ordem jurídica e institucional, embora a não determine. Assim, quanto às possibilidades de mudança e seu sucesso, podem verificar-se três situações.

Num primeiro caso, as elites políticas, económicas, sociais e culturais sensíveis à mudança e à modernidade são capazes de absorver e compreender o alcance das novas tecnologias e progressivamente vencer os interesses instalados e as forças conservadoras da ordem existente, entre as quais se deve mencionar a estrutura jurídica dominante, já que esta é a natural guardiã daquela ordem, que se preten-

de alterar<sup>2</sup>. Na situação em apreço, começam a surgir, por iniciativas individuais ou com o apoio do Estado, focos de industrialização, que vão alastrando, quer pelo seu efeito multiplicador de iniciativas correlacionadas, quer pelo efeito de demonstração do sucesso, incentivo de outras iniciativas e, através de um processo reformista e evolutivo, sempre mais ou menos conturbado, a nova sociedade industrial emerge e alastra a todo ou à maior parte do país.

Num segundo caso, inverso do anterior, a carência de recursos e/ou a fraqueza das forças inovadoras impedem a transição para uma sociedade industrial: o país em questão estagna e vê acentuar-se o seu atraso em relação às regiões mais desenvolvidas, com consequências negativas na sua influência internacional. Tal não impede a erupção de alguns focos de industrialização, mas estes não geram massa crítica suficiente para alterar a sociedade dominante. Este foi o caso de Portugal, onde o processo de industrialização só adquiriu ímpeto a partir de meados do século passado, com pelo menos um século de atraso, pelo que a sociedade se manteve predominantemente agrária até então.

Num terceiro caso, as forças inovadoras e conservadoras equilibram-se e entram em confronto, quanto aos objetivos ou, pelo menos, quanto ao ritmo e métodos para os atingir: desenvolvem-se, então, manifestações de instabilidade social, que pode evoluir para grande instabilidade política e descambar em situações revolucionárias. Muitas das revoluções e guerras de que países europeus foram participantes nos séculos XIX e XX podem ser, em grande parte, explicadas pelas perturbações resultantes da passagem do Antigo Regime para uma sociedade industrial. Finalmente refere-se que, como o processo de evolução não é, como foi salientado, uniforme, num dado grande espaço podem coexistir manchas dominadas por uma sociedade industrial e outras por uma sociedade agrária.

Nos parágrafos anteriores procurámos, certamente com deficiências e insuficiências, esboçar, em traços largos, as linhas de força da génese, do desenvolvimento e das principais características de duas sociedades históricas, que precederam aquela que começou a emergir há poucas décadas e que ainda está em desenvolvimento, para, à luz da experiência histórica, tentarmos melhor entender ou vislumbrar as características e potenciais consequências, de ordem político-estratégica, deste novo momento civilizacional. E não é de mais ter presente que, desenrolando-se este momento há apenas cerca de um quarto de século, devem ser encarados com prudência os juízos que se formulem sobre as linhas de força ou tendências pesadas da evolução em curso.

---

2 Por exemplo, durante a Grande Depressão, o Supremo Tribunal dos EUA vetou algumas das importantes e inovadoras leis que o presidente Roosevelt pretendia promulgar para vencer a crise, assim retardando a sua solução.

Apoiar-me-ei, sobretudo, na monumental, ambiciosa e penetrante obra de Manuel Castells – *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, bem como nos trabalhos dirigidos ou produzidos por David Alberts e outros para o Departamento de Defesa dos EUA e explicitados na bibliografia. Todavia, em algumas questões nucleares as minhas conclusões são diferentes das que parecem ser as daqueles autores. E não esqueço que, tal como em fins do século XVIII, conceituados autores e outras influentes personalidades rejeitam a existência de uma viragem civilizacional e consideram que os tempos presentes são uma mera continuação e natural desenvolvimento da sociedade industrial em que nasceram.

### **A Sociedade Informacional**

A viragem civilizacional em curso emergiu plenamente no final da década de 80 do século passado, com a apropriação da internet e a criação do computador portátil. Todavia, começa a desenhar-se imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da energia nuclear, dos computadores da primeira geração, dos meios de comunicação de massa, de relação e de transporte (TV e aviação a jato e grandes transportadores), transístores, etc., e a ser pressentida mesmo um pouco antes pelos observadores mais sensíveis. Assim, John Desmond Bernal (1939) lança a expressão “revolução científica e técnica” argumentando, numa perspectiva marxista, que a ciência se está a tornar numa força produtiva. Norbert Wiener (1948) cria o termo “cibernética” e demonstra que a “informação” não é matéria ou energia e que deve ser considerada no mesmo nível destas duas. Claude Shannon (1949) formula a primeira “teoria da informação”. Zbigniew Brzezinski (1970) fala na emergência da “era tecnocrática” ou de uma sociedade que é moldada, nos domínios social, económico, psicológico, cultural e político, pelo impacto do binómio tecnologia e eletrónica e, com uma intuição arrojada e notável (na altura de tal forma criticada que a obra desapareceu praticamente do mercado), afirma que “em breve será possível garantir a vigilância quase contínua sobre todos e quaisquer cidadãos, em qualquer parte do mundo, e manter ficheiros atualizados com informações, mesmo as mais pessoais, sobre qualquer cidadão, ficheiros esses que poderão ser consultados, quase instantaneamente, pelas autoridades”. Daniel Bell (1976) cunha a expressão “sociedade pós-industrial” e afirma que “o princípio axial da sociedade pós-industrial é a centralidade do conhecimento teórico e o seu novo papel como promotor e orientador da mudança social” e, ainda, que aquela sociedade será caracterizada, essencialmente, pelo predomínio do setor terciário, ou seja, por uma economia de serviços, dos trabalhadores de “colarinho branco”. Mais recentemente, já depois da criação da internet, e reconhecida pela maioria dos autores o desenvolvimento de um novo modelo económico, social e cultural, outras designações têm sido propostas (sociedade da informação, do conhecimento, digital, em rede, etc.).

Pelas razões aduzidas e amplamente justificadas por Castells (1996), adoto a designação “sociedade informacional”, derivada de um modo de produção em que a fonte de produtividade se encontra, de forma determinante e característica, numa tecnologia capaz, não só de comunicar informação, mas também de a processar e produzir conhecimento, isto é, no dizer de Castells (1996) “o conhecimento age sobre o próprio conhecimento como fonte principal de produtividade, com base na interação entre as fontes do conhecimento e a aplicação da tecnologia para melhorar o processamento da informação, bem como a criação de novos conhecimentos”.

É evidente que a informação, base do conhecimento, sempre foi fundamental no domínio da ação e do pensamento ou reflexão. Mas verificou-se uma evolução quantitativa e qualitativa que, hoje em dia, coloca a informação e o conhecimento no centro de toda a atividade humana das sociedades mais desenvolvidas. Assim, referimos que:

- Toda a atividade produtiva incorpora matéria, energia e informação, esta última sob a forma de técnicas de produção, de gestão, de design, de embalagem, de comercialização, etc.
- A informação é um fator de produção, a par dos tradicionais capital, terra e trabalho, mas também um produto vendido no mercado e que tem, por conseguinte, um preço.
- Todos os produtos têm um valor de uso, de troca e informacional e este último, proporcionado pelo design, pela inovação, pelas aplicações, etc., pode ser muito superior aos outros dois, como acontece com um vestido de um grande costureiro ou com um grande jogador de futebol, que ao ter um valor de uso, de troca e informacional (imagem, publicidade, camisolas, participação em determinados eventos, etc.) – tudo explicitado num contrato – se transforma num objeto, ou melhor, numa “comodidade”.
- As atividades de informação constituem um novo e grande setor económico – o informacional ou quaternário –, no qual assumem especial relevo as indústrias ligadas às tecnologias de informação e comunicação (TIC), mas que compreende todos aqueles cuja função primordial é criar, processar e utilizar informação, como sejam os professores, os advogados, os estilistas, os publicitários, os assistentes sociais, os informáticos, etc.
- As atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), que tradicionalmente existiam apenas em universidades ou institutos de renome e em centros de investigação vocacionados para determinadas áreas do conhecimento, alargaram-se, numa primeira fase, a grandes empresas e, progressivamente, a todo o tecido universitário e empresarial, de tal forma que, por exemplo, o sucesso de uma fábrica de calçado depende, sobretudo, da sua atividade no domínio da criatividade ou design, no ensaio de novos mate-

riais ou aplicações, na informatização em apoio da gestão, na robotização de certas tarefas, etc.

- As novas TIC são altamente flexíveis, o que permite uma fácil adaptação a situações e ambientes muito variados.
- As atividades de I&D traduzem-se em novos instrumentos de produção mais eficientes, em novos produtos, em novos modelos de produtos já existentes, em novos métodos de gestão, em novos processos de comercialização, etc.
- Estas atividades refletem-se, de forma mais ou menos significativa, em setores da economia, mas podem ter efeitos arrasadores para inúmeras empresas, ao torná-las obsoletas ou não-competitivas – a “destruição criadora”, de que fala Schumpeter<sup>3</sup>.

Deve, contudo, salientar-se que existem muitas profissões que, embora pertençam ao setor informacional da economia, pouco têm a ver com a sociedade informacional, como acontece com os assistentes sociais, cujo aumento deriva, em forte medida, do aumento da esperança de vida.

As sociedades atuais desenvolvidas são sociedades de fluxos, isto é, de circulação de massa de pessoas e de bens ou mercadorias, ou de coisas tangíveis, realizadas através de comunicações de transporte, e da circulação de massa de informação (dados, imagens, símbolos, mensagens, ideias, etc.), realizadas através de comunicações de relação, ou de coisas intangíveis, nas quais avultam as comunicações eletrónicas (Castells parece subvalorizar as autoestradas terrestres, marítimas e aéreas por onde circula o mundo material).

O progresso civilizacional pode ser aferido pelo volume, rapidez, disponibilidade, alcance e custo da circulação e da capacidade de comunicação. E as novas TIC produzem dois resultados verdadeiramente revolucionários: por um lado, permitem combinar a informação e o seu transporte num único sistema, que decompõe a informação em “bites” digitais, que podem depois ser carregados, protegidos, transportados e descarregados por processadores digitais, praticamente sem o recurso a trabalho humano; por outro lado, a capacidade de comunicar e de transferir informação torna-se, de forma aceleradamente crescente, cada vez mais barata, rápida, potente e generalizada e com elevadíssimo grau de fiabilidade, que a colocam praticamente a coberto de perturbações locais: num pequeno aparelho, que cabe na palma da mão, concentram-se funcionalidades e capacidades que, ainda há menos de quatro anos, exigiam meia dúzia de aparelhos distintos, aparelhos esses que eram considerados feitos tecnológicos notabilíssimos. Hoje em dia, mesmo um indivíduo de limitados recursos pode dispor de um telemóvel, com várias funcionalidades, e que lhe permite não só comunicar, a qualquer hora, para outro

---

3 Haja em vista, na atualidade, o caso da empresa *Nokia* ou da *Blackberry*, até há pouco modelares e casos de estudo de sucesso ou, entre nós, o da *Quimonda*.

correspondente, em qualquer parte do mundo, mas também obter elementos de informação relevantes. E, conseqüentemente, a sociedade informacional resulta, não tanto do enorme desenvolvimento das comunicações de transporte, que se enquadra naturalmente na sociedade industrial, mas, isso sim, do salto qualitativo e quantitativo operado com as novas tecnologias de informação e comunicação (computadores, fibra ótica, satélites de comunicação, internet, supercondutores, sensores, telemóveis, etc.).

Toda a ligação à distância acaba por originar uma rede (viária, marítima, aérea, elétrica, telefónica, etc.). Em termos abstratos, uma rede é uma estrutura em que diferentes pontos, chamados *nós* ou *nodos* ou *polos*, se encontram ligados entre si por *linhas*, *vias* ou *ligações*, que podem ser simples ou múltiplas e que se podem interseccionar ou não, e que são percorridas por *fluxos*, de pessoas, bens ou informação. Os nodos podem ser emissores, recetores ou articuladores (plataformas) de fluxos. Em princípio, a importância de um nodo pode ser avaliada pelo número de ligações que nele confluem. Os nodos ou polos podem ser pessoas, infraestruturas (portos, aeroportos, etc.), instituições, empresas, unidades militares, computadores, etc., mas também órgãos do sistema nervoso ou circulatório, etc. Por definição, todo o sistema é uma rede. Há, assim, variadíssimos tipos de redes, naturais ou criadas pelo homem, e que podem ser designadas de acordo com as características ou propriedades dos nodos, ligações ou fluxos, e com o comportamento global da rede que emerge da interação entre os nodos. Numa síntese de Jim Davis (2002), a rede de qualquer organização é “plana” e não hierárquica e nela não há lugar para os conceitos de centro e periferia; os nodos da organização visam um mesmo objetivo e têm uma doutrina comum, que lhes permite trabalhar em conjunto, apesar de dispersos e eventualmente distantes entre si; e as comunicações no seio da rede tendem a ser intensas, para garantia da coerência do sistema e da verificação da normalidade do seu funcionamento. Em função dos objetivos perseguidos, as redes criadas pelo homem têm uma estrutura muito flexível, com uma composição como que flutuante, em que há polos que vão sendo abandonados, enquanto novos polos podem ser capturados, num processo que se assemelha ao das cadeias de carbono, na química orgânica.

O estudo científico das redes deriva da teoria dos grafos, da matemática, que só se pôde desenvolver significativamente com a invenção dos computadores, tal como aconteceu com as teorias do caos e da complexidade, com as quais a teoria das redes se conjuga. Mas o que caracteriza a sociedade informacional são as redes que envolvem sofisticadas TIC, já referidas e em contínuo desenvolvimento, bem como a reprodução e institucionalização do conceito de rede como a forma básica de organização humana e de relação através de um amplo espectro de configurações e associações, de natureza económica, social e política. Assim, conforme salienta Castells, um número crescente de instituições ou de organizações,

de práticas e de relações económicas, sociais e políticas obedecem ao conceito e à lógica de uma rede. E os trabalhos levados a efeito por vários investigadores permitem concluir que o sistema neuronal humano, o sistema de energia elétrica de uma grande cidade e a internet evidenciam propriedades comuns. Neste contexto, a sociedade informacional é uma sociedade de variadíssimas redes ou uma sociedade em rede.

De um modo geral, a rede implica: em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade que, de burocrática, rotineira e assente numa lógica linear, deve passar a sensível à inovação, à mudança e à não-linearidade e a promovê-las; a reciclagem dos recursos humanos, especialmente dos setores terciário e quaternário, por forma a dominarem as TIC, pelo menos na ótica do utilizador (as novas gerações já são, de um modo geral, educadas num ambiente informacional, mas na maior parte dos países o grosso da população ativa ainda é, como soe dizer-se, info-excluída); a substituição de métodos, processos, normas, etc. por outros de acordo com as exigências da rede; em grau variável, uma reestruturação da organização, em regra no sentido da sua simplificação e da redução dos circuitos, o que se traduz normalmente em eliminações e transferências de serviços e na requalificação, transferências e reduções de pessoal; a informatização dos polos da organização; a existência de transmissões fiáveis entre os polos; a interoperabilidade dos subsistemas no interior de cada polo e entre os polos.

Estas exigências podem ser, de um modo geral, satisfeitas, com relativa facilidade, na atividade privada. Mas não acontece assim, em grande parte dos países, ao nível do Estado. Ora, conforme salientam Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005) a passagem, suave, a uma sociedade informacional depende fortemente de dois setores-chave do Estado: a administração pública e o sistema de ensino.

Quanto à administração pública, a não ser que haja uma grande lucidez e satisfatória consonância entre as principais forças políticas e estratégias de implementação devidamente negociadas com as principais forças sindicais, o processo de mudança acaba por claudicar, em face das resistências do grosso do pessoal. Por vezes, esta mudança vai avançando, de forma lenta e mais ou menos tumultuosa, em consequência de pressões externas.

Quanto ao sistema de ensino, tornam-se necessárias reformas em todos os níveis e domínios, com especial atenção, segundo aqueles autores, à capacidade de utilização das novas tecnologias, a novos métodos e processos pedagógicos, a novos programas de ensino e processos de aprendizagem, o que se reflete em novas exigências na formação e periódica atualização dos professores. Também nesta área a mudança tem sido, com frequência, morosa, conflituosa e com objetivos nem sempre ajustados às necessidades da sociedade informacional. Ora trata-se duma área vital. Centrando-se a sociedade informacional no conhecimento, o sistema de ensino e de formação e reciclagem dos recursos humanos é nuclear no processo.

Desta forma, em muitos países, mesmo desenvolvidos, o Estado, em vez de promotor, tem sido um obstáculo à evolução para uma sociedade informacional.

Como é sabido, a internet resultou de um programa de investigação dirigido pelo Departamento de Defesa dos EUA, no âmbito da estratégia nuclear americana, e destinado a garantir, no caso de um ataque nuclear de iniciativa soviética, a capacidade de comando do sistema de armas americano, através do que sobrevivesse de um sistema de comunicações constituído por milhares de centros espalhados por todo o território americano, equipados com computadores autónomos, com inúmeras formas de interligação. A garantia de sobrevivência de parte do sistema de armas e da capacidade de as acionar, por forma a serem causados ao adversário danos inaceitáveis numa ação de retaliação, constituía uma condição “*sine qua non*” duma estratégia de dissuasão credível.

Ainda no seio daquele Departamento, a internet veio permitir uma gestão centralizada do sistema logístico das forças americanas espalhadas pelo mundo, com uma elevada redução de custos e com benefícios para a economia produtiva dos EUA. Com a aproximação do fim da Guerra Fria, a nova tecnologia foi rapidamente apropriada pelos grandes grupos financeiros e empresas multinacionais americanas, que imediatamente se aperceberam das suas enormes potencialidades.

Foi assim aberto o caminho ao que Castells chama a “reestruturação do sistema capitalista”, traduzida: por uma maior flexibilidade e eficiência na gestão, mercê da possibilidade de descentralização e de ligações em rede nos bancos e empresas e entre si; pela enorme expansão do capital financeiro e constante desenvolvimento de novos instrumentos financeiros, sem relação com a economia real, de tal forma que as bolsas de capitais se transformaram nos grandes mercados à escala mundial; e pela integração global desses mercados financeiros.

A expansão do capitalismo liberal foi ainda fortemente potenciada pela implosão da antiga URSS, e conseqüente fim da Guerra Fria, e pela abertura da China à economia de mercado, que assim se viu acrescida com cerca de um bilião e meio de potenciais consumidores. Castells desenvolve uma original, arrojada e sedutora teoria que, em síntese, atribui a implosão da URSS e do seu regime político à sua incapacidade de assimilar e de se adaptar às novas realidades e possibilidades criadas pela internet e computadores.

Gerou-se, assim, o que Castells designa por “nova economia”, que seria:

- *Informacional*, porque a produtividade e a competitividade das empresas, das regiões ou dos Estados dependem da sua capacidade para gerar, processar e aplicar, de forma eficiente, a informação e o conhecimento;
- *Global*, porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, bem como os seus componentes – capital, matérias-primas, trabalho, administração e gestão, informação e mercados – estão organizados à escala plane-

tária, quer diretamente, quer mediante uma rede de relações entre os agentes económicos;

- *Em rede*, porque a produtividade e a competitividade se estabelecem e desenvolvem numa rede global de interações entre redes comerciais.

Esta “nova economia” inclui o comércio digital, em franca expansão inclusive a nível internacional, propiciador de vantagens, mas com reflexos nas cadeias de distribuição e dificultando fortemente o controlo da evasão fiscal, em especial das grandes multinacionais.

A globalização da economia, inevitável, tem sido objeto, tal como no passado sucedeu com o advento da sociedade industrial, de forte debate ideológico. Mas o que parece certo é que, mesmo com erros de percurso, a sociedade informacional contribuiu poderosamente para que fossem retirados da pobreza centenas de milhões de seres humanos na China, Índia, Sueste Asiático, México, Brasil e restante América do Sul, etc.

Mas enquanto, na origem, o capital circulante era constituído por moeda, emitida e controlada pelo Estado, hoje em dia, com o desenvolvimento do sistema capitalista, engloba uma variedade muito grande de outros instrumentos – ações, obrigações, fundos imobiliários, fundos de pensões, fundos de ações ou de obrigações ou de uma combinação de ambas, fundos derivados, etc. – emitidos por empresas, bancos e outras instituições financeiras, que tornam o sistema muito dificilmente controlável. A situação foi agravada pela desregulação deliberadamente adotada por muitos governos, ou devido à ignorância resultante da falta de experiência, ou por ideologia ou sob a pressão de poderosas instituições financeiras.

Este capital é gerido em mercados interdependentes, ligados eletronicamente 24 horas/dia e em que as transações diárias, no valor de biliões de dólares, são quase instantâneas. Assim os fluxos de capital aumentaram de forma espetacular em volume, velocidade e complexidade. Acresce que se trata de um mercado que está intrinsecamente “viciado” e tornado opaco por quatro razões adicionais: a manipulação do mercado pela ação de especuladores; os efeitos desviantes da lavagem de dinheiro; os efeitos perversos de produtos, geralmente derivados, apresentados como matematicamente sofisticados, mas que posteriormente são considerados “lixo” ou “tóxicos” (a inteligência tanto pode ser posta ao serviço do bem como do mal); e o recurso ao crédito para aplicações no mercado financeiro, o que serve para o estimular artificialmente.

Em consequência, os grandes mercados financeiros tendem a transformar-se em grandes casinos, onde o termo “apostar” surge a substituir “investir”, e em que jogos, em teoria estratégicos, se tornam jogos de azar. Para que tal não aconteça, são necessárias fortes e agressivas medidas de supervisão e de regulação aos níveis nacional, regional e mundial. As primeiras são de definição e de aplicação relativamente fácil; já as outras são mais contingentes, visto que exigem negociações

demoradas e consensos muito difíceis de obter e que normalmente ficam aquém do desejável. Entre as várias causas que têm sido atribuídas à grave crise financeira que, desde 2008, vem afetando, com maior gravidade, os EUA e a UE, figura, com grande relevo (e.g. *The Squam Lake Report*) a desregulação dos mercados financeiros que se verificou em muitos países, entre os quais os EUA, explicação que é reforçada pela teoria do caos. De facto, no mundo físico, todo o fenómeno de fluxo tende para o caos: o que garante o normal abastecimento de água nas nossas casas é a existência de vários dispositivos de regulação (segurança) ao longo do sistema. Trata-se, assim, de regular a liberalização. Essa desregulamentação não deixa de ser surpreendente, já que, por tradição e experiência, os outros mercados (de produtos, de serviços ou de trabalho) são fortemente supervisionados e regulados.

A sociedade informacional é tendencialmente libertadora. Desde logo, liberta os povos do fatalismo da geografia: enquanto as sociedades agrária e industrial dependiam fortemente das riquezas do solo e do subsolo, a sociedade informacional centra-se no conhecimento, isto é, na qualidade dos recursos humanos. E ao facilitar e permitir o acesso, sem limitações ou controlo, de grandes massas humanas à informação e ao conhecimento, diminui as dependências e aumenta os graus de liberdade de decisão e de ação do indivíduo, potenciando a expansão da democracia e dos direitos humanos, incluindo a dignificação da mulher, mesmo nas regiões mais retrógradas.

Esta facilidade de acesso à informação repercutirá no ensino, particularmente no universitário, onde a aula magistral perderá razão de ser, e afeta também a relação governante-governado: aquele, no passado, tinha um poder natural, como detentor privilegiado da informação; atualmente a situação alterou-se profundamente, visto que o governante perdeu esse exclusivo, na medida em que qualquer informação essencial está ao alcance de qualquer cidadão, operando-se como que uma desmitificação do governante, que se deteta facilmente nos meios de comunicação social. Esta tendência reduz o grau de liberdade de ação dos governos, que dificilmente podem governar contra a opinião pública, e potencia crises, por um lado, de governabilidade, em face da contestação da rua, com um poder de mobilização sem paralelo no passado, em virtude dos novos meios de comunicação; e, por outro lado, de legitimidade, em especial no caso de sondagens permanentemente desfavoráveis que permitam pô-la em causa, ou em virtude de ser mais fácil o escrutínio do sistema político, relativamente à corrupção, a privilégios ocultos, ao tráfico de influências, etc. Esta situação poderá conduzir à procura de novos sistemas de representação, de legitimação e de controlo político.

Mas a sociedade informacional é também propiciadora de um grau de controlo e de penetração na privacidade do indivíduo numa escala nunca antes possível, como o revela, como caso limite, o programa “Prism”, da Agência de Segurança Nacional dos EUA, com réplicas, certamente, em programas semelhantes de outros

Estados; e, com ambições modestas, mas talvez mais incisivas, nas possibilidades conferidas ao poder político pela imposição do número de identificação fiscal em múltiplos domínios de atividade, desde uma consulta médica à passagem numa autoestrada. E em vez de libertadora, a internet pode ainda ser libertina, perversora e criminosa: no isolamento do seu quarto, um “navegador” viciado, em especial se jovem, pode tornar-se um tarado sexual, um jogador inveterado, um criminoso ou um indutor de suicídios, através da própria internet.

A internet e o ciberespaço a ela associado estão em contínua expansão e não são delimitáveis e controláveis. Assim, a sociedade informacional é, como já referimos, de vocação global, e tende a privilegiar uma transversalidade que não reconhece fronteiras, políticas ou de outra natureza. Castells desenvolve uma perturbante e controversa teoria sobre o espaço e o tempo da qual tentámos dar apenas alguns traços essenciais. Funcionando “online” e podendo atingir instantaneamente qualquer ponto da Terra, com som, dados e imagem, perde-se a noção de tempo, de distância, de espaço enraizado. Tal tem como consequência um efeito progressivo, imparável e inexorável, de diluição das identidades, de normalização, à escala mundial, de códigos, regras, padrões, etc., de perda da noção de tempo e de espaço socialmente e culturalmente vivo, de uma cultura do virtual e do estereótipo, do esmagamento das diferenças e da diversidade. Assim, a sociedade informacional parece ser irremediavelmente aniquiladora das diferenças, integradora e homogeneizadora, para os que “vivem” na rede.

Mas a perda da identidade conduz à anomia e esta ao suicídio. Consequentemente, os grupos humanos identitários, em risco, reagem e procuram fortalecer a sua identidade e afirmam-na, de forma frequentemente violenta, numa luta pela preservação do “Eu”. Trata-se duma dialética entre a rede e a identidade, do velho mito do homem contra uma máquina avassaladora, do criador contra a criatura, da tensão entre um instrumentalismo universal e abstrato e as identidades, em especial aquelas historicamente enraizadas. E as identidades como que se vingam: utilizam as infraestruturas flexíveis das redes, organizam-se elas próprias em rede, para combaterem os seus opressores reais e virtuais. Desta forma, os grandes movimentos sociais identitários, que tiram partido e se apoiam na rede para efeitos de organização, sensibilização, mobilização e direção, e, frequentemente, se articulam em redes internacionais, operam uma síntese, tornando-se como que os guardiões do potencial democrático e libertador da rede, como salientado por Castells (que dedica o segundo volume da sua trilogia à análise de várias dimensões deste fenómeno, desde o fundamentalismo religioso aos grandes movimentos sociais relativos à globalização, ao género ou à orientação sexual). Mas surpreendentemente, ao que suponho por preconceito ideológico, omite o mais poderoso e politicamente o mais importante fenómeno identitário: o nacionalismo. Por outro lado, a maior e mais difusa capacidade de afirmação do “eu” pode ter o efeito perverso de um

reforço do individualismo e do egoísmo e um sacrifício das solidariedades e dos sentimentos coletivos, bem como o da substituição de uma socialização verdadeiramente humana, com o próximo e conhecido, por uma sociabilidade virtual, com o distante e desconhecido, como acontece com as chamadas redes sociais. A este respeito, vários sociólogos apontam o risco de um quarto, com um computador ligado à rede, se transformar num “mundo” para o que nele se refugia, desligado do real, ainda que em contacto com dezenas de correspondentes espalhados pelo mundo.

As novas TIC permitem a fragmentação de uma empresa nos seus subsistemas e a localização mais favorável de cada um daqueles em função das vantagens competitivas proporcionadas por menores custos de mão-de-obra, ou por regimes fiscais mais favoráveis, ou pela proximidade em relação a matérias-primas essenciais, ou por custos energéticos mais baixos, etc. A empresa funciona como um todo através da sua organização em rede, a qual pode abranger outras empresas subsidiárias ou distintas, prestadoras de determinados serviços.

Esta tendência fragmentadora e articuladora reproduz o próprio processamento da informação e manifesta-se em vários domínios. Assim:

- Na esfera política, observa-se a implosão, ou o risco de desagregação, de federações ou de Estados em que existe acentuada falta de homogeneidade étnica, religiosa ou cultural – caso da ex-URSS, da ex-Checoslováquia, da ex-Jugoslávia, do Sudão, da Espanha, do Reino Unido, do Iraque, etc. – bem como a acentuação das descentralizações, com a afirmação crescente das autonomias de regiões e municípios.
- No plano económico, constata-se a referida fragmentação da produção, a segmentação dos mercados, as “boutiques” especializadas, a contentorização, o “outsourcing”, etc.
- Na área do trabalho, observamos o trabalho a tempo parcial, os horários flexíveis, o trabalho no domicílio;
- Na comunicação, vemos a generalização das siglas, o SMS, os “blogues”, o correio eletrónico, o “powerpoint”, o jornal “online” de notícias sintéticas, etc.
- No campo da segurança, os “gangs”, as organizações privadas de segurança (com o Estado a perder crescentemente o monopólio da força), os condomínios fechados, etc.

Este efeito de desagregação do poder e dos instrumentos de segurança faz que alguns autores falem de uma re-medievalização ou de que a pós-modernidade se assemelhará à pré-modernidade.

As novas TIC tendem a alterar, progressiva e significativamente, a importância relativa dos fatores de produção tradicionais e a estrutura e composição do mercado de trabalho. Assim, está a observar-se uma ainda mais acentuada redução do emprego no setor agrícola, em consequência da informatização, programação

e automação da maior parte das atividades, bem como um declínio no setor industrial tradicional, devido a razões análogas às anteriores e à utilização de novos materiais; o crescimento do emprego industrial em setores de alta tecnologia, incluindo as novas indústrias ligadas às TIC; e o crescimento do emprego nas áreas da gestão, dos cuidados de saúde e sociais, da investigação, da criatividade ou do design (estilistas, publicitários, etc.), do turismo, relações públicas e afins. Em quatro décadas desapareceram paisagens, fenómenos e profissões que eram esteios da sociedade industrial: as grandes concentrações fabris, os bairros operários, os fogueiros, os datilógrafos, os telefonistas, os arquivistas, etc. Esta alteração progressiva da composição da estrutura do trabalho influencia, evidentemente, a estrutura sindical, de tal forma que os sindicatos com maior capacidade de mobilização e de reivindicação deixaram de ser os sindicatos operários, dominantes na sociedade industrial.

Quanto ao regime de trabalho, o princípio prevalente parece ser o da flexibilidade, em todos os domínios: quanto ao tempo de trabalho, através da introdução e generalização dos horários flexíveis, da sazonalidade (bancos de horas) e do tempo parcial; quanto ao local de trabalho, possibilidade de trabalho no domicílio, disponibilidade para viagens profissionais, inclusive no estrangeiro, aceitação da mobilidade para trabalhar noutras agências ou sucursais, etc.; quanto à estabilidade, tende a desaparecer o conceito de emprego para toda a vida e a prevalecer o da precariedade, quer por influência do conceito americano da liberdade de contratar associada à liberdade de despedir, quer porque se tende a valorizar uma experiência profissional diversificada, quer porque, em especial nas profissões pouco qualificadas, o ritmo da mudança tende a fazê-las desaparecer; quanto ao regime contratual, é forte a pressão no sentido do contrato a termo fixo, renovável ou não, com livre negociação entre as partes e com direitos e deveres das partes, claramente expressos, com progressivo sacrifício do regime de contratação coletiva. Todavia, para que esta flexibilização não ponha em risco a coesão social, terá, certamente, de ser acompanhada por medidas acrescidas no domínio da segurança social, pelo menos nos países de tradicional intervencionismo do Estado.

O mercado do trabalho vai-se tornando global, havendo que competir à escala mundial, e esta nova realidade é, talvez, a maior força de pressão para a reforma de condições que eram dominantes nas sociedades industriais desenvolvidas. Por exemplo, a outrora poderosa indústria de construção naval europeia quase soçobrou, devido à concorrência dos estaleiros asiáticos. Em consequência, os trabalhadores menos qualificados de países desenvolvidos correm o risco de uma degradação dos seus salários e do regime de trabalho ou de perderem o seu emprego, por as empresas falirem, ou por se deslocarem para paragens mais favoráveis, ou por imigrantes de países menos desenvolvidos virem disputar esses postos de trabalho, sujeitando-se a mais baixos salários. Por outro lado, se a informatização e a

automação aumentam a produtividade, têm também o efeito de reduzir a força de trabalho; e esta redução não parece ser compensada, em quantidade, pelo aumento dos empregos no setor quaternário. Este quadro aponta para a gestação de um problema social extremamente grave, que vai exigir, certamente, uma reformulação e reforço da ação do Estado.

Em resumo, na sociedade informacional, entre os fatores de produção, a informação tende a sobrepujar-se ao trabalho e ao capital, este último com taxas de rendimento decrescentes. O exemplo-limite talvez seja o do jovem criador das redes sociais, que, com reduzido capital e limitada experiência, mas possuidor de uma ideia original e poderosa, rapidamente criou uma das maiores empresas do mundo e enriqueceu.

Como já referimos, a sociedade informacional privilegia a transversalidade, por ser uma sociedade de fluxos e de redes, que não reconhecem fronteiras. Este derube das fronteiras – bem definidas, delimitadoras, anti-intrusão – ou, pelo menos, a sua substituição por fronteiras-membranas, de elevada porosidade, não respeita apenas ao domínio político: invade também o económico e social, pervertendo, esbatendo distinções e gerando a ambiguidade relativamente a categorias puras, tais como: público/privado; secreto/público; interno/externo; paz/guerra; real/virtual; privacidade/publicidade; amigo/inimigo; masculino/feminino, etc.

Ao ser desagregadora e ao reproduzir a forma de processamento da informação, a sociedade informacional privilegia também o pequeno e o “micro” (microeletrónica, microbiologia, robótica, nanotecnologias, cartão eletrónico com várias finalidades, telemóvel, o UAV, etc.).

Devido ao enorme aumento dos centros de investigação em todos os setores de atividade, em grande parte impulsionado por uma competitividade globalizada, é muito intenso o ritmo da mudança. E um grande esforço é colocado na busca dos melhores recursos humanos, dos qualificados “de ponta”, dos criativos, etc. A sociedade informacional é, conseqüentemente, meritocrática e sensível a uma experiência diversificada, na medida em que pode garantir maior facilidade de adaptação à inovação e à mudança. Esta propensão à inovação e à mudança conduz a uma cultura que valoriza o efêmero, o fugaz – a moda, o descartável, o “*happening*”, a imagem, a luminotecnica, etc.

Neste quadro, de grande mutabilidade, não parece haver lugar para planos a longo prazo ou para a busca de soluções ótimas (são boas todas as que não são más). E obriga, como já se referiu, a que o princípio da flexibilidade se apresente como imperativo em todos os domínios, para mais fácil e rápida adaptação à mudança. E a esta flexibilidade talvez se possa associar a leveza (ligas leves, plástico, o vidro, etc.).

A sociedade informacional, assente em tecnologias “limpas”, é altamente sensível às questões de preservação do ambiente, tendendo a ser uma sociedade criadora

de ambientes assépticos, inodoros, sem ruídos, etc. (por ser recente, e não só, o edifício da PT, na Covilhã, talvez possa ser considerado um exemplo).

A sociedade informacional tende a ser muito instável, dominada, até ao momento, por duas forças intrinsecamente desestabilizadoras: o capitalismo, que destrói o que não é competitivo ou eficiente, e a inovação tecnológica, promotora da obsolescência. Esta tendência destrutiva é parcialmente compensada pela tendência inovadora e renovadora. Mas há assimetrias geradoras de situações sociais delicadas: por exemplo, os trabalhadores mais idosos, vítimas do desemprego gerado pela tendência destrutiva, dificilmente serão absorvidos pelo emprego gerado pela tendência inovadora. A esta instabilidade há que juntar a que resulta das pulsões identitárias. Mas os sistemas complexos adaptativos oscilam entre a estabilidade e o caos. Assim, aquela instabilidade, desde que controlada, pode ser encarada como uma tensão criadora, fonte de desenvolvimento e de progresso. E quanto à problemática da passagem de uma sociedade industrial a uma sociedade informacional aplicam-se considerações análogas às formuladas acima.

A sociedade informacional, onde emerge, vai destruindo progressivamente as sociedades que a precederam, mas não as suas bases económicas, bem pelo contrário. Mudam, como já se referiu, as formas, os métodos e os equipamentos de produção, pela introdução da fragmentação e organização em rede, pela informatização, pela automação, etc., mas os recursos do solo, dos mares e do subsolo continuam a ser fundamentais. Todavia, as novas unidades de produção de artigos característicos da sociedade industrial, pouco têm a ver com as do passado, sejam estaleiros navais, fábricas de automóveis ou de têxteis.

Por outro lado, surgem indústrias e outras atividades produtivas próprias da sociedade informacional, como as relativas às TIC, à criatividade ou design, com características, inclusive físicas, muito diferentes das do passado. A falência de Detroit é um símbolo desta nova realidade; um edifício de alguns andares da *Microsoft*, onde trabalham poucas centenas de engenheiros e de outro pessoal de “colarinho branco”, produz um valor superior ao de uma fábrica de automóveis, com dezenas de hectares e milhares de operários; e pouco há de mais contrastante, em termos urbanísticos, ambientais e sociais, que a região dos Grandes Lagos, *ex-libris* da sociedade industrial, mesmo que já em transição, e a região de *Silicon Valley* ou de Singapura, *ex-libris* da sociedade informacional.

A sociedade informacional parece ajustar-se melhor ao paradigma quântico: a não-linearidade, a ambiguidade, a volatilidade, a fugacidade, a incerteza; as abordagens sistémicas e holísticas; a instabilidade e complexidade, a crise e o caos, o sistema, a rede, a autorregulação e a coevolução. Há semanas, num interessante artigo de divulgação publicado no jornal *Público*, o professor Carlos Fiolhais salientava o quanto se ajustava ao pensamento moderno o conhecido e antigo fado de Amália, com letra de Alberto Janes, “É ou não é? Pois é”. Por isso me surpreende que

Castells tenha encarado com displicência e aparente ceticismo as investigações, há tempo já apreciável, conduzidas na Universidade de Santa Fé e noutros Centros de Investigação sobre as teorias da complexidade e do caos, não as explorando na sua monumental obra. Outro tem sido o entendimento do Departamento de Defesa dos EUA, que, desde o início, tem acompanhado com atenção aquelas investigações. A mais recente doutrina militar americana recebeu importantes contributos das teorias do caos e da complexidade, bem como das teorias do design e das redes.

### **Algumas Consequências Político-Estratégicas**

#### *De Natureza Geopolítica*

A geopolítica clássica é uma geopolítica de lugares: analisam-se nos mapas as localizações das grandes capitais políticas, das regiões ricas de importantes recursos naturais, das concentrações demográficas, dos principais acidentes geográficos, dos pontos críticos das linhas de comunicações, etc., para se tentar deduzir em que medida a geografia pode influenciar o comportamento de um Estado ou entre Estados e ajudar a compreender ou antecipar esses comportamentos. A nova geopolítica tem de ser completada com uma geografia dos fluxos ou das redes, isto é, com uma dimensão reticular. Destas são particularmente importantes as correspondentes às principais organizações internacionais de natureza política ou militar, as grandes redes de circulação de recursos energéticos, as grandes redes comerciais e financeiras, as redes do narcotráfico, as redes do terrorismo internacional, etc. Há uma importante rede, que não é cartografável e não é, portanto, de natureza geopolítica, que é a rede de relações pessoais. Por exemplo, Jean Monet não exerceu cargos políticos e, embora sendo um homem de negócios, não se distinguia por uma grande riqueza pessoal, mas desempenhou um papel crucial, na Europa, mercê da sua excecional rede de relações pessoais.

Numa sociedade em rede, a pertença, ou não, às principais redes construídas pelo homem constitui uma linha divisória entre os incluídos e entre os excluídos: os primeiros são nodos ou polos e, por conseguinte, desempenham um determinado papel na rede, que lhes confere um certo poder, sendo assim *sujeitos*; os outros, sem papel na rede, são meros objetos. Assim, a pertença a redes importantes define um estatuto, em termos de poder, tanto maior quanto mais importante for o papel desempenhado na rede. Como já referimos, um nodo pode ser um emissor ou um articulador ou um recetor de fluxos, podendo, numa só rede ou num conjunto de redes, desempenhar qualquer combinação daquelas funções. Os nodos que são emissores e, em menor grau, os articuladores exercem naturalmente um certo controlo sobre a rede, enquanto os simples recetores têm uma reduzida capacidade.

O grau de controlo define o grau de poder. Como se referiu, podem existir várias redes da mesma natureza (financeira, do crime organizado, etc.). Assim, a luta pelo poder pode assumir a forma de uma luta pelo controlo da rede, no seio de uma dada rede, ou entre redes, através dos seus controladores, e os objetivos visados podem ser os polos, as ligações ou os fluxos. Um ataque a uma rede importante que, algures na rede, produza um bloqueamento de fluxos, pode ter consequências globais altamente gravosas, aparentemente desproporcionadas com a economia dos meios utilizados nesse ataque.

Um dos efeitos da evolução tecnológica que conduziu à sociedade informacional é a chamada “globalização”, que Nayef Al-Rodhan e Gérard Stoudmann (2006) definem como o processo de integração internacional resultante do intercâmbio de conceções sobre o mundo, de produtos, de ideias e de outros aspetos culturais. Caracteriza-se pelo desenvolvimento, à escala mundial, do comércio internacional, de grandes movimentos de capitais e de investimentos, de migrações e circulação maciça de pessoas e pelo fluxo e disseminação do conhecimento. Iniciada com as grandes navegações dos povos peninsulares, prosseguida com o desenvolvimento das comunicações de relação e de transporte da sociedade industrial, culmina com o desenvolvimento das comunicações eletrónicas e a criação da internet.

Como já referido, a Terra inteira tornou-se num único sistema, mas onde largas manchas humanas vivem à margem da globalização. São os excluídos ou “povos dispensáveis” de que fala o professor Adriano Moreira. Apesar dos apaixonados ataques de que a globalização tem sido objeto, sou dos que creem, apoiado nas evidências dos factos, que o drama desses povos reside no facto de ainda não terem sido atingidos pela globalização. Apesar da existência de fronteiras, é cada vez maior a livre circulação de capitais, a qual obedece à busca do maior rendimento ou lucro, pelo menos com risco aceitável. Tende a estabelecer-se, assim, um sistema de vasos comunicantes entre as regiões onde o capital é abundante e as regiões que entraram num processo de desenvolvimento, que precisam de mais capital e onde este goza de melhores prospetos de elevada rentabilidade. O capital vai desertando das regiões em estagnação (acelerando este fenómeno) e flui para as regiões em desenvolvimento, podendo dar origem à emergência, progressivamente, de novas grandes potências, como é já o caso da China e da Rússia (esta por recuperação da crise resultante da implosão da ex-URSS) e poderá vir a ser o da Índia e do Brasil. Depois de um curto período de hegemonia unipolar dos EUA, o sistema mundial passou, como ao longo da maior parte da História, de novo a multipolar.

O triunfo da economia de mercado à escala planetária não significa um único modelo capitalista. De facto, parece desenhar-se (ou reativar-se), uma nova bipolaridade, de base económica, que opõe um capitalismo liberal, de raiz anglo-saxónica, que remete o Estado a um papel essencialmente regulador da atividade económica, e um capitalismo de Estado, herdeiro das antigas correntes socialistas, em que

o Estado detém o monopólio, ou pelo menos uma posição dominante e de controle, de setores-chave da economia (banca, exploração de recursos energéticos, transportes ferroviários e aéreos, grandes infraestruturas, etc.). O primeiro bloco tem como polo os EUA, acompanhado pela UE, Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Austrália, etc.; o segundo bloco tem como polo a China, acompanhada, pela Rússia, países asiáticos da ex-URSS, da América do Sul, Irão, etc. A China iniciou já uma expansão do seu espaço económico, análoga à que os EUA iniciaram há um século. Os seus interesses estão presentes na Oceânia, nas costas africanas principais, na América do Sul e na Europa incluindo Portugal (interessaria saber para onde está a olhar, nos Açores).

### *Categorias Estratégicas: o Espaço, o Tempo e a Informação*

A sociedade informacional afeta fortemente três categorias estratégicas fundamentais: o espaço, o tempo e a informação.

A sociedade informacional criou um novo espaço estratégico – o ciberespaço – e tem vindo a valorizar decisivamente um outro – o espaço humano ou psicológico. Quanto ao ciberespaço, no quadro da economia deste artigo pouco tenho a acrescentar ao que já escrevi sobre o assunto: o ciberespaço compreende o conjunto de interligações entre seres humanos e/ou organizações ou instrumentos ou engenhos controlados pelo homem, através de computadores ou de meios de telecomunicações, fixos ou móveis, e sem limites relacionados com a geografia física. Tal como o espaço físico geográfico, o ciberespaço também contém objetos (arquivos, gráficos, imagens, mensagens, gravações musicais, textos, etc.) e variadas formas de transporte e de encaminhamento. Mas, ao contrário do que acontece no espaço físico, a exploração do ciberespaço não exige deslocações ou movimentos físicos, mas apenas premir teclas ou botões ou mover um “rato”. Por outro lado, enquanto o espaço terrestre tem dimensões fixas e se altera lentamente, o ciberespaço está em contínua expansão, pelo permanente aumento de novos utentes, e em contínua evolução, pela criação de novos instrumentos ou equipamentos, novas aplicações, novas capacidades, etc.”. Em consequência, o ciberespaço não é limitável, ou passível de apropriação ou cartografável, pelo que é um espaço estratégico, mas não um espaço geopolítico.

O fator humano sempre teve uma importância estratégica fundamental, mas derivada principalmente do seu valor instrumental. Hoje em dia, é de importância acrescida a sua dimensão psicológica, devido à concorrência de três fatores: o caráter identitário da maior parte dos conflitos, a importância das opiniões públicas e dos meios de comunicação social e as consequências da globalização.

Nos conflitos identitários, a população é, simultaneamente, o “terreno” e o instrumento da luta, a qual se trava, essencialmente, no domínio psicológi-

co. Por outro lado, as partes em luta procuram utilizar, a seu favor, os órgãos de comunicação social (OCS), manipulando-os e corrompendo-os, como necessário e possível; e a mediatização da guerra leva-a a todos os cantos do mundo, gerando movimentos nas opiniões públicas de países alheios, nas organizações não-governamentais (ONG), etc., que se vão refletir em pressões de vária natureza, inclusive na ONU, e que influenciam a marcha dos acontecimentos.

Finalmente, a globalização faz com que qualquer conflito acabe por repercutir, em grau variável, noutras partes do mundo (um conflito no Golfo Pérsico afeta o abastecimento de petróleo, à escala mundial). Assim, todo o acontecimento estratégico tem associado um “volume social”, que contribui significativamente para a sua caracterização e valorização, em termos de importância.

O tempo pode ser entendido como exprimindo a ordenação ou sequência de acontecimentos, de que resultam as noções de tempo passado, presente e futuro; ou como o intervalo entre acontecimentos; ou como a duração de um acontecimento. O tempo passado é um tempo sepulto, histórico, e interessa à ciência estratégica; o tempo presente é, essencialmente, tático; o tempo futuro é vital para a ação estratégica e constitui como que um recurso, não-renovável e que deve ser cuidadosamente gerido: é o tempo para estudar e analisar, para decidir, planear e programar, gerar meios, estruturar e organizar, experimentar e treinar, passar à ação, isto é, tornar o tempo futuro em tempo presente (*timing* ou quando?), executar, etc.<sup>4</sup>

A sociedade em rede, podendo funcionar em linha, ininterruptamente e em tempo real e permitindo o fluxo, quase instantâneo, de dados, mensagens, imagens, etc., e o seu rápido processamento permite como que uma compressão do tempo, libertando tempo para outras atividades e permitindo aumentar, assim, o ritmo dos acontecimentos, muitos dos quais, além disso, com as novas capacidades informacionais, deixam de estar limitados pela sucessão dos dias e das noites<sup>5</sup>.

Esta alteração dos ritmos de atividade e dos acontecimentos tem consequências nos domínios da organização e da estratégia operacional e um reflexo, que se me afigura significativo na conceção clausewitziana da guerra. Esta surge como espasmódica, em que períodos de intensa ação e de explosões de violência, são entrecortados por pausas, para repor e reorganizar meios, para reavaliar situações, corrigir decisões, etc., mas também para enviar sinais ao adversário, sugerir alternativas, auscultar intenções, explorar fissuras entre aliados, etc. As pausas têm, assim, um

---

4 Castells elaborou, como já referido, uma especulativa e controversa teorização sobre o “espaço de fluxos” e o “tempo intemporal”, com aspetos que considero iluminadores, mas de cujas conclusões não compartilho.

5 Uma videoconferência permite, por exemplo, a realização, em pouco tempo, de uma reunião de comandos distantes, sem deslocações físicas, que de outra forma demoraria dias a concretizar e implicaria uma suspensão temporária da atividade desses comandos.

efeito de racionalização e moderador que pode ser perdido numa sociedade informacional, aumentando os riscos de uma marcha cega para o abismo. Finalmente, como já referido, a sociedade informacional exige uma postura estratégica altamente flexível, que garanta uma rápida adaptação a evoluções inesperadas da situação, o que não se compadece com planeamentos a longo prazo.

Sem informação não há estratégia: haverá, quando muito, uma reação instintiva. Desta forma, a sociedade informacional, que tem, por assim dizer, a informação como matéria-prima, abre possibilidades inusitadas à estratégia. Um dos efeitos é no domínio da avaliação das ameaças. As possibilidades proporcionadas, por exemplo, pelas dezenas de satélites de reconhecimento que, segundo órbitas variadas e equipados com sensores sofisticados de diversos tipos, patrulham em permanência o globo terrestre permitem um conhecimento aprofundado das reais capacidades e uma segura avaliação das possibilidades de um potencial adversário; por outro lado, as possibilidades no campo da interceção e interpretação das comunicações, ainda que protegidas, e de que o programa “Prism” é, talvez, apenas uma ponta do véu, permitem um conhecimento das suas reais intenções<sup>6</sup>. Desta forma, as potenciais ameaças podem ser muito mais corretamente avaliadas, diminuindo em conformidade os riscos de decisões por erros de cálculo e mal entendidos, o que é de grande relevância estratégica (durante a Guerra Fria, a corrida aos armamentos assumiu proporções monstruosas porque, como se veio a verificar *a posteriori*, assentou em avaliações erradas da real capacidade adversa). Os constantes progressos na sensorização e na intrusão aumentam também as possibilidades nas áreas da espionagem económica, do conhecimento dos recursos naturais incluindo os marinhos, etc.

Um outro efeito importante é no domínio da estratégia operacional militar com a chamada “guerra em rede”, que abordaremos oportunamente. Cingimo-nos aqui apenas às enormes capacidades criadas pela sensorização no que respeita à aquisição de objetivos, no campo de batalha, e à criação de armas inteligentes e de precisão cirúrgica, de que os modernos UAV me parecem ser prenunciadores do futuro. Finalmente, saliento as enormes e perturbadoras perspetivas abertas à estratégia psicológica pela sociedade informacional, em especial nos campos da contrainformação, da manipulação da informação, da criação de imagens, da manipulação do real, da criação do virtual, da encenação, etc. e em que são, além disso, exploradas as últimas conquistas da psicologia e da neurologia. Basta observar que as agências de criação de imagem (ou com outro nome) fazem parte do dispositivo central de governos, partidos políticos, bancos, grandes empresas, etc. Assim, há o

---

6 Na luta entre a criptografia e a decriptação, a vantagem parece beneficiar esta última: parecer ter sido alcançada, ou estar em vias de o ser, a capacidade de decifrar, de forma rápida, o mais sofisticado algoritmo.

risco de uma “estrategização” da sociedade, transformada em palco duma guerra, permanente, da sensibilização (ou dos sentidos).

### *Ambiente Estratégico*

Em face das características da sociedade informacional, podemos dizer que o ambiente em que decorre a decisão estratégica é, recorrendo a um acrónimo, um ambiente MICA, caracterizado por elevados graus de mutabilidade, de incerteza, de complexidade e de ambiguidade.

Como escrevi há já largos anos, este ambiente exige “a formação de quadros, onde serão recrutados os decisores, que sejam conhecedores da realidade internacional e dos seus principais problemas, treinados na complexidade e na tomada de decisões, quase em tempo real, em ambientes de incerteza, num universo sofisticado, de múltiplas variáveis e de fenómenos, instrumentos e processos em acelerada mutação”. De tal dependerá o sucesso de famílias, empresas, outras organizações e Estados.

Para responder eficazmente aos desafios de um ambiente com aquelas características, é necessário que o decisor se aperceba rapidamente do que está a mudar, identifique corretamente as implicações ou consequências dessa mudança e seja capaz de, com oportunidade, encontrar as respostas mais adequadas e de calcular riscos, em face da incerteza, de se precaver e de assumir os riscos remanescentes, não se deixando paralisar pela indecisão. Esta capacidade de adaptação obriga a organizações adequadamente flexíveis, o que, conforme já referimos, é mais fácil em empresas e outras organizações da sociedade civil que ao nível do Estado, que tem de arrostar com as lógicas do poder, com o peso de uma burocracia mais forte e de uma legislação em regra mais rígida.

### *Estrategização do Mundo*

Como a nova economia tem uma dimensão global, tal significa que a competição económica se desenvolve à escala planetária: competição pelos recursos (incluindo os melhores recursos humanos), pelos investimentos, pelos mercados (de produtos, capital e trabalho). Mas esta competição alarga-se a outros domínios, incluindo o desportivo. Acresce que a explosão demográfica nos países em desenvolvimento, e o próprio processo de desenvolvimento desses países, em especial das grandes economias emergentes, aumentam extraordinariamente a pressão sobre os recursos, em terra como no mar. E daqui o esforço de países ribeirinhos no sentido de uma definição e reconhecimento de plataformas continentais, conforme a Convenção sobre o Direito do Mar de 1982, e a reserva de algumas grandes potências em

relação a tal matéria<sup>7</sup>. E, sob retóricas várias, incluindo as que adotam roupagens científicas, vão-se iniciando corridas para as zonas ainda mal exploradas, como são as regiões polares e o fundo dos mares. Algumas destas competições acabam, evidentemente, por degenerar em conflitos, de gravidade variável. O mundo torna-se, assim, crescentemente agónico. Em contrapartida, o risco de grandes conflitos parece atenuado, em virtude da dissuasão nuclear, do papel moderador da ONU e do peso das opiniões públicas. A tendência parece ser, assim, a de um mundo menos previsível, mais conflituoso, mas menos letal.

### *Conflitualidade e Instabilidade Social*

Os grandes conflitos característicos da sociedade industrial são conflitos no domínio do “ter”, isto é, pela posse de espaço e de recursos, e secundariamente no domínio do “ser”, ou seja, por razões nacionalistas, étnicas, religiosas, linguísticas, etc., embora no final da Segunda Guerra Mundial, pelas razões que referiremos, se iniciasse um ponto de viragem. A sociedade informacional parece apontar para características inversas, isto é, a conflitualidade que tem sido claramente dominante é de raiz identitária. Em consequência, os conflitos característicos da sociedade industrial são os frequentemente chamados “conflitos clausewitzeanos” – entre Estados, entre forças armadas, com respeito de convenções e normas jurídicas e tendo por campo de batalha espaços físicos – enquanto na sociedade informacional têm sido dominantes os chamados “conflitos não-clausewitzeanos” – entre um Estado e um não-Estado, entre forças armadas e forças irregulares, segundo normas jurídicas apenas respeitadas por uma das partes e tendo por campo de batalha o domínio psicológico, isto é, o meio humano (conquistar, preservar ou controlar almas). Entre as principais razões desta inversão apontam-se as seguintes: os efeitos da Segunda Guerra Mundial; a transparência das sociedades políticas; e a viragem civilizacional.

A Segunda Guerra Mundial levou a que a França e a Inglaterra tivessem de recorrer à participação de fortes contingentes de tropas coloniais para a defesa dos interesses da metrópole, as quais assim contactaram com novas realidades e valores, entre os quais o da liberdade. Por outro lado, o fim daquela guerra conduziu à criação da ONU, que incluía o direito à autodeterminação dos povos entre os seus princípios fundadores. Finalmente, a Guerra Fria que se seguiu à Segunda Guerra Mundial fez dos territórios ultramarinos um dos seus palcos favoritos, sob a forma de uma confrontação indireta, entre as superpotências. Assim, em breve prazo, naqueles territórios foram-se desenvolvendo movimentos nacionalistas, visando a

---

<sup>7</sup> No caso português não deixa de ser surpreendente esse esforço, já que abdicou, sem qualquer debate nacional, da sua Zona Económica Exclusiva, em proveito da UE.

obtenção da independência, e que na maior parte dos casos deram origem a conflitos violentos, que não eram entre Estados, nem entre forças regulares, assumindo, estratégica e taticamente, a forma das chamadas guerras subversivas.

A transparência das sociedades políticas, consequente do desenvolvimento da circulação e da comunicação de massa, após a Segunda Guerra Mundial, e potenciada com a sociedade informacional, favoreceu o desenvolvimento de fenómenos identitários quase em todo o mundo, com incidência nas regiões em que a capacidade de penetração da comunicação é maior. Os povos tomam conhecimento do seu desenvolvimento em relação a outros povos, das suas desigualdades políticas, económicas e sociais, de outros usos e costumes, de outras escalas de valores, etc., gerando-se estados de insatisfação e reivindicações, bem como roturas nos padrões culturais da sociedade, que tendem a pôr em causa a ordem estabelecida. As chamadas “primaveras árabes” são, entre outras, expressões destes fenómenos. Por outro lado, frequentemente, os governos de países atrasados tentam recuperar esse atraso através do investimento público acelerado, em projetos realizáveis em curto prazo, muitas vezes mal estudados, e que acabam por satisfazer mais a lógica da manutenção do poder e da satisfação dos interesses instalados que a lógica da racionalidade económica. Como, devido ao atraso, são escassos os recursos próprios, há para aquele efeito que recorrer ao crédito externo, em condições progressivamente mais gravosas. Geram-se, assim, dependências externas que, cedo ou tarde, se revelam demasiado constrangedoras da dignidade de grande parte da sociedade e da autoestima nacionais, e que frequentemente explodem em manifestações de grande instabilidade social ou em revoltas de natureza nacionalista.

Já referimos que a sociedade informacional é potencialmente libertadora, desagregadora e reforçadora, por reação, das expressões identitárias, de natureza nacionalista, étnica, religiosa, linguística, de género, de orientação sexual, etc. Ao mesmo tempo, proporciona os meios e as redes para que essas expressões se organizem em movimentos, adequadamente articulados, mobilizáveis e coordenados na ação, devidamente programada e controlada. Os telemóveis são atualmente os instrumentos da “*levée en masse*”, ou seja, da rápida mobilização de massas humanas, através de “SMS” com *slogans* e palavras de ordem cuidadosamente escolhidos.

Entre esses movimentos merecem, hoje em dia, especial relevância os relacionados com o fanatismo religioso islâmico, que se divide, essencialmente, em dois ramos: um interno ao mundo islâmico, e que opõe sunitas e xiitas, e o outro de cariz civilizacional, de rejeição do modelo ocidental e que tem a sua expressão mais racionalizada, articulada e radical no movimento *Al Qaeda*<sup>8</sup>. Como já referi noutra oportunidade, radica em cinco grandes razões. Em primeiro lugar, um sentimento

---

8 A própria designação identifica-o como um produto da sociedade informacional.

de humilhação histórica, que vê o Ocidente como o agressor, o ocupante, o colonialista e o destruidor da antiga organização do mundo islâmico, dos califados, desde as cruzadas ao imperialismo inglês e francês e às recentes intervenções americanas. Em segundo lugar, um sentimento de frustração histórica, perante o reconhecimento do atraso económico, social, científico e tecnológico da maior parte do mundo islâmico, apesar das enormes riquezas que possui, em doloroso contraste com uma Idade de Ouro em que dominou grande parte do mundo e foi fonte de uma civilização esplendorosa, decadência essa atribuída a um “desvio” e a uma “contaminação” em relação aos verdadeiros preceitos corânicos, ambos devidos ao Ocidente.

Em terceiro lugar, um certo sentimento de arrogância, derivado da riqueza e do poder proporcionados pelo petróleo, que lhe permite o controlo de algumas grandes empresas ocidentais, em contraste com um Ocidente carente e dependente desse petróleo e, em consequência, muitas vezes adulator.

Em quarto lugar, um sentimento de superioridade espiritual e ética, perante uma civilização ocidental percebida como sacrílega e laica, desprovida de valores morais, materialista e dominada pelo dinheiro, pelo sexo e pela violência.

Finalmente, o apoio do Ocidente, especialmente dos EUA, a Israel, considerado o “inimigo absoluto”, em termos religiosos e como o usurpador e ocupante de territórios e solos sagrados, e o permanente agressor e humilhador de populações muçulmanas. Neste quadro, os inimigos são o Ocidente, polarizado nos EUA, Israel e, sobretudo, os Estados muçulmanos sob governos moderados, que “pactuum” com o inimigo; e o grande objetivo seria o restabelecimento do califado, que tinha dominado o Médio Oriente desde o século VII.

Por fim, a atual crise económica e financeira que atinge sobretudo os EUA e a UE é, em grande parte, um subproduto de uma sociedade informacional que, nas suas primeiras décadas, enveredou por alguns caminhos que vão sendo reconhecidos errados. Nos países mais gravemente atingidos, em que a combinação dos erros próprios com as condicionantes externas criaram, subitamente, sensíveis quedas dos rendimentos, forte quebra da atividade económica e elevadas taxas de desemprego, existem os ingredientes para uma grande instabilidade social, combinada com elevadas correntes de emigração, a qual, todavia, em certa medida opera como um regulador daquela potencial instabilidade.

### *As Ameaças da Clandestinidade*

Entre estas ameaças, o terrorismo transnacional, o crime organizado, em especial o relacionado com o narcotráfico, e os ataques cibernéticos são particularmente potenciados pelas possibilidades proporcionadas pela sociedade informacional.

O terrorismo é uma tática, em regra apenas utilizada, de forma sistemática ou seletiva, por movimentos ou organizações políticas não-estatais, não reconhecidas

como legais, que privilegiam a clandestinidade, e que têm por inimigo um governo, um Estado (e com frequência os seus aliados), uma etnia, ou um grupo religioso ou cultural. Por muito chocantes que sejam as suas manifestações, estas não assentam na arbitrariedade, isto é, o terrorismo, transnacional ou não, obedece a uma racionalidade política, ao serviço do objetivo político visado. As raras ações terroristas que não servem objetivos políticos enfileiram no crime, organizado ou não. Aqueles movimentos recorrem a uma organização celular e em rede, tirando o máximo partido das novas TIC, inclusive para a obtenção de conhecimentos sobre o manuseamento e fabrico de substâncias explosivas e de artefactos, fabrico, adaptação e improvisação de armas ligeiras, sistemas de detonação, sensores, técnicas de sabotagem, etc.<sup>9</sup>

As novas TIC permitiram que o narcotráfico se organizasse em grandes redes, que controlam o sistema em todas as suas fases, desde a produção ao destinatário final da comercialização. Trata-se de redes transnacionais, que incorporam redes subsidiárias, de carácter regional. Relativamente à problemática geral do narcotráfico há um aspeto curioso, dados os seus reflexos na economia global e no sistema financeiro internacional. De facto, diz-se que o narcotráfico (e as máfias) equivale a 20% a 30% do comércio mundial; mas, em obras de referência sobre a economia mundial ou sobre o sistema financeiro, raramente este fenómeno é abordado, para além de uma eventual referência, de passagem. E, a este respeito, recordo um episódio e suscito duas interrogações.

Nos princípios da década de 90, numa conversa com um ex-chefe do estado-maior do exército colombiano, que se recusara a aceitar uma política dos EUA que preconizava o emprego das forças armadas contra as plantações de coca, aquele dizia-me sensivelmente o seguinte: “Queriam que eu atacasse os meus campesinos. Mas tu leste Clausewitz e sabes que o que se deve atacar é o centro de gravidade do sistema de forças do adversário. Mas como podia eu atacar os bancos (e citava dois conhecidos bancos americanos e um outro, asiático, que aliás veio a falir, mais tarde, em consequência de um escândalo relacionado, precisamente, com o tráfico de droga), que têm lucros fabulosos com a lavagem do dinheiro e são os grandes beneficiários de todo o sistema?”.

O Kosovo, quando começou a crise da ex-Jugoslávia, era (ainda será?) um dos grandes terminais da “rota da seda” da droga, depois destinada aos mercados da Europa Central. Na mesma altura, alguns importantes bancos alemães tinham uma presença dominante na região. O chamado Exército de Libertação do Kosovo (UCK) foi fortemente apoiado por organizações alemãs e austríacas, inclusive com uniformes modificados e armas da ex-República Democrática Alemã. Personalida-

---

9 Um dos efeitos perversos das novas TIC, em especial da internet, é o de contribuir para uma “democratização” da violência.

des alemãs desempenharam papel importante na estratégia psicológica do UCK, inclusive testemunhando a existência de valas comuns, por muitos consideradas de origem duvidosa. Haverá alguma relação entre estes factos, avulsamente referidos nos OCS e noutras publicações da época?

O furacão Katrina destruiu vários casinos flutuantes, que operavam ao largo da costa e que, segundo muitas opiniões conceituadas, mascaravam operações de lavagem do dinheiro da droga, que assim tiveram de procurar outras paragens. Terá este potencial facto algo a ver com a crise ou falência de alguns bancos americanos, alguns tempos mais tarde, e que prenunciaram a grande crise financeira de 2008? No ciberespaço – que já referimos como o novo espaço estratégico específico da sociedade informacional – podem desenrolar-se ações meramente condenáveis ou criminosas ou atos hostis e de verdadeira guerra. Como, felizmente, nos últimos tempos têm sido publicados, em especial nesta revista e na *Revista Militar*, excelentes artigos sobre este assunto, limitar-me-ei a recortar algo do que escrevi noutra oportunidade. Entre essas ações figuram as de vandalismo, de pirataria, de espionagem (económica, política, militar), de empastelamento ou “enlouquecimento” de equipamentos, de desorganização de redes, de destruição de arquivos ou de sensores, etc. Traduzem-se por intrusões clandestinas em computadores, redes de computadores, redes de telecomunicações e sistemas controlados por computadores. Os seus autores podem ser indivíduos, empresas, organizações criminosas, organizações terroristas, organizações estatais, etc. Os móveis podem ser lúdicos, a satisfação de pulsões destrutivas, exercer chantagem, obter informações valiosas, o desvio de fundos de contas bancárias, preparar ou desencadear ações terroristas, perturbar ou empastelar um sistema bancário ou fiscal, desarticular um sistema de abastecimento de água ou de energia, destruir os sensores de um sistema de armas controlado por computadores, “enlouquecer” um importante órgão de comando, etc. Frequentemente, é difícil detetar com rapidez uma intrusão e averiguar se a ação é pontual ou incide sobre vários alvos e quais; é igualmente difícil e demorado identificar a sua origem e, depois, agir sobre a mesma, se for estrangeira; pode ser também ambígua a distinção entre uma ação criminosas e uma ação hostil de um Estado. No campo das medidas de defesa ativa, também se levantam grandes dificuldades. Por exemplo, em que circunstâncias se pode reagir militarmente a um ciberataque e sob que condições se pode proceder a uma intrusão defensiva (escutas, vigilância de correio eletrónico, etc.)?

### *O Facto Nacional*

Uma nação é o mais profundo e multidimensional precipitado histórico-cultural, que culmina na criação de uma língua por um povo. Como produto histórico, está num constante devir e evolução: tal como uma árvore, há ramos que vão secando ou são cortados pelas tempestades, outros há que se fortalecem ou rejuvenescem

e novos ramos emergem e se vão desenvolvendo. Mas cada nação tem a sua individualidade própria: não há duas nações iguais. Isto é, cada nação possui uma identidade própria, por muito difícil que seja a sua caracterização objetiva, a qual é todavia facilitada pela sua negação: sei quem sou sabendo quem não sou.

Só um indivíduo muito consciente da sua identidade, isto é, de forte personalidade e seguro de si, pode ser verdadeiramente cosmopolita, isto é, comportar-se com naturalidade e à-vontade perante quaisquer outros e em quaisquer ambientes: assim também só um povo muito seguro da sua identidade pode ser verdadeiramente ecuménico, tolerante e universalista. A insegurança gera o medo e este, como Tucídides já assinalava, é um dos fatores da guerra. E Fernando Pessoa (1979) escreveu um dia: “quem não tem a consciência certa das raízes profundas do seu ser, isto é, do povo a que pertence, de que coisa pode ter certeza ou noção?”.

Daqui que a sociedade informacional, libertadora e veículo de afirmação de todos os fenómenos identitários, favoreça a afirmação dos nacionalismos, trate-se de uma luta pela independência, da atribuição de um Prémio Nobel, da vitória de uma seleção de futebol ou da comemoração de uma importante vitória militar. Por isso me parece desajustada e arriscada a forma displicente como, com frequência, são encardados os fenómenos nacionais e verberados os “egoísmos nacionais” (dos outros), como se no mundo da política, e em especial na internacional, algo seja gratuito. E me parece plena de atualidade a reflexão de Charles De Gaulle quando dizia “acima de sedutores internacionalismos, acima de pretensas solidariedades de classe, o ‘facto nacional’ continua a ser o ponto focal da lealdade última do homem”. E é o facto nacional que está na génese de dezenas de Estados surgidos nos últimos 60 anos.

### *O Fortalecimento do Estado*

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, em especial a partir de trabalhos de John Herz e de Richard Haass, foi-se desenvolvendo uma vasta literatura prevendo ou preconizando o fim do chamado Estado-Nação. Refira-se que esta designação, de matriz anglo-saxónica, é muito ambígua, visto que a maior parte dos Estados a que correntemente se aplica são, na realidade, Estados com fortes minorias de outras nacionalidades ou, por vezes, multinacionais. Acresce que, em espaços descolonizados depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados existentes foram implantados em realidades político-culturais outras que nações, pelo que, em vastas áreas, são os Estados que serão os parturientes de nações a haver, ainda em lento processo de construção.

Muita dessa literatura traduz um idealismo que entronca em correntes filosóficas, especialmente de raiz kantiana ou cristã, na visão de uma Humanidade una e de um governo mundial, de que a ONU seria um embrião. Outras correntes são de natureza marcadamente determinista, no quadro de um processo evolutivo que

conduziria ao desaparecimento do Estado-Nação, à semelhança do que aconteceu, no passado, com outras formas de organização política. Outras teses, de natureza determinista ou voluntarista, assentam numa interpretação de algumas das principais características do Mundo, no momento da sua explicitação, e das tendências de evolução então admitidas.

Entre os mais importantes argumentos que têm sido apresentados apontando ao desaparecimento do Estado-Nação figuram os seguintes:

- A larga maioria dos Estados existentes deixou de ter condições para garantir os objetivos fundamentais ou teleológicos de qualquer unidade política, quais sejam, a segurança do território e suas populações e o progresso e bem-estar da comunidade. Quanto à segurança, os novos sistemas de armas acabaram definitivamente com a impenetrabilidade dos Estados, deixando as fronteiras de ser barreiras, por mais fortes que sejam as medidas defensivas, a não ser contra ameaças menores, pelo que as fronteiras da segurança são muito distantes das fronteiras políticas; e, quanto ao progresso e bem-estar, a globalização das economias tornou os Estados prisioneiros de movimentos económicos e financeiros em relação aos quais a larga maioria pouco controlo pode exercer.
- A crescente impossibilidade de uma guerra entre Estados: no caso de Grandes Potências, tal resultaria de uma paralisia pelo terror, devido aos riscos inaceitáveis de uma guerra nuclear; no caso de Pequenas Potências, devido à sua incapacidade para criarem e sustentarem forças armadas capazes, dados o elevadíssimo custo dos modernos equipamentos e a elevada taxa de atrito que produzem, bem como à rejeição das opiniões públicas e à ação bloqueadora da ONU. O Estado encontrar-se-ia, assim, privado de um dos seus atributos históricos fundamentais, ou seja, o de fazer a guerra.
- Tendo em atenção a dimensão dos problemas que se põem à Humanidade como um todo, entre os quais os relacionados com a pressão sobre o ambiente e sobre certos tipos de recursos não renováveis, verificar-se-ia uma progressiva passagem de uma sociedade de Estados-Nação a organizações federais regionais ou continentais, a caminho de um Governo Mundial, que esvaziariam os atuais Estados da maior parte das suas competências, num processo de que a UE poderia ser precursor.
- A visão do Estado como causa e fator da guerra, em especial com os vizinhos, ou seja, de guerras regionais, tidas como as mais frequentes, pelo que a paz exigiria uma forma qualquer de integração regional.
- A ideia de que os Estados são demasiado grandes para os pequenos problemas (e daí uma marcha no sentido da descentralização ou regionalização) e demasiado pequenos para os grandes problemas, o que exigiria unidades políticas de grandes dimensões.

Como é evidente, muitas destas concepções filiam-se num neo-marxismo que coloca as questões económicas na base de toda a política e vem tornando os economistas no clero dessa nova igreja.

Mas a realidade parece não confirmar estas teses.

De facto, essencialmente sob o impulso do nacionalismo focado na alínea anterior, o número de Estados quase quadruplicou, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. E se a maior parte deste aumento se deve ao movimento de descolonização que referimos, um número apreciável surgiu recentemente, já sob a influência da sociedade informacional, não nas regiões do globo politicamente mais recentes (onde se verificou a descolonização), mas nas regiões mais antigas e desenvolvidas, como na velha Europa, com a implosão de federações e de Estados multinacionais. E o processo continua em marcha, verificando-se notórias crises identitárias em Estados como a Bélgica, Reino Unido, Espanha, Ucrânia, Rússia, Canadá, República da África do Sul, Iraque, EUA (?), Turquia, Paquistão, etc.

Por outro lado, vejamos segundo o *CIA Factbook*, quais os países com maior PIB *per capita* e eliminando, por razões óbvias, os chamados “paraísos fiscais e os do jogo”: Qatar; Luxemburgo; Singapura; Noruega; EUA; Emiratos Árabes; Emiratos Árabes Unidos; Suíça; Canadá; Austrália; Áustria; Suécia (13º); Alemanha (16º); França (30º); Portugal (56º).

Verifica-se que, entre os dez primeiros, a larga maioria é constituída por pequenos países e que não estiveram envolvidos em conflitos, com vizinhos ou por iniciativa própria.

Olhando para os Estados com melhor índice de competitividade (2013/2014) do *World Economic Fund*, temos: Suíça (5,67); Singapura (5,61); Finlândia (5,54); Alemanha (5,51); EUA (5,48); Suécia (5,48); Hong Kong (5,47); Holanda (5,42); Japão (5,40); Reino Unido (5,37); França (5,05 em 23º lugar); e Portugal (4,40 em 51º lugar). Apenas um dos Estados é uma grande potência; os restantes são pequenos e médios países.

Se passarmos ao *índice de desenvolvimento humano* de 2012 da ONU, talvez o melhor indicador do progresso e bem-estar duma sociedade, obtemos a seguinte relação: Noruega (0,955); Austrália (0,938); EUA (0,937); Holanda (0,921); Alemanha (0,920); Nova Zelândia (0,919); Irlanda (0,916); Suécia (0,916); Suíça (0,913); Japão (0,912); França (0,893 – em 20º lugar); e Portugal (0,816 – em 43º lugar).

Em síntese, parece que a capacidade de consecução dos objetivos teleológicos da política pelos Estados depende, sobretudo, da qualidade das suas instituições e das suas populações e da dos governos que estas elegem ou aceitam. E parece poder generalizar-se ao domínio político a tese de R. Stacey (com uma pequena adaptação, para lhe retirar uma leitura determinista): “*Small can be beautiful*”.

Acresce que, ao invés de alguma retórica em sentido contrário, o Estado tem paulatinamente alargado o seu campo de intervenção em relação à sociedade. As es-

truturas estatais são cada vez mais desenvolvidas, a capacidade de intrusão do Estado é crescente e abarca todos os domínios, desde o fumo ao último baluarte – o segredo bancário –, e os orçamentos são sempre crescentes, com uma máquina fiscal que viu as suas possibilidades reforçadas exponencialmente com a sociedade informacional.

Finalmente, a crise financeira ainda em desenvolvimento no mundo ocidental, apesar de modesta se comparada com a Grande Depressão, vem reforçar extraordinariamente os poderes do Estado, que lhe permitem recuperar rédeas de que, em algumas paragens, largara mão. De facto, esta crise veio pôr a nu a incongruência e as consequências catastróficas da desregulamentação dos mercados financeiros e, assim, é generalizado, aos níveis nacional e internacional, o reforço da capacidade e do âmbito de supervisão e regulação do setor bancário pelos Estados e bancos centrais, do que resulta uma forte redução do poder da elite financeira e um reforço do poder político. O Estado, de um modo geral, reforçou também o seu poder regulador em relação à atividade empresarial e ao mundo laboral, alterando regras fiscais e de concorrência, regimes de trabalho, idades de reforma, regimes de pensões, etc. Em muitos países alterou ainda os limites entre o setor público e privado. A crise, o escrutínio das opiniões públicas e de instituições internacionais e as várias correntes contestatárias surgidas na sociedade civil evidenciaram opacidades várias que existiam nas administrações públicas, mordomias e privilégios insuspeitados, promiscuidades perigosas entre o poder político e económico-financeiro, possibilidades de níveis de corrupção superiores aos suspeitados, etc. Em consequência, em maior ou menor grau, o Estado foi obrigado a tomar medidas reforçadoras da transparência, diminuidoras do compadrio e do nepotismo e incentivadoras da capacidade de escrutínio dos cidadãos. Finalmente, creio que a sociedade informacional está a reforçar, nas opiniões públicas, a perceção da importância da soberania nacional e uma postura de rejeição a interferências externas tidas por injustificadas e constrangedoras. E parece evidente que os países possuidores de moeda própria ou não foram afetados pela crise ou superaram-na mais facilmente. Assim, o Estado é um polo fundamental na sociedade em rede (aspeto que Castells parece não reconhecer) e um regulador, disciplinador e destruidor de redes.

### *O Projeto Europeu*

O projeto europeu tinha um grande objetivo estratégico: o de acomodar a Alemanha, ligando-a estreitamente à França, e assim se eliminar o risco de uma nova guerra no interior da Europa Ocidental, e integrar a Alemanha vencida plenamente na sociedade internacional. As medidas adotadas de natureza económica eram instrumentais, para servirem aquele objetivo. Com o fim da Guerra Fria, surgiu

um segundo objetivo, o de acomodar os países da ex-Europa de Leste num espaço democrático e com prospetos de paz e de progresso e bem-estar.

As características da sociedade informacional afetam o projeto europeu pelo menos nos seguintes aspetos: a adaptação à viragem civilizacional; a atual validade do conceito de mercado comum; a supranacionalidade e as tendências centrífugas; a alteração do código genético; e as consequências psicológicas da crise.

Uma das grandes questões é a de saber em que medida o espaço europeu se tem conseguido adaptar às exigências de uma economia global. Independentemente da crise financeira, que afetou de forma muito diferente as economias dos vários países e que incidiu mais fortemente naqueles países que, por erros próprios, se tinham endividado excessivamente e/ou tinham permitido que o sistema financeiro também se endividasse ou investisse fortemente em produtos financeiros que vieram a ser considerados tóxicos, a economia europeia apresenta preocupantes sinais de estagnação e de perda de competitividade à escala internacional, em especial com as chamadas economias emergentes, com a China à cabeça. De facto, se analisarmos os indicadores referidos anteriormente, verificamos que, dos médios e grandes países, ocupam lugar de relevo: no que respeita ao PIB *per capita*, apenas a Suécia (13.º) e a Alemanha (16.º); quanto ao índice de competitividade, apenas a Finlândia (3.º), a Alemanha (4.º), a Suécia (6.º) e a Inglaterra (10.º); e relativamente ao índice de desenvolvimento humano, apenas a Alemanha (5.º) e a Suécia (8.º). Quer dizer, somente a Alemanha e a Suécia parecem ter iniciado com alguma oportunidade as reformas estruturais que a nova sociedade exige, o que lhes permite encarar com relativo conforto a situação. Países como a França, a Itália, a Espanha e a Polónia ocupam posições pouco animadoras; e a França (e mesmo a Alemanha) têm uma dívida pública que excede em mais de um terço os critérios estabelecidos quando da criação do euro. Isto significa que o projeto europeu tem, no momento, fracas “motores” e vários “pesos mortos”. Daqueles últimos países é particularmente preocupante a situação da França, dada a sua relevância em todo o projeto europeu. A França está a ter dificuldades em satisfazer os critérios de Maastricht e em se adaptar à sociedade informacional: Alain Juppé não conseguiu fazer as reformas estruturais mínimas e resta saber se o atual Governo o conseguirá, embora se vislumbrem alguns resultados animadores. Por outro lado, as regras da União Económica e Monetária, com vista à preservação do euro, certamente que se irão tornando mais exigentes e controladas, tornando o seu cumprimento cada vez mais difícil para as economias mais fracas. E daqui tiro uma conclusão: dado que a competitividade a nível global será crescente (pelo que as calmarias acabaram), é muito provável que a UE, para salvar o essencial do seu projeto, venha a ser obrigada a alijar-se, indiretamente, de alguns dos seus “pesos mortos” (algumas personalidades influentes já falam em exclusões temporárias). Todavia, se a chamada “parceria transatlântica” se vier a concretizar, em breve prazo, de tal

poderá resultar, a par de alguns riscos, um novo fôlego para o espaço europeu e uma recentragem do Atlântico, o que poderá conceder mais uma oportunidade às economias mais fracas, em especial à portuguesa, se souber explorar a sua situação geográfica.

O conceito de “mercado comum” vai progressivamente perdendo sentido e torna-se menos apelativo, no quadro de uma economia global. É evidente que o mercado interno europeu ainda é muito importante. Mas, de forma variável com os países, as exportações, os investimentos, o jogo dos recursos humanos (inclusive no que respeita às formações académicas), têm em atenção outros e mais distantes horizontes, em especial as economias emergentes. A economia alemã, por exemplo, deve estar mais atenta à Rússia, China, Índia, EUA e América do Sul do que ao espaço europeu. Esta situação pode originar, em vários países, uma clara degradação da prioridade do projeto europeu.

Quanto às tendências centrífugas, parto do carácter desagregador e reforçador das identidades da sociedade informacional. Se esta característica tem solidez – e anteriormente mencionámos vários factos que apontam nesse sentido – as conceções federalistas são irremediavelmente irrealistas.

O projeto europeu, destinado a pacificar definitivamente a Europa, foi moldado, em 1955, à luz dos mais profundos interesses franceses, como principal potência continental vencedora. De facto, a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM), juntamente com os termos do tratado de paz, foi a forma hábil de permitir que a Alemanha acedesse à energia nuclear para fins pacíficos, sem o risco de se tornar uma potência nuclear, limitação que não pesava sobre a França. Em segundo lugar, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) permitiu à França resolver o problema do Sarre, que se havia tornado fonte de forte instabilidade sócio-laboral (numa altura em que os jazigos de carvão haviam perdido valor em virtude da valorização do petróleo e a França se encontrava envolvida em mais uma guerra desgastante e dolorosa), mas sem o risco do ressurgimento de uma indústria militar alemã. Finalmente, o Mercado Comum Europeu, além das suas virtualidades próprias, tinha como única política comum a Política Agrícola Comum. Esta constituiu, na realidade e durante muitos anos, uma forma sofisticada de indemnização de guerra, da Alemanha à França, o que permitiu modernizar, e sobretudo estabilizar, a “França profunda”, ao mesmo tempo que os recursos franceses, disponíveis para além da guerra, poderiam ser concentrados na modernização do tecido industrial, que estagnara (há que ter presente que a França, pouco depois de acabar a Segunda Guerra Mundial, teve de fazer face a duas prolongadas e difíceis guerras, na Indochina e na Argélia). Além disto, a República Federal Alemã (RFA) era apenas uma parte da Alemanha e tinha o exército inglês no norte, o americano no centro e o francês no Jura: estava, assim, fortemente castrada e controlada. Em contrapartida, a França era membro do Conselho de Segurança e

tornara-se potência nuclear. Não admira, assim, que frequentemente os caricaturistas representassem o “comboio europeu” colocando a França como maquinista e a RFA como fogueiro. Com a “queda do muro” toda esta situação se alterou profundamente. Baldados alguns esforços, mais ou menos discretos, a reunificação da Alemanha, o desmoronamento do Pacto de Varsóvia e, mais tarde, a implosão da URSS tornaram-se factos inescapáveis. E a grande questão que se punha aos defensores do projeto europeu e do seu principal objetivo estratégico era: como manter a Alemanha, reunificada, ancorada a oeste e impedir a sua descolagem, isolada, para leste, explorando o grande vazio político-económico que se lhe apresentava, tanto mais que a capital mudava para Berlim? A solução encontrada, ao arrepio das lições da História sobre a moeda, foi tentar prender a RFA pelo que tinha de mais precioso – o marco – no qual assentara o seu progresso, criando o euro. O povo alemão reagiu negativamente, bem como outros povos ciosos da sua soberania, mas durante o difícil processo de negociação com a RFA, simultaneamente felicitada e adulada, mas também acossada, o chanceler conseguiu estabelecer, para a nova moeda, regras semelhantes às que norteavam a política financeira e orçamental alemã. A França acabou por aceitar a solução, pensando controlar o novo sistema com a designação do primeiro presidente do Banco Central Europeu (BCE). O euro foi, assim, o preço que a Alemanha teve de pagar pela aceitação pacífica da sua reunificação; criado, não em obediência a uma racionalidade político-económica, devidamente estruturada e planeada e com as instituições e mecanismos necessários para o efeito, mas por razões político-estratégicas, duras e puras. A criação do euro, naturalmente apoiada pelas correntes federalistas, foi, pois, um salto no escuro, do qual, depois de um período de euforias variadas, hoje se começam a ver os graves riscos, que colocam as economias mais fracas em situações verdadeiramente dilemáticas, quanto às vantagens e inconvenientes da sua manutenção ou não na moeda única. A cornucópia dos fundos comunitários é sedutora e assegurou uma razoável convergência das economias mais fracas, durante o período da moeda comum, que permitia às moedas nacionais uma certa margem de manobra própria na gestão da conjuntura; com a entrada na moeda única, as economias periféricas voltaram a divergir. A Alemanha, embora indiretamente subsidiada com os ataques à libra, ao franco francês e coroa sueca, ainda durante a moeda comum, chegara ao fim da reunificação em difícil situação, devido ao enorme esforço despendido. Nas análises da época, era apresentada como o doente da Europa. Cientes da situação e da evolução civilizacional, a Alemanha e a Suécia (acompanhadas, talvez em menor grau, por outros países nórdicos) procederam a significativas reformas sócio-económicas e financeiras, que lhes permitiram enfrentar satisfatoriamente a crise gerada nos EUA. E pode dizer-se que a Alemanha é grande beneficiária dessa crise, na medida em que, juntamente com os clássicos Suíça e Luxemburgo, se transformou no país de refúgio do capital que, inseguro,

foi migrando de outros países, e pagando, para o efeito, ainda juros. Assim, talvez involuntariamente (e por ironia, em relação ao objetivo da sua criação) a Alemanha surge como um dos grandes beneficiários da moeda única, de tal forma que se diz que o euro é o novo nome do marco (parece assim concretizado o racional dos grandes economistas alemães pré-hitlerianos, sobre a paz e o progresso na Europa). E, conseqüentemente, a Alemanha tornou-se o principal ator político da UE, determinante do seu futuro, pelo que fizer ou deixar de fazer. E, para os caricaturistas de hoje, no comboio europeu a Alemanha figura como o maquinista. Creio que em relação ao projeto europeu se colocam duas grandes questões, de natureza, a primeira, político-estratégica e, a segunda, político-económica. Quanto à primeira, tendo em atenção a génese do projeto, como é que a França encarará e aceitará, para além da retórica da praxe, esta nova situação, inversa da que vigorou até ao virar do século? Que novo rumo procurará imprimir ao projeto? Ser-lhe-á suficiente ser potência nuclear e ser membro permanente do Conselho de Segurança? Surgem-me, para já, dois factos da maior relevância estratégica: o regresso da França à NATO e o acordo feito entre a França e a Inglaterra, num domínio tão delicado e sensível como o nuclear, realizado à revelia da UE e da Alemanha. Quanto à segunda questão, é possível a manutenção de uma moeda única sem um Estado único, isto é, sem a constituição dos Estados Unidos da Europa? É crescente o número de reputados economistas, europeus ou não, que afirma que não, o que remete para uma conseqüente questão: as correntes federalistas têm possibilidade de sucesso? É claro que o futuro a Deus pertence, mas cada vez mais essas correntes se me afiguram irrealistas e, acrescento, perigosas: irrealistas, pela História (pense-se num francês ou num polaco), pelas reações dos povos quando consultados e durante a crise, pelo real comportamento dos governos, para além das retóricas de circunstância, e, sobretudo, pelas tendências referidas da sociedade informacional, ou seja, em síntese, parece-me profundamente irrealista pensar-se na criação, voluntarista, de um Estado multinacional num momento civilizacional em que todos os Estados multinacionais se desagregaram ou estão em risco de desagregação; perigosas, porque políticas voluntaristas e furtivas, ao arrepio dos povos, podem acabar por provocar fenómenos violentos de rejeição e pôr em causa a parte essencial do projeto, ou seja, a paz e a cooperação na Europa. Em linha com o que me parecem ser as tendências da evolução, a crise provocou uma notória deslocação da relação de forças nas instituições da UE, com uma desvalorização da Comissão e do Parlamento, em benefício do Conselho Europeu, do Conselho para as Questões Económicas e Financeiras (ECOFIN) e do BCE, evolução esta num sentido mais próximo das conceções inglesas. Não se sabe se esta evolução será temporária ou não. De qualquer forma, creio que a Inglaterra retomará a sua posição clássica de “fiel da balança”, cortejada pela Alemanha, no plano económico-financeiro, e pela França, no plano estratégico. Não refiro a envolvente externa, por me parecer que

tem pouco a ver com a viragem civilizacional, embora seja forte a sua influência no projeto, como é evidente.

Quanto às consequências psicológicas da crise, a sua profundidade e gravidade e a durabilidade dos seus efeitos parecem-me evidentes. A crise fez ressurgir velhos ressentimentos históricos, em especial os que radicam na Segunda Guerra Mundial: apesar de iniludivelmente democrática, a Alemanha é frequentemente diabolizada por políticos, intelectuais, comentadores e OCS, tanto mais que é da tática elementar tentar mascarar os erros próprios com um bode expiatório externo; e as suásticas inundam as paredes de várias regiões. Por outro lado, tornam-se frequentes as manifestações de enfado e de uma mal contida arrogância de políticos responsáveis em relação aos países em dificuldades. Em consequência, está em causa a coesão da UE, indispensável a um projeto consistente. E, por outro lado, as sondagens vêm revelando, desde a crise, uma notória diminuição do entusiasmo das populações pelo projeto europeu e crescente rejeição da estratégia furtiva que tem sido seguida na sua concretização.

Em face deste quadro geral esboçado, admito que, a prazo, se venha a pôr o dilema de salvar o euro ou o projeto europeu. O aparecimento progressivo, na área euro e em especial nos países de economias em crise, de moedas de circulação em economias locais, num como que processo de medievalização, constitui mais um forte indício da doença que está a minar o sistema. E Portugal poderá vir a sair do euro ou por decisão própria, ou por exclusão ou por implosão, total ou parcial, do sistema. Esta eventualidade, perigosa e de grande relevância estratégica, deveria, evidentemente ser objeto de estudo e acompanhamento por um governo previdente.

### *Estratégia Militar*

O efeito de rede tornou-se, naturalmente, extensível ao fenómeno bélico, dando origem às teorias da chamada “guerra centrada em rede”, ou, de forma menos ambiciosa, de “operações militares centradas em rede”, desenvolvidas pelo Departamento de Defesa dos EUA e das quais, com mais prudência, se tem vindo a tentar uma adaptação à NATO. Não me deterei na análise dessas teorias, por razões de economia deste trabalho e porque existe um bom texto em português, acessível aos interessados, além, evidentemente, dos contidos em publicações militares. Limitar-me-ei a apontar, para o leitor comum, algumas linhas de força dessas teorias e as principais exigências decorrentes, e tendo presentes as considerações gerais formuladas anteriormente o que significa que, no domínio bélico, a sociedade informacional se reflete na estratégia genética, na estrutural e na operacional.

As TIC impregnam, de forma crescente: todos os sistemas de armas, de terra, mar e ar e, de um modo geral, a maior parte dos equipamentos militares (um avião, um navio, um carro de combate, um soldado combatente, etc. são, essencialmente, pla-

taformas móveis, cujo valor potencial se mede pela capacidade de obtenção ou captação, processamento, interpretação e difusão de informação que incorporam); os órgãos de comando e controlo (QG, PC, etc.); os sistemas de aquisição de objetivos, incluindo os de interceção de comunicações, baseados em terra, no mar ou no ar; os sistemas de vigilância do campo de batalha; os sistemas de forças de qualquer natureza; os sistemas de informações e de transmissões. Trata-se, no fundo, de integrar e articular em rede todos estes sistemas (C4IRS), independentemente do ramo das forças armadas a que pertençam, de forma a aumentar as capacidades e a melhorar a eficácia do vetor militar. Como é natural, estas teorias põem em causa muita da doutrina militar que vigorou durante a sociedade industrial. Pressupõem uma enorme abundância de sensores, de variada tipologia, e incorporados em equipamentos e plataformas variadas, por forma a melhorar-se exponencialmente a capacidade de aquisição de objetivos e consequentemente do sistema de informações, sob quaisquer condições de visibilidade ou atmosféricas, abundância essa facilitada pelo custo decrescente desses sensores; uma poderosa, fiável, segura e altamente flexível estrutura de transmissões e de processamento e difusão de informações (designada por “info-estrutura”), de modo a garantir o livre fluxo da informação, ao longo de todo o sistema e subsistemas, com sacrifício do princípio clássico da difusão “segundo a necessidade de conhecer”; forças altamente móveis, dotadas de elevado poder de fogo, e capazes de, a partir de posições dispersas, se concentrarem, rápida, sincronizada e furtivamente, se possível, sobre um objetivo remunerador, apoiadas por fogos oriundos de plataformas diversas, eventualmente distantes e independentemente dos ramos das forças armadas; uma nova conceção do comando, que, a bem da oportunidade e eficácia, admite, mediante prévia coordenação, a ultrapassagem de escalões de comando e exige um exercício do comando que assegure um ritmo operacional elevado, dinâmico agressivo. Em termos geométricos, trata-se de uma guerra em superfície, com abandono do conceito clássico da continuidade da linha da frente, assegurada por forças, fogos e obstáculos, e a sua substituição por um dispositivo de forças dispersas, em largura e profundidade, e com limites menos rígidos e limitativos que no passado.

Como referido, as operações centradas em rede dependem, como condição *sine qua non*, da colaboração e do fluxo e partilha da informação no seio da rede, o que coloca desafios e exigências enormes aos sistemas de transmissões e à “info-estrutura”. Não os abordaremos, evidentemente. Mas salientamos que, para além dos problemas de ordem técnica, há, pelo menos, três questões específicas que podem comprometer o conceito: num sistema de livre fluxo, o problema das medidas e instrumentos a criar para impedir o excesso ou sobrecarga de informação; idem, no que respeita à garantia da segurança e segredo das operações; e o problema da interoperabilidade, não só em operações conjuntas, mas especialmente em operações combinadas.

A título de curiosidade, refiro que a estrutura conceptual da estratégia operacional das operações centradas em rede se assemelha, quanto a dispositivo de forças, liberdade de ação, capacidade de iniciativa e princípios operacionais aos que aplicámos na Guerra do Ultramar, evidentemente (e infelizmente) sem os meios presupostos naquelas novas doutrinas.

Além das que já estão em curso, admitem-se novas e mais profundas alterações na genética dos equipamentos militares, em todos os ramos, com o desaparecimento ou forte desvalorização de certos tipos de aviões e a proliferação de UAV, bem como o de certos navios, dos carros de combate pesados, da artilharia clássica, etc.

### Referências bibliográficas

- Aron, Raymond (1962). *Dix-huit Leçons sur la Société Industrielle*. Paris: Gallimard.
- Arquilla, John e David Ronfeldt (2002). *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime and Militancy*. Santa Monica: RAND Corporation.
- Barney, Darin (2004). *The Network Society*. Cambridge: Polity Press.
- Bell, Daniel (1976). *The Coming of Post-Industrial Society*. New York: Basic Books.
- Brzezinsky, Zbigniew (1970). *La Era Tecnocrónica*. Buenos Aires: Ed. Paidós.
- Calhoun, Craig (2007). *Nations Matter: Culture, History and the Cosmopolitan Dream*. New York: Routledge.
- Castells, Manuel (2002 [2006]). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2003 [1997]). *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2003 [1998]). *O Fim do Milénio*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- Castells, Manuel e Gustavo Cardoso (eds.) (2005). *The Network Society: From Knowledge to Policy*. Washington: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations.
- French, Kenneth *et al.* (eds.) (2010). *The Squam Lake Report: Fixing the Financial System*. Princeton: Princeton University Press.
- Friedman, George (2012 [2011]). *A Próxima Década*. Lisboa: D. Quixote.
- Friedman, Thomas (2000 [1999]). *Para Compreender a Globalização: O Lexus e a Oliveira*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Muraisé, Eric (1964). *Introduction à la Histoire Militaire*. Paris: C. Lavanzelle.
- Pessoa, Fernando (1979). *Sobre Portugal* (Introdução e organização de Joel Serrão). Lisboa: Ática.

Smith, Anthony (1995). *Nations and Nationalism in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.

Van Dijk, Jan (2006). *The Network Society*. (2ª Ed.). London: Sage.

Vicente, João (2007). *Guerra em Rede: Portugal e a Transformação da NATO*. Lisboa: Prefácio.

Webster, Frank (2006). *Theories of the Information Society* (3.ª Ed.). London: Routledge.

### **Documentos eletrônicos**

Alberts, David e Daniel Papp (1997). *Information Age Anthology* (volume I). Disponível em <http://www.ndu.inss/ccrp-publication-series>.

Alberts, Daniel *et al.* (2003). *Understanding Information Age Warfare*. Disponível em <http://www.ndu.inss/ccrp-publication-series>.

Crozier, Michael (s.d.). *The Network Society Thesis: Theoretical Adequacy and Research Possibilities*. Disponível em <http://citeserx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.5457&rep=rep1&type=pdf>.

Davis, Jim (2002). *Networks and Globalisation*. Disponível em <http://www.gocatgo.com/jdav.html>.

Nayef Al-Rodhan e Gérard Stoudmann. (2006). *Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition*. Disponível em <http://www.sustainablehistory.com/articles/definitions-of-globalization.pdf>.

Novak, Thomas (2001). *A Critical Examination of the "Network Society"*. Disponível em <http://www.timnovak.org/uploads/critical-examinat-proofed.pdf>

Silbaugh, Eric (2005). *Network-Centric Operations. Promise, Chimera and Achilles Heel*. Disponível em <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/acsc/silbaugh-pdf>.

Van Dijk, Jan (2001). *The One Dimensional Network Society of Manuel Castells*. Disponível em <http://www.thechronicledemon.co.uk/archive/castells.html>.

# A Era da Informação: O Paraíso da Estratégia e dos Ambientes de Caos

José Alberto Loureiro dos Santos

*General (R)*

*Em homenagem ao meu Mestre e Amigo,  
Tenente-General Abel Cabral Couto*

## **Resumo**

Neste artigo argumenta-se que a capacidade de transmitir percepções aos potenciais aliados e/ou adversários, e às opiniões públicas em geral, através da informação posta a circular nas plataformas proporcionadas pelos espaços virtuais, multiplicou os atores com pretensões a disputar recursos e alcançar objetivos que noutras circunstâncias nunca teriam qualquer hipótese de ambicionar. A Era da informação transformou o mundo num paraíso da estratégia, onde pululam os atores dos mais diversos tipos e naturezas e com poder mais diferenciado.

## **Abstract**

*In this article it is argued that the capability to communicate perceptions to potential allies and/or adversaries and the public opinion through information putted in cyberspace, multiplied the number of actors with ambitions concerning resource's disputes and goals that in other circumstances wouldn't be possible to achieve. The information Era transformed the world in a strategy's paradise, full of different types of actors with differentiated power.*

Não esqueci o ponto relevante para que o meu professor de Estratégia no Curso de Estado-Maior (o então major Abel Cabral Couto) chamava a atenção como elemento tipificador de um acontecimento de natureza estratégica – ter um efeito significativo na alteração da relação de forças em presença. Nem de um dos exemplos com que Abel Couto ilustrava o que pretendia transmitir: um pelotão de infantaria, cuja atuação normal se circunscreve ao domínio tático, poderá produzir efeitos estratégicos de grande monta, no caso de, no contexto de uma guerra subversiva, ver denunciada a sua presença num país vizinho (formalmente neutro mas de facto apoiante da subversão) e ela for difundida pública e internacionalmente pelos mais importantes órgãos de comunicação social.

À luz deste enquadramento caracterizador das ações com impacte estratégico, a Era da informação veio transformar pequenos acontecimentos que não teriam qualquer significado no âmbito de uma competição ou conflito, mesmo que dele resultassem consequências táticas de envergadura, em operações de grande alcance quanto ao posicionamento relativo dos atores envolvidos. Tem mesmo condições para transformar um grupo, uma equipa ou somente um indivíduo, fazendo-os alçar à condição de atores com capacidade de promoverem alterações de grande dimensão no “campo de batalha”, entendido como palco daquilo a que Clausewitz chama “um jogo de incerteza e acaso, um ato de racionalidade pura e um confronto de ódios e de paixões” (numa versão adaptada da sua famosa definição trinitária de guerra).

A capacidade de transmitir perceções aos potenciais aliados e/ou adversários, e às opiniões públicas em geral, através da informação posta a circular nas plataformas proporcionadas pelos espaços virtuais (particularmente no campo mediático exponeciado pela omnipresença do ciberespaço), a noção de que se encontram perante realidades que podem condicionar o seu comportamento e obrigá-los a tomar atitudes e desencadear a preparação ou a concretização de medidas que até os podem prejudicar mas que se veem forçados a adotar, esta capacidade multiplicou os atores com pretensões a disputar recursos e alcançar objetivos que noutras circunstâncias nunca teriam qualquer hipótese de ambicionar.

Na nossa época, todo o enfrentamento entre atores é sempre potencialmente global, uma vez que a era da informação transmitiu a uma competição ou conflito que começa por se desenvolver num espaço geográfico limitado – em terra, no mar ou no ar – a possibilidade de adquirir as características de globalidade, na medida em que os transfere – a competição ou o conflito (armado ou desarmado) – para os teatros de operações globais próprios desta nova forma de “fazer a guerra” (teatros de operações espacial, ciberespacial e mediático).

A permanência obsessiva da informação nas plataformas por onde circula ganha particular importância e consegue efeitos especialmente poderosos na medida em que as sociedades modernas se tornaram extremamente vulneráveis a atos de vio-

lência de reduzida complexidade e baixo custo, proporcionados pelo fácil acesso a materiais baratos e de uso corrente. Sendo organizadas em rede, na sua esmagadora maioria dependentes de estruturas e instrumentos digitalizados comandados por computadores, as sociedades da idade da informação ficam muito sensíveis a acidentes técnicos resultantes de falhas dos sistemas em que se estruturam, mas que também podem ser intencionalmente provocados por outros atores, mesmo militarmente muito fracos, produzindo efeitos absolutamente devastadores.

Uma vez que as infraestruturas críticas sustentam na prática todas as atividades que garantem o funcionamento das sociedades modernas (sistemas financeiro, de comunicações, energético, de saúde, redes de transporte e de distribuição, administração pública – governo, organizações militares, etc., grandes empresas, complexos de produção e difusão do conhecimento, etc.), a sua paralisação encontra-se ao alcance de atores individuais ou de pequenas equipas, impulsionadas por razões de natureza ideológica, política, religiosa ou até criminosa. O extremismo militante, com pretensões messiânicas e visões de poder que têm normalmente como objetivo o regresso a situações mitificadas que ressoam de épocas históricas remotas, aumenta a frequência destas situações.

A associação de atentados terroristas a iniciativas deste tipo, combinada com o impacto da informação global e permanente que os dão a conhecer *urbi et orbi* tornou-se numa ferramenta (preciosa) permanentemente disponível a qualquer perturbador inserido num grupo político-ideológico organizado para o combate que vise atingir posições de poder ou, no mínimo, enfraquecer quem as detêm. Mas também a um simples indivíduo (um “lobo solitário”) inspirado por ideias que muitas vezes colhe da intensa e permanente difusão mediática, ou então de líderes carismáticos ou doutrinas aliciantes ou organizações estruturadas e militantes, e mobilizado para o uso da força com a finalidade de contribuir de modo expressivo para alcançar os objetivos pelos quais se dispôs a combater, ou simplesmente impressionar as opiniões públicas pelo impacto estratégico global que poderá conseguir, no sentido de aderirem aos ideais que professa.

Com a pulverização de atores, desde o indivíduo ao Estado, visando fins políticos ou criminosos, de cujos atos resultam perceções sobre a realidade das relações de forças com repercussão global, a Era da informação apresenta-se como um verdadeiro paraíso da estratégia. Aparentemente quase não existem ações que sejam obrigadas a confinar-se à dimensão tática. Todas elas poderão produzir efeitos estratégicos, e muitas delas conseguem obtê-los.

Por outro lado, na idade da informação não existem confrontos que se limitem ao quadro tradicional do que ocorria antes dela, caracterizado por “forças amigas, forças inimigas, aliados e neutros”.

O confronto típico da era da informação caracteriza-se por desenvolvimentos que se vão processando num quadro intrincado e dificilmente discernível e num ce-

nário de luzes e sombras onde aquilo que percebemos raramente corresponde à realidade, que é apresentada de forma dissimulada, disfarçada, ofuscada e frequentemente distorcida no sentido que interessa a quem a promove, como já aconselhava Sun Tzu. Agora, os posicionamentos relativamente estáveis e prolongados próprios dos períodos anteriores ao nosso tempo surgem e modificam-se constante e sucessivamente, muitas vezes alternando de máscara, e são acompanhados pelo frequente aparecimento de novos figurantes que adotam idênticos procedimentos.

Ou seja, na atualidade tornou-se muito pouco provável que os confrontos sejam conduzidos apenas entre dois atores, embora possam começar por ser desencadeados somente por dois atores. É mesmo difícil que se mantenham com dois atores principais, cada um deles tirando partido a seu favor dos atos de uma multidão de atores secundários que o apoiem intencionalmente ou lhe sejam favoráveis objetivamente, embora procurando conseguir vantagens específicas e independentes, como se tentassem, e muitas vezes conseguissem, que o confronto não se reduzisse ao choque entre dois sistemas solares em que os atores principais representassem o papel de estrela de cada um e os restantes fossem os respetivos planetas satélites. Os espaços de operações, tanto os reais (geográficos) como os virtuais (mediático e ciberespacial) ficam povoados de inúmeros protagonistas, relativamente a muitos dos quais mal se distinguem as intenções e os objetivos que tornam extremamente difícil, por vezes impossível, clarificar as situações e desvendar os futuros possíveis, nem mesmo (com frequência) os futuros para eles desejáveis. Atores constituídos com base no apelo às identidades primitivas, como as religiosas e as étnicas, onde as pessoas se refugiam e acastelam, ou reunindo opções políticas específicas, todos lutando pela sua sobrevivência ou expansão, o que gera fraturas profundas nos países, nas regiões e nos próprios núcleos urbanos, criando espaços e grupos em combate, muitas vezes com alianças cruzadas com outros atores próximos ou longínquos interessados na sua vitória incluindo organizações criminosas que dela tirem proveito, dos quais recebem apoio e a quem ajudam na obtenção de objetivos que lhes interessam, muitos deles comuns.

Lutando sem respeito por quaisquer normativos internacionalmente aceites (não falando daqueles que serão moralmente condenáveis), instala-se uma situação de guerra selvagem sem quaisquer regras – uma situação de “fim de todas as guerras e de guerra sem fim”, na feliz e bem esclarecedora expressão com que Eduardo Lourenço, na última edição da sua importante obra *Os Militares e o Poder*, titula o texto acrescentado aos restantes já anteriormente publicados, em que interpreta a nossa época em termos de conflitualidade.

Criam-se situações de caos, em que é permitido tudo o que não seja sancionado, mesmo aos atores institucionalmente reconhecidos (principalmente Estados) mais poderosos que se assumem como os principais produtores e supremos guardiães

da lei e da ordem internacional, considerando-se acima dessa mesma lei e agindo como justiceiros implacáveis daquilo que ameaça os seus interesses, como é o caso da utilização de *drones* em atividades de contraterrorismo. O que faz lembrar a liberdade de ação com que o pastor Giges cometeu atrocidades impunemente para chegar e manter-se como rei da Lídia, a coberto da invisibilidade que conseguia com um anel achado por si, lenda a propósito da qual, na República de Platão, se discute a afirmação de que os homens só agem com justiça se souberem que são sancionados se o não fizerem, isto é, o homem é um ser naturalmente egoísta e, por isso, injusto. Assim como os Estados, recorda-se, que agem sempre em função dos respetivos interesses.

Assim, na Era da informação, estaríamos perante um diferente tipo de guerras – as guerras do caos –, cujas características se afastam de todas as guerras que conhecemos ao longo de todo o percurso histórico anterior a este novo período do modo como se faz a guerra, e fazem recordar as lutas entre bandos ou hordas primitivas que ocorriam nas épocas mais remotas da História.

Neste nosso tempo, os conflitos armados assumiram contornos nunca antes vislumbrados, extremamente complexos, muito exigentes em termos da multiplicidade dos atores envolvidos, das estratégias utilizadas, e das necessidades (e dificuldades) do exercício do seu comando e direção, tal como demonstram António Telo e Lemos Pires no seu recente e importante trabalho *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação*.

Para concluir, poderá afirmar-se que a Era da informação transformou o mundo num paraíso da estratégia, onde pululam os atores dos mais diversos tipos e naturezas e com poder mais diferenciado (desde as maiores potências militares até a indivíduos inspirados, fanáticos e dispostos a morrer pelas suas causas), cujos objetivos se configuram com as mais variadas formas e visam as mais diferentes finalidades e intenções, onde são utilizados os instrumentos e meios técnicos mais comuns mas também os mais inusitados, em ambientes de autêntico caos. Tudo mergulhado num oceano de informação que é utilizada por cada um dos atores para emitir e formar as percepções geradoras das realidades que lhe sejam mais convenientes, perante as quais todos agem e reagem, cada um defendendo os respetivos interesses, com muitos a afogar-se, e com quem dela souber tirar partido a ter bem mais probabilidades de se salvar.

# A Criatividade Estratégica da *al-Qaeda*

Felipe Pathé Duarte

*Investigador no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa. Membro da direção e porta-voz do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT).*

## Resumo

A dificuldade de ação do comando central perante as várias medidas associadas à “Guerra Global ao Terrorismo”, levou à simultânea descentralização e desterritorialização estrutural da *al-Qaeda*. O comando foi perdendo proeminência. Todavia, para uma efetiva consecução da vitória, a aplicação coletiva da força jihadista deverá ser orquestrada.

Quando a ação parte do comando central ainda se garante a transmissão certa da mensagem operacional e estratégica. Com a decapitação das cúpulas e o quase ruir da estrutura central, esta dinâmica tornou-se quase impossível. Ainda assim, a *al-Qaeda* mantém-se operacional e uma ameaça. Se a orquestração operacional depender de uma estrutura de cadeia de comando e controlo aumenta o grau de vulnerabilidade da organização. Mas a descentralização e a liberalização da jihad global dificultam a coordenação com prioridades estratégicas e impedem ações resultantes de boa aplicação de sinergias, como por exemplo, ataques em larga escala.

Este artigo procura compreender de que forma é que a *al-Qaeda* mantém a uniformidade da ação armada jihadista, não obstante a ausência de uma estrutura que conceba uma doutrina militar.

## Abstract

The “Global War on Terrorism” restricted the operational control of the *al-Qaeda*’s Central Command. Since then, we have been witnessing a structural decentralization and “deterritorialization”. The Central Command lost preeminence. However, for an effective jihadi victory, there should be an orchestrated application of the force.

When the armed action comes directly from the central chain of command, the operation still has the correct strategic and operational message. After the structural decapitation of the command, and the collapse of the central structure, this dynamical became almost impossible. Even though, remains operative, and a threat.

On the one hand, if the operational dimension lays on a chain of command and control, it will increase the vulnerability of the structure. On the other, decentralization and liberalization of global jihad hampers coordination with strategic priorities, and effective armed actions.

This article aims to identify the way how *al-Qaeda* maintains a standardization of the armed action, notwithstanding the absence of a real structure of command and control that conceives and applies a military doctrine.

### **Enquadramento: A Fluidez de um Sistema**

Neste últimos anos indivíduos ou pequenas células têm vindo a agir em nome da *al-Qaeda*, a estrutura que melhor catalisa e maximiza a militância no jihadismo global. Porém parecem não ter qualquer relação com o comando central, ou sequer com os grupos afiliados a esta estrutura. Esta é uma a terceira forma de *al-Qaeda* que se assume pela dimensão ideológica e que, através de um mimetismo operacional, ganha forma. Passamos a explicar.

Volvidos doze anos desde os ataques de 11 de setembro, a estrutura criada por Bin Laden insiste numa linha de ação multiforme que depende de três “centros de gravidade”<sup>1</sup> simultâneos. E, à semelhança da água que pode ter três estados (líquido, sólido e gasoso) a *al-Qaeda*, surgida em meados da década de 1990, reificou-se em três formas correspondentes a três tipos de “centro de gravidade”<sup>2</sup>: uma central, outra periférica e, por fim, outra inspiradora.

A primeira manifesta-se numa estrutura dependente de um comando central. Está na génese da organização, e ainda hoje permanece ativa. A segunda manifesta-se reticularmente, em filiações regionais quase sempre pré-existentes à estruturação da *al-Qaeda*. A última manifesta-se naqueles que, sem qualquer tipo de ligação ao primeiro ou ao segundo tipo de estrutura, bebem da ideologia qaedista e em nome dela agem sem planeamento ou indicação do comando central ou de outro comando “regional”.

A *al-Qaeda* central, cuja estrutura advém do período pré-11 de setembro, tem uma cadeia de comando bem definida e como espaço geográfico a zona que compreende a fronteira do Paquistão com o Afeganistão. A segunda forma de existência compreende as organizações jihadistas, de âmbito local e regional, associadas e afiliadas à *al-Qaeda*. Como terceira forma há que considerar a inspiração ideológica

---

1 “Centro de Gravidade” é um conceito atribuído a Carl von Clausewitz e que nasce da ideia de *Schwerpunkt*, que significa literalmente “foco de esforço”. Mas note-se que o prussiano jamais utilizou este conceito na sua obra. Porém a ideia de *Schwerpunkt* foi utilizada em diversas ocasiões ao longo de *Vom Kriege*. No livro VIII, Clausewitz refere que em países com guerras internas o *Schwerpunkt* seria, normalmente, a capital do Estado. Em países pequenos que dependem de outros maiores é o exército do protetor, entre alianças o *Schwerpunkt* é a comunhão de interesses, em guerra de caráter popular é a opinião pública e a personalidade dos seus líderes. Segundo Clausewitz, é sobre o *Schwerpunkt* que, estrategicamente, todas as energias deverão ser canalizadas em ordem a neutralizar a ação das forças do inimigo, e prosseguir para a vitória final. A identificação do *Schwerpunkt* capacitaria o atacante a alcançar estes objetivos, pois, no fundo é o centro de todo o poder e do movimento, ou seja, do qual tudo depende (Clausewitz, 2008: pp. 428-432).

2 Por “centro de gravidade” entendemos o ponto cuja aniquilação representa para o inimigo a destruição do seu poder militar, político, económico, territorial e moral. Por outras palavras, representa o colapso total da estrutura defensiva e ofensiva do inimigo.

que desperta o fervor militante de quem nunca esteve ligado às duas primeiras manifestações. É inspiracional e ocupa o espaço virtual das novas tecnologias de informação, nomeadamente a internet. É aqui que perpassa a propaganda ideológica e que se forjam relações sem contacto físico entre indivíduos que partilham a mesma mundividência.

### **A Terceira Forma da *al-Qaeda*: O “Jihadismo de Natureza Autóctone”**

A terceira forma da *al-Qaeda*, que começou a ganhar proeminência na segunda metade da década de 2000, manifesta-se essencialmente em países ocidentais. Por um lado porque esta parece ser a melhor maneira de levar a cabo uma ação armada onde não há frentes de guerra jihadistas (como nos países onde se localizam as organizações afiliadas). E, por outro, porque somente a condição sociopolítica ocidental permite a incubação no seu seio de quem o quer destruir. Ou seja, para sobreviver a *al-Qaeda* sofreu mais um processo de adaptação à realidade. Houve como que “uma reconfiguração morfológica e fisiológica de reajustamento às funções que preenche e à hostilidade do ambiente em que se vê imersa” (Marques Guedes, 2007: 219). São militantes que agem por sua própria iniciativa, angariando os seus próprios fundos, obtendo por si o equipamento necessário e, por vezes, criando as suas próprias células. Este é o quadro maior em que deve ser lido o que se segue.

Aqui não há atores-chave, nem líderes operacionais com ligações ao comando central, a providenciar *safe-houses*, financiamento ou treino suficiente para uma operacionalidade bem-sucedida. Há apenas uma identidade coletiva mobilizadora que, mesmo não partilhando a totalidade ideológica, emerge tipo comunidade epistémica “contra-hegemónica” virtual. As clivagens mantêm-se e as agendas locais também, todavia as divergências fundem-se no combate a um adversário comum. Note-se que a coordenação nesta terceira forma de *al-Qaeda* não vem de nenhum comando central, surge espontaneamente. É por aqui que, associada a uma radicalização islâmica de carácter violento que se tem vindo a sentir nos EUA e na Europa, nasce o “jihadismo de natureza autóctone”. É um tipo de ação armada que é levada a cabo por atores individuais ou grupos que vivem e estão estabelecidos nesses países e que são inspirados ou motivados pela ideologia do jihadismo global. No espaço europeu, uma grande parte dos atores que perpetram o “jihadismo de natureza autóctone” provém de comunidades socialmente marginalizadas. Contudo, este tipo de situação já não se verifica tanto nos EUA, por exemplo. Na Europa tendem a ser porosos à radicalização e à *jihad*, exilados radicais e jovens migrantes muçulmanos de segunda e terceira geração que vivem numa espécie de limbo identitário. O islamismo e a sua forma mais radical de ação, o jihadismo global, não deixam de ser uma pílula antialienante para estes jovens muçulmanos. Estes,

desenraizados por não se sentirem culturalmente próximos dos países da origem familiar e por não se reconhecerem nos países de acolhimento, tornam-se permeáveis a uma doutrina que lhes fornece uma realidade empacotada. É-lhes dada uma identidade e uma noção de pertença.

No caso norte-americano a situação é ligeiramente diferente, uma vez que os atores desta terceira forma de *al-Qaeda* estão melhor integrados na sociedade. Advém das mais diversas condições socioeconómicas, variam em idade, etnicidade e habilitações. Muitos, contrariamente ao caso europeu, nem sequer têm registo criminal. Note-se porém que em ambos os casos o processo de conversão, radicalização e consequente ação armada, varia individualmente. Torna-se difícil estabelecer um padrão. Além disso, apenas um pequeno número de radicalizados dá o salto para a ação armada (Bokhari *et al.*, 2006; Duarte, 2010; Emmerson, 2009; Nesser, 2008; Precht, 2007; Roy, 2008; Vidino, 2006).

### **Características Operacionais**

O nível operacional dos vários grupos ou atores individuais que agem inseridos nesta terceira forma de *al-Qaeda* é variável. Nem todos têm a mesma capacidade financeira ou experiência militar. Com efeito, uma grande parte das ações armadas tem sido abortada pelas forças e serviços de segurança ainda em fase de planeamento. Outras, por eventual falta de financiamento ou experiência militar, acabam por não ser levadas a bom porto pelos operacionais. Porém, isso pouco importa para a dimensão propagandística. Aliás, a estrutura central da *al-Qaeda* parece reconhecer que este tipo de ataques em solo ocidental não precisa de sucesso operacional para se efetivarem e terem as repercussões desejadas.

Nos EUA, entre 2001 e 2008, houve 21 ataques falhados ou bem-sucedidos de “natureza autóctone”. Mas, entre maio de 2009 e outubro de 2011, foram registados 32 ataques falhados ou bem-sucedidos em solo norte-americano (Kurzman, 2012). É assim fácil concluir que a partir de 2008 este tipo de ação tem vindo a ser uma perigosa tendência. Já no espaço Europeu, através dos relatórios anuais sobre terrorismo na União Europeia produzidos pela Europol, pode ver-se que entre 2006 e 2011 houve apenas nove ataques falhados ou bem-sucedidos e, sob acusação de ligação a ações armadas em nome da *al-Qaeda*, foram presos 1056 militantes (TE-SAT, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012). Perante estes factos, permitimo-nos então afirmar que o “jihadismo de natureza autóctone” é o tipo de ação que tende a caracterizar esta terceira forma de *al-Qaeda*.

Para além da gestação da radicalização se processar em território onde é levada a cabo a ação, ainda há mais quatro grandes características que nos permitem identificar uma ação como sendo fruto do “jihadismo natureza autóctone”. Falamos então da importância crucial do elo ideológico que os une – o jihadismo global;

do uso da internet como forma de comunicação; do papel das redes sociais como forma de radicalização e de gatilho para ação armada; e, por último, da atuação em pequenos grupos ou individualmente.

A ideologia do jihadismo global surge como o elemento comum dos diversos grupos e atores individuais. Há neste caso um claro esmiuçar da narrativa da guerra do mundo ocidental contra o Islão, passando a cada potencial jihadista um sentimento de proteção da *Ummah* (comunidade muçulmana) e de pertença ao topo da espada de um movimento global. É uma mensagem que se adequa com facilidade às frustrações e ao extremismo de vários muçulmanos a viver em países ocidentais, acabando por uni-los em prol de uma causa comum. Esta mensagem favorece uma realidade empacotada, fundamental para recrutamento de jovens não inseridos socialmente, como acontece no caso europeu. Mas muitos deles estão mais focados na mensagem da guerra do Ocidente contra o Islão, do que nos elementos doutrinários passados pelos ideólogos do jihadismo global. Contudo, a projeção de forças ocidentais em países de maioria muçulmana vem corroborar esta mensagem.

Para além de ferramenta essencial para recrutamento de todo o tipo de potenciais militantes, a ideologia também tem servido como fio condutor ao nível do planeamento operacional. Esta vertente também depende da ideologia, que prova ser suficientemente persuasiva para inspirar ataques aos mais variados alvos, civis ou militares (Pregulman e Burke, 2012).

A dependência da internet como forma de comunicação é crucial. Em primeiro porque desempenha um importante papel na disseminação ideológica. E em segundo porque também serve como base de coordenação, facilitação e apoio de ações armadas. Há ainda que chamar a atenção para o papel das redes sociais da internet que acabam por substituir as redes físicas. Plataformas virtuais como as contas de *email*, blogs, fóruns e *softwares* que disponibilizam vídeos *online* ou que permitem a comunicação por voz e imagem em tempo real, têm sido os grandes instrumentos daqueles que procuram juntar-se à militância e levar a cabo ações armadas internamente. O acesso fácil à internet e a disponibilidade de informação permite que qualquer indivíduo chegue à mensagem jihadista, se assim o entender, de uma forma individual e de difícil deteção. Por ora é de referir que apenas a disponibilidade *online* de propaganda, seja através de sermões jihadistas em inglês, seja através de folhetins, tem sido o elo entre vários potenciais jihadistas.

Além disso, a internet também tem sido usada para apoio e planeamento operacional, bem como para treino “virtual”. No que diz respeito ao planeamento operacional, lembramos, a título de exemplo, que o bombista de Times Square, Faisal Shahzad<sup>3</sup>, usou imagens de vídeo em tempo real da praça, disponíveis na internet,

---

3 Aludimos ao atentado em maio de 2010, em Times Square, Nova Iorque, feito sob os auspícios dos paquistaneses Tehrik-i-Taliban. Cf. US blames Pakistani Taliban for Times Square bomb

para apanhar na explosão o maior número de transeuntes. Embora sem grande sucesso operacional, o treino “virtual” surge como resposta à impossibilidade de treino presencial nos campos entre o Afeganistão e o Paquistão, fruto da monitorização de viagens de potenciais jihadistas. Lembramos também que a revista *online* de língua inglesa *Inspire* cumpre a tarefa de treino “virtual” eficazmente, ensinando, por exemplo, com uma forte carga imagética, como fazer uma bomba numa cozinha ou ainda como se deve rentabilizar uma espingarda automática AK-47.

A dependência das redes sociais físicas acaba também por ser uma característica do jihadismo de “natureza autóctone”. Intermediários com ligações, mesmo que ténues, às duas primeiras formas de *al-Qaeda*, têm funcionado como uma espécie de mobilizadores e facilitadores, acelerando o processo entre a radicalização e a ação armada. Muitos deles, dominando a língua local, acedem com facilidade a algumas comunidades islâmicas, podendo, entre os seguidores, transmitir a mensagem da *jihad* global, motivando assim à ação armada (Prech, 2007: 53-56). Outros podem ainda agir como “caça-talentos”, ou seja, identificam e assistem indivíduos que já tenham sido radicalizados. Alguns líderes de comunidades islâmicas na Europa, como Abu Hamza al-Masri, Abu Qatada al-Filistani ou Omar Bakri preenchiavam estes requisitos<sup>4</sup>. Contudo, eles não instigavam ataques no território que lhes fosse anfitrião.

Podemos sim dar como exemplo o caso da comunidade somali do Minnesota, EUA, cujas mesquitas são utilizadas por “caça-talentos” do *al-Shabab* (Nelson e Bodurian, 2010). Há também o caso de Colleen LaRose, mais conhecida mediaticamente por “*Jihad Jane*”, uma norte-americana convertida ao Islão que se associou a um intermediário jihadista depois de ter manifestado o seu interesse em se tornar uma *shaheed* (mártir suicida). Foi presa em 2010 por apoio e recrutamento para a *jihad* global e também por estar envolvida na tentativa de assassinato de um cidadão sueco que caricaturou a figura de Mohammed.

A quarta característica tem a ver com facto do “jihadismo de natureza autóctone” ser levado a cabo por pequenos grupos ou individualmente. Neste caso, temos então os entusiastas e os que efetivam a ação armada. Aos primeiros o analista norte-americano Jarret Brachman classifica-os como *jihobbyists*, isto é, indivíduos

---

plot”. *The Washington Post*, May 10, 2010.

4 Omar Bakri Mohammed (n. 1958), de origem síria, foi desde Londres que se tornou um dos clérigos radicais mais conhecidos do islamismo. Tanto Abu Hamza al-Masri (n. 1958) como Abu Qatada al-Filistani (n. 1959) são tidos como sendo dos principais ideólogos que, nas mesquitas de Londres da década de 1990, sobretudo na famigerada mesquita de Finsbury Park, ajudaram a forjar a doutrina do salafismo-jihadista. Deram suporte teológico a ações jihadistas violentas, nomeadamente no que diz respeito à morte propositada de civis, como foi o caso do Group Islamique Armée (GIA) na Argélia. Publicaram diversos escritos que se tornaram célebres entre a comunidade jihadista.

que se interessam e seguem as movimentações da primeira e segunda forma de *al-Qaeda*, mas sem qualquer tipo de ligação ao comando central ou a grupos afiliados. Para Brachman é muito pouco provável que este tipo de militantes venha a desempenhar alguma ação que apoie diretamente a *al-Qaeda* e movimentos associados (Brachman, 2009). No fundo, são militantes que têm como *hobby* a *jihād* e que levam a cabo a sua participação indireta através do seu computador: alojando *websites*, editando vídeos propagandísticos e publicações *online*, compilando e disponibilizando sermões e discursos de líderes... É sobretudo através deles que a ideia de *al-Qaeda* se mantém dinâmica e mobilizadora. Os *jihobbyists* têm um papel fundamental na *jihād* de “natureza autóctone”, sustentam a plataforma virtual que une os pequenos grupos e os indivíduos que procuram a ação armada – “[*jihobbyists*] servem para aculturar praticantes na mentalidade *jihādista*, porque estes indivíduos passam a ter relações diretas com outros, aumentando assim a pressão entre os seus pares, geralmente empurrando o compromisso para com o movimento *jihādista*”<sup>5</sup> (Brachman, 2009: 19).

Estimulados então pelos *jihobbyists*, que contribuem para a ideia de uma subversão global em nome da *al-Qaeda*, está então o “subconjunto” que a maioria dos especialistas em contraterrorismo apelida de “lobos solitários”, que podem, ou não, atuar em grupo. Por “lobos solitários” consideramos apenas aqueles indivíduos (ou pequenas células de indivíduos) que, em nome de uma ideologia, neste caso o *jihadismo* global, perpetram ações armadas contra concidadãos, mormente civis, de países ocidentais. Esta forma de ação armada é caracterizada por um certo isolamento operacional. Neles não se conhece qualquer tipo de relação direta nem com o comando central, nem com as afiliadas regionais. Destas duas últimas formas apenas retiram inspiração e orientação. Isto é, funcionam como “guiões” doutrinários e modelos genéricos de comportamento, seja pela disseminação propagandística seja pelo mimetismo operacional.

### **A Criatividade Estratégica**

Pese embora o facto de não terem partido de uma cadeia de comando e controlo, os ataques do “*jihadismo* de natureza autóctone” parecem demonstrar uma determinada unicidade, tanto ao nível ideológico como ao nível tático. Ou seja, a ausência de uma estrutura formal não impediu que os preceitos ideológicos e estratégicos fossem levados a cabo.

Já aludimos à dimensão ideológica, cuja comunicação perpassa por “guiões” doutrinários da liderança, e à dimensão operacional, cuja comunicação poderá ocorrer

---

5 Tradução livre do autor. Optou-se pela não inserção dos textos, sejam eles originais ou traduções, por se considerar que a leitura do presente artigo se afiguraria mais densa.

por mimetismo. Para ambos os casos a novas tecnologias de comunicação revelam-se fundamentais, são veículos de transmissão da mensagem.

Porém, nesta análise ficamos então presos a dois topos – o fundamento no campo ideológico (ou grande estratégia) e no campo tático (ou operacional). Se assentarmos nesta perspectiva anuímos a ausência de uma estratégia militar que leve à correta aplicação da força armada. Mas esse é um facto ilusório, como veremos.

### **A Doutrina Militar Possível**

Repare-se que nos dois primeiros tipos de *al-Qaeda*, a central e a periférica, encontramos uma estrutura que pode moldar uma doutrina militar: seja pela cadeia de comando e controlo central; seja pela estrutura em rede espalhada geograficamente, mas que ainda depende operacionalmente da organização central (planeamento, *expertise* ou financiamento) ou que pode depender internamente de uma outra cadeia de comando e controlo de outra estrutura jihadista pré-existente. Contudo, nesta terceira forma, deparamo-nos com a ausência dessa mesma estrutura, logo com a ausência de líderes operacionais. Isto é, parece não haver uma doutrina militar sobre a melhor forma de aplicação da força armada. E, na verdade, se atendermos à história da *al-Qaeda*, ela nunca existiu no verdadeiro sentido da palavra. Pondo o problema de outra forma – nunca houve uma doutrina que uniformizasse a componente tática que visasse os objetivos estratégicos do jihadismo global. Nas primeiras duas formas de *al-Qaeda* essa lacuna é superada estruturalmente e através da presença de líderes operacionais ligados à organização central. Todavia, nesta última forma, a ausência de uma estrutura leva-nos a perguntar de que forma a *al-Qaeda* tenta ultrapassar esta lacuna. Sabemos pois que se trata de uma componente fundamental que afeta a combinação entre a ideologia (e vontade política) com a operacionalidade. Não é suficiente apenas a existência de uma componente ideológica que sirva de guia. E operacionalidade sem coordenação estratégica/doutrinal leva a “fugas” ideológicas e à perda de pragmatismo político.

É preciso o gizar de uma operacionalidade que catalise os ódios e estabeleça uma ponte com a grande estratégia (ou a componente ideológica). Por outras palavras, ódios poderão levar a rebeliões desorganizadas e a ideologia sem estratégia (e, neste caso, doutrina militar) a puras ações terroristas. Então, de que maneira é que a criatividade estratégica jihadista supera esta lacuna para uma útil aplicação das forças?

Até ao despertar global do jihadismo, antes do aparecimento da *al-Qaeda* em meados da década de 1990, não havia muitos registos de pensamento estratégico político-militar. Com efeito, para os *mujahedin* a estratégia tinha uma componente puramente religiosa. Contudo, depois do desencadear da “Guerra Global ao Ter-

rorismo”<sup>6</sup>, temos vindo a assistir ao estruturar de um pensamento estratégico jihadista de caráter mais pragmático, secular, em grande parte bebido de fontes não-islâmicas, e que passou por um escrutínio de falhas e erros cometidos anteriormente. Assim, na ausência de uma forma efetiva de comunicação, uma vez que a pressão da “Guerra Global ao Terrorismo” limitou essa possibilidade, a partir da segunda metade da década de 2000 começou então a assistir-se ao surgimento de uma comunidade de estratégias próximos à nebulosa que é a *al-Qaeda*. Esta comunidade publica em *think tanks* jihadistas virtuais e informais, como o *Tawhed*, ou publicações *online* ligadas à *al-Qaeda*, como a recente e já referida revista *Inspire* ou o já inexistente jornal *al-Ansar*.

As publicações proliferaram sobretudo depois da invasão do Afeganistão, quando deixou de haver campos de treino e portos seguros onde as intenções de aplicação da força militar da *al-Qaeda* eram facilmente passadas e bebidas. É também de referir que, atendendo ao desaparecimento de alguma liderança, este tipo de escritos surgiu como o fruto de competição entre os potenciais líderes. Isto é, eles publicam a sua visão estratégica para mais fonte de recrutamento e ganhar reputação e respeito como escolares entre os militantes (Brachman e McCants, 2006).

## Os Doutrinadores

### *Abu Ubayd al-Qurashi*

Destacamos, entre outras, as publicações de Abu Ubayd al-Qurashi, que percebeu a necessidade de uma estratégia coerente para a vitória do jihadismo global.<sup>7</sup> Nos seus trabalhos cita com frequência literatura militar ocidental, nomeadamente no que diz respeito a conceitos de guerra assimétrica. Refere-se com bastante frequência a autores que teorizam sobre subversão armada e outras formas de guerra não convencional como Robert Taber<sup>8</sup>, Mao Tse-Tung, William Lind e Thomas Hammes

---

6 Por “Guerra Global ao Terrorismo” entendemos a campanha lançada pelos EUA, sob a presidência de George W. Bush (n. 1946), com o apoio do Reino Unido, da NATO (*North Atlantic Treaty Organization* / Organização do Tratado do Atlântico Norte) e outros países. A campanha foi lançada em resposta ao 11 setembro de 2001 e os ataques tinham um objetivo declarado: eliminar o terrorismo internacional.

7 Abu Ubayd al-Qurashi é o pseudónimo de alguém que foi, com toda a certeza, um líder e estratega da *al-Qaeda*, além disso era próximo de Osama bin Laden. Os seus escritos versam sobre estratégia jihadista e sobre táticas de subversão armada. Desapareceu em 2004, pensa-se que terá morrido aquando da ocupação do Iraque (Brachman, 2009; MacCants, 2006; Stout, 2008; Zabel, 2007).

8 Referimo-nos ao clássico estudo sobre guerra de guerrilha, publicado em 1965, por Robert Taber, *The War of the Flea: The Classic Study of Guerrilla Warfare* (Taber, 1976).

(guerras de “Quarta-Geração”)<sup>9</sup> e até Carl von Clausewitz. Nele está bem patente a importância do poder mediático como ponto nodal do conflito, sendo que a vitória terá que ser mais mediática que militar, pois o apoio populacional da *Ummah* é crucial no desenrolar de uma guerra subversiva.

### *Abu Bakr al-Naji*

Num registo de continuidade temos Abu Bakr al-Naji.<sup>10</sup> Em 2004, sob este pseudónimo, foi escrito um importante texto intitulado *Idarat al-Tawahhush*, ou “Gestão da Barbárie: a fase mais crítica pela qual a *Ummah* passará”.<sup>11</sup> Este texto é um autêntico manual de configuração muito precisa. Estabelece os princípios de condução de uma guerra de guerrilha: a corrosão do inimigo e a necessidade de adesão da população à bandeira da rebelião, com vista ao estabelecimento de um Estado Islâmico. O autor vem muito da linha de al-Qurashi, privilegiando na subversão armada a ação de guerrilha em terrenos geograficamente favoráveis ao combatente subversivo.

Note-se que tanto al-Naji como al-Qurashi fazem uma análise tendo como espaço da ação subversiva zonas de conflito aberto jihadista. Aliás, este último autor congratula-se com a situação no Iraque, uma vez que a presença de tropas ocidentais vem possibilitar uma fonte de propaganda e uma adesão massiva da *Ummah* à causa. Depois da saída das forças ocidentais, uma inevitabilidade tida em conta no texto, al-Naji aponta algumas diretrizes para o caminho do jihadismo global, sendo que a estrutura descentralizada é tida em conta. Mas, o que é relevante é que nessa descentralização al-Naji sugere que o movimento se dissemine por espaços favoráveis aos jihadistas, onde haja proliferação de armas (de pequeno porte, principalmente), onde a ideologia do jihadismo global seja bem aceite e onde seja viável a tomada de poder. No fundo, deveria disseminar-se para Estados falhados onde possa ter controlo territorial (al-Naji, 2006: 17). E foi o que aconteceu em países como o Iraque e o Afeganistão, e poderá vir a acontecer nos vazios de poder deixados pela “Primavera Árabe”<sup>12</sup>.

---

9 O marcante trabalho destes norte-americanos refere que a guerra progrediu por diferentes estágios, e que, neste momento, vivemos as guerras de “quarta-geração”, caracterizadas pela assimetria entre a alta tecnologia, que caracteriza as forças armadas ocidentais, e as arduas e tecnologicamente inferiores forças irregulares (Terrif, 2008).

10 Também pouco se sabe sobre al-Naji, cre-se que é de origem jordana ou tunisina. Mas poderá até ser um pseudónimo de vários estrategas.

11 Este texto, disponível *online* desde 2004, foi originalmente publicado na revista *Sawat al-Jihad* (Voz da Jihad), que era coordenada pela afiliada saudita da *al-Qaeda* entre 2004 e 2007. Para este estudo seguimos a tradução em língua inglesa de William McCants para o Olin Institute for Strategic Studies da Universidade de Harvard.

12 Por “primavera Árabe” entendemos o processo revolucionário que teve início em dezembro

Al-Naji sublinha ainda a importância de operações contra infraestruturas críticas para a economia das regiões onde as forças ocidentais estejam envolvidas – poços de petróleo, *pipelines*, zona de turismo (al-Naji, 2006: 19). A proteção destas zonas, pelas forças locais ou “ocupantes”, criará um vácuo securitário que inevitavelmente será preenchido pelo caos e pela disputa entre as várias facções subversivas (senhores da guerra, criminalidade organizada, líderes tribais...) para estabelecer controlo daquela área. Para al-Naji, os jihadistas são os únicos preparados para um efetivo controlo territorial. Isto é, tal como o título do texto sugere, a estrutura da *jihad* global é a única força capaz de “gerir” a barbárie criada pela retirada das forças “ocupantes” e locais do território.

“A fase do ‘poder de vexação e exaustão’ por meio de grupos e células separadas em todas as regiões do mundo islâmico – primárias e secundárias – (deveria continuar) até que o caos previsto e barbárie ecludam em várias regiões (...) Entretanto não haverá caos nas regiões dos restantes Estados devido ao poder dos seus regimes e à força da sua centralização” (al-Naji, 2006: 16).

Desta forma, avança-se com legitimidade e conquista-se a população, um fator-chave na vitória subversiva. O caos e o conflito gerados pela conquista de poder criarão na população um sentimento de medo e desespero, tornando-as permeáveis à “ordem” imposta pela estrutura jihadista. Aludindo à vida de Mohammed, al-Naji assume esta fase de “barbárie” como sendo semelhante à fase em que Medina ainda se encontra sob administração não-muçulmana, antes da chegada do Profeta, antes da *hijra*, a ida de Meca para Medina.<sup>13</sup>

---

de 2010 na Tunísia, e que depressa se alastrou pelo Norte de África e pelo Grande Médio Oriente. Para além deste país, o processo teve particular incidência no Egito e na Líbia. Tanto na Tunísia como no Egito levou à queda dos regimes seculares nasseristas. Na Líbia a revolução levou a uma guerra civil, com apoio tácito da comunidade internacional e à posterior queda do regime autocrático de Muammar al-Gaddafi (1942-2011). A onda revolucionária também teve forte incidência no Médio Oriente, nomeadamente no Iémen, Síria, Bahrein e Jordânia. O primeiro caso teve como consequência também a mudança de regime, nos dois últimos houve alteração governamental. À data em que se escreve, a Síria vive em ambiente de guerra civil. Resta pois dizer que este ímpeto revolucionário é fortemente marcado pela volatilidade dos protestos contra os regimes, pelo efeito dominó da contestação e insurreição, e pela forma de comunicação subversiva baseada em plataformas de redes sociais disponíveis na internet.

13 Sobre esta condição, al-Naji diz o seguinte: “Pode considerar-se a era anterior ao primeiro estágio da época de Medina – antes de ser estável, de se estabelecer um Estado em que eram dados o *zakat* e *jizya*, antes de se tornar permanente e de ter o reconhecimento das províncias próximas e de nomear governadores e magistrados – Medina foi administrada visando uma administração pela selvajaria” (al-Naji, 2006: 12).

***Abdulaziz al-Muqrin***

Podemos também incluir aqui os textos do antigo líder da *al-Qaeda* na Península Arábica, Abdulaziz al-Muqrin.<sup>14</sup> O seu trabalho, embora menos conhecido na academia ocidental, não é de somenos importância no mundo jihadista. Al-Muqrin também tentou criar uma estratégia militar assente, sobretudo, em táticas de guerra de guerrilha. No fundo, o que este saudita faz é combinar a sua vasta experiência prática de combate com teorias de guerra de guerrilha, de forma a criar, tal como os outros trabalhos citados anteriormente, uma doutrina de aplicação de forças. Com uma linha de análise igualmente secular e pragmática, al-Muqrin, partindo do preceito ideológico do “inimigo distante”, vê na expulsão das forças armadas ocidentais do mundo muçulmano a tarefa primeira. Depois refere-se à deposição dos regimes apóstatas, seguida da constituição do Califado Islâmico. E, um pouco à la Leon Trotsky (com a ideia de revolução permanente), apela a uma *jihad* continua até à conversão total no Islão.

Tal como em al-Qurashi e al-Naji, al-Muqrin desenvolve uma doutrina de ação armada subversiva localizada, isto é, em países onde há (ou é possível que haja) uma frente aberta de combate jihadista. Naturalmente que o fez tendo em conta a situação do Afeganistão e Iraque, e a possível frente aberta jihadista na Península Arábica, para a qual ele lutava. Daí privilegiar a guerra de guerrilha e não tanto a ação terrorista como forma de combate, pois com frente de guerra jihadista há margem para estrutura de comando, para estabelecer um “foco” guevarista<sup>15</sup>, sendo também crucial a ligação à população, de onde provém a legitimidade de combate. Assim, no seu livro *Dawrat al-tanfidih wa-harb al-‘asabat*, ou “Um Curso Prático sobre Guerra de Guerrilha”, de 2004, encontramos uma matriz para planeamento, treino e pensamento operacional jihadista. Segundo al-Muqrin a subversão armada deverá reunir duas pré-condições para se desenrolar: estabelecer um grupo de combatentes comprometidos, motivados com a causa e que ajam em conformidade ideológica; poder contar com o apoio da população, ou então desencadear ações revolucionárias que os leve a granjear e mobilizar esse apoio.

O saudita desenvolve uma estratégia assente em três fases. Uma primeira, “defesa estratégica”, em que o combatente deverá conduzir o inimigo à exaustão através

---

14 Abdulaziz al-Muqrin (1971-2004) era o líder operacional da *al-Qaeda* da Arábia Saudita em 2004. Escreveu o livro *Dawrat al-tanfidih wa-harb al-‘asabat*, “Um Curso Prático sobre Guerra de Guerrilha” (a tradução para inglês está disponível em Cigar, 2009).

15 Segundo Ernesto “Che” Guevara, o “foco” seria o centro de gravidade da guerrilha, o ponto base e vanguarda da revolução, e é de onde partem as decisões políticas e militares. Esta conceção surge da própria experiência da revolução cubana, que começou com o reduzido número de treze combatentes, baseados na Sierra Maestra, e depois se estendeu para toda a ilha (Guevara, 1961; Childs, 1995).

do confronto não direto e de pequenos ataques – “o *mujaheedin* também pode aproveitar esta fase para tornar clara a verdade sobre a atual luta na região (...) ou sobre o inimigo brutal que ocupa as suas terras” (al-Muqrin, 2009: 95).

Na segunda fase, “balanço estratégico”, o jihadista deverá contar com o apoio populacional e controlar as áreas territoriais libertadas, tipo “foco” guevarista, onde serão estabelecidas bases e centros de divulgação de *media* – “A partir das suas áreas libertadas, das suas instalações administrativas e dos respetivos centros de *media*, os *mujaheedin* também devem continuar sua agitação para revelar a fraqueza e incapacidade do regime colaboracionista em esmagar os *mujaheedin*” (al-Muqrin, 2009: 98).

Por fim, na “fase decisiva”, depois de corroída a autoridade institucional, o regime colapsa política e economicamente. Além disso, pedirá ainda ajuda internacional e recuará a sua zona de influência para as grandes cidades, deixando as zonas rurais à mercê da organização subversiva. Mas este saudita não defende que, no final, as forças subversivas se transformem em exércitos regulares. Tendo em mente o Afeganistão pós-soviético, este saudita defende que os *mujaheedin* se devem organizar sempre de uma forma espontânea.

Ao nível tático, al-Muqrin alude a assassinatos e raptos, infiltrações e exfiltrações, ao uso de explosivos ou à importância de um serviço organizado de informações. E, tal como al-Naji, também privilegia ataques contra infraestruturas críticas para a economia das regiões onde as forças ocidentais estejam envolvidas.

### ***Iraq al-Jihad – Amal wa Akhtar***

Ainda neste assunto, destacamos o estudo anónimo *Iraq al-Jihad – Amal wa Akhtar*, ou “*Jihad* no Iraque: Esperanças e Perigos”, que, de uma forma muito pragmática e analítica, explica como deveria proceder a resistência iraquiana para derrotar o governo do primeiro-ministro Nouri al-Maliki e as forças da coligação. O estudo foi publicado *online* em língua árabe no site *Global Islamic Media*.<sup>16</sup>

A relevância deste texto de 42 páginas, datado de 10 de dezembro de 2003, prende-se com o facto de ter elencado as grandes fragilidades da coligação ocidental que invadiu o Iraque. Mais interessante ainda é haver recomendações a fortes ataques contra as forças espanholas que estavam neste país, bem como tirar o máximo proveito das eleições em Espanha no mês de março do ano seguinte à publicação. Uma das razões elencadas seria a dificuldade que o povo espanhol,

---

16 Apenas conseguimos ter acesso à versão original deste texto, pelo que, por não dominarmos suficientemente a língua árabe para sua interpretação, não o analisámos a fundo. Porém, acabámos por recorrer a boas fontes secundárias que explicam com precisão o teor do texto (Lia e Hegghammer, 2004; Paz, 2004; Stout, 2009).

fortemente católico, teria em lidar com a morte dos seus soldados. Coincidência, ou não, a 11 de março de 2004 são levados a cabo os atentados de Madrid e, em consequência, o governo espanhol ordenou a retirada das tropas de solo iraquiano. Sobre este texto, Reuven Paz, um israelita especialista em contraterrorismo, diz-nos o seguinte:

“O motivo principal desta análise é a forma como criar uma mudança no governo espanhol, que obriga a retirada das forças espanholas do Iraque; a diminuição significativa do apoio espanhol para os Estados Unidos por pressão popular; a oposição na Itália e na Polónia à presença das suas tropas no Iraque, e criar pressão no Reino Unido contra a aliança do seu governo com os americanos” (Paz, 2004).

Note-se que neste documento não há qualquer tipo de considerações táticas, estão apenas elencadas algumas considerações estratégicas. É de referir também que, à semelhança dos trabalhos dos outros três autores, foge à regra dos textos jihadistas. Isto é, demonstra uma abordagem secular ao contexto político, livre do peso metapolítico da ideologia jihadista. Denota também uma análise mais ou menos académica ao problema, revelando uma argumentação racional e organizada. Demonstra, portanto, a procura de um conhecimento depurado das características e qualidades do inimigo, livre de interpretações metapolíticas.

### *Abu Musab Al-Suri*

Deixámos então para último aquele que pensamos ser o mais prolífico e completo de todos os estrategas do jihadismo e que, por isso, pode representar uma ameaça mais premente para o ocidente. Estamos a falar de Abu Musab Al-Suri, o já referido sírio que em 2005 publica *Da'wat al-muqawamah al-islamiyyah al-'alamiyyah*, ou “Apelo a uma Resistência Islâmica Global”, a sua *magnum opus*.<sup>17</sup> Al-Suri revela-se-nos crucial para perceber a terceira manifestação da *al-Qaeda*. O seu trabalho é o mais claro exemplo de uma estratégia e doutrina militar jihadistas. É mais uma abordagem que, partindo de *lessons learned* e casos de boas-práticas, faz uma interpretação secular, científica e pragmática sobre a melhor forma de aplicação das forças jihadistas.

Para al-Suri o uso de violência armada deverá estar baseado numa estratégia a longo prazo, racional e completa, em vez de numa perspetiva metapolítica e utó-

---

17 O sírio Abu Musab al-Suri (n. 1958), ou Mustafa Setmariam Nasar, é conhecido por ser um dos mais influentes estrategas do jihadismo. Não conseguimos ter acesso à totalidade do texto da al-Suri. Contudo, tivemos como base uma tradução abreviada em inglês de Jim Lacey, oficial do exército norte-americano, que foi feita sob os auspícios do *US Joint Forces Command* (Lacey, 2008).

pica. Tal como os outros teóricos explorados atrás, este sírio não é nenhum escolar religioso, é sim um estratega ao serviço do jihadismo global.

A importância deste manifesto é tal que, não raras vezes, é referido como uma espécie de combinação entre “A Minha Luta” (1925) de Adolf Hitler e o manifesto “Que Fazer” (1992) de Vladimir Ilitch Lenine (Lacey, 2008: ix). Isto é, trata-se de um texto que ao longo de cerca de 1.600 páginas articula ideologia, estratégia, doutrina militar, história, convicções políticas e religiosas, críticas e muitas recomendações. Al-Suri faz uma espécie de levantamento das últimas décadas jihadistas e tenta perceber as razões do seu insucesso (Lacey, 2008: 63-100). Entre outros episódios, dá como exemplo o jihadismo sírio das décadas de 1970 e 1980, apontando um sem número de causas para o fracasso desta luta. Uma delas, segundo al-Suri, terá sido a cooperação antijihadista dos regimes locais seculares do Médio Oriente (Lacey, 2008: 108-111). Assim sendo, sugere agora que todos os jihadistas deverão perpetrar ataques e estabelecer bases de operações no maior número de países possível, espalhando uma luta que nenhum exército tem capacidade para combater.

Uma outra causa do fracasso foi o ignorar do papel das minorias étnicas e das tribos, como o caso dos curdos ou dos beduínos, que são utilizadas pelos vários regimes contra os jihadistas (Brachman e McCants, 2006: 16). Importa pois não os ignorar na luta, uma vez que poderão ser cooptados contra o jihadismo, como também aconteceu no Afeganistão, Iraque e Paquistão durante a “Guerra Global contra o Terrorismo”.

Na sua análise, al-Suri dá um papel de relevo ao combatente, ao operacional. Para ele, o jihadista terá mais empenho na luta quanto mais ligado à liderança e melhor doutrinado sobre visão estratégica jihadista estiver. Note-se que, na perspetiva de al-Suri, muitos deles irão substituir líderes operacionais capturados ou mortos.

Este sírio aponta também como fracasso das *jihad* anteriores a falta de apoio popular. Segundo al-Suri, a *Ummah* nunca entendeu verdadeiramente quem eram e o que pretendiam os jihadistas. Como em qualquer ação subversiva a propaganda revela-se essencial no granjeio de apoio populacional, de onde poderá advir ajuda logística e fonte de recrutamento. Com efeito, a propaganda deverá ter um papel crucial na estratégia jihadista global. Através de agressivas campanhas mediáticas deverá comunicar os objetivos do jihadismo global e justificar o uso da violência armada (Lacey, 2008: 189-196).

Al-Suri realça ainda a necessidade de envolvimento dos clérigos muçulmanos, de maneira a legitimar religiosamente a ação jihadista e a facilitar o elemento propagandístico. Nas *jihad* anteriores, parte do insucesso ficou a dever-se ao facto de terem alienado os escolares religiosos. Os clérigos deverão estar ativamente envolvidos para poder dar um corpo ideológico à luta, contribuindo assim para a doutrinação das novas gerações de jihadistas, cruciais para continuar esta luta que é geracional.

Não deixa de ser interessante verificar o peso que al-Suri dá à legitimidade ideológica e à questão propagandística. Aliás, é bastante taxativo quando afirma que tem de haver uma ideologia universal que una toda a comunidade islâmica nos objetivos de resistir ao “assalto” dos “cruzados”. Por isso, a mensagem jihadista não poderá ser nem unilateral nem elitista, sob pena de deixar uma grande franja da comunidade de fora. Nele podemos ver já uma interpretação da dimensão ideológica como sendo um “centro de gravidade”. Não se está focado somente em frentes de guerra jihadista, mas em toda a *Ummah*.

Nos escritos de al-Suri também podemos perceber a influência de teorias ocidentais sobre guerras subversivas. Entre outros, este sírio também destilou as interpretações de Lind e Hammes sobre as guerras de “Quarta-Geração” e a subversão mais “clássica” de Mao Tse-Tung.

Portanto, perante a relativa incapacidade operacional do comando central, al-Suri é o primeiro jihadista a pensar nas mais-valias da estrutura descentralizada de uma resistência jihadista sem hierarquia e sem liderança operacional. Pretende que a *jihad* se aparte do que ele chama “mentalidade Tora Bora”, para abraçar uma luta levada a cabo por células autónomas, sem bases fixas, nem laços organizacionais.<sup>18</sup> Partindo do preceito *nizam la tanzim* (sistema, e não organização), este estratega sugere, como já dissemos, que a *al-Qaeda*, ponta da espada do jihadismo global, tenha uma estrutura central bastante reduzida. Serviria apenas de fio condutor ideológico a diversas células espalhadas pelo mundo (Lacey, 2008: 164-170). Com efeito, verifica-se que o ambiente hostil às estruturas associadas ao jihadismo global levou a uma espécie de liberalização deste movimento subversivo. O movimento deve ganhar forma não da cúpula para as bases, mas vice-versa. Sendo que, por necessidade de comunicação, os *media*, nomeadamente a internet, se revelam fundamentais, permitindo essa mesma liberalização.

Na perspectiva de al-Suri, teríamos então a tal subversão global sem liderança, sem estrutura fixa e sem cadeia de comando e controlo. Seria uma construção fluida, difusa, sem hierarquia e cuja ligação entre os diversos grupos organizacionais se basearia num sistema ideológico, e não numa organização.

Al-Suri é o grande apologista, instigador e teórico dos “lobos solitários” e do “jihadismo de natureza autóctone”. Tornou-se assim uma figura incontornável do jihadismo *online*. É citado com frequência em fóruns e *websites*, e recomendado tanto a líderes como a militantes interessados na ideologia política do jihadismo.

Não sabemos se foi a teorização de al-Suri que espoletou a terceira forma de *al-Qaeda*, ou se foi a génese desta que levou à teorização do sírio. Porém, é óbvia a complementaridade, que se revela perigosamente pertinente pelo contexto em que surge.

---

<sup>18</sup> Al-Suri refere-se aqui à primeira grande *débâcle* da estrutura de comando e controlo da *al-Qaeda*, sofrida em dezembro de 2001, durante a “Batalha de Tora Bora”, no Afeganistão.

### **A Uniformidade de Ação**

Mas, o que é que estes quatro estratégias têm em comum? Podemos dizer que nos seus trabalhos temos pela primeira vez estratégias, conceitos, regras e conselhos práticos sobre como organizar diferentes entidades jihadistas de uma maneira mais uniforme e eficiente. Tudo está plasmado de uma forma muito secular e com uma abordagem tendencialmente científica a procurar resultados pragmáticos.

Nestes casos, podemos assim falar de doutrinas militares que, com abordagens teóricas e práticas, baseadas em *lessons learned*, permitem uma análise real dos contextos. Possibilita-se assim uma uniformidade na ação, sem grande necessidade de uma cadeia de comando e controlo. Nos trabalhos destes autores estão elencados princípios organizacionais, formas de planeamento, preparação e execução para a consecução de uma vitória militar jihadista. Isto é, apartando-se da dimensão religiosa, eles apresentam métodos de combate e de emprego das forças jihadistas em vários contextos.

Esta comunidade de estratégias é o alvo epistemológico dos “Estudos Estratégicos Jihadistas”. Um termo recentemente introduzido na academia ocidental pelos noruegueses Thomas Hegghammer e Brynjar Lia, do *Norwegian Defence Research Establishment*. Designa então a tarefa de análise de conteúdo de textos sobre estratégia jihadista, de maneira a perceber o pensamento estratégico da liderança da *al-Qaeda* e, naturalmente, o futuro do jihadismo global (Lia e Hegghammer, 2004).

Com efeito, pelas razões acima indicadas, estes são trabalhos que diferem dos demais. Se atentarmos àqueles que consideramos as linhas de pensamento dos fundadores do jihadismo global não lemos mais que legitimação, exortação e mobilização. Não deixam de ser construções políticas aliadas a retóricas religiosas para justificar o porquê da ação armada. Trata-se de grande estratégia. Diferentemente, nos textos de al-Qurashi, al-Naji, al-Muqrin e al-Suri lemos método e estratégia. De uma forma muito funcional eles analisam o “como” conduzir a luta jihadista, e não tanto o “porquê”.

Uma outra característica é que, muito embora existam outros escritos sobre estratégia militar jihadista, estes emergem todos mais ou menos na mesma altura e pela mesma forma – num momento de desterritorialização da *al-Qaeda* e através das novas tecnologias de comunicação, mormente a internet. A criação destes textos surge por alturas da terceira manifestação da *al-Qaeda* e como colmatação de uma necessidade.

### **Notas Conclusivas: A Arte Operacional**

Com base nestas premissas concluímos então que a ausência intencional de uma estrutura de comando de controlo impossibilita uma estratégia política e militar coerente. Resta apenas a componente ideológica e parte operacional. Na primeira

manifestação de *al-Qaeda* essa ausência não é sentida, pois há comunicação direta entre o operacional, o líder operacional e a liderança estrutural – há comando e controlo. Na segunda, esta presença estrutural ainda se mantém, há atores-chave que, inseridos na vasta rede, têm ligação ao comando central. Contudo, na terceira manifestação de *al-Qaeda*, perante a rutura estrutural que impede comunicação e as diferentes culturas estratégicas de uma *jihad* descentralizada, torna-se urgente uma estratégia político-militar “independente” de uma cadeia de comando. Isto é, sente-se a falta de uma doutrina militar que torne estrategicamente coerente as várias ações operacionais. Lembramos que sucesso operacional não é sinónimo de sucesso estratégico. Logo, na ausência de comando e controlo é então necessário um “mecanismo” que articule estas duas valências (Marques Guedes, 2007).

Os escritos dos autores e fundadores mais proeminentes do jihadismo focam-se demasiadamente na grande estratégia. O excesso de preceitos ideológicos e filosóficos não dá margem para depurar uma estratégia militar jihadista. Os textos fundadores do jihadismo global falham na instrução do procedimento jihadista em guerra.<sup>19</sup>

Autores como al-Qurashi, al-Naji, al-Muqrin e al-Suri, embora com focos operacionais diferentes, vêm colmatar essa falha – apresentam uma metodologia de guerra jihadista. São exemplos de um pensamento sistemático que se debruça sobre o contexto operacional. Eles vêm criar o tal mecanismo entre a dimensão ideológica e a componente tática. Procuram assim estabelecer uma doutrina de combate coerente e comum. Na nossa perspetiva são os primeiros a conceptualizar no jihadismo aquilo que em linguagem militar ocidental se chama de “arte operacional”.<sup>20</sup> Falamos do elo que melhor associa as ações táticas à consecução dos objetivos estratégicos. Mas não se trata nem duma “pequena estratégia”, nem duma “grande tática”.

---

19 É um facto que interpretações dos textos corânicos poderão destilar o conceito de *jihad* não só como ideologia ou grande estratégia, mas também como, em jeito clausewitziano, um tipo de guerra “islâmico”. Porém, não uma estratégia militar aplicada a determinados contextos, tornando-se irrelevante ao nível operacional.

20 Por “arte operacional” entenda-se uma teorização, de origem soviética e adaptada pelas forças armadas dos EUA e NATO no final da década de 1980, sobre a melhor forma de associar as ações táticas à consecução dos objetivos estratégicos. Dito de outra forma, tem como ponto de aplicação o teatro de operações e procura definir o espaço surgido entre os níveis estratégico e tático (Barnett, 1996; Luttwack, 1980). Embora se situe entre estes dois níveis, está separada deles e do foro mais criativo – é “arte” e não “ciência”. Da arte operacional formulam-se os princípios de guerra e doutrinas de combate, interpretam-se os objetivos estratégicos vertendo-os em ações táticas e é estágio de debate de ideias e ponto de comunicação entre comandantes e subalternos. De acordo com a doutrina militar NATO, seguida pelas forças armadas nacionais a “Arte Operacional” é o “emprego de forças militares para atingir os objetivos estratégicos e/ou operacionais através da conceção, organização, integração e realização de campanhas, as operações principais, e as batalhas” (NATO-AAP06, 2012).

Este corpo doutrinal comum permite um sucesso estratégico não dependente de uma cadeia de comando. Isto é, na impossibilidade de comunicação de preceitos estratégicos, pela ausência de comando e controlo, reúne uma estratégia mais ampla com uma dimensão operacional. Parte de uma grande estratégia e determina métodos, conceitos, formação, planeamento e de operações. Al-Qurashi, al-Naji, al-Muqrin e al-Suri vêm apontar o tipo, os meios e a direção da atividade operacional, sugerindo que, para o sucesso estratégico, deverão ser desempenhadas determinadas ações (Adamsky, 2009).

Com esta espécie de “arte operacional” jihadista são obtidos os mesmos resultados estratégicos, não obstante as diferentes culturas estratégicas dos vários grupos a agir em nome do jihadismo global, o teatro de operações ou a dimensão operacional. É, portanto, uma forma de garantir, sem comando e controlo, que as ações táticas sejam consistentes com o objetivo estratégico. Os trabalhos desta comunidade de estratégias surgem-nos assim como um enquadramento que permite formular princípios de guerra e doutrina de combate coerente. Além disso, servem também como mecanismo conceptual que articula objetivos estratégicos e ações táticas. E, sendo a um nível operacional, permite uma plataforma de encontro entre o líder operacional e subordinados.

Em suma, num momento de descentralização qaedista a “arte operacional” surge, em nossa perspetiva, como fruto de uma “criatividade estratégica”. É a melhor forma de superação do vazio criado pela incapacidade de uma estrutura de comando e controlo. Ao nível ideológico o jihadismo global tem os tais “guiões” doutrinários passados nas mensagens da liderança. Ao nível tático restava o funcional processo mimético. Era preciso uma articulação entre os dois registos que canalizasse operacionalmente uma estratégia ampla e permitisse uma efetiva aplicação das forças. Foi então que, a partir de 2003/2004, assistimos ao surgimento de uma espécie de comunidade de estratégias jihadistas que disseminou os seus trabalhos na internet. De uma certa forma, os *websites* jihadistas acabam por ser substitutos das reuniões de chefes de Estado-Maior (como no Conselho da *Shura* ou na “Comissão Militar” da *al-Qaeda*) onde se compunha o discurso estratégico. Lá debatem declarações da liderança, assuntos militares, religiosos, estratégicos e operacionais. Uma vez acecidos pelos militantes, substituindo o comando e controlo, tornam-se plataformas geradoras de “arte operacional”. Os trabalhos de al-Qurashi, al-Muqrin, al-Naji e al-Suri não deixam então de ser a cristalização desse tipo de debates, por forma a evitar uma contraprodutiva amplitude de conclusões.

Ou seja, o terceiro “centro de gravidade” da *al-Qaeda* foi surgindo na clara impossibilidade de uma estrutura identificada de comando e controlo. Pode então, hoje em dia, a *al-Qaeda*, ser reconhecida não como uma organização, tal como nos seus tempos iniciais o era, mas antes como um sistema que parte de uma ideologia e que assenta numa estrutura fluida, não verticalizada, difusa, sem hierarquia, e que

navega numa rede virtual, tal como o previsto por estes novos estrategas em resposta “dialética” às pressões do novo ecossistema, cada vez mais “apertado”, em que se vê constringida a ter de operar.

## Referências

- AAP06 (2012). *NATO Glossary of Terms and Definitions*.
- Adamsky, Dima (2009). “Jihadi Operational Art: The Coming Wave of Jihadi Strategic Studies”. *Studies in Conflict & Terrorism* n°33, pp. 1-19.
- Al-Naji (sem data). *The Management of Savagery* (tradução de William McCants para o Olin Institute for Strategic Studies da Universidade de Harvard). Disponível em <http://www.wcfia.harvard.edu/olin/images/Management%20of%20Savagery%20-%202005-23-2006.pdf>
- Barnett, Roger W. (1996). *Strategy, Operational Art, Tactics, Concepts and Doctrine*. US Naval War College: Strategic Research Department, Research Report 4-96.
- Bokhari, L. et al. (2006). *Paths to Global Jihad: Radicalisation and Recruitment to Terror Networks*, Norwegian Defence Research Establishment (FFI), Report n.º 2006/00935.
- Brachman, Jarret M. e McCants, William (2006). *Al-Qaida's Playbook*. West Point, New York: CTC Press.
- Brachman, Jarret M. (2009). *Global Jihadism: Theory and Practice*, Londres: Routledge.
- Childs, Matt D. (1995). “An Historical Critique of the Emergence and Evolution of Ernesto Che Guevara's Foco Theory”, in *Journal of Latin American Studies* n°27.
- Cigar, Norman (2008). *Al-Qaida's Doctrine for Insurgency*, Washington DC: Potomac Books.
- Clausewitz, Carl von (2008). *On War*, Book VIII, trad. ing. (Cor. J. J. Graham). Digireads.com Publishers.
- Duarte, Felipe Pathé et al. (2010). “Violent Radicalization and Terrorism”, in AA.VV. *Towards a Safer Europe – Policy Papers*. European Values Network.
- Duarte, Felipe Pathé (2007). *No Crepúsculo da Razão – Considerações sobre o Terrorismo Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Prefácio.
- Duarte, Felipe Pathé (2011). “O Jihadismo Global – A (in)Coerência de uma Estratégia de Subversão?”. *Nação e Defesa* n°128. Instituto da Defesa Nacional.
- Emmerson, Michael et al. (coord.) (2009). *Islamist Radicalization: The Challenge for Euro-Mediterranean Relations*. Brussels: Center for European Policy Studies.
- EU Terrorism and Situation and Trend Report (TE-SAT)* (2008). Os relatórios estão disponíveis em [https://www.europol.europa.eu/latest\\_publications/25](https://www.europol.europa.eu/latest_publications/25).

- Guevara, Ernesto Che (1961). *Guerrilla Warfare*. New York: Monthly Review Press.
- Inspire*, al-Malahem Media, Summer 2010, winter 2011 e Spring 2011. Disponível em <http://azelin.files.wordpress.com/2010/06/aqap-inspire-magazine-volume1-uncorrupted.pdf>, <http://azelin.files.wordpress.com/2011/01/inspire-magazine4.pdf>, e <http://azelin.files.wordpress.com/2011/03/inspire-magazine5.pdf>.
- Kurzman, Charles (2012). "Muslim-American Terrorism in the Decade since 9/11". *Triangle Center on Terrorism and Homeland Security*. Disponível em [http://sanford.duke.edu/centers/tcths/documents/Kurzman\\_MuslimAmerican\\_Terrorism\\_in\\_the\\_Decade\\_Since\\_9\\_11.pdf](http://sanford.duke.edu/centers/tcths/documents/Kurzman_MuslimAmerican_Terrorism_in_the_Decade_Since_9_11.pdf)
- Lacey, Jim (ed.) (2008). *A Terrorist Call to Global Jihad – Deciphering Abu Musab al-Suri’s Islamic Jihad Manifesto*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Lia, Brynjar e Hegghammer, Thomas (2004). "Jihadi Strategic Studies: The Alleged Al Qaida Policy Study Preceding the Madrid Bombings". *Studies in Conflict and Terrorism* n° 27, pp. 355-375.
- Lia, Brynjar (2009). *Architect of Global Jihad: The Life of Al-Qaeda Strategist Abu Mus’ab Al-Suri*. London: Hurst Publishers.
- Lind, William *et al.* (2008). "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation", in Terry Terrif, Aaron Karp e Regina Karp (eds.), *Global Insurgency and the Future of Armed Conflict: Debating the Fourth Generation Warfare*. New York: Routledge.
- Luttwak, Edward (1980). "The Operational Level of War". *International Security* 5(3), pp. 61-79.
- MacCants, William (ed.) (2006). *Militant Ideology Atlas, Research Compendium*. New York: Combating Terrorism Center.
- Marques Guedes, Armando (2007). *Ligações Perigosas: Conectividade, Coordenação e Aprendizagem em Redes Terroristas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Nelson, Rick "Ozzie" e Bodurian, Ben (2010). *A Growing Terrorism Threat? Assessing "Homegrown" Extremism in the United States*. Center for Strategic and International Studies, Homeland Security and Counter-Terrorism Program: Washington DC.
- Nesser, Peter (2008). "Chronology of Jihadism in Western Europe 1994-2007: Planned, Prepared, and Executed Terrorist Attacks". *Studies in Conflict & Terrorism* n°10.
- Paz, Reuven (2004). "Qa'idat al-Jihad, Iraq, and Madrid: The First Tile in the Domino Effect". *PRISM Special Dispatch*, ½. Disponível em <http://www.ict.org.il/Articles/tabid/66/Articlsid/557/currentpage/14/Default.aspx>
- Precht, Tomas (2007). *Home Grown Terrorism and Islamist Radicalization in Europe – From Conversion to Terrorism*, Research report funded by the Danish Ministry of Justice.
- Pregulman, Ally e Burke, Emily (2012). *Homegrown Terrorism*. Washington DC: Homeland Security and Counter-Terrorism Program.

- Roy, Olivier (2008). "Al-Qaeda in the West as a Youth Movement: The Power of a Narrative", *CEPS Policy Brief* n°168.
- Stout, Mark *et al.* (2008). *The Terrorist Perspectives Project – Strategic and Operational Views of Al-Qaida and Associated Movement*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Taber, Robert (1976). *Teoria e Prática da Guerrilha – A Guerra da Pulga*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Vidino, Lorenzo (2006). *Al-Qaeda in Europe: the New Battleground of International Jihad*. New York: Prometheus Books.
- Zabel, Sarah E. (2007). *The Military Strategy of Global Jihad*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, US Army War College.

# Jogos de Guerra<sup>1</sup>: o Uso da Estratégia Militar na Competição Empresarial

José Pedro Teixeira Fernandes

*Licenciado em Direito pela Universidade Católica, Mestre em Estudos Europeus, Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. Auditor do Curso de Defesa Nacional em 2003. Professor Coordenador do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (IS CET) e Professor Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto.*

## Resumo

O principal objetivo deste artigo é investigar as relações e influência da estratégia militar sobre a estratégia empresarial. As questões a que vamos procurar responder são as seguintes: (1) Como é usada a estratégia militar na competição pelo domínio ou sobrevivência no mercado? (2) A transposição de conceitos e ideias da estratégia militar para a estratégia empresarial é aceitável do ponto de vista científico e das consequências éticas e sociais, ou deve merecer reparos críticos?

A abordagem começa por uma apresentação simplificada e seletiva de alguns dos principais nomes da estratégia militar clássica. Em seguida, é analisado o campo da estratégia empresarial e as suas escolas, com vista a detetar aquelas onde se faz sentir mais a influência da estratégia militar. Finalmente, são ainda discutidas a validade científica das transposições do militar para o empresarial, bem como as consequências éticas e sociais negativas que podem resultar de levar a competição no mercado ao extremo, transformando-a numa paixão nociva. de se faz sentir mais a inflnflito"

## Abstract

*The main objective of this article is to enquire the relationship and influence of military strategy on business strategy. With this aim we will try to answer the following questions: (1) How the military strategy is used in the business competition for dominance or survival in the market? (2) The transfer of concepts and ideas from military strategy to business strategy is both scientifically, ethically and socially acceptable, or deserves criticism?*

*The analysis begins with a simplified and selective presentation of the main thinkers of classic military strategy. Then, follows a brief overview of the field of business strategy and their schools of thought, in order to identify those which are open to the influence of military strategy. Finally, there is a discussion of the scientific validity of the transposition from one field to the other and about the negative ethical and social consequences, that may arise from an extreme market competition turned into a harmful passion.*

---

1 Trata-se de uma alusão metafórica ao título e argumento do conhecido filme *War Games*/Jogos de Guerra de 1983, escrito por Lawrence Lasker e Walter F. Parkes e dirigido por John Badham. Tem com pano de fundo os primórdios dos computadores pessoais e da Internet. Os "jogos de guerra" são desencadeados quando um jovem *hacker*, por diversão, entrou no sistema informático do exército dos EUA que controlava o lançamento de mísseis nucleares. Inadvertidamente, ativou o mecanismo de lançamento automático dos mesmos. Se o mecanismo não fosse interrompido levaria a um conflito nuclear, ainda que involuntário, com a ex-URSS, concretizando aquilo que nos tempos da Guerra Fria se chamava o pesadelo da *Mutual Assured Destruction* (MAD).

“Com demasiada frequência tem sido presumido (em vez de provado) que existe uma continuidade entre a ideia de estratégia, a qual leva até à sua origem etimológica na Grécia Antiga, onde encontramos o termo militar *strategos*: o ‘líder do exército’. Esta é uma presunção em grande parte danosa. Não tanto porque permite aos modernos capitães da indústria apresentarem-se numa linha que vai até Napoleão ou Alexandre o Grande (as fantasias masculinas nos negócios irão encontrar sempre a sua autojustificação), mas porque obscurece o significado global da transformação que, no século XIX, levou ao aparecimento da estratégia nos negócios e a sua reformulação na arena militar, ambas imediatas e inevitáveis.”

Hoskin, Richard Macve e John Stone (1997: 3)<sup>2</sup>

### **Introdução**

Obter sucesso em diferentes esferas da vida social, económica e política é uma ambição constante de indivíduos, organizações e Estados na história humana. O sucesso de organizações e de Estados é tipicamente objeto de celebrações e confere prestígio – particularmente aos líderes que as conduziram –, tendendo a perpetuar-se na memória coletiva das gerações atuais e futuras. O conhecimento e domínio dos fatores que permitem alcançar a vitória, sobretudo em situações de conflito agudo, sempre espicou a curiosidade humana. A estratégia é a arte e o domínio do conhecimento que teoricamente a permite alcançar, nomeadamente em situações de guerra. Daí advém grande parte do prestígio e da atração que suscita.

Historicamente o termo estratégia está estreitamente associado à atividade guerreira e militar, uma atividade tão antiga quanto a existência das sociedades humanas. Desde logo, porque pode estar em causa, de uma maneira extrema, o próprio destino individual e coletivo, a vida ou a morte, a liberdade ou a perda desta, a soberania ou a submissão. Ter sucesso na guerra sempre foi algo de crucial importância para todas as sociedades humanas, mesmo as mais pacíficas. Não é por acaso que a atividade militar foi, durante longos séculos, uma atividade típica da aristocracia, a principal classe privilegiada das sociedades tradicionais. Em sociedades relativamente pouco complexas, como acontecia na generalidade do mundo até ao século XIX, o termo estratégia era essencialmente sinónimo de estratégia militar. A sua conceção era bastante mais restrita do que a atual. Num dito conhecido,

---

2 A tradução livre para língua portuguesa é da nossa autoria, tal como todos os outros excertos de obras em línguas estrangeiras citados neste artigo. A ortografia usada é a do novo acordo ortográfico. As citações e notas bibliográficas foram também adaptadas a essa ortografia.

a “estratégia era o general”. Fora do militar, não existia um ramo do conhecimento que se ocupasse da estratégia em contexto económico e empresarial. A razão óbvia é que a economia e a empresa capitalista não tinham dimensão e importância de forma alguma comparáveis com a que adquiriram nas sociedades e vida humana atuais. Isso não significa a inexistência de um pensamento estratégico empresarial *avant la lettre*.

No mundo atual a situação é substancialmente diferente. A simples experiência de entrar numa livraria e procurar publicações sobre estratégia mostra-nos claramente isso. Com algumas exceções de clássicos da estratégia militar – como Carl von Clausewitz ou Basil Liddell Hart –, a esmagadora maioria dos títulos é normalmente sobre estratégia empresarial. Alguns sugerem-nos, ainda, uma simbiose entre o militar e o empresarial, ou seja, que os conhecimentos de um campo (o militar), podem ser também válidos noutro (o empresarial). Foi a partir desta observação empírica, mas também da experiência de contacto académico com os meios militar e empresarial, que surgiu a ideia deste artigo. O principal objetivo é investigar as relações e influência da estratégia militar clássica sobre a estratégia empresarial. As questões a que vamos tentar responder são as seguintes: (1) Como é usada a estratégia militar na competição pelo domínio ou sobrevivência no mercado? (2) A transposição de conceitos e teorias da estratégia militar para a estratégia empresarial é aceitável do ponto de vista científico e das consequências éticas e sociais, ou deve ser sujeita a reparos substantivos e contestação crítica?

### **A Estratégia Militar Clássica na Tradição de Estudo Ocidental<sup>3</sup>**

À semelhança do que ocorre com o pensamento realista<sup>4</sup> das relações internacionais – do qual a estratégia é uma componente importante –, tradicionalmente o estudo ocidental situa as suas raízes na Antiguidade Clássica<sup>5</sup> grega. Os escritos de Tucídides sobre a *História da Guerra do Peloponeso* (século V a.C.) têm, de alguma forma, o papel de um texto fundador, ou, pelo menos, precursor da reflexão estra-

---

3 Na elaboração deste ponto é seguida de perto a exposição feita por Coutau-Bégarie (1999: 55 e ss). Existem, naturalmente, outras obras relevantes sobre o assunto. Entre estas destaca-se, em língua inglesa, a recente publicação de Heuser, 2010.

4 Sobre a origem e características do pensamento realista ver Fernandes (2009).

5 Fora da tradição ocidental da estratégia – mas hoje bem conhecida do público ocidental –, encontra-se a *Arte da Guerra* do chinês Sun Tzu, normalmente apresentado como o mais antigo tratado de estratégia militar da História. Tal como ocorre com a generalidade das obras da Antiguidade, levanta incógnitas sobre: (1) a real autoria de Sun Tzu, cuja obra pode não ser mais do que uma compilação de ideias e máximas que existiam na tradição oral da época em que viveu; (2) o século em que terá sido escrito o texto, variando as hipóteses mais usuais entre os séculos VI a.C. e IV a.C.

tégica<sup>6</sup>. Por outro lado, em termos etimológicos, a palavra estratégia, tal como muitas outras incorporadas nas línguas ocidentais, tem uma origem grega posteriormente latinizada. *Strategos* (estratega, general); *strategô* (ser general, comandar); *strategikos* ou *strategika* no plural (as funções do general, as qualidades do general). Em síntese, no sentido que lhe era dado na Antiguidade Clássica, estratégia era a arte de conduzir um exército, podendo também significar, em termos mais gerais, a arte de comando<sup>7</sup>. Mais tarde, já no período medieval do Império Bizantino e até ao século X, o termo *strategos* continuou a ser usado para designar aquele que ocupava o primeiro lugar no exército liderando-o.

No Renascimento, o interesse pela Antiguidade e pelos textos dos clássicos greco-latinos, levou, também, ao aparecimento de alguns escritos que podem ser enquadrados no campo da estratégia. É o caso de Nicolau Maquiavel<sup>8</sup> (Niccolò Machiavelli) com a *Arte da Guerra* (1521). Por sua vez, no século das Luzes – o século XVIII –, dois acontecimentos históricos serviram de pano de fundo a um renovado interesse por esta área do conhecimento humano. O primeiro foi a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que marcou a ascensão da Prússia ao estatuto de grande potência europeia, após a conquista da Silésia à Áustria. O segundo foi a Revolução Francesa de 1789 durante a qual surgiu, pela primeira vez, o recurso à conscrição, ou seja, a exércitos nacionais formados por cidadãos. A esta inovação acresceu o enorme impacto das campanhas de Napoleão Bonaparte em toda a Europa (1799-1815).

Foi nesse contexto que Joly de Maizeroy (re)introduziu o termo, divulgando-o essencialmente através da sua *Teoria da Guerra* (1777). Mas na Europa do final do século XVIII, foi provavelmente Dietrich von Bülow quem mais popularizou o uso do termo estratégia, através da sua obra *O Espírito do Novo Sistema de Guerra*<sup>9</sup> (1799). No início do século XIX este neologismo expandiu-se pelas diferentes línguas europeias: italiano (1805), sueco (1805), inglês (1810), espanhol (1817) e português (1831). Em Portugal a palavra terá surgido pela primeira vez na 4.<sup>a</sup> edição do *Diccionario da Lín-*

---

6 Sobre a origem da estratégia militar na Antiguidade Clássica grega ver, entre outros, Ober (1993: 62-67).

7 Foi na Atenas do século V a.C. que surgiu a função de estratega, tal como nos chegou historicamente documentada. As tribos gregas elegiam um colégio de estrategas no âmbito do qual emergia um chefe (Themistócles e, sobretudo, Péricles, são exemplos bem conhecidos), impondo a sua liderança.

8 A obra mais famosa de Maquiavel, *O Príncipe* (escrita em 1513 mas publicada só em 1531), poderia ser também incluída, numa visão abrangente da estratégia que vai para além do estrito domínio militar. Sendo essencialmente um tratado de governo e de “conselhos ao príncipe”, contém um pensamento estratégico ao nível da condução política do Estado.

9 O título original completo da obra de von Bülow é *Vom Geist des neuern Kriegssystems hergeleitet aus dem Grundsatzte einer Basis der Operationen auch für Laien in der Kriegskunst*.

*gua Portuguesa* de António Moraes da Silva (1831), provavelmente por tradução do Dicionário da Academia Francesa (Coutau-Bégarie, 1999: 61 e nota 22).

Um marco incontornável neste âmbito é o trabalho do general prussiano, Carl von Clausewitz, *Da Guerra*<sup>10</sup> (1832). Trata-se de uma obra usualmente considerada uma referência obrigatória do pensamento estratégico-militar ocidental. É também fácil constatar que é mais citada do que lida: “a guerra é a continuação da política por outros meios” é um caso óbvio de citação abundante, por conhecedores e não conhecedores, nalguns casos de forma descontextualizada e suscetível de induzir leituras distorcidas. A passagem da qual foi extraída a referida citação está inserida no Livro VIII, Capítulo VI, onde é dito o seguinte:

“[A guerra] é simplesmente a continuação da política por outros meios. Usamos deliberadamente a frase ‘por outros meios’ porque queremos deixar claro que a guerra em si mesma não suspende o processo político ou transforma-o em algo completamente diferente na sua essência. No essencial, esse processo continua independentemente dos meios que emprega. As linhas principais ao longo das quais os eventos militares progredem, estando por estas limitados, são linhas políticas que continuam através da guerra até à subsequente paz. Como poderia ser de outra forma?” (Clausewitz, 1976: 731)

O fenómeno é similar ao que ocorre com muitas outras obras clássicas, conhecidas, sobretudo, por autores e divulgadores interpostos. No caso de Clausewitz isto ocorre, entre outras razões, porque estamos perante um texto de leitura complexa e difícil. À dificuldade da leitura de Clausewitz não é estranho o carácter inacabado do trabalho<sup>11</sup>. Para além disso, a sua própria forma de escrever, abstrata e densa, denotando a influência filosófica de Kant, presta-se facilmente a equívocos num público geralmente pouco dado a divagações metafísicas. Uma outra referência fundamental deste período foi Antoine-Henri, Barão de Jomini. Tal como Clausewitz, adquiriu experiência militar de terreno e algum prestígio nas guerras napoleónicas. No seu mais influente livro *A Arte da Guerra* (1836)<sup>12</sup>, teorizou-a como abrangendo cinco grandes atividades: a estratégia em sentido estrito, a grande tática, a logística, a engenharia e a tática menor.

---

10 *Vom Kriege* (“Da Guerra”), no título original. Usamos a edição e tradução feita por Michael Howard (Universidade de Oxford) e Peter Paret (Universidade de Stanford), normalmente considerada como a melhor tradução em língua inglesa.

11 Foi publicado postumamente em 1832 (Clausewitz faleceu em 1831), por iniciativa de sua mulher, Marie von Clausewitz, quando a maior parte do texto se encontrava ainda em fase de preparação.

12 Ver Jomini (2004). Sobre a relevância do pensamento estratégico de Jomini ver também Bernardino (2012).

Em inícios do século XX surgiu um outro clássico da estratégia militar ocidental, constituído pelo trabalho de Basil Liddell Hart (1991) originalmente publicado sob o título *As Batalhas Decisivas da História* (1929). Entre outras contribuições, a este deve-se a difusão do conceito de “grande estratégia” cuja função era avaliar os recursos económicos e demográficos da nação para suportar as suas forças armadas<sup>13</sup>. O contexto histórico da sua teorização foram os dramáticos acontecimentos da história europeia e mundial ocorridos na primeira metade do século XX – a I Guerra Mundial, na versão original do livro de 1929, alargado, posteriormente, à II Guerra Mundial.

Importa notar que aquilo que aqui efetuámos foi uma descrição, necessariamente bastante simplificada e seletiva, sobre algumas das principais referências da estratégia militar que podemos considerar como clássica. Optámos por considerar apenas o período até às primeiras décadas do século XX, por ser o mais relevante para o objetivo desta análise. Vamos ver em seguida como este pensamento estratégico tende a ser usado em termos empresariais, na competição pelo domínio e/ou sobrevivência no mercado.

### **A Estratégia Militar e as Escolas da Estratégia Empresarial**

Para Keith Hoskin, Richard Macve e John Stone as relações entre a estratégia militar e a estratégia empresarial são, frequentemente, objeto de equívocos. Na origem desses equívocos, está, entre outros aspetos, o facto de se presumir uma continuidade, não interrompida, do seu significado desde a Antiguidade:

“[Há uma] presunção, feita demasiado facilmente, primeiro de que existe uma continuidade não quebrada no significado do termo, o qual recua à sua origem grega através dos seus desenvolvimentos subsequentes no mundo militar; segundo, que essa continuidade é importante. Os grandes nomes na estratégia apenas sublinham essa ‘verdade evidente por si própria’: Alexandre, Eneias, Aelianus Tacticus, Júlio César, Maquiavel, Frederico o Grande, Napoleão, Clausewitz, Bismarck, Moltke e Mahan. Tomados em conjunto, todos reforçam a ideia de que a estratégia é pré-eminentemente o produto da mente militar. De forma ‘autoevidente’ a estratégia entra nos negócios pelo domínio militar. Não é assim. Pelo contrário, um novo discurso sobre a estratégia militar foi inventado paralelamente à estratégia empresarial.”  
(Hoskin, 1997: 3)

---

13 No início da década de vinte do século XX, o general alemão Eric Ludendorff tinha também popularizado as ideias de guerra total e de política total – ambas passaram a ser designadas pela expressão abrangente de “estratégia total” após o fim da II Guerra Mundial.

Estes autores, influenciados pelas arqueologias-genealogias de Foucault<sup>14</sup>, afirmam ter encontrado discontinuidades que põem em causa a visão clássica da origem e evolução da estratégia. Na sua ótica, a estratégia, tal como é entendida modernamente, é um discurso e um saber que emerge, sensivelmente, a partir de meados do século XIX nos EUA. Anteriormente, a “estratégia era o general”. Apesar do termo existir desde a Antiguidade Clássica não tinha o mesmo conteúdo, ou seja era algo essencialmente restrito à condução de operações militares no terreno. Por exemplo, aspetos importantes da estratégia, como a logística e o planeamento feito através de um *staff*, eram totalmente estranhos. Para a configuração moderna, terá contribuído, decisivamente, a formação ministrada na academia militar norte-americana de West Point. Esta influenciou, naturalmente, os meios militares, mas também os meios empresariais. Na sua origem estão as interligações entre ambos, desde logo pelo facto de vários graduados de West Point terem, mais tarde, liderado grandes empresas norte-americanas. Estávamos num período de rápida expansão da economia norte-americana, no pós guerra civil (1861-1865). Neste contexto, o almirante Alfred T. Mahan<sup>15</sup> é apresentado como o primeiro teorizador moderno da estratégia (Hoskin, 1997: 15 e ss.)

Independentemente da pertinência das discontinuidades apontadas por Keith Hoskin, Richard Macve e John Stone – cuja análise e discussão detalhada extravasa deste artigo –, é fácil constatar um certo grau de influência da estratégia militar na área empresarial. Por simplificação, vamos restringir a análise ao período em que a estratégia empresarial surgiu como uma área autónoma<sup>16</sup> de estudo no âmbito da gestão empresarial, os inícios da década de sessenta do século XX. Importa, desde já, chamar à atenção que esse interesse e influência se processa de maneira heterogénea. Quer dizer, não impregna toda a teorização estratégica empresarial da mesma forma. Nalguns casos, a influência é pronunciada sendo assumidamente importados conceitos e teorias da estratégia militar e exploradas analogias com as situações de guerra. Em outros casos não há um interesse explícito, podendo, todavia, descortinar-se influências indiretas. Há casos ainda onde se verifica não existir qualquer tipo de influência relevante sobre a teorização da estratégia empresarial. Uma explicação para isto é que a estratégia empresarial, tal como a gestão, é uma

---

14 Sobre o uso das arqueologias-genealogias de Foucault no âmbito dos estudos políticos e internacionais ver Fernandes (2009: 107 e ss).

15 A obra mais emblemática de Alfred T. Mahan foi publicada em 1890 e intitula-se *The Influence of Seapower Upon History 1660-1783*. Está acessível a 12.ª edição datada de 1918 (originalmente editada pela Boston, Little Brown & Company) como eBook, através do Project Gutenberg, 2004/2007.

16 Um dos trabalhos pioneiros do estudo autónomo da estratégia empresarial, é o livro de Chandler (1962).

área pluridisciplinar e aberta a influências variadas<sup>17</sup>. Assim, essa influência projeta-se, desde logo, de acordo com a própria formação e sensibilidade de quem teoriza, ou pratica, a estratégia empresarial.

O domínio da estratégia empresarial é suficientemente heterogêneo e rico – eventualmente, também, algo caótico –, para nos dar múltiplas imagens. Não há, sequer, um conceito amplamente partilhado. “As definições do conceito de estratégia são quase tão numerosas quanto os autores que as referem. Existindo, embora, convergência em alguns aspetos que estão na base do conceito, o conteúdo e os processos de formação da estratégia são objeto de abordagens muito diversas que assentam na forma como os autores concebem a organização e entendem o seu funcionamento” (Nicolau, 2001: 3). Note-se que esta diversidade de conceptualizações não é exclusiva da estratégia empresarial. No âmbito da estratégia militar também existem, naturalmente, diferenças de conceptualização e, de forma algo similar, cada teorizador tende a propor a sua própria definição<sup>18</sup>.

Num esforço para organizar esta grande diversidade teórica, Henry Mintzberg, Bruce Ahlstrand e Joseph Lampel (1998) propuseram-se arrumá-la em dez escolas ou correntes de pensamento da estratégia empresarial. Assim, estes identificaram a existência das seguintes: (1) desenho (*design*); (2) planeamento; (3) posicionamento; (4) empreendedor (empreendedorismo); (6) cognitiva; (7) aprendizagem; (8) poder; (9) cultural; (10) ambiental. É através da escola do posicionamento – uma das escolas do *mainstream* – que a influência da estratégia militar mais se projeta na estratégia empresarial. (Secundariamente esta influência exerce-se, ainda que de forma indireta, noutras escolas da estratégia empresarial, como a escola do poder ou a escola do planeamento<sup>19</sup>. Mas não tem qualquer influência relevante nou-

---

17 Sobre as contribuições de várias disciplinas para a estratégia empresarial ver Carvalho e José Cruz Filipe (2008).

18 O que é fácil de constatar na abundante literatura sobre o assunto. Por exemplo, Hervé Coutau-Bégarie, *op. cit.* ant. p. 65, no seu primeiro ensaio de definição refere que as “definições de estratégia são inumeráveis. O comandante Mordacq identificou um grande número em *A Estratégia* (1912). O almirante Castex fez o mesmo na introdução das suas *Teorias Estratégicas* (1929), e podiam-se citar muitos mais. As definições clássicas concordam sobre a ideia de condução de operações, mas desencadeiam grande controvérsia sobre a estratégia-arte e a estratégia-ciência”. Mais à frente, no seu segundo ensaio de definição, Hervé Coutau-Bégarie, *op. cit.* ant. p. 73, tendo em conta a diversidade de conceptualizações existente, sugere uma definição de estratégia que lhe parece ser a mais adequada. Segundo este, “a abordagem mais adequada parece ser a do general André Beaufre: na sua *Introdução à Estratégia* (1963), identifica a estratégia como ‘uma dialética das vontades empregando a força para resolver o seu conflito’”. Em seguida, completa essa definição de Beaufre, inspirada em Joly de Mazeroy, da seguinte forma: “a estratégia é a dialética das inteligências, num meio conflitual, fundado sobre a utilização, ou a ameaça de utilização, de meios violentos para fins políticos”.

19 Escola do planeamento cuja principal obra de referência é a de Ansoff (1965).

tras como, por exemplo, a cognitiva.) Aqui inserem-se os contributos de empresas de consultadoria internacionalmente influentes, desde logo o *Boston Consulting Group*<sup>20</sup>, em paralelo com contributos de académicos bem conhecidos e prestigiados como Michael Porter<sup>21</sup>, este último com uma visão da estratégia essencialmente derivada dos modelos analíticos da economia industrial. Integra-se também aqui a influência da teoria dos jogos, originalmente criada por John von Neumann e Oskar Morgenstern (1944) e igualmente influente na estratégia político-militar<sup>22</sup>.

### **O Uso Empresarial da Estratégia Militar**

Como explicar o interesse empresarial pela estratégia militar? Pela maior elaboração e solidez dos seus conceitos e teorias? Pelo facto de os dois domínios – a competição/guerra entre Estados e a competição/guerra entre empresas no mercado – serem essencialmente parecidos? Ou a atração advém da procura de um “prestígio emprestado” por líderes com grande carga simbólica como Alexandre Magno, Frederico o Grande, ou Napoleão Bonaparte? Analisemos estas questões em seguida. A primeira é a de saber se a competição/guerra entre Estados e a competição/guerra entre empresas no mercado são comparáveis e úteis para o estudo empresarial. Para os teorizadores da estratégia militar, ou para aqueles que absorveram essa influência no mundo empresarial, a resposta é claramente afirmativa. Analisemos alguns exemplos. No âmbito da literatura portuguesa de estratégia empresarial encontramos vários casos dessa utilização, em Adriano Freire, Francisco Abreu ou Jorge Vasconcellos e Sá, entre outros. Adriano Freire (1997), um dos pioneiros da sua divulgação académica, faz-lhe referência na parte inicial de um livro<sup>23</sup> dedicado à estratégia, considerando o pensamento estratégico militar precursor do empresarial. Quanto a Francisco Abreu, para além de outros contributos<sup>24</sup> na área, efetuou uma abordagem comparativa de Sun Tzu e Clausewitz (Abreu, 2006), procurando demonstrar a rele-

---

20 Uma expressão óbvia desta influência encontra-se no livro sobre Clausewitz editado e comentado por Tiha von Ghyczy, Christopher Bassford e Bolko von Oetinger (1991).

21 Entre as múltiplas e influentes publicações de Michael Porter destaca-se Porter (1980). Destaca-se também o artigo Porter (1996: 62-79).

22 Por exemplo, na teorização portuguesa ver Santos (1983: 53-87).

23 Esta obra, do tipo manual académico, foi uma referência do pensamento estratégico empresarial da década de 1990 e objeto de sucessivas reedições.

24 Entre outras publicações, ver a obra de Fernandes (2004). Esta obra contém um interessante debate de ideias e um confronto de argumentos entre os dois autores/editores, sobre aspetos fundamentais da estratégia, entre os quais a questão da sua transposição para o campo empresarial. Inclui comentários de António Paulo Duarte, José Manuel Fonseca e Viriato Soromenho-Marques, bem como um posfácio do general Abel Cabral Couto, um dos principais teorizadores portugueses no campo político-militar.

vância do pensamento estratégico militar em termos empresariais. Para este, “entre o pensamento estratégico de raiz nacional e militar, por um lado, e a estratégia empresarial, por outro, existem áreas de contacto com elevado valor operacional e uma incontornável relação de estimulante cumplicidade”<sup>25</sup>. Por sua vez, Jorge Vasconcellos e Sá<sup>26</sup> sustentou, igualmente, o poder explicativo da comparação entre o militar e o empresarial. Enfatizou-o, até, de forma algo provocatória, no título de um seu livro (Sá, 1996) dedicado ao assunto. Nessa publicação cita Tucídides dizendo que este afirmou não ser a paz “mais do que um breve armistício num estado de permanente guerra”. Acrescenta em seguida: “Nos negócios, contudo, não há armistícios; a guerra é contínua” (Sá, 1996: 11). Mais à frente, e após descrever a campanha do general cartaginês, Aníbal, contra Roma (218 a.C.), para ilustrar uma situação militar, explica os conceitos de estratégia e de tática:

“A campanha de Aníbal ilustra de um modo claro a diferença entre estratégia e tática. Tal como os militares usam os termos, estratégia é a decisão respeitante ao lugar, tempo e condições de batalha, enquanto que tática tem a ver com a disposição e movimentos das forças durante a batalha (cavalaria, infantaria, artilharia, etc.) Ou seja, estratégia é antes da batalha, tática durante a batalha. Estratégia diz respeito a onde combater o inimigo (concorrência), tática a como o fazer. Ambas são importantes (condições necessárias para a vitória, mas trata-se de decisões distintas.” (Sá, 1996: 27)

Fora da literatura portuguesa de gestão empresarial é também fácil encontrar similares abordagens que, de alguma forma, influenciaram os teorizadores nacionais. Um caso interessante, até pelos particularismos da tradição político-estratégica francesa, é o de uma publicação do general Gil Fiévet<sup>27</sup>. Pela sua leitura verificamos que aí se encontra uma linha de análise, e de exploração das analogias entre o militar e o empresarial, bastante idêntica às que já referimos. Em termos conceptuais, este questionou o sentido da expressão “gestão estratégica” – usada tendencialmente como sinónimo de estratégia empresarial –, fazendo notar que se trata de uma redundância. Para Gil Fiévet, “uma gestão sem dimensão estratégica não é uma gestão”:

“Que pensar da locução gestão estratégica? A gestão é a função de direção e de administração da empresa. Esta função implica obrigatoriamente a fixa-

---

25 Ver Abreu, *op. cit* ant., sinopse do livro.

26 O autor tem um percurso na área académica e da consultadoria empresarial.

27 Gil Fiévet é um ex-professor da Escola Superior de Guerra em França. Foi autor do livro originalmente publicado sob o título *De la stratégie militaire à la stratégie d'entreprise* em 1992. Usamos aqui a tradução portuguesa intitulada *Da estratégia militar à estratégia empresarial*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1993.

ção de um fim e o estudo das vias e meios para o atingir (isto é, a definição de uma estratégia). A gestão é, pois, por excelência e por definição, o elo de desenvolvimento de uma estratégia. Qualificar a gestão de estratégia constitui, pois, um pleonasma (como dissemos um círculo redondo): uma gestão sem dimensão estratégica não é uma gestão.” (Fiévet, 1993: 259)

Um dos numerosos exemplos históricos a que Gil Fiévet recorre para exemplificar a relevância empresarial da estratégia militar é a batalha de Austerlitz<sup>28</sup>. Ocorrida em 1805, opôs a França de Napoleão Bonaparte a uma coligação de Estados chefiada pelo czar Alexandre I da Rússia e pelo imperador Francisco I da Áustria. Após essa explanação, faz a transposição das lições militares de Austerlitz para o terreno da competição empresarial através de um quadro similar ao que a seguir se apresenta. Segundo Gilles Fiévet, teorizadores do marketing como Philip Kotler inspiraram-se na estratégia militar quando definiram quatro tipos de estratégias concorrenciais para as empresas: (1) a do líder; (2) a do provocador; (3) a do seguidor; (4) e a do especialista (Fiévet, 1993: 260). Também a matriz de análise SWOT<sup>29</sup> ao examinar as forças e fraquezas de uma empresa, permitindo salientar “as oportunidades e ameaças que se lhe podem apresentar” aproxima-se significativamente do “método do raciocínio tático, que compara as maneiras de agir aliadas e inimigas” (Fiévet, 1993: 247). Assim, a aplicação do raciocínio tático à realidade empresarial poderá ser feita da maneira que a seguir se exemplifica.

Importa notar que o interesse pela estratégia militar é também evidente em teorizadores e publicações norte-americanas de influência internacional. Nos primórdios do pós-Guerra Fria, o conhecido teorizador norte-americano da estratégia político-militar, Edward N. Luttwak (1990: 17-24), sustentou que estávamos a assistir ao início de uma nova era de competição económico-comercial, a qual designou por geoeconomia<sup>30</sup>. Esta iria substituir, pelo menos entre o mundo desenvolvido, as tradicionais rivalidades geopolíticas, trazendo consigo uma perda de importância relativa do poder militar e da diplomacia tradicional. Assim, o terreno da competição entre Estados, e por inerência da estratégia, transferia-se, progressivamente, da competição político-militar para a competição económico-comercial. Paralelamente aos Estados – o ator de referência tradicional da estratégia e do pensamento realista político –, as empresas, especialmente as grandes multinacionais, começavam a ocupar um lugar de relevo na teorização e formulação das estratégias nacionais.

---

28 A batalha de Austerlitz deu-se na Morávia, uma província da atual República Checa. É um dos exemplos mais utilizados para celebrar o génio militar de Napoleão e para demonstrar como uma superioridade estratégica (e tática) pode levar à vitória sobre forças mais numerosas.

29 *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades).

30 Ver, entre outras publicações, Luttwak (2002), obra originalmente publicada em 1990.

**Quadro 1** – Os Ensinamentos Estratégicos para a Empresa da Batalha de Austerlitz

Os ensinamentos	As questões
É no sistema de campanha que se concebe o sistema de uma batalha.	A ação empreendida inscreve-se numa situação considerada uma ação global?
Napoleão prevê as reações e a manobra do inimigo.	A empresa procura adotar um visão prospetiva, destinada a discernir o futuro?
Ganha a batalha da informação.	A empresa procura recolher o máximo de informações antes de tomar decisões?
Define uma ideia de manobra adaptada que assegurará a coesão das manobras dos subordinados.	A empresa tem o cuidado de definir uma ideia de manobra geral que será um guia para conduzir a ação?
A ideia da manobra inspira-se nos princípios da concentração de esforços e da liberdade de ação.	A ideia de manobra fixada define claramente um eixo de esforço e salvaguarda ao máximo a liberdade de ação?
Traduz-se na criação de um sistema organizado, adaptável e de bom desempenho em aplicação do princípio da economia de forças.	A empresa cria uma estrutura, uma organização ou um sistema capaz de conduzir o projeto levando-o a bom termo?
Napoleão empenha-se, assume as responsabilidades e conduz a ação tomando as decisões que se impõem.	A alta direção implica-se real e voluntariamente na ação?
O comando soube criar um clima de confiança. Todos aderem e participam ardentemente na ação.	A alta direção e os restantes quadros dirigentes são capazes de suscitar confiança, adesão e participação entre o pessoal?
Napoleão conduz a ação no terreno do princípio ao fim, adaptando-a aos imponderáveis da situação.	Os responsáveis pela ação estão presentes no terreno?
O exército de Napoleão é um instrumento organizado e perfeitamente elaborado.	Qual é o vigor do instrumento utilizado? Qual a qualidade e grau de profissionalismo?

Fonte: Fiévet (1993: 249), adaptação.

**Quadro 2 – A Aplicação à Empresa do Raciocínio Militar Tático**

Conceitos militares	Aplicação à empresa
<b>Atitude ofensiva</b>	
Descoberta	Criar um produto totalmente novo.
Reconhecimento	Penetrar no mercado (teoria do posicionamento: primeiro mercado).
Manobra de resistência	Lutar contra um produto atuando por meio de um produto similar, ou num setor de mercado, etc.
Ataque em escalão	Procurar um domínio progressivo do mercado tentando promover outros modelos em outros setores.
Ataque em força	Baixar radicalmente o preço de um produto face ao de um concorrente que se quer suplantar.
Exploração	Desenvolver um produto rendível no mercado.
Continuação	Alargar a exploração de um produto rendível desenvolvendo uma gama de produtos.
<b>Atitude defensiva</b>	
Delimitação	Vigiar um produto concorrente competitivo para o reconhecer, o situar e avaliar as zonas de vulnerabilidade ou fraqueza.
Ação retardatária	Perturbar temporariamente um produto concorrente para ganhar tempo antes de poder atacá-lo ou manobrar.
Interrupção	Bloquear a ação inimiga tomando o ataque menos interessante: por exemplo, redução de preços.
Defesa firme	Lutar para defender um produto em todos os domínios frente a um concorrente ameaçador.
Contra-ataque	Atacar o concorrente no seu próprio terreno: mercado publicidade, preço, acondicionamento, etc.
Importunação	Desenvolver ações difusas em diferentes domínios para perturbar um produto concorrente.

Fonte: Fiévet (1993: 262), adaptação.

Do lado empresarial, publicações como a prestigiada *Harvard Business Review* evidenciavam também um interesse pela estratégia político-militar e as suas possíveis aplicações num mundo dos negócios cada vez mais concorrencial. Por exemplo, em 2002, Eric K. Clemons e Jason A. Santamaria (2002: 4-11), assinavam um artigo onde discutiam a possibilidade de o recurso à nova estratégia militar poder levar à vitória no terreno empresarial. Mais recentemente, Jeff Weiss, Aram Donigian e Jonathan Hughes (2010: 1-8) publicaram um outro artigo sobre negociações extremas. Nele discutiam a relevância da aprendizagem com os militares norte-americanos no Afeganistão, para saber gerir situações empresariais de alto risco, nas quais o que está em jogo é particularmente determinante para o futuro sucesso ou fracasso da empresa.

### **Os Danos Colaterais da Competição no Mercado Vista como Guerra**

O uso empresarial da estratégia militar levanta, pelo menos, duas questões importantes. Uma é sobre a adequação científica dessa transposição à realidade empresarial. A outra é a das suas possíveis consequências sociais e éticas. Quanto à primeira questão, parece-nos razoável reconhecer existirem algumas similitudes entre os dois campos. Podem ser encontradas, por exemplo, na existência de vários níveis de estratégia, nos aspetos de liderança e motivação, na cadeia de comando e níveis hierárquicos, em questões de logística, ou na necessidade de conceção de planos estratégicos. Essas são similitudes que permitem transposições potencialmente úteis e enriquecedoras da compreensão em contexto empresarial. Todavia, fica em aberto a questão dos contornos exatos dessas similitudes, ou seja, de saber, com alguma minúcia, o que é comparável e até onde podemos, ou devemos, levar a comparação. Por exemplo, se o confronto militar entre exércitos num campo de batalha pode ser comparado ao confronto, no mercado, entre concorrentes empresariais, até onde é aceitável levar a comparação? A estratégia e tática militares devem ser vistas apenas como sugestivas metáforas, que estimulam a imaginação empresarial e ajudam a compreender o que ocorre na competição? Ou, bastante mais do que isso, ser objeto de assumidas transposições e uso generalizado na teoria e prática do mundo dos negócios? Mas, se optarmos por esta segunda possibilidade, não estamos, voluntária ou involuntariamente, a criar na competição empresarial um quadro mental tendencialmente extremo, acabando por legitimar atitudes e práticas individuais e empresariais nocivas ou até destrutivas para a sociedade?

Um olhar com mais profundidade para o campo da estratégia militar mostra-nos como esse risco é bem real. Para que as analogias entre o militar e o empresarial sejam efetuadas de forma cientificamente aceitável é necessário um bom conhecimento de ambos os domínios. Esse conhecimento implica – e este é um aspeto que

importa não perder de vista –, ter também uma noção das consequências negativas que algumas ideias e teorias já produziram, sob pena de se poder cair em erros idênticos. Assim, que dizer da sedução pela estratégia militar clássica, por exemplo pela obra de Clausewitz, existente em certos meios empresariais? Não é a obra de Clausewitz, independentemente de méritos indubitáveis, a expressão de uma época onde a guerra era vista – apesar de todas as suas consequências negativas em perdas de vidas humanas, destruição e sofrimento –, como um “normal” instrumento de política externa? Não estamos, por isso, ao transpô-la para o terreno empresarial, a incrementar, ainda mais, a tendência para uma competição agressiva e extrema, no sentido mais negativo da palavra? E que dizer das consequências sociais e éticas dessa transposição, quando a estratégia militar é, sobretudo, uma expressão do realismo, o qual se vê, a si próprio, como integrando uma esfera amoral da vida humana? A ironia é também que esta sedução empresarial ocorre quando tais ideias sobre a guerra são objeto de uma rejeição crescente no seu campo de origem<sup>31</sup>.

Uma variante deste problema é a sedução empresarial pela analogia (metáfora?) da competição entre as empresas no mercado – e a sua luta pela sobrevivência neste –, com a competição entre os seres vivos através do processo de seleção natural das espécies. O caso clássico<sup>32</sup> é o do artigo de Bruce D. Henderson (1989: 139-143), sobre a origem da estratégia, na *Harvard Business Review*. O seu autor foi um influente vulto do mundo empresarial, tendo fundado, em 1963, uma das mais conhecidas e prestigiadas empresas de consultadoria a nível internacional – o já referido Boston Consulting Group (BCG)<sup>33</sup>. Nesse artigo, argumentou que “os seres humanos podem estar no topo da cadeia biológica, mas continuam a ser membros da comunidade biológica. Por isso, Darwin é provavelmente um melhor guia para a competição empresarial do que são os economistas”. Para Bruce

---

31 Há um claro esforço da comunidade internacional na proibição do uso da guerra como instrumento de política externa, iniciado após a experiência devastadora da I Guerra Mundial, com a instituição da Sociedade das Nações (SdN). Este esforço teve continuidade no atual dispositivo da Carta das Nações Unidas de 1945. A exceção legalmente admitida é o direito de legítima defesa dos Estados.

32 Hoje, com a Internet e o aparecimento da economia digital surgiu um novo terreno para esta transposição. Um dos primeiros a explorar esta analogia foi Schwartz (1999). Todavia, trata-se, essencialmente, de um título provocatório para aguçar a curiosidade do leitor. Uma verificação sumária do conteúdo da obra permite constatar que se resume a escassas citações de *A Origem das Espécies* de Darwin, efetuadas sobretudo no texto inicial e nas páginas finais do livro. Estas são completadas com breves comentários sugerindo a sua relevância para a competição na era da economia digital.

33 Ver a informação sobre a história do BCG e Bruce D. Henderson disponível no site oficial da empresa em [http://www.bcg.com/about\\_bcg/history/default.aspx](http://www.bcg.com/about_bcg/history/default.aspx), Acedido a 2 julho 2013.

D. Henderson as “teorias económicas clássicas da competição empresarial são tão simplistas e estéreis que têm sido menos contributo para sua compreensão do que um obstáculo a esta”. Este criticou ainda o facto de as teorias económicas usarem como “quadro de referência a ‘competição perfeita’ uma abstracção teórica que nunca existiu, nem pode existir. Em contraste, *A Origem das Espécies*<sup>34</sup> de Charles Darwin, publicada em 1859, traça uma perspectiva e ponto de partida mais frutuoso para a estratégia empresarial” (Henderson, 1989: 143). Algumas reflexões sobre a guerra e a competição geopolítica entre Estados integram também o pensamento de Bruce D. Henderson sobre a estratégia. Atente-se neste excerto:

“[...] na geopolítica e assuntos militares, tal como nos negócios, longos períodos de equilíbrio alternam com profundas mudanças nas relações competitivas. É o velho padrão da guerra e paz e da guerra novamente. A competição natural continua durante os períodos de paz. Nos negócios, todavia, a paz é cada vez mais rara. Quando um concorrente agressivo lança uma estratégia bem sucedida todo o restante negócio, com o qual este compete, deverá responder com igual visão e afetação de recursos.” (Henderson, 1989: 143)

Todavia, também neste caso, um olhar atento para o assunto obriga a refletir sobre os riscos do uso desta teoria fora do seu campo de origem. Implicitamente, exprime-se aqui uma visão da competição empresarial, e da natureza humana, próxima do “estado de natureza” hobbesiano (Hobbes, 1978) onde o “homem é o lobo do homem” (*homo homini lupus*)<sup>35</sup>. Nesta ótica, a “guerra de todos contra todos” (*bellum omnium contra omnes*) adquire igualmente estatuto de normalidade. Por outro lado, e voltando à teoria de Darwin, há vários casos de transposição para fora da biologia. A estratégia empresarial é apenas um recém chegado. O problema é que algumas dessas transposições foram abusivas e provocaram consequências sociais negativas. É uma lição que não deve ser ignorada. Apenas um exemplo a reter. No âmbito da geoestratégia e da geopolítica<sup>36</sup>, surgiu, há cerca de um século

---

34 A obra original de Charles Darwin intitulava-se *On the Origin of Species by means of Natural Selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* e foi publicada em 1859. Está acessível em <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?pageseq=1&itemID=F373&viewtype=text>. Acedida a 2 julho 2013.

35 Para uma crítica deste tipo de conceções aplicadas à competição empresarial ver Grupo de Lisboa (1994: 145-147).

36 Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX foi abusivamente transposta da sua área de origem – a biologia e a evolução e competição das espécies –, para a competição entre os Estados. Voluntária ou involuntariamente, Friedrich Ratzel (com a teoria dos espaços e leis do crescimento territorial do Estado), Rudolf Kjellén (com uma conceção

atrás, “uma conceção darwinista do poder”. O seu pressuposto “científico” era o de que as sociedades humanas, tal como as espécies biológicas, “progridem pela competição e seleção. A consequência que daí resultou foi a guerra ser legitimada “como uma nobre forma de vida” (Moreira, 1996: 220) alimentando a engrenagem dos grandes conflitos militares que marcaram negativamente a primeira metade do século XX.

### **A Necessidade de Levar a Estratégia (e a Ética) a Sério<sup>37</sup>**

Podem, naturalmente, existir leituras de outro tipo sobre as razões do uso da estratégia militar na competição empresarial, bem como para as suas possíveis consequências. Uma é de tipo psicológico e de *status* social-profissional. Como assinalaram Keith Hoskin, Richard Macve e John Stone<sup>38</sup>, a comparação excita, provelmente, a imaginação empresarial e confere *status* emprestado. Permite ao CEO<sup>39</sup> de sucesso ver-se no lugar de comandante de exércitos e sentir-se endeusado através citações do género “os generais que se opunham a Frederico o Grande atuavam de acordo com instruções – o que implicava que a precaução fosse uma das suas características. Mas agora o opositor dos áustriacos e prussianos foi – por assim dizer – o próprio Deus da Guerra” (Clausewitz, 1976: 706) (Napoleão Bonaparte). Nesta interpretação estaremos mais perante uma “fantasia empresarial de autojustificação”, do que perante transposições com potenciais consequências sociais negativas.

Uma outra leitura permite ver a competição capitalista nos mercados como sublimador de “paixões nocivas” – leia-se guerreiras. Esta ideia foi apresentada num curioso livro de Albert O. Hirschman (1997), que analisa a sua génese e evolução desde a Europa dos séculos XVII e XVIII. A competição pelo domínio do mercado terá absorvido a vontade de triunfo e de reconhecimento do ser humano. Essa é também a interpretação mais recentemente feita por Francis Fukuyama (1992). Para este, o desejo de reconhecimento – aquilo a que chamou *thymos* –, e a luta pelo reconhecimento, foram, no passado, o motor fundamental da guerra e da história. Mas o triunfo do capitalismo liberal, após o final da Guerra Fria, teria alterado a

---

biológico-organicista do Estado considerado uma espécie de ser vivo) e Karl Haushofer (teses do espaço-vital, teoria das pan-regiões e dos Estados-diretores em luta pela hegemonia mundial), criaram um *corpus* pseudo-científico que serviu para racionalizar e legitimar formas agressivas e belicistas de poder. Para mais desenvolvimentos ver Fernandes (2003: 222-244).

37 Parafraaseamos o título do artigo de Whittington *et. al.* (2003: 396-409).

38 Ver citação inicial deste artigo em Hoskin (1997: 3).

39 *Chief Executive Officer* (CEO) é a designação em língua inglesa para o responsável máximo da empresa e pela sua estratégia.

---

propensão humana para o confronto militar. A competição empresarial pelo domínio do mercado surgiu como a sua nova arena (Fukuyama, 1992: 21). Competir pelo domínio do mercado, em vez de competir pelo domínio de outros seres humanos pela força física e das armas, pode ser considerado um progresso. Sem dúvida que sim. Todavia, os desenvolvimentos das últimas décadas mostraram como os efeitos secundários inerentes a esta transformação, foram, frequentemente, subestimados. Particularmente subestimado foi o facto da exacerbação da competição capitalista pela sobrevivência ou domínio dos mercados, poder, ela própria, ter como efeitos secundários a sua transformação numa “paixão nociva”. Isto com consequências sociais negativas, desde logo pelo crescente número dos vencidos/excluídos do mercado, mas também pelos prejuízos causados à abordagem ética no mundo dos negócios.

Poderia objetar-se a isto que as empresas se têm autoregulado nas últimas décadas, assistindo-se a uma crescente adoção de códigos de conduta e outros instrumentos de ética/responsabilidade social. Mas a questão que inevitavelmente se coloca é a de saber como é conciliado, na prática, o transpersonalismo amoral frequentemente subjacente ao pensamento estratégico militar e empresarial, com o personalismo humanista influente nos códigos éticos e na responsabilidade social. Por outras palavras, quando a ética e a estratégia conflituam, o que prevalece? A resposta parece bastante clara: prevalece a estratégia. Podemos encarar isso como normal, se não mesmo necessário, ou ter uma visão crítica dessa subordinação. Em linha com a primeira atitude encontramos, entre outros, Michael Porter. Tendo um pensamento estratégico empresarial que se insere, como já vimos, na escola do posicionamento – onde a estratégia militar mais se faz sentir –, Porter, defende, claramente, um uso estratégico da ética/responsabilidade social (Porter, 2006). Em contraponto, uma visão crítica pode resultar da incómoda interrogação feita por Bryan W. Husted e David B. Allen (2000: 21-31): é ético usar a ética como estratégia? A resposta, pelo menos na perspectiva dos críticos mais cáusticos, indica que sob a cortina de fumo da ética empresarial não há uma ética *per se*, apenas um uso desta “parcialmente manipulatório”. Assim, a “dissimulação e o cálculo estratégico” (Lapovetski, 1994: 309) tendem a ser dominantes num ambiente de competição extrema. Como mostraram Richard Whittington *et al.*<sup>40</sup> na sua reflexão sobre a estratégia enquanto disciplina académica e prática social, esta discussão não é meramente teórica, existindo já um historial de sérias consequências empresariais e sociais negativas por uso indevido desta.

---

40 Ver o já citado artigo de Whittington (2003). Particularmente interessante é a análise feita pelos autores sobre o caso Enron e a discussão do papel da estratégia empresarial, entendida como disciplina académico-científica e prática social.

### Conclusões

A influência da estratégia militar na estratégia empresarial é variável num campo aberto a múltiplas contribuições de diferentes origens. Esta faz-se sentir sobretudo através da escola do posicionamento, uma das abordagens do *mainstream*. É visível quer ao nível conceptual (estratégia, tática, etc.), quer em “casos de estudo” (grandes batalhas, lideranças mobilizadoras de chefes político-militares, etc.). Para esta corrente da estratégia, o estudo da competição estadual e da guerra são úteis para analisar e compreender a competição entre empresas e a sua luta pelo domínio ou sobrevivência no mercado local, nacional ou global. Não sendo resultado da transposição de ideias e conceitos da estratégia militar, mas interligando-se frequentemente com estes, e com a ideia de que o mundo dos negócios vive em estado permanente de guerra, encontra-se a teoria da evolução das espécies, transposta da biologia para o campo empresarial. Os seus ensinamentos sobre a competição entre os seres vivos pela sobrevivência e o processo de seleção natural das espécies, são frequentemente vistos como uma lição relevante para as empresas, em competição pela permanência ou liderança do mercado.

É razoável admitir a existência de determinados paralelismos entre o militar e o empresarial – por exemplo, na liderança, na logística, ou nos planos estratégicos –, que permitem transposições úteis e enriquecedoras da compreensão em contexto empresarial. Mas isso não encerra a questão do seu uso fora do campo original. Para que as analogias sejam exploradas com rigor analítico, é necessário, desde logo, que as situações possam ser comparáveis, mas isso nem sempre é evidente em si mesmo e isento de reparos. Por outro lado, impõe-se um bom conhecimento do militar e do empresarial, uma tarefa não muito simples dada a especificidade de cada área. Isso evitará, entre outros problemas, utilizações abusivas ou descontextualizadas de nomes como Tucídides, Maquiavel, Clausewitz, ou Liddell Hart, entre outros. Evitará, também, que se crie uma visão simplista de uma continuidade linear da estratégia, da Antiguidade aos tempos modernos, de que o CEO de hoje seria o principal herdeiro.

Por último, há ainda um outro aspeto da questão frequentemente subestimado mas não menos importante do que o rigor técnico-científico. É necessário que exista uma clara noção das consequências sociais e éticas negativas que algumas ideias e teorias já produziram no passado, sob pena de repetição dos mesmos erros, ainda que sob outras formas. A criação, no mundo dos negócios, de um quadro mental de guerra permanente, associado à ideia da seleção natural pela competição no mercado, parece-nos bastante criticável. É um *cocktail* explosivo que usa e, sobretudo, abusa, de ideias oriundas de outros campos (a guerra e a biologia), negligenciando as consequências sociais nefastas que a sua apropriação indevida já produziu.

## Referências

- Abreu, Francisco (2006). *Estratégia – o Grande Debate: Sun Tzu e Clausewitz*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Ansoff, Igor (1964). *Corporate Strategy: Techniques for Analysing Industries and Competitors*. New York: McGraw-Hill.
- Bernardino, Luís Manuel Brás (2012). “Conceitos Atuais da Estratégia Militar de Jomini. A Arte da Guerra Antoine Henri Jomini (1779-1869)”. *Revista Militar*. Acessível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=728](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=728). Acedido a 30 junho 2013.
- Carvalho, José Crespo e José Cruz Filipe (2008). *Manual de Estratégia. Conceitos, Prática e Roteiro* (2.ª ed.). Lisboa: Ed. Sílabo.
- Chandler, Alfred D. (1962). *Strategy and Structure: Chapters in the History of the Industrial Enterprise*. Cambridge: MIT Press.
- Clausewitz, Carl von (1976). *On War* (trad. ing. 1976, 3.ª ed. 1993). New York: Alfred A. Knopf-Random House.
- Clemons, Eric K. e Jason A. Santamari (2002). “Maneuver Warfare: Can Modern Military Strategy Lead You to Victory?”. *Harvard Business Review*, abril.
- Coutau-Bégarie, Hervé (1999). *Traité de Stratégie* (2ª ed.). Paris: Economica.
- Darwin, Charles (1859). *On the Origin of Species by Means of Natural Selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. Acessível em <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?pageseq=1&itemID=F373&viewtype=text>. Acedida a 2 julho 2013.
- Fernandes, António Horta e Francisco Abreu (2004). *Pensar a Estratégia. Do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2003). “A Geopolítica Clássica Revisitada”. *Nação e Defesa* nº105.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2009). *Teorias das Relações Internacionais: da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Fiévet, Gil (1993). *Da Estratégia Militar à Estratégia Empresarial*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Freire, Adriano (1997). *Estratégia. Sucesso em Portugal*. Lisboa: Editoral Verbo.
- Fukuyama, Francis (1992). *O Fim da História e o Último Homem* (trad. port.). Lisboa: Gradiva.
- Ghytczy, Tiha von Christopher Bassford e Bolko von Oetinger (1991). *Clausewitz on Strategy: Inspiration and Insight from a Master Strategist*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Grupo de Lisboa (1994). *Limites à Competição*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Hart, Basil Liddell (1991). *Strategy* (ed. revista de *Decisive Wars of History*, 1929). New York: Meridian/Penguin Group.

- Henderson, Bruce D. (1989). "The Origin of Strategy". *Harvard Business Review*, novembro-dezembro.
- Heuser, Beatrice (2010). *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hirschman, Albert O. (1997). *As Paixões e os Interesses. Argumentos Políticos para o Capitalismo antes do seu Triunfo* (trad. port.). Lisboa: Bizâncio.
- Hobbes, Thomas (1978). *Lheviatan or the Matter, Form and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoskin, Keith, Richard Macve e John Stone (1997). *The Historical Genesis of Modern Business and Military Strategy: 1850–1950*. Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference, Manchester, 7-9 julho.
- Husted, Bryan W. e David B. Allen (2000). "Is It Ethical to Use Ethics as Strategy?". *Journal of Business Ethics* n° 1-2.
- Jomini, Antoine Henri (Barão de) (2004). *The Art of War* (trad. ingl. de *Précis de l'Art de la Guerre* originalmente publicado em 1836). West Point NY: US Military Academy, 1862. The Project Gutenberg eBook.
- Lipovetski, Gilles (1994). *O Crepúsculo do Dever. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos* (trad. port.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Luttwak, Edward N. (1990). "From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce". *The National Interest*, junho.
- Luttwak, Edward N. (2002). *Strategy: the Logic of War and Peace* (2.ª ed. revista e alargada). Cambridge MA: Harvard University Press.
- Mahan, Alfred T. (2004/2007). *The Influence of Seapower upon History 1660-1783*. Está acessível a 12.ª edição datada de 1918 originalmente editada pela Boston, Little Brown & Company, como eBook, através do Project Gutenberg.
- Maquiavel, Nicolau (sem data). *O Príncipe*. MemMartins: Edições Europa-América.
- Mintzberg, Henry Bruce Ahlstrand e Joseph Lampel (1998). *Strategy Safari: A Guided Tour through the Wilds of Strategic Management*. New York: The Free Press.
- Moreira, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Neumann, John von e Oskar Morgenstern (1944). *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton-New Jersey: Princeton University Press.
- Nicolau, Isabel (2001). *O Conceito de Estratégia*. INDEG/ISCTE.
- Ober, Josiah (1993). "The Origin of Strategy". *MHQ: The Quarterly Journal of Military History* n° 3.
- Porter, Michael (1980). *Competitive Strategy: Techniques for Analysing Industries and Competitors*. New York: The Free Press.

- Porter, Michael (1996). "What is Strategy?". *Harvard Business Review*, novembro-dezembro.
- Porter, Michael e Mark Kramer (2006). "Strategy & Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility". *Harvard Business Review*, dezembro.
- Sá, Jorge A. Vasconcellos e (1996). *Os Senhores da Guerra*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Santos, Loureiro dos (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Schwartz, Evan (1999). *Digital Darwinism: Seven Breakthrough Strategies for Surviving in the Cutthroat Web Economy*. New York: Broadway Books.
- Weiss, Jeff; Aram Donigian e Jonathan Hughes (2010). "Extreme Negotiations". *Harvard Business Review*, novembro.
- Whittington, Richard *et. al.* (2003). "Taking Strategy Seriously Responsibility and Reform for an Important Social Practice". *Journal of Management Inquiry* n.º 4.

# O Conceito Estratégico e o Modelo Policial

Carlos Manuel Gervásio Branco

*Coronel da Guarda Nacional Republicana. Membro do Grupo de Estudos e Reflexão da Guarda (GERG). Desempenha actualmente funções de juiz militar nas varas criminais de Lisboa.*

## Resumo

Foram recentemente apresentadas as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (GOCEDN) e aprovado o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

Daqueles documentos, destacam-se dois aspetos: o de uma “visão global e integrada da segurança e defesa” e o da opção, por um “modelo de dupla componente policial”.

Quanto ao primeiro e por muito boas intenções que existam, persiste um entrave incontornável à adoção de um conceito abrangente e integrador de Segurança Nacional – o texto constitucional.

Já o segundo, relativo à opção pelo modelo dual, dado o estado da arte do atual sistema policial português, qualquer alteração teria que passar por dois planos, o da diferenciação entre a GNR e a PSP, e o da distribuição das atuais atribuições e competências dos serviços de segurança por aquelas duas forças.

## Abstract

*The Grand Options of the National Defence Strategic Concept (GOCEDN) and the National Defence Strategic Concept (CEDN) were recently presented and approved.*

*Based on these documents, two aspects are relevant: the “global and integrated vision of security and defense” and the option over a “dual component police model.”*

*As far as the first one is concerned, despite the very good intentions that might exist, it remains an unavoidable obstacle to the adoption of a comprehensive and inclusive concept of national security, which is the constitutional text.*

*As for the second, due to the present “state of the art” of Portuguese police system, any change would have to go through two plans: the differentiation between the GNR and PSP, and the distribution of current competencies and responsibilities of the security services between these two forces.*

## Introdução

O Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional ou de Segurança Nacional, elaborado por um alargado conjunto de individualidades, deu origem às Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (GOCEDN), de que derivou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) recentemente publicado.

De entre a abrangente abordagem feita por aqueles documentos, destacarei, por relevantes para esta temática, dois aspetos: o de uma *“visão global e integrada da segurança e defesa”* e o da opção por um *“modelo de segurança interna dual ou de dupla componente policial”*.

Ainda nesta senda, já o Programa do XIX Governo Constitucional era claro quanto às opções políticas enunciadas neste âmbito, naturalmente em sintonia com os dois aspetos antes referidos.

Assim, o Programa do Governo, no capítulo relativo à Administração Interna, refere: *“Importa, por isso mesmo, compreender em permanência que a segurança não pode funcionar numa lógica de compartimentos estanques, seja nos domínios que lhe sejam específicos, seja na ligação com outras áreas à qual se encontra necessariamente ligada, como sucede com a Defesa e a Justiça”*. Para mais adiante se propõe *“promover medidas que propiciem uma maior articulação, no terreno, entre as forças e serviços de segurança, confirmando a opção pela existência de um sistema de segurança dual, assente numa vertente civil e numa vertente militarizada...”*. E ainda, agora na área da Defesa Nacional, entre outras medidas, consta a seguinte: *“Reforçar os mecanismos de coordenação com as estruturas dependentes do Ministério da Administração Interna nos domínios em que exista complementaridade e possibilidade de gerar maior eficácia de atuação, bem como economias de escala”*.

Também nas Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, de 2013, é afirmado: *“O sistema de segurança interna não deve ser considerado isoladamente, mas antes integrado no sistema mais amplo e abrangente de segurança nacional, que faz apelo aos princípios da complementaridade e interdependência entre todas as suas componentes”*. Ao que acrescenta que *“O sistema português de segurança interna pode incluir-se nos denominados modelos dualistas ou de dupla componente policial. Importa, todavia, reconhecer a necessidade de clarificar este modelo conceptual, definindo com precisão as atribuições e competências de cada componente e eliminando as redundâncias existentes, de modo a torná-lo mais eficiente.”* Para no domínio das Forças Armadas (FFAA) dizer: *“Aprofundar a cooperação entre as FFAA e as forças e serviços de segurança (FFSS) em missões no combate a agressões e às ameaças transnacionais...”*

Sendo certo que os objetivos enunciados, quer pelo Programa do Governo, quer pelas GOCEDN, passam por um tratamento integrado da segurança interna no seio da segurança nacional e pela opção por um sistema dual, fazendo apelo aos princípios da *“interdependência”* e da *“complementaridade”*, parece oportuno analisar os mesmos, sob duas perspetivas, cuja correlação é evidente. Por um lado,

a da explicitação do que são os modelos dualistas ou de dupla componente policial, a que se pretende chegar, e a da análise do atual sistema policial português, de onde se parte. E, por outro, a questão da integração do sistema de segurança interna no seio da segurança nacional, os princípios da interdependência e da complementaridade, bem como a cooperação entre FFAA e FFSS.

Começemos por estes últimos aspetos, ou seja, o de uma visão integrada da segurança e o da cooperação entre as Forças Armadas e as forças de segurança.

“Em face do crescendo de importância da Segurança Humana e das novas ameaças transnacionais, que no seu conjunto anulam as tradicionais fronteiras entre a segurança interna e externa, Portugal precisa de dispor, em qualquer momento, de competências e capacidades para atuar rapidamente (sem ser necessário passar do estado de normalidade para os atuais estados de exceção) com todos os instrumentos da segurança e defesa. Nessas situações, é fundamental o empenhamento das FA a título de excecionalidade (quando as forças de segurança já não tenham capacidade para lidar com a situação) e em complemento das FSSS, numa perspetiva ampla e multidisciplinar de uma Segurança entendida como necessidade coletiva e direito dos cidadãos” (Borges, 2013).

Contudo, e por muito boas intenções que existam, persiste um entrave incontornável à adoção de um conceito abrangente e integrador de Segurança Nacional, refiro-me ao texto constitucional. Deste, resulta uma clara compartimentação entre as ameaças externas e internas e entre as Forças Armadas e as forças de segurança, onde a defesa nacional se restringe às agressões e ameaças externas, independentemente de quaisquer outras considerações e onde a criação do conceito de “ameaças transnacionais”, não resolve o problema.

Acresce no entanto, como um verdadeiro paradoxo, a intervenção das FFAA em típicas missões de “polícia”, no que ao mar diz respeito, através da Armada e da Força Aérea, sem que até agora tenha perigado a nossa democracia ou o estado de direito, e do que são bons exemplos as operações de fiscalização das águas territoriais relativamente às pescas, ao combate ao tráfico de droga e à imigração ilegal, estas últimas em cooperação com os serviços de segurança interna e que, pela primeira vez, vêm referenciadas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2013).

A este propósito, não será despidendo acrescentar que a opção pelo modelo dual de segurança interna, é facilitadora da cooperação entre as Forças Armadas e de segurança, dada a existência no modelo de uma força militar de segurança, cujo posicionamento é o de interface, entre a dita segurança interna e a defesa nacional, mas que, quer a Lei de Defesa Nacional (LDN), a Lei de Segurança Interna (LSI) ou Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), não tiveram em consideração, desperdiçando uma capacidade existente no sistema.

### **Os Sistemas Policiais**

Antes de abordar o modelo dual, que constitui o cerne deste texto, importa começar por uma breve apresentação dos sistemas policiais em geral, onde naturalmente os modelos dualistas se inserem.

Os sistemas policiais podem, genericamente, dividir-se em dois grupos: o dos países que possuem apenas um único corpo policial e os que, pelo contrário distribuem essa responsabilidade por diversas forças. O primeiro designa-se por modelo monista ou unitário, que na UE a vinte sete apenas cinco países adotaram (Suécia, Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo e Áustria). O segundo é o modelo pluralista, que vigora nos restantes países da Europa e na maioria dos países do mundo. Os sistemas pluralistas podem dividir-se ainda em três tipos: o vertical, o horizontal e o misto.

Se as várias forças têm competência policial genérica em todo o país ou específica para determinada matéria, mas igualmente jurisdição em todo o território, estamos perante um modelo vertical (por exemplo, o italiano ou o francês). Se, pelo contrário, existindo várias polícias, estas apenas têm jurisdição numa dada zona ou região, estamos em presença do modelo horizontal (por exemplo, os casos da Bélgica, com 196 polícias locais e uma polícia supralocal ou do Reino Unido, com 52 polícias, cada uma com jurisdição num “Condado”).

Em síntese, podemos agrupar os sistemas policiais em duas grandes famílias: a anglo-saxónica e a francesa ou napoleónica. Na perspetiva anglo-saxónica, todas as polícias têm um estatuto civil e na francesa, derivada dos sistemas dualistas, para além de polícias civis, existem também corpos de natureza militar, aos quais são atribuídas funções policiais.

### **O Modelo Dual**

Detenhamo-nos agora sobre um dos tipos de sistema pluralista, o modelo dual ou de dupla componente policial, também designado de dualismo vertical, por oposição ao pluralismo horizontal, típico dos países anglo-saxónicos e dos estados federais. Este modelo teve a sua origem em França no século XVIII, onde ainda se mantém na sua pureza inicial, tendo sido progressivamente alargado pela Europa e, posteriormente, por diversos países noutros continentes através da colonização europeia.

Caracteriza-se pela existência, num mesmo Estado, de dois corpos nacionais com funções policiais (não confundir com duas polícias), um militar e outro civil, com competências policiais genéricas em todo o território, abrangendo os âmbitos clássicos em que se divide a atividade policial (administrativa e judiciária), mas em que cada um tem uma área de responsabilidade atribuída.

Este é o modelo existente nos quatro países da Europa do sul – Portugal, Espanha,

França e Itália, embora com algumas especificidades em Itália e de forma imperfeita, como mais adiante veremos, em Portugal.

A principal característica deste modelo reside no facto de uma das suas componentes ser militar, embora desempenhando funções policiais. Aqui, a literatura anglo-saxónica costuma, incorretamente, denominar esta componente por “paramilitar” ou “militarizada”, o que não corresponde aos conceitos continentais para aqueles termos, até porque na maioria dos países que possuem forças deste tipo, elas fazem parte integrante das Forças Armadas, embora com uma dupla missão, a militar e a policial.

Assim, neste modelo, a competência policial é distribuída por uma Polícia e por um corpo militar com funções policiais ou corpo militar de segurança, também designado por força de segurança de natureza militar, como sucede em Portugal com a Guarda Nacional Republicana (GNR), mas que internacionalmente é conhecido pelo termo “*gendarmérie*” e que, para melhor compreender o modelo dual, se torna indispensável conhecer mais detalhadamente.

*“La gendarmerie, c’est une organisation à part. C’est la manière la plus efficace de maintenir la tranquillité d’un pays, c’est une surveillance moitié civile, moitié militaire, répandue sur toute la surface, qui donne les rapports les plus précis”.*

Napoléon Bonaparte, Lettre au Roi de Naples, 16 mai 1806

A “*Gendarmerie*” é a herdeira dos “*Maréchaussées de France*”, força militar que durante séculos foi o único corpo a exercer funções policiais naquele país, combatendo, simultaneamente, a criminalidade e detendo os militares desertores na retaguarda dos Exércitos, o que, desde a origem, incorpora a dupla missão militar e policial, que constitui a sua principal característica. Em 1791, a “*Maréchaussée*” passa a designar-se por “*Gendarmerie Nationale*”.

Em finais do século XVIII e início do século XIX, com a expansão do império napoleónico, vários países da Europa criaram as suas “*gendarmeries*”, como foi o caso do Luxemburgo em 1733, de Portugal com a Guarda Real da Polícia em 1801, da Holanda com a “*Marechausée*” em 1811, da “*Arma dei Carabinieri*” em Itália em 1814, da “*Guardia Cívil*”, em Espanha no ano de 1844 ou da “*Bundesgendarmerie*” na Alemanha em 1849, para só citar algumas<sup>1</sup>.

A par da sua natureza militar e da polivalência de funções, militares e policiais, é

---

1 Refira-se a título de curiosidade que as Polícias Militares dos Estados Brasileiros são “*gendarmeries*”, da qual a do Rio de Janeiro teve origem na Guarda Real da Polícia, instituída por Decreto de 13 de maio de 1809, aquando da permanência da Família Real portuguesa no Brasil, por ocasião das invasões francesas e que no seu brasão de armas ostenta, ainda hoje, a coroa real portuguesa e a abreviatura “GRP”.

usual caracterizar as “*gendarmeries*” por três princípios, a saber: dualidade, continuidade e proximidade.

O primeiro deve ser lido sempre no contexto de que as “*gendarmeries*” coexistem com as polícias e do qual decorrem dois corolários: a não concentração de todo o poder policial num único corpo e a faculdade dada ao detentor da ação penal na escolha do órgão de polícia criminal a quem serão atribuídas, em concreto, diligências de investigação criminal, o que é considerado uma garantia para o Estado e para os cidadãos.

*“... la dualité des forces de police est la garantie majeure de l'indépendance de l'autorité judiciaire...”*

Cristian Poncelet, presidente do Senado francês, 1999

O segundo princípio diz-nos que através da polivalência de missões e do seu posicionamento institucional, entre o militar e o policial, está sempre assegurada a continuidade entre as ações policiais e militares, sem quebras de empenhamento, nem sobressaltos originados pela substituição de forças.

Este conceito de continuidade, constitui um elemento relevante na liberdade de ação conferida ao poder político, facultando-lhe uma capacidade que lhe permite fazer face a diversificadas situações, sem interrupção ou descontinuidade na ação, através da intervenção das “*gendarmeries*”, que fazem o interface entre as missões policiais e as militares, razão porque também são chamadas “forças intermédias” ou “terceira força”, dado situarem-se entre as Forças Armadas, em sentido clássico, e as Polícias.

E, por último, o princípio da proximidade, que decorre de um dispositivo de quadrícula disseminado por todo o território, que, aliado à disponibilidade permanente que caracteriza o “*gendarme*” e conjugado com o princípio do aquartelamento, o torna muito próximo das populações.

Ao contrário do que muitas vezes se tem feito crer, as “*gendarmeries*” estão presentes em inúmeros países do mundo. Na Europa, para além dos quatro países do sul, também a Holanda, a Bulgária, a Polónia, a Roménia, a Sérvia, a Lituânia e a Hungria, possuem forças deste tipo. Em África, todos os países pertencentes às ex-colónias francesas têm uma “*gendarmérie*”, na América latina e até na Ásia, existem muitos países com corpos militares de polícia, como são, por exemplo, a “*Jandarma*” da Turquia, as “*gendarmeries*” da Tunísia, Camarões ou Argentina, os “*Carabineiros*” do Chile ou, ainda, a “*Gendarmerie*” do Camboja, para só citar alguns.

Não obstante o que os detratores deste tipo de forças alvitram, as “*gendarmeries*” não são coisa do passado, como o demonstram a mais nova “*gendarmérie*”, criada há apenas quatro anos, no Reino da Jordânia, a que a GNR irá dar apoio para a formação de um regimento de cavalaria, semelhante ao português, e o recente

anúncio público do presidente do México, da criação durante o corrente ano de uma “*gendarmerie*”, semelhante à “*Gendarmerie Nationale*”.

Ainda a este propósito, é usual citarem-se responsáveis e investigadores do Reino Unido e mais recentemente dos Estados Unidos, lamentando a não existência de forças tipo “*gendarmerie*” nos seus países, obrigando por consequência a empenhar o Exército internamente, como sucedeu aquando da luta contra o IRA ou a mobilizar as Forças Armadas para missões de treino e preparação de forças de segurança interna, como foram os casos do Iraque e do Afeganistão.

Apresentadas as “*gendarmeries*”, vejamos seguidamente o que distingue este tipo de forças, das Polícias.

Uma vez que estamos perante duas forças com naturezas diversas, também os ambientes operacionais em que cada uma deve ser prioritariamente empenhada e as missões a atribuir, deverão ser diferentes.

Assim, o ambiente operacional mais indicado para as “*gendarmeries*” será o dos grandes espaços, pelo que lhe deverão ser atribuídas missões de vigilância do território em geral, com especial incidência nas vias de comunicação e fronteiras, através de um adequado controlo de movimentos das populações, proteção ambiental, segurança de pontos sensíveis e de instalações críticas, estas últimas mesmo em sobreposição da Polícia, e outras que tenham conexão com a soberania, dada a sua natureza militar.

No âmbito da política externa, quando o ambiente ainda não é suficientemente seguro para uma polícia civil operar, mas já é desproporcional e desadequado o emprego das Forças Armadas como força de primeira linha, as “*gendarmeries*”, devido às suas capacidades ímpares para intervir em situações difusas, têm vindo a desempenhar um importante papel, utilizando simultaneamente medidas de polícia e ações militares, com a robustez necessária para fazer face às ameaças e riscos decorrentes da instabilidade, ao mesmo tempo que utilizam técnicas de proximidade com as populações, pautando a sua atuação por um escrupuloso cumprimento da lei.

No plano militar, e para além das missões de combate em conflitos de baixa intensidade, sempre em coordenação com as Forças Armadas, das quais passam a depender, podem ainda desempenhar missões honoríficas e de representação, segurança a instalações críticas, funções de polícia militar e de polícia judiciária militar. A acrescer às citadas missões de segurança e defesa em sentido lato e para pleno aproveitamento do seu dispositivo, meios e capacidades, numa utilização de duplo-uso dos mesmos, as “*gendarmeries*” desempenham também cumulativamente tarefas tipicamente policiais, nos locais de menor densidade populacional, onde não se justifica a manutenção de polícias civis que necessitam de mais recursos humanos para desempenhar a mesma missão, devido a uma menor disponibilidade e prontidão.

À Polícia, a outra componente do modelo dual, em situação de normalidade, compete-lhe a segurança de pessoas e bens, exercendo naturalmente uma função exclusivamente policial, de polícia administrativa e criminal, nos principais centros urbanos e de maior densidade populacional, onde, pela sua natureza cívica e de proximidade, constitui um corpo indispensável e mais adequado para operar. Para melhor ilustrar o antes descrito, socorramo-nos do caso espanhol e da sua divisão de competências entre o *“Cuerpo Nacional de Policía”* e a *“Guardia Civil”*, sem perder de vista que naquele país o sistema adotado é o do modelo dual puro, decorrendo da Lei dos Corpos e Serviços de Segurança a clara distinção entre a Polícia Nacional e a Guarda Civil, sem embargo da existência de Polícias Autonómicas e Municipais, cuja existência não interfere com esta classificação dos modelos.

Divisão territorial ou geográfica:

- *“Corresponde al Cuerpo Nacional de Policía ejercitar dichas funciones en las capitales de provincia y en los términos municipales y núcleos urbanos que el gobierno determine;*
- *La Guardia Civil las ejercerá en el resto del territorio nacional y su mar territorial”.* (art.º11.º, n.º 2)

Divisão material:

*“Se establece la siguiente distribución material de competencias:*

*Serán ejercidas por el Cuerpo Nacional de Policía:*

- *La expedición del Documento Nacional de Identidad y de los pasaportes;*
- *El control de entrada y salida del territorio nacional de españoles y extranjeros;*
- *Las previstas en la legislación sobre extranjería, refugio y asilo, extradición, expulsión, emigración e inmigración;*
- *La vigilancia e inspección del cumplimiento de la normativa en materia de juego;*
- *La investigación y persecución de los delitos relacionados con la droga<sup>2</sup>;*
- *El control de las entidades y servicios privados de seguridad, vigilancia e investigación, de su personal, medios y actuaciones.”* (art.º12.º)

*Serán ejercidas por la Guardia Civil:*

- *Las derivadas de la legislación vigente sobre armas y explosivos;*
- *El resguardo fiscal del Estado y las actuaciones encaminadas a evitar y perseguir el contrabando;*
- *La vigilancia del tráfico, tránsito y transporte en las vías públicas interurbanas;*
- *La custodia de vías de comunicación terrestre, costas, fronteras, puertos, aeropuertos y centros e instalaciones que por su interés lo requieran;*

---

2 Derrogado, passando aquela competência a ser partilhada por ambos os corpos.

- *Velar por el cumplimiento de las disposiciones que tiendan a la conservación de la naturaleza y médio ambiente, de los recursos hidráulicos, así como de la riqueza cinegética, piscícola, florestal y de cualquier outra índole relacionada com la naturaleza;*
- *La conducion interurbana de presos y detenidos."*

Dadas as diferentes missões atribuídas às polícias e às "gendarmeries", também o armamento e equipamento ao dispor de cada uma das forças, deverá ser distinto. Enquanto as "gendarmeries" estão apetrechadas com meios multifuncionais ou de dois tipos, para cumprimento das missões militares e policiais e, dentro destas últimas, o armamento e o equipamento com maior potencial que o das polícias, estas, dado o seu carácter cívico, deverão ter armamento individual e equipamento ligeiro, para missões exclusivamente policiais e de atuação em meio predominantemente urbano. Anote-se como mera curiosidade que só a partir de 1938 é que passou a ser habitual o porte de arma pelos agentes da PSP em Lisboa e que até há bem poucos anos, andavam armados com pistolas de 7,65 mm, ao passo que aos militares da GNR sempre estiveram distribuídas pistolas de 9 mm ou seja, do chamado calibre de guerra.

Em face das diferentes naturezas das forças, também as suas dependências são diferentes. Embora funcionalmente ambas dependam do responsável político pela segurança e ordem pública, organicamente só a polícia civil depende exclusivamente daquele, enquanto o corpo militar assume uma dupla dependência, do titular da pasta da segurança interna, em termos funcionais, e do responsável pela defesa, em termos orgânico-institucionais, dada a natureza e a polivalência de missões que caracterizam estes corpos e o facto de aos seus membros se aplicar o estatuto militar.

Voltemos ao exemplo espanhol:

Natureza e dependência:

- *"El Cuerpo Nacional de Policía, que es un instituto armado de naturaleza civil, dependiente del Ministro del Interior";*
- *La Guardia Civil, que es un instituto armada de naturaleza militar, dependiente del Ministro del Interior, en el desempeño de las funcionaes que esta Ley le atribuye, y del ministro de Defensa en el cumplimiento de las misiones de carácter militar que este o el Gobierno le encomiendem;*
- *En tiempo de guerra y durante el estado de sítio, dependerá exclusivamente del ministro de Defensa". (art.º 9.º)*

Regime estatutário:

- *"El Cuerpo de la Guardia Civil se estructura jerarquicamente según los diferentes empleos, de conformid con su naturaleza militar;*

- *El régimen estatutario de la Guardia Civil será el establecido por la presente Ley, en las normas que la desarrollan y en el Ordenamiento militar; (art.º 13.º).*

- *El régimen estatutário del Cuerpo Nacional de Policía se ajustará a las previsiones de la presente Ley y las disposiciones que la desarrollen, teniendo como derecho supletório la legislación vigente referida a los funcionarios de la Administración civil del Estado.” (art.º 16.º)*

Daqui se extrai uma outra diferença entre os dois corpos que compõem o modelo dual – a relativa ao estatuto dos seus membros, uma vez que uns são militares e outros civis. Isto porque as exigências decorrentes das missões atribuídas às forças de natureza militar obrigam a um conjunto de restrições de direitos e a um alargado e mais exigente acervo de deveres, só alcançável através da aplicação de um estatuto da condição militar em tudo igual ao dos militares das Forças Armadas, o que implica uma maior exigência disciplinar e criminal e não lhes permite a fruição de quaisquer direitos sindicais e outros, aplicáveis aos trabalhadores em geral.

Ainda neste âmbito, as diferenças entre os corpos militares e os civis também são significativas quanto à formação e às carreiras, verticais e muito hierarquizadas para os militares, em contraposição com as dos civis, mais horizontais e com menor números de categorias e postos. Também a polivalência funcional dos “gendarmes” contrasta com a especialização dos polícias, diferenciação que igualmente se repercute nos diferentes quantitativos de recrutamento de civis para prestação de serviços de apoio e administrativos em ambos os corpos.

Enquanto nos corpos militares de segurança, pela sua natureza, o número de funcionários civis em serviços não operacionais ou de apoio é diminuto, praticamente residual, já nas polícias esse número pode atingir uma elevada percentagem dos efetivos globais.

A título de exemplo, atente-se na relação gendarme/funcionário civil na “*Gendarmerie*” francesa, onde para um efetivo global de 93.802, existem 3.297 civis, o que representa uma percentagem de 3,5% de civis. Na “*Guardia Civil*”, os números são ainda mais elucidativos, pois, para um efetivo total de cerca de 80.000, o número de funcionários civis ronda os 400, o que representa uma percentagem de 0,05 %, assim como nos “*Carabinieri*” italianos, em que para um efetivo global de 118.716, o número de civis é de 311, o que nos dá uma percentagem menor do que 0,02 %. Só a GNR destoa nestas percentagens, porquanto, para um efetivo de aproximadamente 25.000, conta com cerca de 1.000 civis, o que representa cerca de 4,4%, o que chega a ser superior ao número de funcionários com funções não policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Estas percentagens explicam-se pelo facto de, nos corpos militares, a grande maioria das funções de apoio à atividade operacional serem desempenhadas por militares dos “serviços”, que, tal como os das “armas”, também estão sujeitos ao estatuto

da condição militar e possuem a qualidade de agentes da autoridade, podendo, por consequência, acompanhar as operações em todas as circunstâncias, com a mesma disponibilidade dos demais, sem qualquer limitação quanto a mobilidade funcional ou geográfica, ao contrário do que sucederia, se estes serviços fossem desempenhados por funcionários civis.

Esta é uma realidade nem sempre conhecida que permite uma grande capacidade de projeção e se traduz num enorme fator multiplicador de forças que os militares dos “serviços” aportam aos corpos militares de segurança.

Por outro lado, a formação dos militares das “*gendarmeries*” é também distinta da dos polícias e terá que ser mais abrangente, porque, para além do conhecimento das leis e das técnicas policiais, inclui tática militar e outros conhecimentos castrenses e, sobretudo, diferencia-se no âmbito comportamental e da interiorização de certos valores, devendo igualmente ser mais exigente do ponto de vista da disciplina e do vigor físico.

Relativamente ao tipo de organização das forças, eles são naturalmente diferentes, consoante se trate de corpos civis ou militares. Nos primeiros, as estruturas são mais horizontalizadas e estão organizadas segundo uma lógica de departamentalização funcional, baseada na especialização e replicadas nos diferentes níveis hierárquicos; nas militares, são hierarquizadas em pirâmide, numa lógica de polivalência das unidades e alicerçadas numa ampla estrutura de quadrícula, disseminada por todo o território, complementada por forças e unidades especiais ou especializadas.

As diferentes naturezas dos dois corpos visam aproveitar as capacidades específicas de cada um, complementando-se mutuamente ou mesmo em redundantes sobreposições, para efeitos de reforço ou até de substituição. Esta, baseada no emprego progressivo de meios, determina o emprego da força em crescendo, numa intervenção que num primeiro momento deverá caber às polícias civis, apoiadas pela força de segurança de natureza militar, para num segundo, poder ser substituída pela força de natureza militar, reforçada ou apoiada pelas Forças Armadas. Razão porque o conceito de “*duas polícias integrais, com a mesma missão*”, não poder ter cabimento neste modelo.

### **O Atual Sistema Policial Português**

Como anteriormente referido, antes de partirmos para o preconizado modelo dual, torna-se necessário conhecer o atual sistema policial português.

Embora o nosso país se possa incluir nos modelos dualistas ou de dupla componente policial, porque, a par de uma polícia civil, a PSP, dispõe de um corpo militar com funções policiais, a GNR, a verdade é que esta inclusão terá que ser entendida de forma muito imperfeita, por duas ordens de razões. A primeira é

a de que a diferenciação e repartição de competências, entre a força de natureza militar e a civil, não estão suficientemente clarificadas, nem obedecem ao que doutrinariamente seria adequado num modelo dualista; e a segunda é a de que, para além destes dois corpos com funções policiais genéricas, o sistema comporta várias outras polícias específicas que acabam por retirar a exclusividade da repartição de competências policiais à GNR e PSP, o que no Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna, do Instituto Português de Relações Internacionais, é qualificado *“por um excesso de ‘atores’ no sistema, identificando como pontos críticos para a sua ineficácia, a existência de várias tutelas políticas e de numerosos órgãos de polícia criminal, potenciando os conflitos de competências, assim como a existência de uma cultura de concorrência institucional, entre vários órgãos de polícia criminal, constituindo um forte obstáculo à cooperação e coordenação”* (IPRI, 2006).

Em síntese e conforme decorre da Lei de Segurança Interna, o sistema comporta duas *“forças que exercem funções de segurança interna”* que, por simplificação de linguagem, se começaram a designar por *“forças de segurança”*, uma de natureza militar e outra civil, a GNR e a PSP.

Inclui igualmente diversos *“serviços que exercem funções de segurança interna”* que, também por simplificação de linguagem, se começaram a designar por *“serviços de segurança”*, a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS). E, ainda, duas outras entidades que *“exercem funções de segurança”*, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional, que comportam o Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e, na dependência deste, a Polícia Marítima (PM), e os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

Recorrendo agora ao texto constitucional e ao art.º 272.º, sob a epígrafe *“Polícia”*, podemos constatar que o conceito de *“polícia”* nele adotado é um conceito funcional ou de mera atividade, o que nos permite afirmar que a GNR não é orgânica, nem institucionalmente uma polícia, razão porque consideramos incorreta a qualificação de *“força de segurança de natureza militar”*, aplicada à GNR, dado que a sua origem, o seu ADN, é o de uma força militar, à qual foi atribuída uma função especial, a de segurança, pelo que mais correto seria designá-la como *“força militar de segurança”*.

Continuando ainda no texto constitucional, verificamos que a opção pelo sistema pluralista tem pleno acolhimento, conforme decorre do n.º 4 do referido artigo, quando se refere, no plural, a *“forças de segurança”*, o que afasta da lei fundamental a opção pelo sistema monista, mas que é suficientemente amplo para permitir a opção, dentro do sistema pluralista, pelo modelo dual.

Apreciemos seguidamente em mais detalhe, as causas porque qualificamos o modelo (dual) português como imperfeito. Começamos pela segunda que, como vimos, é a mais evidente, dado o alargado número de *“entidades policiais”* que o

compõem e que retiram a exclusividade das competências de polícia administrativa e judiciária às duas “forças de segurança”.

Já a primeira causa, ou seja, a incompleta indiferenciação entre a GNR e a PSP e as respetivas atribuições e competências, por ser uma questão menos evidente, torna-se necessário explicitá-la para melhor compreensão do problema. Esta, deve-se fundamentalmente a três factos:

- Um primeiro que começou a verificar-se a partir da publicação da Lei de Segurança Interna, que pela primeira vez elencou um conjunto de entidades que “exercem funções de segurança interna”, entre as quais figuram a GNR e a PSP, mas que, por facilidade de linguagem, passaram a designar-se por “forças de segurança”, cortando com a secular distinção entre a GNR, “corpo especial de tropas que faz parte das forças militares da República, vocacionado para a segurança”, e a PSP, polícia civil. Esta nova terminologia veio alterar a perceção que existia sobre estas duas entidades, passando a considerá-las idênticas.
- Um segundo facto respeita apenas à PSP e prende-se com o seu ainda não total distanciamento da circunstância de, durante cerca de 30 anos, ter sido uma “força militarizada” e, por consequência, continuar a manter muitas das características militares.
- E o terceiro, que diz principalmente respeito à GNR, ficou a dever-se ao entendimento que o poder político teve no período de 1995 a 2002, de que a Guarda deveria ser tratada como mais uma “polícia”, aproximando-a da PSP e afastando-a da Instituição Militar. A esta última asserção haverá que acrescentar a ideia de que “as duas forças seriam polícias integrais que cumprem a mesma missão”.

Explicitado este ponto, vejamos o que são, à luz da lei vigente, ambas as forças.

A GNR é definida como *“uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”*, que tem por missão *“no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional nos termos da Constituição e da lei.”*

Herdeira da Guarda Real da Polícia (GRP), criada em 10 de dezembro de 1801, por ter sido a sua verdadeira antecessora, enquanto primeiro corpo militar com funções de polícia no nosso país, primeiro só em Lisboa e posteriormente também no Porto, cujo decreto de criação definia que a *“Guarda Real da Polícia fará parte do Corpo do Exército e considerar-se-á como tropa de linha, o seu comandante ficará subordinado ao General das Armas da Província e ao Intendente-Geral da Polícia”*. Veio a ser extinta em 1834 e transformada na Guarda Municipal, tendo sido mantida a sua natureza e dupla dependência, como se pode ler no decreto de 24 de dezembro de 1868: *“As*

*Guardas Municipais de Lisboa e do Porto fazem parte do Exército em tudo o que respeite à disciplina e promoções, continuando subordinadas ao Ministro do Reino para o serviço de manutenção da segurança pública."*

De igual forma e já com outro regime, em 1910 a Guarda Municipal foi extinta e deu lugar, primeiro, à Guarda Republicana e, passados seis meses, à Guarda Nacional Republicana. Não obstante as mudanças de nome e de regime, manter-se-ia como *"um corpo especial de tropas (...) parte integrante das forças militares da República, com deveres e direitos idênticos aos que competem aos oficiais e praças de pré do Exército no ativo, dependendo do Ministro do Interior, para assuntos de administração e policiais e do Ministro da Guerra, para efeitos do código do processo criminal militar. Em tempo de guerra, ficará à disposição do Ministro da Guerra, para efeitos de mobilização"*.

Durante os anos quarenta do século passado, viu o seu dispositivo alargado a todos os concelhos do continente, com duas breves passagens pelas ilhas adjacentes da Madeira e dos Açores. Consolidou-se como uma força de implantação em todo o território nacional, a par de um progressivo alargamento da sua missão, que hoje se reparte pelos sistemas de segurança e proteção, segurança interna e defesa nacional.

Apesar das alterações de designação e das mudanças que ao longo da sua história conheceu, mas que, na essência, se limitaram a pouco mais que uma modificação de cores dos uniformes, não houve qualquer alteração da sua natureza ou mesmo mudanças de pessoal que, com a extinção de uma Guarda, transitava para a nova Guarda. Manteve a natureza militar e a consequente aplicação da justiça militar aos seus membros, a dupla dependência política dos responsáveis pela defesa nacional e pela segurança interna e a polivalência de missões policiais e militares, estes dois últimos aspetos, em maior ou menor grau, consoante os ventos políticos de cada momento.

A PSP é *"uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa"* que tem por missão *"assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei"*.

A sua origem pode dizer-se que remonta ao reinado de D. Luís que, em 2 de julho de 1867, criou as Polícias Cívicas de Lisboa e do Porto. Posteriormente os Corpos de Polícia Cívica alargaram-se a todas as capitais de distrito na dependência dos respetivos governadores civis.

Depois de diversas reestruturações e reformas, é em 1896 que, pela primeira vez, surge a designação de Polícia de Segurança Pública, há data como uma das três repartições em que a Polícia Cívica se dividia, a par da Polícia de Inspeção Administrativa e da Polícia de Investigação Judiciária e Preventiva, esta última que se autonomizou e deu origem à Polícia Judiciária. Com a implantação da república, em 1910 a Polícia Cívica fica circunscrita apenas a algumas cidades.

Em 1927 os Corpos de Polícia Cívica de Lisboa e Porto são reestruturados e passam a designar-se por Polícia de Segurança Pública. Em 1935, com a extinção da Direção Geral da Segurança Pública, o comando do Corpo de Polícia de Segurança Pública passa a designar-se por Comando-Geral e a abranger as principais cidades do continente e ilhas. A partir de 1933 a matriz civilista da PSP vai-se transformando no sentido da sua militarização, chegando a ser autorizada, em 17 de outubro de 1935, a fazer uso de bandeira nacional nos termos e condições estabelecidas para as unidades do Exército. Em 1985 a PSP deixa de ser uma força militarizada, para se afirmar como uma “força policial armada e uniformizada”.

Várias foram as reorganizações efetuadas, no entanto, o fio condutor, apesar de um pequeno lapso temporal durante o Estado Novo, é a matriz civilista e exclusivamente urbana destes Corpos Policiais, bem como o seu caráter fragmentário (distrital), mais ou menos vincado.

Da simples leitura do que são hoje estas forças e do conhecimento dos seus principais traços caracterizadores antes referidos, pareceria que a distinção entre ambas estaria efetivamente concretizada, mas assim não sucede, razão porque se reitera que o nosso modelo só de forma imperfeita se poderá qualificar de dual.

Vejamos então quais os principais desajustamentos e as imprecisões mais significativas que nos levam a esta conclusão.

Começemos por dois exemplos que, embora simbólicos, são expressivos da contradição que representa para uma polícia que, desde 1985, deixou de ser “militarizada” e se afirma como civil. O primeiro reside no facto dos seus oficiais usarem espada, símbolo do comando castrense, e o segundo é relativo à duvidosa legitimidade da PSP, para continuar a desfilar com o Estandarte Nacional, ao abrigo do Decreto n.º 150, de 30 de junho de 1911, que, como decorre expressamente da letra do referido decreto, é de atribuição exclusiva às unidades e forças militares:

*“Art. 3.º. Nas bandeiras das diferentes unidades militares, serão talhadas em seda, a esfera armilar, em ouro, será rodeada por duas vergontees de loureiro, também em ouro, cujas hastes se cruzam na parte inferior da esfera, ligadas por um laço branco, onde, como legenda imortal, se inscreverá o verso camoniano: Esta é a ditosa pátria minha amada”.*<sup>3</sup>

Mas também no que tange aos regimes estatutários do pessoal de ambas as forças se verificam paradoxos e contradições, como sejam, por exemplo, o facto dos mi-

---

3 Embora os menos institucionalistas possam considerar não passar de um mero formalismo, não deixa de ser sintomático que, ao contrário do que sucede com os militares, os agentes policiais não prestam Juramento de Bandeira. Não será despidiendo acrescentar que, quer a Polícia Judiciária, quer o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, não dispõem de Estandarte Nacional.

litares da Guarda, não auferirem o suplemento da condição militar, diferenciando-os de todos os restantes militares ou, por outro lado, mantendo no estatuto dos oficiais da PSP um alargado conjunto de postos muito próximo do militar, alicerçado num modelo hierárquico demasiado extenso, quando comparado com o das outras categorias profissionais da PSP ou de outras polícias.

Também quanto à distribuição de competências se verificam desajustamentos perniciosos para a racionalização do sistema.

Genericamente, a GNR tem como área de responsabilidade todo o território nacional nele se incluindo o mar territorial, com exceção de algumas das localidades nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, das capitais de distrito e de outras cidades, cuja responsabilidade está entregue à PSP.

Contudo, esta repartição territorial das cidades que não capitais de distrito, não se encontra alicerçada em critérios objetivos de população/área, como seria expectável, e de que são exemplos elucidativos a atribuição à PSP das cidades de Ourém ou de Gouveia, com respetivamente 4.991 e 3.759 habitantes, e à GNR das cidades de Albufeira, de Felgueiras e da Trofa, com mais de 20 mil habitantes, para só citar algumas.

Mesmo assim, para efeitos de manutenção da lei e da ordem, de fiscalização e regulação de trânsito urbano e de prevenção e investigação criminal de crimes que não sejam da competência exclusiva da PJ, cada uma das forças tem competência própria na respetiva área de responsabilidade, cabendo à GNR a vigilância sobre cerca de 95% do território nacional e a segurança de cerca de 52% da população e à PSP o respetivo diferencial, com exceção para o território das regiões autónomas, onde toda a competência policial está atribuída à PSP e à PJ, salvo a que respeita à proteção da natureza e do ambiente e à ação fiscal-aduaneira, que, tal como no continente, são atribuições da GNR, apesar de na ilha do Corvo a presença das forças de segurança ser garantida exclusivamente pela GNR.

No entanto, para além da distribuição destas atribuições e competências e das respetivas áreas de responsabilidade de cada força, outras existem que são próprias ou especiais de cada uma, exercendo-as independentemente da área de responsabilidade. No caso da PSP, referimo-nos ao “licenciamento e controlo da segurança privada”, à “segurança pessoal de altas entidades” e ao “licenciamento e controlo de armas e explosivos”. No caso da GNR, a “prevenção e intervenção de primeira linha em situações de emergência e de proteção e socorro”, a “fiscalização rodoviária nas redes nacionais”, a “investigação dos ilícitos de âmbito fiscal-aduaneiro”, a “vigilância e controlo da costa e do mar territorial” e a “fiscalização de embarcações e de captura de espécies marinhas”, estas últimas em coordenação com a Autoridade Marítima Nacional, para além das missões de caráter militar, que para o presente efeito parecem não relevar, mas que não podem deixar de ser tidas em consideração quando se analisa o sistema, porque

são elas, a par da natureza militar da força, que fazem toda a diferença (Branco, 2013:112).

Referimo-nos às “missões honoríficas e de representação do Estado”, exercidas nos termos do Regulamento de Continências e Honras Militares (RCHM) e do próprio Protocolo do Estado, às de “proteção e segurança de instalações sede dos órgãos de soberania” (Palácio Nacional de Belém, Palácio de S. Bento e Palácio das Necessidades), às “escoltas” de diversos tipos e às “estafetas moto” ao serviço de entidades oficiais e, naturalmente, às “missões militares” no âmbito da defesa nacional, exercidas em cooperação com as Forças Armadas.

Constituem exemplos dos desfasamentos referidos, a atribuição a ambas as forças da “vigilância, proteção e segurança de infraestruturas aeroportuárias” e da “vigilância e proteção de pontos sensíveis”, o que, para além de já ter provocado uma situação caricata com as duas forças a efetuarem, em simultâneo, a segurança da infraestrutura do aeroporto de Beja (situado territorialmente na área de responsabilidade da GNR), representam exemplos suficientemente elucidativos de como os decisores políticos ainda não perceberam ou não quiseram pôr em prática uma distribuição de competências entre as duas forças, baseada nas diferentes naturezas e conseqüentes capacidades de cada uma (Branco, 2013: 112).

Como vimos anteriormente, às polícias cabe a proteção e segurança de pessoas e bens e, no que tange a instalações ou infraestruturas críticas, apenas lhes cabe a vigilância, sendo que a proteção e defesa deverá ser atribuída às “*gendarmeries*” ou, em situações extremas, às Forças Armadas.

Assim, numa infraestrutura aeroportuária, a regra não se altera, devendo caber à polícia a vigilância e o policiamento das aerogares, designadamente das áreas de livre acesso ao público, e à “*gendarmerie*” a proteção das infraestruturas, das pistas e das aeronaves, a segurança das zonas reservadas e o controlo das bagagens.

Acresce que a GNR, mercê da sua competência fiscal-aduaneira, se encontra posicionada a par das Alfândegas nas áreas reservadas de controlo de bagagens dos aeroportos internacionais.

Esta distinção entre os três níveis de segurança – vigilância, proteção e defesa –, não acontece por simples capricho, mas antes decorre dos diferentes graus de resistência exigíveis a uma polícia ou a uma força militar, ao equipamento e armamento apropriados e ao conseqüente grau de empenhamento que uma e outra podem ter que aceitar, incluindo a necessidade de se empenhar decisivamente.

Igualmente, também a competência específica atribuída à polícia civil para “o licenciamento e controlo das armas e explosivos” não se compreende, quando no sistema existe uma força de natureza militar, certamente mais vocacionada para estas matérias, ao que acresce ser nas áreas à responsabilidade da GNR que se situam as pedreiras, minas e grandes obras públicas que utilizam os explosivos e a generalidade das fábricas e armazéns de pirotecnia e explosivos. Além de que cabe

a esta força a responsabilidade pela fiscalização do exercício da caça, onde, como é sabido, existe a maior profusão de armas do país.

O mesmo se diga quanto à segurança das nossas representações diplomáticas no estrangeiro quando em situação de ameaça grave ou de eminente conflito armado, que incompreensivelmente no passado recente foi atribuída à polícia civil, como se o país não contasse com uma força de segurança de natureza militar.

Da mesma forma que a repartição entre a GNR e a PSP da competência para o cumprimento da missão de segurança e fiscalização rodoviária nos itinerários principais e complementares, através da atribuição de responsabilidades repartidas em partes da mesma via, às duas forças, como são os casos da A20/IP1, da A5/IC15 e da CREL/A9, se afigura completamente anacrónica, porque desconforme com a necessária continuidade da operação de forma integrada, permanente e geograficamente ininterrupta, para o transporte de pessoas e bens que desempenhem um papel importante no tráfego de longa distância ou que permitam contornar os principais centros urbanos.

Mas não se fica por aqui a deficiente ou pouco clara distinção entre a GNR e a PSP, que constitui potencial foco de desconfiança e de conflito, prejudicial para a articulação que deverá existir entre ambas, embora no recentemente publicado Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), a pág. 380, sob a epígrafe *“Orientações Estratégicas para 2013”*, no seu ponto IV, diga: *“Respeitando o sistema dual, com uma força de segurança de natureza militar e outra de natureza civil, o Governo aprofundará a distinção de valências próprias, eliminando a redundância de funções....”*

Ainda neste aspeto, a anunciada transferência de competências da Polícia Judiciária Militar, para a PJ civil, contraria toda a filosofia do modelo dual e não aproveita as capacidades instaladas na GNR, nem salvaguarda que a investigação dos crimes militares, continue a ser exercida por militares, enquadrados num órgão de polícia criminal de natureza militar.

Também no que tange à dupla dependência da GNR, característica de todas as *“gendarmeries”*, a situação não se encontra suficientemente esclarecida, sobretudo porque o legislador não acompanhou, nesta particularidade, a evolução do sistema nos últimos anos e não ajustou as dependências políticas e militares da Guarda, respetivamente do MDN e do CEMGFA, a par da natural dependência do MAI. Tal omissão vem constituindo um constrangimento a uma maior interligação entre as Forças Armadas e a GNR, dificultando inclusive, o disposto na lei orgânica da GNR em ordem a *“cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas”*, contrariando até uma das medidas preconizadas no Programa do Governo *“Reforçar os mecanismos de coordenação com estruturas dependentes do Ministério da Administração Interna nos domínios em que exista complementaridade e possibilidade de gerar maior eficácia de atuação, bem como economias de escala”*.

Enquanto a LDN, no seu art.º 47.º, preconiza uma restrição de direitos fundamentais aos militares da GNR, com a mesma extensão e sentido que a aplicada aos militares das FFAA, já quanto a missões atribuídas no âmbito da defesa nacional ou preferencial relacionamento da GNR com as FFAA, é completamente omissa, remetendo neste particular para o ambíguo conceito de “forças de segurança”, sem qualquer distinção entre a GNR e a PSP, desconsiderando totalmente as diferentes naturezas que caracterizam ambas as forças.

Igualmente a LOBOFA, que define as competências do CEMGFA, não está conforme com a Lei Orgânica da GNR que estatui que *“as forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do CEMGFA, através do seu comandante-geral, nos casos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do estado de sítio e do estado de emergência”*.

Mas mais, quando a GNR projeta forças para o exterior, a lei nada prevê quanto à dependência operacional destas relativamente ao CEMGFA, situação que tem sido tratada caso a caso, como que de forma envergonhada, quando o certo seria que a lei estipulasse esta dependência, sem margem para dúvidas ou equívocos.

E, por último, no âmbito institucional e em sede parlamentar, o facto dos assuntos relativos à GNR e às Forças Armadas serem tratados em comissões parlamentares distintas (comissão de defesa nacional e comissão dos assuntos constitucionais, direitos, liberdades e garantias, respetivamente) obsta, também nesta sede, a uma abordagem abrangente e integrada, como se preconiza nas GOCEDN, ao que acresce no quotidiano, o distanciamento que existe, entre as pastas da defesa nacional e da administração interna.

### **Notas Finais**

Embora o Programa do Governo e as GOCEDN preconizem uma abordagem abrangente e integrada da segurança e, simultaneamente, advoguem um aprofundamento da cooperação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança e até tenha sido criado o conceito de “ameaça transnacional”, a verdade é que a operacionalização daqueles princípios não está concretizada, nem a Constituição da República o facilita, dado que continua a restringir a intervenção das Forças Armadas a nível interno, independentemente do grau ou intensidade da ameaça, e a distinguir profundamente as FFAA das FFSS, compartimentando com estancividade, umas de outras.

Igualmente no que ao sistema policial português diz respeito, apesar daqueles documentos preconizarem o modelo dual, a verdade é que atualmente o nosso modelo só de forma imperfeita, se poderá integrar naquela classificação, porque, para além de contar com mais do que dois corpos com funções de segurança, entre estes, não existe a suficiente diferenciação.

Para ultrapassar esta questão, bastaria a elaboração de uma lei da Assembleia da República, de valor naturalmente superior à das leis orgânicas de cada força, clarificando as missões da GNR e da PSP, no respeito pelas suas respectivas diferentes naturezas, à semelhança aliás do que sucede em Espanha, e a efetivação de uma verdadeira aproximação estatutária, entre todos os militares, independentemente de serem das FFAA ou da GNR, em ordem a cumprir o próprio Estatuto da Condição Militar.

Também no âmbito da Lei de Defesa Nacional, onde se prescrevem expressamente as restrições de direitos dos militares da GNR, se deveriam explicitar as missões militares no âmbito da defesa nacional, atribuídas a este Corpo Especial de Tropas, justificação essencial para aquelas restrições e fundamento último para a sua própria natureza militar, bem como o aprofundamento da sua dependência do MDN, partilhada com o MAI, e do CEMGFA, para alguns efeitos operacionais.

## Referências

- Alves, Armando Carlos (2008). *Sociologia da Polícia*. Lisboa: Ed. Revista da Guarda.
- Atlas de Portugal (2011) ([www.igeo.pt](http://www.igeo.pt)), acessado em 03-03-2013.
- Borges, João Viera (2013). “As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades”. *Revista Militar* n.º 2532.
- Branco, Carlos (2000). *Desafios à Segurança e à Defesa e os Corpos Militares de Polícia*. Lisboa: Ed. Sílabo.
- Branco, Carlos (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Ed. Sílabo.
- Branco, Carlos (2013). “Entre o militar e o civil: uma discussão dos modelos da GNR e PSP”, in *Como Tornar Portugal um País Seguro?* Lisboa: Ed. Bnomics.
- Clemente, Pedro (2006). “A Polícia em Portugal”. *Cadernos do INA* n.º 26.
- Grandes Opções Estratégicas da Defesa Nacional (2013).
- Guigon, Elisabeth e outros (2000). *La Gendarmerie Nationale – Une Institution Republicaine au Service du Citoyen*. Paris: Ed. Odile Jacob.
- Instituto Nacional de Estatística. *Censos 2011*. <http://censos.ine.pt>, acessado em 17-02-2013.
- Lei da Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho.
- Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho.

Lei Orgânica n.º 2/1986, de 13 de março, de Forças e Corpos de Segurança de Espanha.

Ordem de Serviço n.º 157, de 6 de junho de 1938, do Comando Distrital da PSP de Lisboa.

Programa do XIX Governo Constitucional (2011).

Relatório Anual de Segurança Interna (2013) [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt), acessido em 18-04-2013.

Teixeira, Nuno Severiano *et al.* (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais.

Extra Dossîe

# Uma Reflexão sobre a Reforma do Estado\*

António Barreto

*Sociólogo. Presidente do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos*

---

\* Lição inaugural proferida na Sessão Solene de Abertura do ano académico 2013/2014 do Instituto da Defesa Nacional realizada no dia 6 de novembro de 2013.

Senhor Ministro da Defesa Nacional,  
Senhora Secretária de Estado,  
Senhor General Diretor do Instituto da Defesa Nacional,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Saudações.

Permitam-me que exprima o prazer e a honra que me concedem ao convidar-me para a lição inaugural do novo ano académico. Há já vários anos que não vinha aqui, mas tive o privilégio de, por várias vezes, lecionar pontualmente no Curso de Defesa Nacional. E guardo boas recordações do ambiente que aqui se vive de reflexão e liberdade. O IDN é, há duas ou três décadas, uma instituição de reflexão serena, plural, de charneira entre civis e militares, entre políticos e académicos, que prestou já relevantes serviços à democracia portuguesa.

O tema que me ofereceram é de grande atualidade, como se pode ver pela apresentação recente de um documento do Governo sobre o tópico.

Quando fui convidado pela direção do IDN, nada se sabia da recente iniciativa do Governo. Estamos pois perante uma coincidência. Vou deixar a coincidência subsistir, vou expor os meus pontos de vista, tal como os tinha organizado previamente, só de raspão me referindo ao documento do Governo. Mas não será necessário um grande esforço para perceber as diferenças e as semelhanças.

Dito isto, organizei a minha exposição em três capítulos ou partes.

- Por que razão o tema da Reforma do Estado é atual?
- Por que razões a Reforma do Estado é, em Portugal, necessária há várias décadas?
- Alguns contributos para a discussão sobre a Reforma do Estado.

### **Por que Razão o Tema da Reforma do Estado é Atual?**

A primeira razão parece quase circunstancial: a crise financeira dos Estados, a dívida pública e a crise das dívidas soberanas fizeram com que seja necessário repensar e reorganizar a despesa e a receita do Estado, numa altura em que já não se pode, em Portugal como noutros países, continuar simplesmente a aumentar os impostos e recorrer ao crédito. Novas soluções têm de ser encontradas. E logo vieram ao espírito várias hipóteses: diminuir a despesa, cortar no investimento e nas prestações sociais, diminuir a dimensão do Estado, baixar os desperdícios, etc. Em poucas palavras, diminuir e organizar melhor o Estado. Isso é uma coisa. Reformar o Estado é outra. Falta saber se são possíveis ao mesmo tempo.

A segunda razão é porque se trata do principal objetivo da luta política contemporânea. Uma nova forma de luta de classes. Não é só luta de classes, nem é toda a luta de classes. Mas é boa parte. A traço grosso, temos, de um lado, os que que-

rem um Estado forte, ativo, interveniente, tão vasto ou mais do que hoje, motor de desenvolvimento, dirigente da nação e da economia; e, do outro lado, os que querem um Estado mais pequeno ou muito mais pequeno do que hoje, parceiro da sociedade civil, regulador, disciplinador, não interveniente, ligeiro e eventualmente fraco. Em quase todos os Estados desenvolvidos, mas também noutros em vias de desenvolvimento ou emergentes, encontramos o mesmo tipo de divisão e de confronto. É verdade que, em parte, mas apenas em parte, esta divisão recorta a antiga separação entre direita e esquerda. Mas não se trata apenas de uma cópia ou de uma modernização. Na verdade, ao longo das últimas décadas, é frequente encontrar forças de esquerda liberais, tal como movimentos de direita a favor do Estado. Bastaria quase olhar só para Portugal, onde já tivemos esquerdas dirigistas e intervencionistas, mas também esquerdas liberais. Como já tivemos direitas dirigistas e intervencionistas, tanto quanto as tivemos defensoras da sociedade civil. A nossa mais longa tradição é, aliás, a de uma direita amiga do Estado.

A terceira razão resulta do facto de pagar, gastar, distribuir e investir serem, nos tempos de hoje, as principais tarefas do Estado e os principais argumentos políticos e eleitorais. Os orçamentos de Estado, que não cessam de aumentar desde há várias décadas, traduzem cada vez mais essa prioridade. O Estado investe ou despende sempre mais na Saúde, na Educação, na Segurança social e nas obras e serviços públicos, sem falar nas outras funções de Estado e de Soberania, além da despesa crescente com a sua própria organização e os seus funcionários. Sem poder gastar mais e distribuir melhor, nenhum poder político resiste ou atravessa vitoriosamente as eleições. Todos os Estados procuram, com mais ou menos relevo e significado, diminuir o fardo financeiro, a fim de poder melhor determinar a sua despesa. Mas a verdade é que a maior parte dos Estados desenvolvidos modernos chegaram ao ponto crítico de não poderem mais continuar a gastar, sob pena de abrirem crises sérias de endividamento ou mesmo de bancarrota. Alguns Estados viram e acudiram ao fenómeno, talvez a tempo, como certos Estados escandinavos, outros não viram ou não souberam acudir a tempo, como a Grécia, Portugal e a Espanha, por exemplo.

Mas há outros motivos, atuais também, mas já com algumas décadas. A globalização pôs o Estado em crise. Isto é, criou novas realidades económicas e financeiras e exigiu adaptações e mudanças. Ora, os Estados dos países desenvolvidos não estavam preparados e especialmente os Estados europeus contemporâneos nem sempre souberam reagir e responder. O Estado português muito menos. A economia mundial, o livre comércio e a desregulamentação de muitas atividades económicas e financeiras internacionais deixaram os Estados desarmados e impotentes. Só os Estados mais poderosos (nomeadamente os Estados Unidos, a Alemanha e a China) conseguiram pôr a seu proveito as forças libertadas pela globalização, enquanto a maioria sofre as suas consequências.

A consolidação e o desenvolvimento da União europeia aprofundaram a crise do Estado nacional. A União revelou uma dificuldade surpreendente em se adaptar. Daí resultou a sua desorientação, ficando aquém da estrutura pré-federal que alguns desejam, mas transformando os Estados nacionais numa espécie de parceiros locais de uma frágil estrutura internacional que ultrapassa os Estados, sobretudo os de pequena e média dimensão e de pouca força económica. Note-se bem: ultrapassa-os, sem lhes conferir solidez ou estabilidade. A consequência deste processo é evidente: a reforma do Estado, em conjugação com a da União, tornou-se necessária.

Chego assim à segunda parte da minha exposição.

### **Por que Razões a Reforma do Estado é, em Portugal, Necessária há Várias Décadas?**

Para Portugal, todos os motivos acima explicam a contemporaneidade e a atualidade do tema, mas há outros motivos que nos dizem respeito. Há outras causas específicas que explicam a evolução do Estado português, os seus problemas e a necessidade crescente da sua reforma.

Após o 25 de Abril, o Estado português foi reorganizado de modo improvisado. À pressa, sem ideia nem objetivo. A democracia política instalou-se em cima de estruturas corporativas obsoletas, próprias de outras idades e de outros modos de governo. As estruturas democráticas combinaram com o anterior regime corporativo a que acrescentaram as liberdades, tendo também concertado com formas de governo e de administração forjadas precipitadamente durante a revolução de 1974/75. O resultado foi uma obra compósita, sem coerência.

O crescimento do Estado de proteção social foi muito acelerado depois de 1974 e fez aumentar a dimensão, o volume, a força, a decisão e o peso do Estado e da Administração Pública. Mesmo depois da reprivatização da economia e das empresas, iniciada nos anos 90 e prosseguida até hoje pelos dois maiores partidos, as dimensões do Estado administrativo não foram reduzidas. Dos menos de 200.000 funcionários dos anos 1960, chegámos aos 600.000 a 700.000 da última década. Esta dimensão não é necessariamente exagerada, quando comparada com os nossos parceiros europeus. Acontece que se tratou de um crescimento orgânico e demográfico, sem alteração consistente das formas de organização e das missões do Estado, tanto central como local. Por outro lado, a comparação com outros países desenvolvidos pode ser falaciosa. Na verdade, a semelhança de números esconde diferenças radicais no produto nacional, na organização e na produtividade.

A Constituição e as principais leis de base não criaram um Estado administrativo com novo espírito e critério, nem estabeleceram um novo modelo de organização. Algumas das grandes polémicas, controvérsias, ou dilemas foram sempre

sendo adiados: o “Centro *versus* Região” e “Estado central *versus* Autarquia”, por exemplo, nunca encontraram verdadeiramente solução, nunca houve decisão claramente maioritária ou consensual. Donde resulta que a distribuição de poderes permaneceu instável e sujeita a evoluções de circunstância. Do mesmo modo, as responsabilidades dos titulares dos órgãos políticos nacionais e locais permaneceram incertas. Outro exemplo ainda de questão eternamente adiada é o do regime de acumulação de funções públicas e privadas dos agentes da Administração, cuja indefinição é fonte permanente de distorções. Certos aspetos fundamentais evoluíram, é certo, mas só na medida em que tal interessou circunstancialmente. Estão nesta situação, por exemplo, as capacidades eleitorais locais, o regime de referendo, os direitos de propriedade e de iniciativa privada, o âmbito do setor público empresarial, a autonomia das instituições públicas e os poderes da tutela de Estado sobre instituições privadas.

A verdade é que não é possível encetar com êxito um processo de reforma do Estado sem começar ou passar pela revisão da Constituição. O que torna tudo mais difícil. A Constituição e as leis de bases traçaram minuciosamente um sistema de defesas contra o autoritarismo, o caciquismo, o cesarismo, os vulgarmente chamados regimes fascistas e comunistas, o populismo de cariz militar e outros... A natureza equívoca e ambígua do sistema semipresidencial é o melhor retrato desse sofisticado sistema de defesa, brilhante na construção, uma verdadeira obra-prima, mas que é fraco de caráter e defensivo na energia. Algumas das querelas antigas e que hoje são de novo virulentas, como entre os órgãos de soberania (entre o Parlamento, o Presidente da República e o Governo), ou entre os órgãos de soberania e os tribunais (com relevo para o Tribunal Constitucional), são o resultado direto e permanente da natureza híbrida do regime, do sistema constitucional e da natureza do Estado.

Toda a construção ou todo o desenvolvimento do Estado, desde os anos 1970, foram feitos nas circunstâncias acima descritas, com especial relevo para uma instituição: os partidos políticos. O fio condutor, os obreiros e os protagonistas do desenvolvimento do Estado e da Administração Pública, desde 1974, foram os partidos políticos. Foram subalternizadas outras instituições e entidades, como sejam o Parlamento, o Presidente da República, o Governo, as Regiões, as Autarquias, os Tribunais, as Forças Armadas, as empresas privadas, as universidades e outras. A sociedade e a economia mudaram profundamente durante as últimas quatro a cinco décadas. A demografia alterou-se e o panorama populacional do país modificou-se drasticamente. A administração autárquica, local e regional, foi concebida para um país e uma sociedade que já não existem. As grandes metrópoles urbanas estão cada vez mais complexas e quase ingovernáveis, enquanto o interior despovoado continua a ser regido por sistemas desadequados. Mudaram as atividades, modificaram-se as empresas, deslocaram-se as pessoas, transformaram-se os re-

cursos, alteraram-se drasticamente as vias de comunicação... mas as estruturas administrativas mantiveram-se quase inalteradas.

Recentemente, a crise financeira do Estado (e da sociedade) e o endividamento externo fizeram com que o Estado português ficasse refém dos seus credores, dos parceiros europeus mais poderosos e dos grandes interesses... Não é a melhor altura para proceder à Reforma do Estado. Aliás, a correção conjuntural das finanças do Estado, apesar de indispensável, não pode ser confundida com a reforma estrutural do Estado. Esta pode e deve ser preparada, debatida e refletida, mas qualquer urgência é sinal de fraqueza e de dependência! Em momentos de expansão económica e de estabilidade social e política, as querelas constitucionais esbatem-se e as deformações do Estado são aparentemente ultrapassadas pela euforia económica e social. Mas, em momentos de crise, as deficiências constitucionais avultam com caráter de urgência. Quando a crise é de endividamento internacional, de ameaça de bancarrota e de perda de autonomia de decisão, o “verniz estala” mais facilmente. Ora, é nesses momentos, quando são mais precisas, que a revisão da Constituição e a reforma do Estado são mais difíceis. Não só pela insuficiência de meios, mas também pela crispação entre partidos políticos. Os regimes de resgate financeiro e os deveres que lhes estão associados fizeram com que os “cortes” e as “supressões”, assim como as mudanças nos regimes laborais, se transformassem em substitutos para a reforma do Estado. Tal não deveria acontecer. As questões laborais não se devem sobrepor aos objetivos fundamentais da reforma de Estado.

Paradoxalmente, em resultado de toda esta evolução brevemente descrita, a reforma do Estado, aos olhos de muitas pessoas, tornou-se urgente. O Estado está fraco de mais, pesado de mais, vagaroso de mais, ineficiente de mais, capturado de mais por interesses particulares e dependente de mais de poderes estrangeiros e internacionais. Mas urgente não quer dizer de emergência. Urgente implica uma necessidade inadiável, mas a sua satisfação pode ser feita gradualmente, ao longo do tempo, com uma definição clara de objetivos, com uma estratégia política e com um calendário razoável. A pressa seria desaconselhada, sobretudo porque o Estado se encontra débil e dependente.

Esta debilidade ou esta crise do Estado português é agravada por outros fenómenos. O primado dos partidos políticos permitiu que a captura do Estado pelos interesses privados fosse facilitada. É através dos partidos políticos que grupos económicos, empresas, sindicatos, associações privadas, profissões e outros interesses retêm e possuem a capacidade política de regulação e legislação, assim como os favores económicos. É usual pensar que o “poder político”, em democracia, deve primar sobre o “poder económico”. Esta quase verdade consensual serve para justificar a ação livre dos agentes políticos e, por essa via, o privilégio acordado aos partidos políticos e a conseqüente submissão dos outros interesses sociais. Acontece que é em parte esse primado da política que serve a captura do

Estado por interesses privados. Repito: é por intermédio dos partidos que os interesses privados detêm privilégios e poderes. Daqui não concluo que é necessário ou sequer aconselhável afastar os partidos. Não. Necessário é moderá-los. O que só pode ser feito com instituições democráticas sólidas. Evidentemente, não há democracia sem partidos políticos. Mas também não há democracia só com partidos como únicos agentes políticos.

A massificação da política, da economia e da cultura criou novos fenómenos sociais, culturais e políticos aos quais é necessário prestar atenção com olhar crítico. São os casos, por exemplo, das sondagens de opinião permanentes e da comunicação imediata em tempo real, que destruíram a noção de mandato democrático. Ou da fabricação de realidades virtuais que leva o debate público para fora das instituições políticas. Ou ainda da mercantilização do voto e dos processos eleitorais que transformou esses processos políticos em espetáculo encenado. Todos estes fenómenos destruíram uma boa parte do prestígio da profissão, da carreira e da função política, geralmente coincidente e adequada às estruturas do Estado nacional. A atividade política perdeu dignidade e reputação. O Estado hipotecado aos partidos e por eles detido é fonte de desprestígio da atividade política.

Quase quatro décadas de democracia, acrescentadas a quase cinco de autoritarismo, criaram um universo de contacto entre a vida privada e a pública e entre os interesses económicos e a função política. Por várias razões, não se procedeu a um desenho de fronteiras nítidas, nem se criaram mecanismos eficientes de avaliação e julgamento. Mau grado a aparência de força e autonomia, o Estado português é presa de interesses e forças sociais, tanto partidos políticos, como grandes corpos profissionais ou grupos económicos. Mais do que a ilegalidade e a promiscuidade sua companheira, são a confusão legal e a acumulação legítima de funções e de interesses privados e públicos que distorcem e dominam a vida pública portuguesa. Assim chego à terceira parte da minha exposição. Não tenho a veleidade de propor um programa completo, um roteiro ou um plano. Apenas me limito a uns pontos que desejo sublinhar.

### **Alguns Contributos para a Discussão Pública sobre a Reforma do Estado em Portugal**

Convém nunca esquecer que se trata de um longo processo aberto à sociedade. Pode demorar anos e não se confunde com um calendário eleitoral. Nem com pagamento de dívidas ou resgate financeiro.

Reformar o Estado em democracia exige um plano, uma estratégia, um condutor e um consenso alargado. Como se pode imaginar, a dificuldade reside na necessidade de um consenso alargado (a não confundir com unanimidade) e na indispensabilidade de um condutor, de um dirigente ou de um piloto (pessoa, partido ou

instituição). A direção permite a eficácia, a unidade de orientação e a consistência. O consenso alargado permite, além das liberdades e da pluralidade, a persistência e a duração no tempo. De outro modo, teremos reformas aparentes e efémeras, logo seguidas de novas reformas levadas a cabo por outros protagonistas políticos, nomeadamente os partidos.

Por outro lado, como já disse, em tempos de crise financeira, não é aconselhável esperar demasiado de um esforço de reforma do Estado. Criar ou reformar um Estado sob ameaça de bancarrota e sob a pressão dos credores internacionais é tão errado e tão perigoso quanto criar ou reformar um Estado à custa de dívida e com base em benesses demagógicas. São necessários meios, que faltam. É precisa tranquilidade política, inexistente. É indispensável independência, ausente. É imprescindível a sinceridade política, em falha absoluta. Nenhum partido da oposição está disponível para se associar aos partidos da maioria, arcando também com as responsabilidades da situação atual. Nenhum partido do governo está preparado para ceder a sua posição, partilhando-a com outros. Nas atuais condições de excecional críspação e de degradação das relações políticas e pessoais entre dirigentes partidários, nada parece favorecer a preparação dos consensos alargados necessários. Reformar em profundidade não parece possível atualmente. Preparar, estudar, debater, negociar... sim! Ora, todos podem e devem tomar iniciativas de reflexão e discussão: Parlamento, Governo, Presidente da República, Forças Armadas, partidos políticos, instituições, magistratura, universidades, profissões, associações e sindicatos.

Importa, por outro lado, considerar que a revisão profunda da Constituição é parte central da reforma. Não é possível imaginar que a reforma do Estado possa dispensar a revisão da Constituição. Os poderes dos órgãos de soberania, o sistema eleitoral, a relação entre Estado central e autarquia, a conceção da Administração Pública, o conceito de funcionário público, o desenho dos grandes serviços públicos de Saúde, Educação e Segurança social, a organização da Justiça e os direitos e os deveres das instituições e das empresas privadas são aspetos essenciais da reforma do Estado, mas a sua definição atual, que importa rever e alterar, reside na Constituição.

O Parlamento, o Governo e o Presidente da República, assim como inúmeras instituições privadas, poderiam criar grupos de reflexão e debate. Desde que alguém, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República ou Primeiro-ministro, diga que vale a pena, que não é inútil. É a única maneira de evitar que a revisão da Constituição e a reforma do Estado se transformem em armadilhas. Que é o que está a acontecer!

Quanto aos conteúdos das reformas e da revisão, gostaria de distinguir alguns. Considero útil a revisão profunda do sistema eleitoral, de modo a que as eleições não sejam utilizadas exclusivamente pelos partidos políticos e que os eleitos, parti-

dários ou não, sejam pessoalmente responsáveis. Não se trata de pretender que um Parlamento feito de independentes seja mais eficiente e mais responsável que um Parlamento feito de grupos partidários. O mais importante é que haja mecanismos de moderação do poder inquestionável dos partidos e das suas direções. A possibilidade de candidaturas independentes, locais ou de outra natureza, é sobretudo fértil, não porque se substitui aos partidos, mas porque os ameaça e os obriga a superiores critérios de honestidade e responsabilidade, assim como é a melhor maneira de abrir um partido à sociedade.

Outra mudança que se me afigura necessária é a liquidação dos restos do sistema de “confiança política” na Administração Pública, um dos graves fatores do mau governo e de captura partidária. Com as devidas exceções, fundamentadas e em número reduzido, os cargos da Administração, particularmente os dirigentes da alta administração, deveriam todos ser exclusivamente preenchidos segundo critérios técnicos, científicos, profissionais, de carreira, de mérito pessoal, de dedicação e merecimento, em detrimento dos resquícios da “confiança política” ainda em vigor. O anterior sistema, aprovado pela unanimidade dos partidos, estabelecia que os mandatos dos Diretores-gerais e equiparados cessava com as eleições e a tomada de posse do novo governo. Quer isto dizer, politizava e partidariava legalmente a Administração Pública. Esta prática, absolutamente legal, foi um autêntico veneno durante décadas. O atual governo mudou o sistema, e bem, dando por terminada a “confiança política” plena e criando concursos, mas infelizmente admitindo ainda a escolha, pelo ministro, entre vários selecionados através de concurso. Foi um progresso, mas evitou-se o melhor.

A este propósito, outra mudança se revela importante: é a velha questão da acumulação das funções privadas e públicas por parte dos agentes do Estado, nomeadamente na Saúde, na Educação, na Consultoria, nas Obras Públicas, na peritagem financeira, no contencioso e no apoio jurídico... Apesar das regras existentes, mais complacentes do que severas, a acumulação é muito frequente e quase sempre legal, por via de regimes de exceção que se tornam gerais. Também por isso se torna imprescindível proceder a uma revisão profunda das funções de justiça, fiscalização, avaliação, regulação e prestação de contas, as mais frágeis e as mais críticas de todo o sistema político português.

Entre outras consequências dos novos métodos e dos novos princípios de organização da Administração Pública, avulta a da possibilidade de criar e desenvolver a capacidade científica e técnica do Estado que lhe permita estudar, avaliar, escolher e decidir com mais competência, mais isenção e menor intervenção dos interesses externos ou ocultos, sejam eles partidários ou de qualquer outro tipo. O recurso crescente do Estado a entidades exteriores à Administração (técnicas, científicas, de consulta económica, de assessoria jurídica, etc.) parece ter tido mais inconvenientes (dependência, interesses particulares, submissão política...) do

que vantagens. A verdade é que, hoje, parece termos diante de nós um Estado decapitado, ao qual foi retirada grande parte da competência técnica e científica. O recurso sistemático a empresas nacionais ou multinacionais de estudos, consultoria, aconselhamento, gestão, apoio jurídico, engenharia financeira e tantas outras, empobrece o Estado, diminui a isenção das autoridades públicas, oculta os procedimentos e não assegura a independência e o rigor. É cada vez mais evidente que todas essas instituições demonstram e provam o que se lhes pede. A tal ponto que as mesmas entidades conseguem fazer estudos contraditórios.

Última observação: evidentemente que a reforma do Estado não dispensa, antes exige, a definição das novas fronteiras dos direitos e deveres dos cidadãos, das empresas, das instituições, das associações, das autarquias e do Estado, assim como o estabelecimento da nova organização administrativa e territorial do Estado, com a consequente revisão profunda dos sistemas ditos de subsidiariedade na Administração Pública. Mas este objetivo parece poder ser aceite por todos, embora cada um tenha ideias diferentes sobre o seu conteúdo.

Para terminar. A reforma do Estado é obra de uma geração. Deveria ser gradual, refletida e comum a uma parte importante das forças políticas, sociais e culturais. Não deveria ser arma de arremesso, nem emboscada, hoje eventualidades prováveis. Tudo milita, atualmente, para que essa obra não seja cumprida. A começar pela pressa de uns e a acabar na recusa de outros. Se ao menos os titulares dos órgãos de soberania soubessem refletir e preparar o futuro! Se ao menos os dirigentes políticos quisessem levar a cabo tal empreendimento sem pensar apenas no orgulho narcisista! Se ao menos os partidos fossem capazes de fazer tantos sacrifícios quanto exigem deste nosso pobre povo!

# Segurança Energética na CPLP: um Imperativo Estratégico

Ruben Eiras

*Doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais, pelo ISCTE-IUL e Academia Militar, sob o tema “Política de Segurança Energética: o Potencial Estratégico de Cooperação Portugal-Brasil”. Executive Master in Sustainable Energy Systems do MIT-Portugal. Licenciado em Sociologia do Trabalho pelo ISCSP-UTL. Responsável pelas Relações com o Sistema Científico, Departamento de Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Galp Energia. Autor do blogue Geoenergia no semanário Expresso, disponível em <http://expresso.sapo.pt/geoenergia=s25613>.*

## Resumo

Cerca de cinquenta por cento das novas descobertas de petróleo e gás realizadas desde 2010 estão localizadas em países lusófonos. Este será um fator transformacional da importância geopolítica do espaço de língua portuguesa para a segurança energética da economia global. O objetivo do presente artigo é contribuir para a compreensão deste novo fenómeno e das suas potenciais implicações. Para o efeito, em primeiro lugar, é definido o conceito de segurança energética. De seguida, será demonstrada uma forma de a quantificar através do método Índice de Segurança Energética e da respetiva aplicação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacando os resultados mais importantes. Em terceiro e último lugar, com base na informação anterior e na análise da envolvente, enunciar propostas que fundamentem a constituição da plataforma “Diálogo Segurança Energética CPLP”.

## Abstract

*About fifty per cent of new oil and gas discoveries made since 2010 are located in lusophone countries. This will be a transformational factor of the geopolitical importance of the Portuguese speaking space for the global economy's energy security. The purpose of this paper is to contribute to the understanding of this new phenomenon and its potential implications. In accordance, it starts with the definition of energy security. Then it puts forward a methodology for measuring the Energy Security Index and its application concerning the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), highlighting the most important results. Lastly and based on both previous analyses it argues in favor of the creation of a “CPLP Energy Security Dialogue” platform.*

Cerca de cinquenta por cento das novas descobertas de petróleo e gás realizadas desde 2010 estão localizadas em países lusófonos. Este será um fator transformacional da importância geopolítica do português na economia global.

Segundo as últimas análises das consultoras IHS e Bernstein Analysis (2012), três países de língua oficial portuguesa lideram o ranking das dez maiores descobertas de petróleo e gás do planeta na presente década.

Brasil e Moçambique lideram esta lista, em primeiro e segundo lugar, respetivamente. Com efeito, aqueles dois países concentram quase metade das novas reservas de hidrocarbonetos da economia global: de um total estimado de 72.700 biliões de barris de petróleo equivalente (boe) identificados, perto de 19 mil milhões encontram-se no gigante sul-americano e 15 mil milhões em Moçambique (sobretudo gás natural).

A seguir àquele país lusófono, situam-se o Irão (9 biliões boe) e a Noruega (5 biliões boe). E em Angola foram igualmente descobertos mais 2 biliões de boe, ocupando este país o 10º lugar da referida lista.

Isto significa que o espaço lusófono não só está a reforçar a sua importância geopolítica na economia global em função dos vastos recursos petrolíferos existentes, como também que se está a tornar num espaço com importância estratégica para a segurança energética mundial.

Neste plano, o objetivo do presente artigo é contribuir para a compreensão deste novo fenómeno e das suas potenciais implicações. Para o efeito, será necessário, em primeiro lugar, definir o que entendemos por segurança energética. De seguida, será demonstrada uma forma de a quantificar através do método Índice de Segurança Energética e da respetiva aplicação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacando os resultados mais importantes. Em terceiro e último lugar, com base na informação anterior e na análise da envolvente, enunciar propostas que fundamentem a constituição de uma plataforma de diálogo para a segurança energética na CPLP.

### **Segurança: Fundamentos Essenciais do Conceito**

A seguir ao choque petrolífero de 1973 ficou claro que as questões de interdependência económica relacionadas com recursos energéticos não poderiam ser colocadas numa zona subalterna da agenda internacional de segurança. De acordo com Couto (1988), a segurança traduz “um estado ou condição”, em certos casos, “é um fenómeno psicológico”.

De acordo com Couto (1988) e Mendes Dias (2005), a segurança – como a política - é una e incindível no seu propósito, finalidade e estado, é por natureza holística. Sendo assim, a sua característica multidimensional exige a utilização da sociedade no seu todo, só se cumprindo dessa forma, inserida numa dinâmica de Poder que

se desenrola nos ambientes competitivo e estratégico que a Ciência Política enquadra e, para a qual a Geopolítica contribui.

Segundo Couto (1988), a segurança reside fundamentalmente na interdependência. Como na sociedade internacional não existe uma organização capaz de eficazmente preservar a ordem e de aplicar a lei, cada Estado tem, como preocupação primária, a sua segurança a fim de poder garantir a sua existência, usufruir dos seus direitos, proteger os seus interesses e população. Com efeito, esta transferiu para o Estado a responsabilidade da garantia da sua segurança.

Tendo esta definição em consideração, podemos afirmar que, no campo dos mercados energéticos, os subseqüentes choques petrolíferos – de 1979-80 e o que vivemos desde 2008 – estão a colocar a segurança energética dos países consumidores em causa.

E de facto, a energia não é uma matéria-prima como outra qualquer, dado que é vital para a sobrevivência dos Estados e pode ser utilizada para prejudicar outras entidades estatais. Com efeito, a disrupção da oferta de energia pode causar vulnerabilidades económicas e políticas significativas, sendo a possibilidade de criação de ambientes inseguros uma realidade.

A escassez de recursos é gerada pela falha de mercado. Os mercados de energia que funcionam corretamente fazem com que a interdependência seja gerível e assim é atenuado o grau de escassez. Por isso, a interdependência é a condição subjacente do setor energético: produtor-produtor, consumidor-produtor e consumidor-consumidor. Mas como na sociedade internacional não existe uma organização capaz de eficazmente preservar a ordem e de aplicar a lei, cada Estado tem, como preocupação primária, a sua segurança a fim de poder garantir a sua existência, usufruir dos seus direitos e proteger os seus interesses.

As dimensões do problema de segurança de um determinado Estado, são em grande parte, um reflexo situacional, que pouco tem a ver com a vontade desse Estado. Por exemplo, na dimensão energética, a subida do preço de barril de petróleo é uma variável que determina graus de segurança a nível da continuidade, fiabilidade e sustentabilidade financeira do abastecimento energético, conforme a dimensão das reservas estratégicas existentes e como esse Estado se situa em relação a tensões importantes entre países produtores e países consumidores de petróleo.

Portanto, de acordo com Cabral Couto (1988), o conceito de segurança pode ser considerado como incluindo apenas a garantia de independência, da soberania, da integridade territorial e da unidade do Estado ou pode ser entendido como abrangendo todo um conjunto de interesses, que podem ir desde a garantia de acesso a matérias-primas essenciais, até à proteção de investimentos e de cidadãos nacionais no estrangeiro, desde cinturas de segurança a zonas de influência ou neutralizadas, desde o controlo do nível da capacidade militar de adversários potenciais e vizinhos até à uniformidade dos regimes e sistemas políticos, por exemplo.

### O Conceito de Segurança Energética

Os serviços energéticos são um componente ubíquo dos estilos de vida modernos. São necessários para alimentar meios de transporte, fábricas, escritórios, atividades agrícolas, distribuir produtos e climatizar (aquecer e refrescar) habitações. Com efeito, a energia não é uma matéria-prima como outra qualquer, mas sim a pré-condição de todas as outras matérias-primas. Portanto, garantir o acesso a serviços energéticos de uma forma segura é uma questão crucial.

Dado que a segurança energética é um conceito omnipresente, os desafios prementes são tão transversais que definir o conceito peca pela dificuldade de precisão e coerência. Por isso, tentar medir e quantificar a segurança energética através de métodos e indicadores isolados – como a intensidade energética ou o consumo de eletricidade – será um retrato incompleto e parcial.

Todavia, mesmo utilizando um indicador compósito, a leitura quantificada de uma realidade tão complexa como a segurança energética, é claramente insuficiente. A análise das dinâmicas de poder entre os Estados e os outros atores internacionais revela-se crítica.

A segurança energética é muitas vezes analisada do ponto de vista da interdependência entre os Estados, nas relações produtor-consumidor. De todos os países do mundo, nenhum é verdadeiramente energeticamente independente. A Arábia Saudita exporta crude, mas ainda importa gasolina refinada. A Rússia exporta gás natural, mas tem de importar urânio. Os EUA exportam carvão, mas ainda importam petróleo. Portanto, isto mostra que a análise da segurança energética não só tem de examinar as relações entre os países, mas também as interações entre os vários componentes dos serviços energéticos dentro de si próprios.

De acordo com a revisão de literatura realizada, a caracterização da segurança energética difere segundo as perspetivas institucionais, os estilos de vida das nações, a geologia e geografia do território, e do tempo histórico que atravessamos. Por exemplo, o consumidor perspetiva a segurança energética como um serviço a um baixo preço sem disrupção de fornecimento. As empresas petrolíferas focam-se na segurança de acesso a novas reservas, como também na segurança da procura do seu produto. As *utilities* elétricas enfatizam a integridade da rede de eletricidade. Por fim, as comunidades políticas e militares (como a NATO, por exemplo) centram-se na segurança.

Por conseguinte, para a maioria dos países do Ocidente, a segurança energética significa a disponibilidade de recursos energéticos a preços aceitáveis, protegendo os fornecedores do Médio Oriente e as rotas marítimas contra ataques de pirataria, mantendo reservas petrolíferas estratégicas e reduzindo as ameaças físicas à infraestrutura energética.

Por sua vez, a Rússia persegue uma estratégia de segurança energética que se baseia em assegurar a influência do Estado sobre recursos estratégicos (gás natural)

para garantir o controlo primário sobre a infraestrutura (navios e gasodutos) através da qual distribui os seus hidrocarbonetos para os mercados mundiais. Além disso, restringe os investimentos em campos de petróleo e gás para assegurar a manutenção de um determinado preço no mercado, através do controlo da oferta disponível.

A China perspetiva a segurança energética com base na “diplomacia energética”, dado ser altamente dependente dos mercados globais para alimentar o seu crescimento industrial. A sua estratégia tem-se baseado na compra de parcelas em campos petrolíferos estrangeiros, proteção militar em rotas marítimas vulneráveis e a garantia de acesso a recursos energéticos através de parcerias para o desenvolvimento com países africanos e sul-americanos.

O Japão considera a segurança energética como uma estratégia de eliminação da escassez dos seus recursos energéticos através da diversificação, comércio e investimento, como também através do estabelecimento de parcerias seletivas com os seus países vizinhos para desenvolver em conjunto recursos energéticos.

No caso de Portugal, um país também sem hidrocarbonetos passíveis de serem explorados comercialmente até ao momento, tem seguido uma estratégia de segurança energética com algumas semelhanças à da japonesa no que respeita à diversificação – possui uma das carteiras de importação petrolífera mais diversificadas do espaço europeu. Portugal tem seguido igualmente uma estratégia de forte investimento nas fontes renováveis endógenas para a produção de eletricidade.

Quanto ao Brasil, tem seguido uma política de segurança energética assente no desenvolvimento da autossuficiência energética e do poder tecnológico, por um lado, no investimento na exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural em águas profundas (*deep offshore*) e nas fontes renováveis endógenas para a produção de eletricidade (hidroelétrica) e de combustíveis líquidos (etanol proveniente de cana-de-açúcar).

### **Componentes do Conceito de Segurança Energética**

A noção moderna de segurança energética emergiu no começo do século XIX ao passo que a mecanização da guerra acelerava os requisitos energéticos para os navios e veículos alimentados a carvão. As preocupações globais sobre segurança energética tornaram-se proeminentes nas Guerras Mundiais, nos choques petrolíferos da década de 70 do século passado<sup>1</sup>, na Guerra do Golfo, na intervenção militar no Iraque, na recente intervenção na Líbia e na tendência atual de estabilização do preço do barril de petróleo nos 100 dólares.

---

1 É de referir também que com a emergência da energia nuclear na década de 70 do século XX, a segurança energética também passou a contemplar a não proliferação nuclear.

De acordo com a revisão de literatura realizada, segue-se a sistematização dos principais componentes que definem atualmente o conceito de segurança energética.

### ***Componente 1: Disponibilidade***

A conceção clássica de segurança energética diz respeito à segurança coletiva e diversificação de fontes para combustíveis e serviços. Assegurar a disponibilidade envolve conseguir um fornecimento suficiente e ininterrupto e minimizar a dependência externa de combustíveis. A dependência pode ter custos elevados, como ilustra o caso do gás natural russo para a Europa. A Rússia conseguiu triplicar o preço do gás natural exportado para a Bielorrússia e para a Ucrânia porque estes países estão completamente dependentes daquele fornecimento.

Em alguns casos, a dependência crescente da percepção de escassez energética precipitou os conflitos internacionais. Na 1ª Guerra Mundial, a Entente e as Potências Centrais acreditavam que o controlo do carvão, do petróleo e do gás eram a chave para a vitória, conforme expresso por Winston Churchill. Nas vésperas da 2ª Guerra Mundial, o Japão sofria um racionamento de matérias-primas. Por isso, invadiu a Manchúria para conseguir aceder a reservas de carvão. Na sequência da invasão da China, os EUA cortaram as exportações de petróleo para o Japão. Sem recursos domésticos, os nipónicos invadiram o arquipélago indonésio, rico em hidrocarbonetos.

Nesse mesmo ano, Hitler declarou guerra à URSS para aceder aos campos petrolíferos soviéticos e lançou a Operação Blau para proteger as reservas de petróleo na Roménia, enquanto tentava assegurar novas fontes no Cáucaso Central. Durante a Guerra do Golfo de 1990-1991, o Iraque invadiu o Kuwait para aumentar o seu controlo sobre as reservas energéticas. Por isso, aligeirar a dependência de fornecimentos externos provenientes de regiões “geopoliticamente instáveis” é um importante componente para diminuir o risco relacionado com a disponibilidade e melhorar a segurança energética.

Outros aspetos associados com a disponibilidade são a diversificação e prevenção de sabotagem ou ataques a infraestruturas críticas, como centrais elétricas, barragens, redes de transmissão e distribuição, de forma a assegurar que os serviços sejam ininterruptos.

A diversificação comporta três dimensões:

- (1) A diversificação de fontes requer a utilização de um portefólio de diversas fontes energéticas, tipos de combustível e ciclos energéticos (ou seja, não só depender de carvão ou gás natural, mas vento, sol, ondas, água para gerar eletricidade; disponibilizar gasolina, diesel e biocombustíveis nas opções de combustíveis líquidos);

- (2) Diversificar os fornecedores para que produtores ou fornecedores de energia não possam ter controlo sobre o mercado (por exemplo, importar petróleo do maior número de países e empresas possível);
- (3) Diversificação especial para dispersar os locais para que as instalações não possam ser interrompidas por um único ataque, avaria ou mal funcionamento (por exemplo, distribuir o aparelho refinador em diferentes pontos do território).

No limite, o princípio da diversificação está enraizado na ecologia – os ecossistemas naturais revelam diversificação e redundância nas cadeias biológicas. Por isso, aumentar as fontes energéticas através do investimento em alternativas múltiplas serve os interesses de consumidores e produtores dado que a cadeia energética não fica dependente em exclusivo de nenhuma fonte energética.

### *Componente 2: Acessibilidade*

Um segundo elemento da segurança energética é a acessibilidade básica e equitativa dos serviços energéticos. As famílias nos países em desenvolvimento despendem uma proporção maior do seu rendimento nos serviços energéticos. Por isso assegurar que a energia é acessível economicamente é central para responder às suas necessidades básicas.

As pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza pagam, em termos proporcionais, mais pela energia, o que prejudica a acumulação de riqueza necessária para escaparem da pobreza. Indiretamente, os preços de energia mais elevados inflacionam todos os outros bens e serviços, porque a energia representa, em média, cerca de 15% do custo total de processamento de alimentos, têxteis, madeira, papel, produtos químicos e produção de cimento.

Os serviços energéticos não devem ser só acessíveis, mas também, os seus preços devem ser estáveis. Se os preços sofrem de uma elevada volatilidade, os fornecedores não conseguem planear investimentos de uma forma prudente. Por exemplo, se o preço do gás natural subir em demasia, os custos de operação das centrais elétricas que utilizam este combustível crescem e isso refletir-se-á nos preços da eletricidade.

Todavia, a acessibilidade energética também pode conflitar com outros critérios de segurança energética. Por exemplo, a subsidiação dos preços dos combustíveis nos países em desenvolvimento resulta em custos artificialmente baixos, inviabilizando investimentos em tecnologias energeticamente mais eficientes e limpas.

Uma outra dimensão da acessibilidade é a qualidade. Mesmo se o preço for baixo e estável face ao rendimento familiar e empresarial, os consumidores necessitam de aceder a combustíveis e serviços energéticos de elevada qualidade.

A Organização Mundial de Saúde e o Programa de Desenvolvimento da ONU categorizam o acesso de acordo com uma “escada energética” de diferentes tipos de combustíveis e tecnologias:

- Acesso a eletricidade, medido de acordo com a percentagem de pessoas que possuem uma ligação à rede elétrica – este indicador está no topo da escada;
- Acesso a combustíveis modernos, como o Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), gás natural, querosene e etanol – este indicador está no segundo degrau;
- Acesso a combustíveis tradicionais, como a madeira, o carvão e os resíduos agrícolas – este indicador está no fundo da “escada”.

Elevados níveis de acesso e diversidade de combustíveis correlacionam-se com elevados níveis de consumo energético e graus diminutos de pobreza energética.

### *Componente 3: Eficiência Energética*

Um terceiro componente da segurança energética é a eficiência energética, ou seja, a melhoria do desempenho e aumento da utilização de equipamento mais eficiente. A eficiência energética permite uma utilização mais racional da energia para o desempenho de uma determinada tarefa (como iluminação ou aquecimento) através da minimização do consumo das unidades de recursos por unidade de *output*. A eficiência energética pode incluir a substituição de *inputs* ou combustíveis, a mudança de comportamentos e preferências ou a alteração do portefólio de bens e serviços para diminuir a procura de energia.

Uma parte crítica da melhoria da eficiência das tecnologias energéticas relaciona-se com a I&D e inovação. A inovação na tecnologia consiste no processo de criação de novas soluções técnicas que melhorem a qualidade dos serviços e reduzam as externalidades e custos associados com o fornecimento e utilização de energia.

Ao passo que as sociedades avançadas aumentam a sua dependência de serviços elétricos com a automação crescente, a climatização e sistemas de entretenimento caseiros, a gestão da procura através de equipamentos de controlo da carga e a formação de preço com base no perfil de utilização serão crescentemente críticos para a estabilidade da rede.

Outra parte da eficiência inclui a procura do consumidor por serviços energéticos e o seu comportamento, assegurando que os combustíveis e os transportadores energéticos<sup>2</sup> são integrados em escala e em qualidade para consumo final<sup>3</sup>, assegurando que os consumidores utilizem apenas a energia de que necessitam.

---

2 É um fenómeno ou substância que pode ser utilizado para produzir trabalho mecânico, calor ou operar um processo físico ou químico, usado na conversão de energia para ser utilizada.

3 **Consumo final** é energia primária e secundária que se encontra disponível para ser usada na produção de bens e/ou serviços, composta do “consumo final não-energético” e “do consumo

#### ***Componente 4: Sustentabilidade***

A componente ambiental enfatiza a importância da sustentabilidade. No sentido clássico, o conceito inclui a noção de equilibrar o consumo de recursos com as necessidades das gerações futuras. O marco deste conceito é o Relatório Brundtland publicado em 1987, sob a égide da ONU, em que o desenvolvimento sustentável é definido como “a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”<sup>4</sup>.

Quando o conceito é aplicado à política energética, são estabelecidas três linhas de ação simultânea:

- (1) Assegurar que as taxas de produção de fontes renováveis não excedam as suas taxas de regeneração (por exemplo, a biomassa não pode ser consumida acima da taxa de reposição da fonte arborícola);
- (2) Assegurar que as emissões residuais não excedam as capacidades assimilativas dos ecossistemas;
- (3) Garantir que os recursos não renováveis são consumidos apenas a uma taxa igual à da criação de recursos renováveis.

A AIE, bem como o atual Departamento de Defesa dos EUA e a NATO defendem que a adaptação às alterações climáticas é uma parte integrante da segurança energética.

Assim, de acordo com a revisão de literatura realizada e a sistematização das principais características do conceito de segurança energética, verificamos que é possível resumir a sua tipificação em quatro componentes principais (gráfico 1):

- A disponibilidade, que diz respeito à ininterruptibilidade do fornecimento energético e diversificação das fontes energéticas;
- A acessibilidade, relacionada com a igualdade de acesso da população aos serviços energéticos essenciais;
- A eficiência energética, a qual consiste na racionalização da utilização de energia por via da mudança tecnológica e dos hábitos de consumo;
- A sustentabilidade, focada na minimização dos impactos ambientais derivados da produção, transformação e consumo de energia.

---

final energético”. O **consumo final não-energético** é a quantidade de energia contida em produtos que são utilizados em diferentes setores para fim não-energético. O **consumo final energético** contém o consumo final dos setores “energético”, “residencial”, “comercial”, “público”, “agropecuário”, “transportes”, “industrial” e “consumo não-identificado”. O setor energético compreende a energia utilizada nos centros de transformação, ou nos processos de produção, extração e transporte interno de produtos energéticos, na sua forma final e nas unidades de apoio do setor.

**Gráfico 1 - Geopolítica da Energia**



No seguimento desta análise, optaremos então por utilizar a definição da Agência Internacional de Energia (AIE), a qual estabelece a segurança energética como “uma disponibilidade física ininterrupta por um preço que é acessível, respeitando as preocupações ambientais”.

### **O Índice de Segurança Energética na CPLP**

É neste contexto que surge a necessidade de metodologias que ajudem a avaliar, quantificar e medir a segurança e a política energética seguida pelos Estados. Nesta linha de raciocínio, é proposto o Índice de Segurança Energética (ISE).

O Índice de Segurança Energética é um índice composto que relaciona o desempenho alcançado em cinco dimensões influentes na segurança energética, nas vertentes económica, ambiental e geopolítica, a saber: intensidade energética da economia, intensidade carbónica do sistema energético, energia primária de base renovável, eletricidade de base renovável, grau de dependência externa de combustíveis fósseis e grau de desenvolvimento do sistema energético como um todo.

Com base em informação do Eurostat e da Agência Internacional de Energia, o ISE é calculado segundo uma média composta pelos quatro primeiros indicadores referidos, sendo esta ponderada pelo último. O ISE varia numa escala de 1 a 5, em que quanto melhor é o desempenho alcançado num indicador, mais elevada é a pontuação. Segue-se a explicação dos indicadores que compõem o índice:

- A Intensidade Energética da economia (IEe): indica a eficiência da utilização da energia para produzir valor acrescentado (Eurostat 2011, AIE 2011). É definido como o rácio entre o Consumo Final de Energia e o Produto Interno Bruto. Para o presente artigo, é utilizado o indicador calculado pela AIE;
- A Intensidade Carbónica do sistema energético (ICse): a intensidade carbónica indica o grau de impacto ambiental proveniente da atividade humana. Geralmente a intensidade carbónica é medida segundo o rácio de emissões de CO<sub>2</sub> por unidade de PIB (Eurostat 2011, IEA 2011). Para o presente artigo, dado que o nosso objetivo através do ISE é aferir o nível de sustentabilidade da autonomia energética, iremos utilizar o rácio de emissões CO<sub>2</sub> por Total de Energia Primária Consumida (TEP), de forma a medirmos o impacto ambiental gerado pelo sistema energético do Estado. Para o presente artigo, são utilizados os dados fornecidos pela AIE;
- A Energia Primária de origem Renovável (EPR): a produção de energia primária é a extração de energia de uma fonte natural (Eurostat, 2011; IEA 2011). A energia renovável inclui a hidroeletricidade, a biomassa, o vento, o sol, as ondas e a geotermia (Eurostat 2011, IEA 2011). Neste artigo, serão utilizados os dados fornecidos pelo Eurostat, pela Energy Information Administration (EIA) e pela AIE;
- A Eletricidade de base Renovável (ER): agrega o total de eletricidade gerada a partir de fontes energéticas de base renovável (Eurostat, 2011; IEA 2011). Para este artigo serão utilizados os dados fornecidos pelo Eurostat, EIA e pela AIE;
- A Dependência Energética (DE): a dependência energética mostra qual a intensidade das importações que um Estado tem de suportar para fazer face às suas necessidades energéticas. É calculada com base no rácio das importações líquidas e o consumo final de energia (Eurostat, 2011; IEA 2011). Para este artigo, serão utilizados os dados fornecidos pelo Eurostat, EIA e pela AIE;
- O Desenvolvimento Energético (DEn): o desenvolvimento energético mostra o grau de modernidade das infraestruturas energéticas e o grau de universalidade de acesso a energia por parte da população. É tido em conta o cálculo do Índice de Desenvolvimento Energético realizado pela AIE. Para este artigo, serão utilizados os dados fornecidos pela AIE.

O método de cálculo do ISE é o seguinte:

- Os valores obtidos nos indicadores IEe, ICse, EPR e ER por cada Estado comparado são normalizados numa escala de 1 (valor mínimo) a 5 (valor máximo) para efeitos de cálculo segundo uma média simples. Esta depois é ponderada de acordo com dois indicadores: o grau de dependência energética de cada Estado comparado, a fim de aferir o grau de vulnerabili-

dade relacionada com as importações; o Desenvolvimento Energético para aferir o grau de fiabilidade, universalidade e modernidade do acesso à energia;

- Para efeitos da normalização na escala de 1 a 5, o valor máximo e o valor mínimo dos indicadores IEe, ICse e ER são definidos de forma proporcional segundo o desempenho alcançado pelos Estados comparados. Isto porque são indicadores que mostram graus de eficiência e de funcionamento do sistema energético, os quais dependem da tecnologia e dos métodos de gestão utilizados;
- Para efeitos da normalização na escala de 1 a 5, o valor máximo e o valor mínimo dos indicadores EPR e DE são definidos na escala percentual de 0% a 100% em que são apresentados pelo Eurostat. Isto porque são indicadores que não respondem diretamente ao funcionamento do sistema energético, mas refletem a opção de uma política.

Em termos de representação matemática, a forma de cálculo do ISEI para cada Estado é a seguinte:

$$ISE = \frac{\sum(IEe + ICse + EPR + ER)}{4} * DE * DEn$$

O exercício de *benchmarking* do ISE permite comparar os Estados nas dimensões supracitadas numa ótica objetiva, quantificada e simplificada, permitindo assim aferir de uma forma credível o grau de confiança da política de segurança energética seguida.

Dada a nova importância geopolítica do espaço da CPLP devido às quantidades significativas de recursos energéticos existentes (Brasil, Angola e Moçambique) e aproveitamento das energias renováveis (Brasil e Portugal), a aplicação do ISE a este grupo de Estados (tendo como valor de referência o desempenho da União Europeia) ajudará a construir uma análise integrada da sua segurança energética. Neste sentido, são apresentados os principais resultados da análise realizada para o triénio 2009-2011:

- O Brasil apresenta o maior ISE (2,23 – maior do que o da UE: 1,17) devido a uma matriz energética com uma elevada componente renovável nos biocombustíveis de produção endógena e autossuficiência em hidrocarbonetos. Mas precisa de melhorar a eficiência e o acesso universal à energia.
- Angola e Moçambique são os países africanos com melhor desempenho no ISE (0,35 e 0,12, respetivamente), devido sobretudo às enormes reservas de petróleo e gás. Mas há um vasto potencial de energias renováveis a explorar, mas que depende em muito da promoção de sistemas autónomos descentralizados e da melhoria das infraestruturas e logística de distribuição e transporte de eletricidade.

- No conjunto, os PALOP e Timor-Leste possuem um excelente potencial energético de base renovável que poderá ser alavancado por via da produção descentralizada (minicentrals de biomassa integradas com solar e microeólicas), melhorando simultaneamente o acesso universal à energia (exemplos: aldeia solar em Angola e centrais solares em Cabo Verde).
- A produção de biocombustíveis sustentáveis pode ser um contributo importante para a melhoria do acesso universal à energia e a diversificação do sistema energético, simultaneamente dinamizando as economias locais (exemplos: etanol no Brasil, *jatropha*<sup>5</sup> em Moçambique). O território da Guiné-Bissau apresenta um enorme potencial neste domínio.
- Portugal, embora ainda sem exploração de hidrocarbonetos bem-sucedida, apresenta um ISE com um desempenho assinalável (0,45) devido sobretudo aos seguintes fatores: um acesso universal à energia de qualidade e um bom aproveitamento do seu potencial eólico e hídrico. Precisa de melhorar a sua intensidade energética e carbónica, bem como mitigar o seu elevado nível de dependência energética (81%).

Para uma interpretação integrada do panorama da segurança energética da CPLP, os anteriores resultados do ISE deverão ser lidos em conjunto com os seguintes factos geopolíticos e geoeconómicos no domínio energético:

- Mais de metade das novas descobertas de petróleo e gás da última década estão localizadas no Brasil, Moçambique e Angola;
- A Petrobras, a empresa estatal de petróleos do Brasil, já é a segunda maior companhia petrolífera que mais investe em I&D no mundo e é uma referência global na tecnologia de exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas. Com efeito, encontram-se instalados na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, os centros de I&D em *deep-water offshore* das maiores empresas de serviços de petróleo do mundo: é a emergência do Silicon Valley do petróleo de águas profundas;
- O alargamento da Plataforma Continental de Portugal irá dotar o país com uma vasta extensão de território marinho com potenciais reservatórios de recursos minerais energéticos, entre hidrocarbonetos (convencionais e não-convencionais, como hidratos de metano) e metais raros;
- Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, encontra-se a avançar para a exploração do seu pré-sal, prevendo-se aumentar para dois milhões de barris (boe) diários a partir de 2014, com reservas provadas de 9,5 mil milhões boe;

---

5 *Jatropha curcas* L., planta vulgarmente designada, no Brasil, por pinhão-mansô.

- As reservas de gás natural no *offshore* moçambicano posicionam aquele país como um “segundo Qatar”, o maior exportador daquele recurso energético no mundo. Moçambique já possui 5 tcf (trilhões de pés cúbicos) de reservas provadas, mas no global os recursos ascendem a um potencial de 276,5 tcf. Além disso, encontra-se geograficamente bem localizado para abastecer tanto os mercados asiáticos, como o europeu, beneficiando assim de uma posição privilegiada para se afirmar como um *spot* de arbitragem do mercado de Gás Natural Liquefeito (GNL) e um ponto importante no trânsito marítimo daquela fonte energética;
- O alargamento do canal do Panamá previsto em 2015 abre oportunidades para que Portugal se torne numa plataforma relevante no comércio marítimo de GNL na economia global, sobretudo para expedição rumo ao Japão e China do gás produzido na bacia do Atlântico Sul, no *offshore* brasileiro e africano. Por sua vez, em determinadas condições, Portugal também poderá ser uma plataforma recetora do GNL proveniente dos EUA para o mercado europeu;
- Todos os países da CPLP ricos em petróleo e gás (ou com potencial existência – como Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Portugal), são-no no mar, o que significa uma oportunidade comum para a criação de novas dinâmicas económicas na indústria naval e numa extensa fileira de outros setores (*software*, instrumentação, têxteis técnicos, materiais anticorrosão, aeronáutica, robótica);
- Portugal é o único Estado-membro da CPLP que ratificou a Carta da Energia (tratado internacional para a proteção dos investimentos no setor energético entre os países signatários), sendo que a China já é membro observador deste mecanismo legal internacional;
- A CPLP, no seu todo, está a constituir-se como um parceiro energético estratégico da China: Angola é um dos três maiores fornecedores de petróleo do Império do Meio; a Sinopec (empresa chinesa parceira da Galp Energia no Brasil) está quase a tornar-se na única empresa, para além da Petrobras, presente em todos os blocos do pré-sal brasileiro; a CNPC (outra empresa petrolífera chinesa) está interessada em participar no consórcio da bacia de Rovuma, para a exploração de gás natural em Moçambique; as empresas estatais chinesas Three Gorges e State Grid são as maiores acionistas da EDP e da REN, respetivamente.

### **A Necessidade de um Diálogo para a Segurança Energética na CPLP**

Neste sentido, a partir da leitura conjunta dos resultados do Índice de Segurança Energética da CPLP e dos factos mais relevantes da respetiva envolvente geopolítica e geoeconómica no domínio da energia, verificamos que existe oportunidade

para que o novo poder petrolífero seja usado como uma alavanca transformacional da influência da CPLP no mundo.

Mas para que tal seja possível, é necessário estabelecer uma política e uma diplomacia energética articuladas na CPLP com vista a formar uma dinâmica de criação de riqueza assente em capacidades industriais distintas dos Estados-membros na exploração, produção, transporte e comércio de petróleo e gás extraídos do mar. Esse desígnio poderá ser consubstanciado através do estabelecimento de uma plataforma de Estados designada “Diálogo Segurança Energética CPLP”. O objetivo principal desta iniciativa seria não só fomentar o encontro regular entre os Estados-membros da CPLP para reflexão sobre o estado dos sistemas energéticos dos países lusófonos, mas também contribuir para o estabelecimento de políticas de cooperação para a segurança energética nos domínios científico, tecnológico, comercial e diplomático.

Neste plano, e tendo em conta as quatro dimensões da segurança energética já referidas – disponibilidade, acessibilidade, eficiência energética e sustentabilidade –, vislumbram-se um conjunto de medidas que poderão ser implementadas por meio da plataforma “Diálogo Segurança Energética CPLP”.

### **Fundo “Energia para Todos”**

Os resultados do Índice de Segurança Energética mostram que embora a abundância da existência recursos energéticos seja a regra numa boa parte dos Estados-membros da CPLP, o mesmo já não acontece com o acesso universal à energia por parte da população. Com efeito, a pobreza energética não só torna as condições de vida inaceitavelmente austeras, como também é um obstáculo sério ao desenvolvimento empresarial, pois a energia consumida é cara e ineficiente.

Portanto, o lançamento de um fundo para financiamento de projetos que promovam o acesso universal a energia, a um preço acessível, de forma eficiente e ambientalmente sustentável, revela-se estratégico para o desenvolvimento social e económico da CPLP como um todo. Com efeito, em muitos dos países (especialmente PALOP, Timor-Leste e em alguns estados brasileiros) a solução passará pela instalação de sistemas híbridos, descentralizados, de pequena-média dimensão, que conjuguem as energias renováveis (eólica, solar, biomassa a partir de resíduos agrícolas) com uma fonte fóssil (GPL ou gás natural).

Esta é uma oportunidade não só para desenvolver massa crítica local nos países recetores da tecnologia, reforçando a sua segurança energética, mas também uma janela para Portugal exportar o seu *know-how* tecnológico no domínio do aproveitamento das energias renováveis, que é substancial e mundialmente reconhecido.

### ***Programa I&D, Inovação e Capital Humano CPLP para o Petróleo e Gás***

Os países da CPLP que se encontram a desenvolver as suas indústrias de petróleo e gás deparam-se com desafios tecnológicos que só podem ser vencidos com profissionais altamente qualificados e universidades devidamente capacitadas para realizarem I&D de ponta e inovação tecnológica, sobretudo na indústria naval, quando se trata de petróleo em *offshore*.

A criação de uma política de cooperação científica e tecnológica na CPLP com o objetivo de preencher esta lacuna ajudará a lançar as bases de uma indústria inovadora de petróleo e gás no espaço da língua portuguesa, com capacidades distintas a nível global. O Brasil é claramente o país-motor nesta dinâmica, podendo catalisar esse desenvolvimento para Angola, Moçambique e Portugal.

Neste último, destacamos a recente instalação da empresa multinacional de serviços de petróleo e gás Technip em Lisboa, que tem como objetivo até ao final de 2013 contratar 300 engenheiros portugueses. É um sinal de que Portugal tem potencial para funcionar como um *hub* de serviços de petróleo e gás de apoio a muitas das operações realizadas em mercados da CPLP.

Portanto, a criação de uma rede universitária de petróleo e gás na CPLP, envolvendo parcerias de conhecimento com outros centros globais da indústria petrolífera, é um fator crítico para a competitividade tecnológica e uma classe empresarial dinâmica no espaço económico de língua portuguesa.

### ***Plataforma Partilhada de I&D Novos Recursos Energéticos CPLP***

Como já referido, os atuais recursos energéticos relevantes da CPLP estão localizados no subsolo marinho. E provavelmente os de futuro também, como os metais raros e os hidratos de metano (gás natural aprisionado em gelo do leito submarino; o Japão e os EUA lançaram recentemente um programa tecnológico conjunto para explorar este novo recurso). Neste campo, o potencial para o nosso país revela-se interessante, dado que as hipóteses de Portugal se tornar o país da CPLP com o maior território marítimo ainda nesta década são elevadas, se o processo de Extensão da Plataforma Continental for bem-sucedido na ONU.

Portanto, o estabelecimento de um programa para construir capacidades partilhadas de exploração e prospeção submarina na CPLP, a fim de criar sinergias nestas atividades de grande escala, revela-se de suma importância: navios de investigação oceânica, equipamento de batimétrica e sísmica, *robots* submarinos, equipas de prospeção e exploração são alguns dos exemplos.

Mas os novos recursos energéticos poderão não estar só no mar. O advento do petróleo e gás não convencionais (o petróleo e gás de xisto) é uma revolução em curso, técnica e geopolítica. Isto porque segundo as últimas projeções da EIA, os

EUA tornar-se-ão exportadores líquidos de gás natural ainda durante a presente década e serão autossuficientes em crude em 2030. O maior importador tornar-se-á no país mais autossuficiente energeticamente do Ocidente devido a uma tecnologia disruptiva que possibilitou extrair um recurso antes inalcançável.

Portanto, à semelhança da proposta realizada para o *offshore*, os países da CPLP também deveriam congregiar esforços na construção de capacidades partilhadas para exploração e produção dos recursos fósseis não-convencionais que poderão estar armazenados nos seus territórios.

Aliás, Portugal deveria empenhar-se firme e estrategicamente dentro da CPLP no estabelecimento de protocolos de cooperação científico-tecnológica-comercial com países estratégicos nos domínios dos novos recursos energéticos marítimos e não-convencionais, como a Noruega, os EUA, o Japão e a China.

### *Portugal: Promover a Adesão dos Países CPLP ao Tratado da Carta da Energia*

O setor energético necessita de novos investimentos para suprir a crescente procura global por energia. O Tratado da Carta de Energia (TCE), do qual Portugal é signatário, estabelece um quadro legal multilateral para a cooperação energética, compreendendo o comércio, o investimento, e o trânsito de energia de forma detalhada. Com efeito, a assinatura do TCE foi realizada em Lisboa em dezembro de 1994 e no Corpo de Aconselhamento Legal está presente um português, Agostinho Pereira de Miranda, jurista especializado em energia.

O TCE encoraja a abertura do mercado energético e a segurança de fornecimento de energia, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável e da soberania sobre os recursos naturais. Visa garantir uma confiante e estável relação entre o investimento estrangeiro e o Estado recetor. O tratado protege o investidor estrangeiro contra riscos não comerciais como o tratamento discriminatório, expropriação direta e indireta, ou rutura do contrato individual de investimento.

Sendo um instrumento legal internacional com uma jurisprudência assinalável (já mais de 30 arbitragens realizadas), revela-se uma ferramenta funcional de diplomacia económica na criação de um clima de confiança para investimentos no setor da energia.

A maioria dos Estados-membros da CPLP são detentores de vastos recursos energéticos e necessitam de maximizar a captação de investimento para o desenvolvimento de projetos. Neste sentido, Portugal deveria fomentar a adesão destes países ao Tratado da Carta de Energia, não só para acelerar o aumento da confiança dos investidores estrangeiros nestas economias, como também dotá-las de instrumentos de defesa dos seus interesses que atualmente não dispõem.

Entre as iniciativas a realizar, também poderão ser realizados estudos económicos, estratégicos e legais para apoio à decisão política.

### ***Criação dos Fora de Segurança Energética CPLP-China, CPLP-Japão, CPLP-EUA e CPLP-UE***

A energia é um elo de interdependência profunda das economias e das sociedades. Neste sentido, e tendo em conta a nova importância geopolítica adquirida pela CPLP devido aos seus enormes recursos energéticos, deveria estabelecer-se de forma regular encontros político-diplomáticos sobre segurança energética entre a CPLP e os principais mercados energéticos globais com os quais já possui uma profunda relação: EUA, UE, China e Japão. Estes encontros serviriam sobretudo para facilitar a concertação de acordos estratégicos para o desenvolvimento das relações de cooperação tecnológica e comercial entre as partes.

### ***Plataforma Digital de Informação Segurança Energética CPLP***

Atualmente a informação sobre infraestruturas, estatística, legal e de mercado dos Estados-membros da CPLP encontra-se dispersa e fragmentada por diversas instituições nacionais e internacionais. E em alguns casos, é simplesmente inexistente. Uma medida simples, mas essencial, é a criação de uma plataforma de informação-base sobre a segurança energética na CPLP, acessível pela Internet e de acesso público. É uma ferramenta crucial para a elaboração de estudos, de análises e de outras iniciativas de disseminação de informação sistematizada essencial para a formulação de políticas.

Em suma, é particularmente visível o enorme potencial de crescimento no espaço de língua portuguesa no setor energético da economia global, se se conseguir formar uma dinâmica de cooperação no seio da CPLP conducente à criação de capacidades partilhadas que reforcem a segurança energética de todos os Estados-membros.

### **Referências**

- APEREC (2007). *A Quest for Energy Security in the 21st Century Resources and Constraints*. Tokyo: Asia Pacific Energy Research Centre. Disponível em [www.ieej.or.jp/aperc](http://www.ieej.or.jp/aperc)
- Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio.
- Eurostat (2012). *Eurostat Energy Statistics*. Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/energy/introduction>
- International Atomic Energy Agency et al. (2005). *Energy Indicators for Sustainable Development: Guidelines and Methodologies*. Vienna: International Atomic Energy Agency.

- International Energy Agency (2012). *Statistics & Balances*. Disponível em <http://www.iea.org/stats/index.asp>
- International Energy Agency (2011). *World Energy Outlook 2011*. Disponível em <http://www.iea.org/publications/worldenergyoutlook/>
- International Energy Agency (2011). *Measuring Short-Term Energy Security*. Disponível em <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/Moses.pdf>
- Le Coq, Chloé e Elena Paltseva (2009). "Measuring the security of external energy supply in the European Union". *Energy Policy* 37, pp. 4474-4481.
- Legros, G. et al. (2009). *The Energy Access Situation in Developing Countries: A Review Focusing on the Least Developed Countries and Sub-Saharan Africa*. New York: World Health Organization/UNDP. Disponível em [http://content.undp.org/go/cms-service/stream/asset/?asset\\_id=2205620](http://content.undp.org/go/cms-service/stream/asset/?asset_id=2205620)
- Levi, Michael A. (2010). *Energy Security: An Agenda for Research*. Working Paper. New York: Council on Foreign Relations.
- Löschel, Andreas; Ulf Moslener e Dirk Rübhelke (2010). "Energy Security – Concepts and Indicators". *Energy Policy*, Volume 38, Issue 4, pp. 1607-1608.
- Miranda, Agostinho Pereira e Marta Rebelo (2012). "A resolução de litígios no Tratado da Carta da Energia: uma primeira abordagem". *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Manuel Ferreira de e Ruben Eiras (2012). "Mar: a Fonte do Petróleo em Português - Estudo de Caso". *Cluster do Mar* n.º 4.
- Rocco, Claudio; Stefano Tarantola, Anca Badea e Ricardo Bolado (2009). "Composite Indicators for Security of Energy Supply in Europe using Ordered Weighted Averaging" em Radim Bris, C. Guedes Soares e Sebastian Martorell (editors) *Reliability, Risk and Safety: Theory and Applications*, vol. 3. London: Taylor & Francis Group.
- Silva, António Costa (2008). *Portugal e a Política Europeia de Segurança Energética*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança.
- Tester, Jefferson et al. (2005). *Sustainable Energy: Choosing Among Options*. Cambridge: MIT Press.
- U.S. Energy Information Administration (2012). *Countries*. Disponível em [http://www.eia.gov/\\_countries/](http://www.eia.gov/_countries/)

# A Relevância Geoestratégica da Turquia para a Segurança Energética da União Europeia: O Caso do Gás Natural

Graça Ermida

*Visiting scholar no Center for Military and Strategic Studies, em Calgary, Canadá onde investiga os recursos energéticos e a segurança no Ártico. Possui um Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, um MBA pelo Rensselaer Polytechnic Institute, Troy, NY, EUA e uma licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pelo IST/UTL.*

José Pedro Teixeira Fernandes

*Licenciado em Direito pela Universidade Católica, Mestre em Estudos Europeus, Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. Auditor do Curso de Defesa Nacional em 2003. Professor Coordenador do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET) e Professor Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto.*

## Resumo

Nos próximos anos a União Europeia terá crescentes necessidades de importação de gás natural, existindo uma preocupação com os riscos inerentes à dependência face ao gás russo, especialmente nos países do centro e leste europeu. Esses riscos foram evidenciados pelas crises e conflitos que opuseram a Rússia à Ucrânia e à Geórgia e mostraram à União Europeia a necessidade de encontrar alternativas que diminuíssem a sua vulnerabilidade. As alternativas possíveis passam por incrementar a produção de shale gas, aumentar a importação do Gás Natural Liquefeito e diversificar os fornecedores. A União Europeia tem apostado num corredor meridional de gás, cujo objetivo é obter fornecimento do Médio Oriente, do Cáucaso do Sul e da Ásia Central. Esta opção europeia faz ressurgir a importância geoestratégica da Turquia. No artigo propomo-nos discutir a estratégia europeia para diminuir a sua vulnerabilidade energética no abastecimento de gás natural e as vantagens que poderão resultar do reforço da relação com a Turquia nesta área.

## Abstract

*European Union needs to increase the amount of imported gas in the near future. The concern that exists today regarding the strong dependency on Russian gas, especially in Central and Eastern European countries, was aggravated by the crises involving Russia, Ukraine and Georgia. They highlighted European Union vulnerability and the need to look for alternatives. Exploring shale gas, increasing imports of Liquefied Natural Gas and diversifying suppliers are the options being considered. EU energy policy has given considerable attention to the Southern Gas Corridor aiming to bring gas from regions as diverse as the Middle East, South Caucasus and Central Asia, an option that raises Turkey's geostrategic relevance. In this article, we discuss the European strategy to reduce energy security vulnerability, highlighting the advantages of a joint policy between Turkey and the EU.*

## Introdução

Estimativas recentes apontam para que a União Europeia (UE) tenha necessidades energéticas crescentes (IEA, 2010; Datamonitor, 2010a). Uma análise dos dados atuais e prospetivos sobre a produção e consumo de gás natural na UE permite-nos constatar que esta não é atualmente autossuficiente, nem o será num futuro discernível. Existirá, por isso, uma necessidade de importação muito significativa de gás nos próximos anos. Em 2015, os países da UE conseguirão suprir apenas 25% das suas necessidades passando este número, em 2020, a ser de pouco mais de 20%<sup>1</sup>. Dado que a capacidade de produção interna europeia está a decrescer, os países europeus poderão estar cada vez mais dependentes da importação de hidrocarbonetos para a geração da sua energia (Eurogas, 2010). O livro verde da Comissão Europeia (2000) previa que, se nada fosse feito, em 2030 a importação de gás na UE se situaria acima dos 80%, com mais de 60% fornecido pela Rússia (Euractiv, 2007). Se a diversificação foi sempre uma preocupação da UE, as crises no abastecimento provocadas pelas disputas entre a Rússia e a Ucrânia, em 2006 e 2009, bem como pelo conflito militar com a Geórgia, em 2008, aceleraram as medidas que visam minimizar a dependência dos habituais fornecedores (especialmente da Rússia) e do trânsito via Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia.

Face à manifesta dependência energética da UE, neste artigo propomo-nos discutir a estratégia europeia para diminuir a sua vulnerabilidade energética no abastecimento de gás natural e as eventuais vantagens que poderão resultar do reforço da relação com a Turquia nesta área. A UE fez investimentos significativos, tanto nas regiões do Médio Oriente, Cáucaso do Sul e Ásia Central, como no corredor meridional de gás. No entanto, tem evidenciado dificuldades em influenciar estas regiões de um ponto de vista político. Isto diminui a sua capacidade de obter benefícios dos investimentos realizados. Assim, a Turquia poderá desempenhar um papel relevante, não só porque o corredor meridional de gás e outras *pipelines* atravessam seu território, mas também pelo seu relacionamento histórico e comercial com as regiões do Médio Oriente, do Cáucaso do Sul e da Ásia Central.

Para melhor discutir a questão que nos propomos abordar, vamos começar por analisar a atual situação de dependência europeia do gás russo e as vulnerabilidades que esta gera. Em seguida, procuraremos avaliar as diferentes alternativas à importação de gás da Rússia. Estas são as seguintes: apostar na exploração de gás não convencional (especialmente o *shale gas*), aumentar a importação de Gás Natural Liquefeito

---

1 O cálculo do consumo e da produção inclui os 27 países da UE. Para os seguintes países, foram utilizados dados da CIA (*CIAWorldfactbook*), estimativa para 2009: Bélgica, Chipre, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Letónia, Luxemburgo, Malta, Portugal e Suécia (manteve-se constante o consumo para os anos de 2010, 2015 e 2019). Nenhum destes países é produtor, pelo que a sua produção é zero. Datamonitor, *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010.

(GNL) e diversificar os países fornecedores para diminuir o seu poder negocial. Importa notar que, apesar de em abstrato todas serem alternativas válidas, existem diferentes possibilidades de concretização destas num futuro próximo. Provavelmente por essa razão, a UE tem estado sobretudo a investir no corredor meridional de gás. A expectativa europeia é a de que esta nova infraestrutura aumente a quantidade de gás fornecida via *pipeline* num horizonte temporal relativamente próximo.

### **A Situação Atual da UE: Forte Dependência da Rússia**

Atualmente os maiores abastecedores de gás natural da UE são a Rússia, Noruega, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Argélia e a Líbia. Se olharmos para números de 2010, o total de gás natural importado (excluindo GNL) foi de 250 BCM (Billion Cubic Meters), (British Petroleum, 2010), com 45% vindos da Rússia, 39% da Noruega, 12% da Argélia e 4% da Líbia. Um dos pontos que, desde já, importa realçar é a enorme dependência que existe na UE em relação ao gás proveniente destes quatro países. Este aspeto assume extrema importância quando falamos da Rússia: não só a percentagem de gás importado é bastante elevada, como existem vários países para os quais a Rússia é o único fornecedor – Bulgária, Eslováquia, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia e Roménia dependem exclusivamente do gás russo. Para além disso, existem muitos outros para quem não sendo o fornecedor exclusivo é, no entanto, o principal, como acontece com a Alemanha, Áustria, Polónia, Hungria, França e República Checa. Fora da UE, existem outros países europeus importadores de gás russo assumindo especial importância a percentagem importada pela Turquia, que se situa na ordem dos 63%.

Sendo a Rússia o maior produtor mundial de gás natural, e a UE o maior mercado, as suas posições geográficas relativas poderiam levar-nos a pensar que o mais evidente seria um entendimento entre europeus e russos. Se a UE depende do gás russo, não é menos verdade que a Rússia depende do mercado europeu para o seu gás, pois este representa cerca de 78% das suas exportações (Datamonitor, 2010b). Assim, parece-nos que a UE e a Rússia se encontram numa situação de dependência mútua e isto deveria originar uma franca cooperação. Todavia, a experiência até agora tem mostrado grande dificuldade de entendimento, agravada por uma desconfiança mútua com vários motivos a justificá-la (Cohen, 2009).

A primeira razão centra-se nos desentendimentos que a Rússia tem tido com alguns países vizinhos. O gás russo que chega ao território europeu transitava, em 2004, pela Moldávia, Bielorrússia e Ucrânia, sendo que aproximadamente 80% passava via Ucrânia. Em 2006, o abastecimento de gás russo por este país foi interrompido. Apesar de a primeira crise visível para os europeus ter ocorrido em 2006, a realidade é que os desentendimentos datam da década de 90, altura em que a Ucrânia demonstrava uma incapacidade de cumprir com os pagamentos,

tendo já nessa altura sido alvo de cortes de gás por parte da Rússia. As disputas em relação ao preço a pagar agudizaram-se em 2005, tendo a crise de 2006 resultado em fortes reduções no fornecimento de gás a vários países da UE (Stern, 2006). O acontecimento mostrou à UE a sua fragilidade ao depender do gás da Rússia e a crescente necessidade em encontrar alternativas a um país que não se coibiu de usar as questões energéticas como arma política<sup>2</sup>.

Os acontecimentos de 2006 repetiram-se com maior intensidade em janeiro de 2009, tendo o abastecimento sido interrompido durante cerca de treze dias. Estes expuseram, novamente, as fraquezas europeias, mostrando a necessidade de encontrar fornecedores alternativos e de melhorar as infraestruturas e a interconexão entre os vários países europeus<sup>3</sup>. Novamente em 2008, o conflito da Rússia com a Geórgia mostrou a vulnerabilidade da *pipeline* que atravessa este país, realçando o problema que a UE enfrenta ao ter que depender do trânsito de energia de países onde a situação política é instável.

Um segundo aspeto que dificulta as relações Rússia e UE relaciona-se com as diferentes interpretações do que é um mercado liberalizado e aberto. A separação das atividades de geração, produção e transporte de energia é parte integrante de uma diretiva da União Europeia<sup>4</sup> que desagrada à Gazprom, a qual considera que tais disposições se destinaram a controlar os investimentos russos nas companhias europeias. Por outro lado, a exportação de petróleo e gás russo possui um grande peso na economia do país, o que leva a Rússia a limitar a participação das empresas estrangeiras no capital das companhias russas (Cleutinx and Piper, 2008; Yastrzhembsky, 2008), exercendo um forte controlo estatal no setor do gás. As explorações concedidas a companhias selecionadas da Ásia e do Ocidente (mas com menos de 50%) permitem a exploração dos campos de Sakhalin e Shtokman, sendo o principal objetivo a construção de terminais de GNL com vista à exportação para a Ásia. A Rússia procura, assim, arranjar alternativas ao fornecimento de gás, diminuindo a vantagem negocial da UE.

O controlo estatal por parte da Rússia no setor do gás revela a terceira e última razão para a preocupação da UE. A ineficiência deste setor traz preocupações

---

2 European Commission, *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy* COM(2006)105 final, March 8. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0105:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 17/7/2011.

3 European Commission, *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: an Assessment*, COM(2009)633 final, SEC(2009)977 final. Disponível em [http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle\\_emner/energi/2009\\_ser2\\_autre\\_document\\_travail\\_service\\_part1\\_ver2.pdf](http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle_emner/energi/2009_ser2_autre_document_travail_service_part1_ver2.pdf). Data de acesso 17/7/2011.

4 European Commission, *Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council*, 1996. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1997:027:0020:0029:EN:PDF>. Data de acesso 3/9/2011.

nas capacidades de investir e explorar novos campos, necessárias em virtude do forte declínio na produção dos campos atuais (*Urengoy, Yamburg e Medvezhye*). O aumento do consumo interno russo e as exportações para a China e Coreia do Sul, poderão colocar em risco as necessidades da UE (Piebalgs, 2008), se não forem feitos novos investimentos na exploração dos campos de Yamal, Kovykta, Tyumen e Shtokman e nas infraestruturas para o transporte resultante da nova produção (Mitrova, 2008). O setor do gás russo é extremamente ineficiente e controlado essencialmente pela Gazprom, que procura limitar a atuação e controlar os pequenos fornecedores independentes (Heinrich, 2008). A diminuição de exploração de gás na Rússia acrescido ao aumento do consumo interno, vai continuar a obrigar a Rússia a comprar gás ao Turquemenistão, Cazaquistão e Uzbequistão (Heinrich, *idem*, 2008). É assim previsível que a Rússia continue a exercer uma forte pressão sobre estes países, nomeadamente não chegando a acordo sobre a partição do Mar Cáspio (Karbuz, 2010).

Analizadas as razões pelas quais a UE procura diversificar o abastecimento relativamente à Rússia, procuraremos examinar em seguida as opções existentes bem como a viabilidade e/ou grau de implementação de cada uma delas.

### **As Difíceis e Dispendiosas Alternativas da UE: *Shale Gas*, GNL e Diversificação de Fornecedores**

Existem várias opções que a UE está a considerar de modo a diminuir a sua dependência do gás russo. Uma das mais referidas nos últimos tempos é a exploração do gás não convencional, especialmente o denominado *shale gas*. Uma segunda opção passaria por aumentar as quantidades de importação de GNL por via marítima. Por último, a diversificação de fornecedores de gás maioritariamente por *pipeline* passaria por, em alguns casos, aumentar, noutros iniciar a importação de gás de outras regiões como o Médio Oriente, o Cáucaso do Sul e a Ásia Central. Serão todas estas opções reais num horizonte temporal mais ou menos próximo?

### ***O Gás não Convencional: Possível Alternativa ao Gás Natural?***

O gás que os europeus consomem nos dias de hoje é essencialmente gás natural convencional, fornecido via *pipelines* ou transportado por navio (sobre a forma líquida). Mas, tal como aconteceu nos EUA, os países europeus poderão ver nos próximos anos uma alteração no seu fornecimento de gás, resultante da exploração do gás não convencional.

Os EUA viram o mercado do gás alterar significativamente a sua composição nos últimos anos resultante da exploração de gás não convencional, especialmente o

*shale gas*<sup>5</sup>. O domínio de novas tecnologias permitiu que este país aumentasse a produção deste tipo de gás, de menos de 100 BCM/por ano em 1990, para 250 BCM/ano em 2008, representando já cerca de 23% da produção de gás nos EUA. A exploração deste gás foi possível em virtude da forte redução dos custos de exploração quando comparados com a exploração do gás convencional<sup>6</sup>. Mas o *shale gas* não existe apenas nos EUA. As reservas deste gás na Europa são de 32,000 BCM (Datamonitor, 2010: 8), estando as maiores concentrações na Polónia, Alemanha, França, Suécia e Reino Unido.

As reservas de gás não convencional podem futuramente alterar a dinâmica do mercado de gás em território europeu. Muitos dos países que hoje são essencialmente importadores (como a Polónia, Alemanha, Suécia e França), poderão ver esta situação modificar-se se a exploração deste gás se tornar uma realidade. Para outros países cujas reservas de gás natural se encontram em declínio (Dinamarca e Reino Unido), será uma forma de continuar a garantir os abastecimentos que realizam agora. Por último existem países para os quais a exploração do *shale gas* contribuirá para aumentar as suas já grandes reservas (Noruega e Holanda).

A viabilidade deste gás resultou do desenvolvimento de novas tecnologias<sup>7</sup> que permitiram reduzir substancialmente os custos de exploração. No entanto, existem alguns constrangimentos e questões ambientais que poderão atrasar a sua exploração e aumentar os custos de produção nos países europeus, quando comparados com os EUA (The Economist, 2011; Datamonitor, 2010c; Datamonitor 2010d). Um primeiro ponto tem a ver com uma regulação mais favorável nos EUA. O processo de perfuração envolve injeção de grandes quantidades de água misturada com produtos químicos, que podem causar contaminação. Nos EUA não existe obrigação de divulgar os componentes químicos utilizados conjuntamente com a água. Para além do potencial de contaminação, existe ainda a necessidade de tratar as águas residuais resultantes. Um segundo problema resulta de muitos recursos se encontram em zonas onde faltam infraestruturas que permitam o transporte de gás para o mercado, o que não acontece nos EUA, que possuem uma rede de *pipelines* bastante extensa. Por último, enquanto nos EUA a exploração ocorre em zonas pouco povoa-

---

5 Gás natural que se encontra contido no interior de rochas sedimentares.

6 Existem já vários relatórios que permitem analisar a situação do *shale gas* nos EUA. Algumas das publicações analisadas foram U.S. EIA, *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, EIA, abril 2011; Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010.

7 "*Horizontal drilling* – técnica que implica mudar a direção da perfuração para um ângulo diferente de 90 graus em relação à superfície. *Hydraulic fracturing technology* (ou '*fracking*' technology) - implica a injeção a alta pressão de uma mistura de água e areia numa formação rochosa de modo a gerar fraturas na rocha-alvo. Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010, p. 3.

das, o mesmo não acontece em muitos países europeus, o que origina protestos por parte das populações. Assim e apesar das reservas dos países referidos permitirem abastecer a UE por mais de 30 anos (a uma média de 600 BCM/ano), as previsões apontam para que em 2020, a produção de *shale gas* na Europa, não exceda pouco mais de 1% dos atuais níveis de consumo (Datamonitor, 2010c: 15).

### *Transporte Marítimo de GNL*

Um das questões que se coloca em relação ao GNL é saber até que ponto a UE poderá aumentar o montante que hoje importa, reduzindo não só a dependência do gás russo mas também a quantidade importada via *pipelines*. O transporte de GNL obriga à construção de terminais na origem que transformem este gás em líquido, de modo a que possa ser transportado por via marítima. Mas a operação inversa é necessária no destino. As capacidades dos terminais existentes na Europa para este fim cobrem cerca de 18% do consumo europeu, devendo aumentar para 34% em 2020, caso se concretizem todos os projetos de construção de terminais atualmente planeados. Está prevista a construção de terminais em Itália (85 BCM), Reino Unido (56 BCM), França (33 BCM), Holanda (24 BCM), Alemanha (entre 18 e 21 BCM) e Croácia (entre 10 e 15 BCM)<sup>8</sup>.

O GNL apresenta vantagens pois permite: 1) eliminar a construção de *pipelines* em países cujo risco político é elevado; 2) evitar a negociação com países que servirão maioritariamente de trânsito, cobrando *transit fees* e aumentando o preço do gás; 3) diversificar a oferta. Mas também existem desvantagens claras. Muitos dos exportadores de GNL encontram-se em África e no Médio Oriente, zonas instáveis e que nem sempre jogam pelas regras do mundo ocidental (Hurst, 2009: 271-281). Mais ainda, existem riscos consideráveis no transporte de GNL causados pela pirataria e terrorismo marítimo. E embora os navios e terminais de liquefação e regaseificação estejam rodeados de fortes medidas de segurança, que dificultam ataques terroristas, não devemos, no entanto, pensar que estes são impossíveis. Como é apontado pelo relatório da RAND Corporation, um ataque a um navio ou a terminal de regaseificação teria um forte significado para as organizações terroristas pelo impacto económico, potencial de destruição e capacidade mobilizadora (Hurst, 2008).

Embora a pirataria e o terrorismo sejam preocupações reais e os dados do International Maritime Organization (IMO) demonstrem um crescimento destas atividades nos últimos anos, a realidade é que os ataques não têm incidido sobre barcos que transportam GNL. Analisando o relatório sobre a pirataria marítima em 2010, verificamos que entre janeiro e setembro desse ano, num total de 289

---

<sup>8</sup> Datamonitor, *European Gas Asset Database.xls*, January 2011.

ataques realizados a navios, apenas um foi sofrido por um navio transportador de GNL (em nenhum ano o ataque a navios que transportam GNL excedeu um, sendo que nos anos de 2006 e 2008 não ocorreu nenhum). Se considerarmos todos os navios que transportavam qualquer tipo de hidrocarbonetos, no ano de 2010 o número de ataques cifrou-se em 29, cerca de 10% do total. E este número não tem variado muito desde 2008 (embora fosse superior em 2006 (29,2%) e 2007 (13,6%)<sup>9</sup>. O que justifica, então, que a maior parte das infraestruturas sejam *pipelines*, estando mesmo previsto um aumento da capacidade destas na Europa (Datamonitor, 2009: 9)? Existem, pelo menos, dois fatores que determinam a escolha entre *pipelines* e GNL: fatores geográficos e económicos. Analisando os fatores geográficos, existem muitos países para os quais o GNL não constitui alternativa, em virtude de serem países interiores, sem acesso ao mar. Mas o fator mais importante é normalmente o fator económico. O processo de produção e transporte do GNL é mais complexo e dispendioso do que a construção e transporte via *pipeline*, e a sua viabilidade económica depende da distância e da capacidade transportada (Cornot-Gandolphe *et al.*, 2003). Para volumes de 30 BCM/ano e distâncias até 4.000 km as *pipelines* apresentam custos de transporte bastante mais baixos. Se considerarmos capacidades de 10 BCM/ano, o GNL apresenta custos mais baixos comparativamente às *pipelines* para distâncias superiores a 5.400 km (Cornot-Gandolphe *et al.*, *ibidem*, 2003). Aumentar o fornecimento de GNL à UE constitui um aspeto importante na medida em que nos permite diversificar os fornecedores e reduzir os riscos associados à segurança energética. É no entanto importante considerar os aspetos económicos atrás discutidos (bem como outros, como por exemplo, a cartelização que começa a surgir, resultado de o fornecimento do GNL se encontrar no domínio de muito poucos países fornecedores) e que podem aumentar consideravelmente o custo do gás<sup>10</sup>. De modo a contornar alguns destes obstáculos, assume especial relevância a concretização do mercado único do gás, no qual a UE tem vindo a trabalhar mas que tarda em concretizar. A integração do mercado do gás permitirá que a Europa Ocidental, incluindo países como Portugal e Espanha, venham a fornecer GNL aos países da Europa do Leste, por via de um mercado solidário, menos dependente dos acordos bilaterais. Este gás poderia vir de países do Atlântico, que hoje ainda não fornecem a UE, transformando Portugal num importante *hub* e viabilizando o

---

9 *International Chamber of Commerce, International Maritime Bureau (ICC-IMB Piracy and Armed Robbery against Ships Reports – Annual Report 2010)*.

10 Existem outros aspetos que a dependência do GNL nos traz, e que estão documentados no relatório publicado pelo JRC para a Comissão Europeia, B. Kavalov, H. Petric e A. Georgakaki, *Liquefied Natural Gas for Europe – Some Important Issues for Consideration*. Disponível em [http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc\\_reference\\_report\\_200907\\_liquefied\\_natural\\_gas.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc_reference_report_200907_liquefied_natural_gas.pdf). Data de acesso 17/11/2011.

aparecimento de fornecedores alternativos, provindos de outras regiões (América do Sul, EUA e Canadá). Pela sua importância, o assunto é merecedor de uma análise específica que ultrapassa o âmbito limitado deste artigo.

### *Diversificação de Fornecedores*

Existem várias regiões no mundo que poderão suprir as necessidades crescentes de importação de gás. O déficit da UE pode eventualmente ser colmatado pela produção no resto da Europa, Cáucaso, Ásia Central, África e Médio Oriente. Estas regiões do mundo apresentam excedentes na sua produção *versus* consumo (ver quadro seguinte), sendo por isso capazes de exportar e colmatar o déficit europeu. Uma análise mais profunda revela, no entanto, algumas especificidades no que diz respeito à sua real disponibilidade para abastecer a UE.

**Quadro 1-** Consumo e Produção de Gás de várias Regiões  
(Em *Billion Cubic Meters - BCM*)

Consumo e Produção – várias regiões –	2009	2010	2015	2019
<b>Resto da Europa</b>				
(C) Consumo	47.9	49.4	59.9	64.2
(P) Produção	112.1	123.5	168.2	175.9
Excedente/Défice (C-P)	64.2	74.1	108.3	111.7
<b>Cáucaso e Ásia Central</b>				
(C) Consumo	99.9	104.7	138.2	152.2
(P) Produção	152.2	159.5	227.1	274.6
Excedente/Défice (C-P)	52.3	54.8	88.9	122.4
<b>África</b>				
(C) Consumo	98.7	104.7	144	162
(P) Produção	218.5	238.2	324.6	370.2
Excedente/Défice (C-P)	119.8	133.5	180.6	208.2
<b>Médio Oriente</b>				
(C) Consumo	332.2	348	489.9	588.5
(P) Produção	400.1	431.4	657.6	881.4
Excedente/Défice (C-P)	67.9	83.4	167.7	292.9

**Fontes:** Dados trabalhados. Datamonitor, Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption, DMEN0527, March 2010 e Oil and Gas Supply – Africa and the Middle East, DMEN 0524, August 2010. O resto da Europa é constituído por Albânia, Croácia, Noruega, Sérvia e Turquia. O Cáucaso e Ásia Central englobam o Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Os países de África considerados foram: Argélia, Egito, Líbia e Nigéria. Os países que constituem a região do Médio Oriente nesta análise são: Bahrein, Irão, Iraque, Israel/Palestina, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Síria, EAU e Iémen.

O resto da Europa apresenta excedente, mas este é criado maioritariamente pela Noruega, país cuja produção continuará em declínio se não se concretizarem as descobertas no Ártico. Por outro lado, a Noruega não abastece atualmente os países largamente dependentes do gás russo. Outras regiões como o Cáucaso do Sul e a Ásia Central podem fornecer países dependentes da Rússia, mas existem desafios a ultrapassar. O Azerbaijão já fornece hoje a Grécia, mas o seu gás é disputado por muitos países, incluindo a Rússia. O gás do Turquemenistão é também disputado pela Rússia, China e UE. Embora estas regiões apresentem um grande potencial e sejam consideradas fornecedores alternativos, carecem de infraestruturas (especialmente o Turquemenistão). Considerando agora o continente africano, sabemos que este é um importante fornecedor da UE. No entanto, os abastecimentos são feitos maioritariamente para Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Reino Unido, quer se trate de GNL ou de gás via *pipeline*. As infraestruturas disponíveis não permitem alcançar as regiões do leste europeu. Por último, o Médio Oriente é, sem dúvida, um grande potencial fornecedor de gás aos países europeus, quer pelas suas reservas quer pela geografia. No entanto, embora esta região detenha das maiores reservas mundiais, não é neste momento formada por um grande número de países exportadores. Na realidade o país com as maiores reservas da região, o Irão, apresenta um consumo bastante semelhante à sua produção. A instabilidade política e as sanções de que o Irão tem sido alvo, dificultam o investimento estrangeiro na região, crucial para o aumento da exploração e exportação. As exportações do Médio Oriente são importantes, pois mais facilmente alcançariam os países europeus que se encontram mais dependentes da Rússia, ajudando assim a UE a cumprir o objetivo de aumentar o número de fornecedores e reduzir a sua dependência em relação a alguns dos atuais. Assumem ainda grande importância as recentes descobertas de gás na plataforma marítima de Israel, nos campos de Tamar e Leviathan e que poderão transformar este país num exportador a partir de 2020. No entanto, o atual excedente desta região é formado maioritariamente pelo Qatar e Omã, sendo que o Qatar transforma quase todo o seu gás em GNL (é na realidade o maior produtor mundial de GNL).

Vemos assim que a UE tem várias opções em aberto, mas o mundo energético desenvolve-se lentamente. O *shale gas* será decerto alternativa mas não num futuro imediato. O GNL é também uma opção ao transporte via *pipeline*, mas não cobre todo o território europeu. Para as regiões fortemente dependentes do gás russo, e apesar dos obstáculos e das especificidades de cada uma, a geografia e o potencial de abastecimento tornam as zonas do Cáucaso do Sul, Ásia Central e Médio Oriente importantes fornecedores alternativos, que a UE tem procurado e continuará a explorar. Na realidade, estimativas recentes apontam para que em 2020-2022, 80-125BCM de gás importado pela UE venha do Iraque, Azerbaijão, Turquemenistão e Mediterrâneo Oriental (Roberts, 2012). E nesse sentido, assumem especial

relevância dois aspetos fundamentais: a aposta no corredor meridional de gás e a posição geoestratégica da Turquia.

### **A Aposta da UE nos *Pipelines* e a Importância da Turquia para o Corredor Energético Meridional**

O Conselho Europeu de fevereiro de 2009 concordou em desenvolver seis ações prioritárias relativas ao desenvolvimento das infraestruturas<sup>11</sup>, prevendo gastar 200 mil milhões de euros até 2020<sup>12</sup> em redes de transmissão de energia (elétrica, gás e armazenamento). Uma das prioridades é o desenvolvimento do corredor meridional, formado na sua essência pelas *pipelines* Nabucco, Trans Adriatic Pipeline (TAP), Interconector Turquia-Grécia-Itália (ITGI) e White Stream. Destas, apenas a White Stream, ainda em fase de estudo, não deverá passar pelo território da Turquia. Analisemos então a situação atual deste corredor e da região em geral.

#### ***Os Pipelines no Território da Turquia***

Nos dias de hoje passam já pela Turquia um conjunto de infraestruturas de transporte que não só abastecem o país, mas que trazem gás do Cáucaso do Sul à UE. Um exemplo deste último ponto é a *pipeline* BTE, construída com o apoio dos EUA, e que passa por Baku, Tblissi e Erzurum, cujo conector Turquia-Grécia (parte do projeto ITGI) transporta gás do Azerbaijão à Grécia. A Blue Stream e a Western Gas Pipeline ligam a Rússia à Turquia, enquanto que a ligação Tabriz-Ancara, permite fazer chegar gás do Turquemenistão à Turquia, via Irão. Estas *pipelines* são hoje os principais meios de fornecimento de gás à Turquia.

---

11 Das seis ações prioritárias previstas, cinco diziam respeito ao transporte do gás no corredor de gás do sul, as interconexões na região do Mar Báltico, anel energético do Mediterrâneo, corredor norte-sul para a Europa Central e sudeste europeu. European Commission, *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan*, COM(2008)781 final. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0781:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 16/11/2011.

12 Na realidade e de acordo com dados da UE, só serão gastos 50% deste valor, muito em parte por atrasos em obter licenças ambientais e de construção. European Commission, *Energy infrastructure priorities for 2020 and beyond - A Blueprint for an integrated European energy network*, COM(2010) 677, p. 11. Disponível em [http://www.eurosfairer.prd.fr/7pc/doc/1304685970\\_energy\\_infrastructure\\_2011\\_en.pdf](http://www.eurosfairer.prd.fr/7pc/doc/1304685970_energy_infrastructure_2011_en.pdf). Data de acesso 17/11/2011.

**Quadro 2 - Pipelines Atualmente em Funcionamento**

<i>Pipelines em Operação</i>	
Nome	Principais Dados
<i>South Caucasus Pipeline</i> (BTE)	8.8 BCM/ano, podendo ser expandido para 20 BCM/ano em 2012. Operacional em 2006. Comprimento total de 692 km (442 km no Azerbaijão e 248 km na Geórgia). Principais fornecedores: Azerbaijão
ITGI (Turquia – Grécia)	12 BCM total (3.5 BCM atualmente), 296 km total com 210 km na Turquia, interconector entre a Turquia e a Grécia, operacional 2007. Cerca de 17 km transitam pelo Mar de Mármara. Principais fornecedores: Azerbaijão
<i>Western Gas Pipeline</i>	6 BCM – 842 km, atravessa Ucrânia, Moldávia, Roménia e Bulgária. Principais fornecedores: Rússia
<i>Blue Stream</i>	16 BCM, 1.213 km, operacional em 2003, atravessa o Mar Negro ligando a Rússia à Turquia. A Turquia detém a parte que está no seu território; a parte no Mar Negro é detida pela Gazprom e ENI. Principais fornecedores: Rússia
Tabriz-Ancara	10 BCM, 2.577 km, operacional em 2001, liga Irão à Turquia, e Botas opera a parte turca. Principais fornecedores: Irão

**Fonte:** Quadro elaborado com base em dados de: Mary Stonaker (2010), “Energy Infrastructure As A Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline”, *Journal of Energy Security*, December. Edison, <http://www.edison.it/media/ITGIpipeline.pdf> Gazprom, <http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/blue-stream/>

As *pipelines* ainda em fase de planeamento que fazem parte do corredor meridional e cujos abastecimentos passarão pela Turquia são a Nabucco, a Trans-Adriatic e o Interconector que liga a Grécia à Itália. A *White Stream*, embora fazendo parte deste corredor, poderá não passar pelo território turco (embora passe obrigatoriamente pelo Mar Negro).

Outros *pipelines* em estudo são o *Arab Gas*, o *Trans-Caspian* e o *South Stream*. A primeira prevê o transporte de gás desde o Egito, via Jordânia e Síria até à Turquia. A primeira fase do projeto (Egito-Síria) está concluída. Os valores iniciais serão pequenos, cerca de 2 BCM/ano, sendo o Egito o principal fornecedor. A segunda, a que atravessa o Cáspio, fundamental para a viabilidade do projeto Nabucco prevê trazer gás do Turquemenistão para a Europa. Nenhuma destas duas *pipelines* tem data estimada de início de operação definida. Por último, o *South Stream* é um projeto concorrente da *pipeline* Nabucco. Poderá transportar 66 BCM/ano e foi inicialmente criado como uma parceria entre a Rússia (Gazprom) e a Itália (ENI - Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A). A *pipeline* passará pelo Mar Negro e chegará à Bulgária ou Roménia. Passaria então a ter dois conectores, um que vai para

**Quadro 3 - Pipelines do Corredor Meridional**

<i>Pipelines Planeados</i>	
Nome	Principais Dados
Nabucco	31 BCM/ano, 3.900 km, atravessando a Turquia (2.581), a Bulgária (412), a Roménia (469), a Hungria (384) e a Áustria (47). De acordo com o Production Sharing Agreement (PSA) assinado em junho de 2011, o Azerbaijão, Iraque e Turquemenistão deverão contribuir com 10 a 20 BCM/ano cada. O investimento previsto é de 7,9 mil milhões de euros, sendo as Bulgarian Energy Holding (Bulgária), Botas (Turquia), MOL (Hungria), OMV (Áustria), RWE (Alemanha) e Transgaz (Roménia) os principais acionistas. Principais fornecedores (estimados): Azerbaijão, Iraque e Turquemenistão. Data estimada de início: 2015/2017
ITGI	10 BCM (total) com 807 km composto pelos seguintes troços: ITG – conector que liga a Turquia à Grécia e já em operação desde 2007. IGI – conector entre Itália e Grécia. Cerca de 200 km <i>offshore</i> e o IGI <i>onshore</i> com 600 km no território grego. IGB – Está ainda prevista uma ligação Grécia-Bulgária. Projeto de interesse europeu tendo recebido financiamento do European Economy Recovery Plan (145 milhões de euros). A IGI Poseidon SA é a detentora do projeto. Principais fornecedores (estimados): Não definido. Israel pode ser opção. Azerbaijão cancelou abastecimento em 2012, em virtude da crise na Grécia. Data estimada de início: 2015
<i>Trans Adriatic Pipeline</i> (TAP)	20 BCM (10 em 2012), 520 km, Turquia, liga Grécia (Salónica) a Itália (Brindisi), via Albânia e Mar Adriático e levará gás do Azerbaijão e do Irão. Início da <i>pipeline</i> em Salónica, mas abastecida via Turquia. Estudo de viabilidade feito em 2006. É uma <i>joint venture</i> entre a Statoil (42,5%), EGL(42,5%) e E.on Ruhrgas (15%) Custo estimado: 1,5 mil milhões de dólares. Principais fornecedores (estimados): Azerbaijão Data estimada de início: 2016
<i>White Stream</i>	Existem três rotas alternativas: Geórgia, Roménia, Europa Central, Geórgia, Ucrânia, Europa Central e Geórgia, Ucrânia, Roménia e Europa Central. 32 BCM (8 em 2015, na fase inicial) Nota: não existem detalhes sobre quem financiará o projeto. Comissão Europeia financiou estudo de viabilidade em 2008. Em 2009 o governo da Geórgia assinou um MOU com o consórcio. Principais fornecedores (estimados): Azerbaijão Data estimada de início: não disponível

**Fonte:** Quadro elaborado com base em dados de Ivan Krastev, and Mark Leonard, *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations, outubro 2010, Euractiv (<http://www.euractiv.com/energy/europes-southern-gas-corridor-great-pipeline-race-links-dossier498558>).

a Grécia e Itália e um segundo que irá até à Áustria. Tem um custo estimado de 30 mil milhões de euros e 2015 é a data prevista de início de operação.

Esta análise permite-nos aferir a importância geoestratégica que a Turquia representa para a segurança energética da UE. Não só muitas das *pipelines* já atravessam o território turco, como existem muitas outras que se encontram planeadas para o fazer muito em breve. A UE está consciente da necessidade de apostar no corredor meridional energético e nas infraestruturas que o atravessam. A concretização das *pipelines* deste corredor poderá trazer importantes quantidades de gás à UE, provindas tanto da região do Cáspio e Ásia Central, como do Médio Oriente. Por outro lado, e dado o peso que a Rússia detém (e deverá continuar a deter) na quantidade de gás que a UE importa, é importante que esta se posicione estrategicamente no triângulo energético formado por todas estas regiões. É, por isso, de grande importância uma estratégia concertada entre a Turquia e a UE para as regiões do Cáucaso e Ásia Central, Médio Oriente e Rússia. Que mais-valias poderá o relacionamento da Turquia com estas regiões trazer para a UE?

### **A Turquia e as Regiões Produtoras: Implicações para a Segurança Energética da UE**

A segurança energética é hoje uma prioridade da política externa da Turquia, resultado do crescente interesse que esta demonstra na geopolítica energética das regiões circundantes. Muitos dos conflitos que aí se originam surgem dos choques entre interesses energéticos, ou de confrontos políticos, com consequências para a segurança energética.

Mas estas regiões são importantes para a Turquia, pois as crescentes relações económicas que esta detém com as regiões vizinhas, permitiram-lhe alcançar a sexta posição face às maiores economias da UE, com um crescimento médio anual na ordem dos 6%, entre 2002 e 2008. Neste período, a percentagem de importações turcas provenientes dos países vizinhos aumentou de 23,6% para 35,5%, enquanto que a mesma percentagem relativamente à UE no mesmo período diminuiu de 54,7% para 40%. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê que, em 2017, a Turquia poderá ser a terceira economia com maior crescimento a nível mundial, atrás da China e da Índia. A energia constitui um elemento importante na interdependência económica entre a Turquia e as regiões vizinhas.

### ***Turquia, Ásia Central e Cáucaso***

O desmembramento da União Soviética fez surgir um conjunto de novos Estados cuja independência foi reconhecida pela Turquia no início dos anos 90. Os EUA, em especial, incentivaram a aproximação da Turquia aos novos Estados,

muito por temerem o aparecimento da influência iraniana na região. As ligações históricas, culturais, linguísticas e religiosas facilitaram esta aproximação, ainda mais que os novos países necessitavam de apoio político e económico, tendo, por isso, visto com bons olhos a aproximação turca. Surgiu assim um grande entusiasmo da Turquia pela região, que necessitou de temporização por duas razões principais: a maioria das ligações dos novos Estados à Rússia continuava muito forte, o que fez recuar a Turquia, dadas as boas relações comerciais que detém com aquele país. Por outro lado, os investimentos que a Turquia esperava fazer na região não tiveram a expressão esperada por culpa das crises financeiras que abalaram o país nos anos 90 e em 2001.

O crescimento económico da Turquia na última década permitiu aumentar a sua esfera de influência nestas regiões. A Turquia transformou-se num dos países que maior ajuda financeira e humanitária dá às cinco ex-repúblicas da União Soviética, através de organizações como a Turkish International Cooperation and Development Agency/Agência Internacional Turca para a Cooperação e o Desenvolvimento (TIKA), Turkiye Odalar ve Borsalar Birliği/União das Câmaras e Trocas de Mercadorias da Turquia (TOBB) e a Turkiye İsadamları ve Sanayiciler Konfederasyonu/Confederação dos Industriais e Empresários da Turquia (TUSKON)), que promovem projetos em áreas como o desenvolvimento económico e de infraestruturas, a educação e a saúde. Existem hoje mais de 2000 empresas turcas com projetos nestas regiões.

Mas a maior prioridade da Turquia ao criar relações com estes países está no papel que pode desempenhar ao transportar hidrocarbonetos da região do Cáspio para a UE, e também no seu próprio abastecimento. A sua posição geográfica e o número de *pipelines* que já atravessam a Turquia permite-lhe ambicionar ser um país de transporte. No entanto, esta posição geográfica não traz só vantagens como mostra o conflito de 2008 entre a Rússia e a Geórgia. A declaração de independência das regiões da Abecásia e Ossétia do Sul, originou um conflito bélico bem como a interrupção no abastecimento de gás através da *pipeline* BTE, que passa por Tblissi. Outros conflitos na região causam disputas nas relações entre a Turquia, Azerbaijão e Arménia. Turquia e Azerbaijão possuem boas relações desde a independência deste país. O Azerbaijão foi uma das poucas ex-repúblicas soviéticas que desde cedo se distanciaram da Rússia e procuraram construir relações com o Ocidente. Mas a Arménia tem relações tensas com os dois países, com o Azerbaijão por causa de Nagorno-Karabakh e com a Turquia em virtude do genocídio arménio.

Apesar dos conflitos, a Turquia possui, por razões históricas e culturais, um certo ascendente sobre a região que poderia ser melhor aproveitado pelos europeus. A importância das reservas destes países para a UE deverá implicar uma política de aproximação, com implementação de medidas que permitam potenciar o desenvolvimento económico e diminuir o risco relativo a outras questões de

segurança como o crime organizado e o tráfico de drogas. A UE já investe hoje na região, em áreas tão diversas como a saúde, o ambiente, a educação e a energia. Mas tem dificuldade em capitalizar nos investimentos realizados sendo a visibilidade da sua ação bastante limitada. Por outro lado, necessita contrariar o domínio da China e da Rússia no acesso ao gás e ao seu transporte (especialmente do Turquemenistão). Se esses países dominarem por completo o investimento financeiro realizado nestas regiões, a UE terá maiores dificuldades em dialogar com regimes que ficarão cada vez mais debaixo da esfera de influência da China e da Rússia, deixando pouco espaço de manobra à UE. Isto trará necessariamente consequências negativas, tanto do ponto de vista da segurança energética, como no combate a outros aspetos de segurança que também representam riscos para a UE. Uma presença europeia que promova o desenvolvimento económico, as trocas comerciais e as políticas públicas que criam estabilidade nestas regiões é importante.

Um dos aspetos mais críticos à concretização do corredor meridional energético é o acordo em relação uma infraestrutura que ligue as margens do Cáspio, entre Azerbaijão e Turquemenistão, amplamente debatida mas até hoje nunca concretizada, muito em virtude das disputas do Cáspio. Apesar de correntemente nos referirmos à região do Cáspio como mar, a realidade é que o seu enquadramento legal não se encontra definido. A questão que se coloca é se este deve ser classificado como mar ou lago interior. Até hoje, os cinco países que o rodeiam não chegaram a um acordo quanto à sua divisão (Karbuz, 2010; O'Neal *et al.* 2011). Um dos países que mais dificulta a obtenção de um acordo é o Irão, pois a solução proposta (linha mediana) leva-o a ficar com menos 6% do território do que se fosse utilizado o método da divisão equitativa. Em qualquer caso, uma solução para esta questão terá sempre que passar pelo Irão e Rússia. As boas relações que a Turquia possui não só com os países do Cáucaso e Ásia Central, mas também com o Irão e Rússia, poderão ajudar no desenlace das disputas do Cáspio e na arquitetura de uma solução.

### *Turquia e Médio Oriente*

A produção de gás no Médio Oriente poderá aumentar sobretudo graças a três países: Irão, Iraque e Israel. Apesar das boas relações que a Turquia mantém atualmente com o Irão, o histórico entre os dois países, no que toca ao setor energético, está repleto de quebra de contratos de abastecimento, pagamentos atrasados, multas e investimentos prometidos mas não realizados (Kinnander, 2010). O preço do gás comparativamente ao da Rússia é mais caro, sendo que a qualidade e a quantidade entregue nem sempre são cumpridas. Dado o histórico das relações, existe uma desconfiança mútua entre os dois países no que diz respeito a honrar compromissos no setor energético. No entanto, a Turquia e o Irão mantêm todo o interesse em desenvolver esta relação. A Turquia porque lhe permite ter alternativas ao gás

da Rússia e contribuir para o papel que quer desempenhar no transporte de gás para a UE. O Irão porque manter boas relações com a Turquia lhe permite suavizar o isolamento internacional e manter um interlocutor para o mundo ocidental. A Turquia juntamente com o Brasil desempenhou um papel fundamental no acordo assinado em maio de 2010, que previa a troca de urânio para fins nucleares por urânio enriquecido (Babali, 2010). Apesar das sanções impostas ao Irão, a Turquia tem mantido relações com este país e possui um histórico de relacionamento no domínio energético, nem sempre bem-sucedido, mas é exatamente a sua experiência que é relevante num hipotético futuro em que venha a ser possível explorar o abastecimento do Irão à UE. Para além das relações de amizade e do conhecimento de negociação iraniana, a Turquia possui já uma *pipeline* que chega ao seu território a partir do Turquemenistão, via Irão, e que poderiam conjuntamente constituir fornecedores alternativos para o projeto *Nabucco*. Do ponto de vista energético, o isolamento do Irão não é do interesse da UE, mas o regime atual não permite grandes progressos. No entanto, a alterar-se de algum modo esta situação, as relações que a Turquia possui, tanto no domínio energético como económico, poderão, a longo prazo, ser uma mais-valia para a UE.

Relativamente ao Iraque, não é claro se possui as condições de estabilidade que permitiriam abastecer a UE. O Partiya Karkeran Kurdistan/Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) tem ameaçado e atacado com alguma regularidade as *pipelines* que chegam à Turquia. Em 2008, atacou a *pipeline* de petróleo que liga Kirkuk a Ceyhan, e ainda a *pipeline* de gás que liga o Irão à Turquia. Apesar da questão curda estar na agenda do Adalet ve Kalkinma Partisi/Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), as ameaças do PKK às infraestruturas constituem um problema para a Turquia e para a segurança do abastecimento europeu. Os desenvolvimentos mais recentes entre o governo turco e o PKK poderão trazer maior tranquilidade à região e reforçar a importância da Turquia no abastecimento energético europeu. No entanto, a questão curda continuará a ser complexa dado o forte nacionalismo e caráter transnacional. Acresce ainda o atraso económico da maior parte da região. Poderíamos pensar, à primeira vista, que grande parte dos problemas seriam resolvidos constituindo um Estado curdo independente, como previa o Tratado de Sèvres (1920). Mas este cenário apresenta grandes dificuldades. Por um lado, a diversidade cultural e religiosa coloca, desde logo, algumas questões que poderiam não ser de fácil aceitação entre os próprios curdos. Mas um outro obstáculo resulta de estes se encontrarem dispersos por quatro Estados, implicando que qualquer solução teria que passar pelo acordo da Turquia, Irão, Iraque e Síria, o que é bastante improvável de ocorrer. No caso do Iraque, por exemplo, a riqueza em hidrocarbonetos na região curda torna a eventual independência um processo particularmente delicado. Para a Turquia, pelo seu próprio problema curdo interno, evitar o precedente de um Estado curdo vizinho, no Nor-

te do Iraque, é uma prioridade. Isto tem levado o país a dialogar com o governo da região autónoma curda, juntamente com o governo central do Iraque. Apesar das disputas entre o governo central e o governo regional relativamente às receitas do petróleo e gás, a Turquia tem investido no Iraque em termos energéticos. Em 2007, foi assinado um acordo entre os dois países e em 2008 uma visita de Erdoğan ao Iraque culminou numa parceria entre as duas companhias petrolíferas nacionais para a construção de uma *pipeline* de gás entre o Iraque e a Turquia com vista a abastecer o projeto Nabucco. Várias companhias privadas turcas, assim como a Dana Gas da Noruega e a Österreichische Mineralölverwaltung/ Autoridade Austríaca para o Petróleo e Minerais (OMV) investiram na região norte do Iraque, levando a crer que existe um objetivo de trazer gás deste país para abastecer os países da UE via Turquia (Babali, *idem*, 2010).

As recentes descobertas em Israel nos campos de Leviathan e Tamar, poderão fazer deste país um exportador de gás já a partir de 2020. Se hoje as relações com a Turquia são tensas, não podemos contudo ignorar que o passado viu fortes relações entre os turcos e Israel desde os tempos do império Otomano, reforçadas em anos mais recentes pela cooperação militar e económica. Os dados de 2010 e 2011 mostram um aumento nas trocas comerciais, que tinham conhecido uma redução em 2009. As exportações de Israel para a Turquia ocupam o terceiro lugar, tendo aumentado cerca de 72% no primeiro trimestre de 2011, comparado com 2010. Entre 2010 e 2011, a soma das exportações e importações aumentaram 29%.

O Médio Oriente representa para a UE uma alternativa credível ao gás russo, tanto pela quantidade de reservas como pela proximidade geográfica, sendo o Irão e Israel os países com maior potencial. Por causa disso, a UE tem feito investimentos na região. Possui relações comerciais com o Líbano, Jordânia e Israel, relações que pretendia estender à Síria até à turbulência política recente que colocou o país numa situação de guerra civil. É ainda o maior parceiro comercial do Irão, representando cerca de 30% das suas exportações, ao mesmo tempo que 90% das importações da UE provêm do setor energético. Outros países como o Iraque poderiam ser fornecedores relevantes caso melhorassem a estabilidade política do país. Também em relação a este, a UE assinou um acordo energético. Por esta e outras razões, a resolução do problema curdo deveria constituir um objetivo das políticas da Turquia. Não só por razões humanitárias mas também porque a ausência de uma solução poderá acarretar instabilidade política na região. Isto poderá tornar a Turquia menos credível como garante das questões de segurança energética aos olhos da UE.

Apesar dos aspetos atrás referidos, a UE tem dificuldade em capitalizar politicamente nos investimentos realizados. Se, por vezes, é vítima das políticas unilaterais de alguns dos seus Estados-membros, prejudicando uma aproximação integrada, não é menos verdade que a ausência de um relacionamento histórico dificulta a

sua capacidade de influência. Apesar da relação com a Turquia ser também complexa, e nem sempre fácil de gerir, é neste aspeto que poderá contribuir para que a UE possa ter maior relevância nas referidas regiões. Por razões históricas, a Turquia tem peso político no Médio Oriente estando este a ser amplamente explorada pelo atual governo do AKP, tanto em termos económicos como político-diplomáticos. Enquanto as exportações para os países árabes nunca ultrapassaram os 5 mil milhões de dólares nos anos 90 e até 2002, em 2008, as exportações da Turquia para estes países foram de 25 mil milhões de dólares. A Turquia possui, assim, uma balança comercial positiva com o mundo árabe, enquanto, no global, a sua balança comercial tem um défice de 70 mil milhões de euros. Entre 2003 e 2009, as exportações turcas para os países muçulmanos vizinhos aumentaram de 14% para 26%. Um outro aspeto importante são as visitas oficiais que os principais dirigentes realizaram ao Médio Oriente entre 2003 e 2011. Neste período, Abdullah Gül, Recep T. Erdoğan e Ahmet Davutoğlu realizaram um total de 105 viagens, 17 por razões diplomáticas e as restantes por motivos económicos (Habibi and Walker, 2011).

### *Turquia e Rússia*

Embora historicamente as relações entre a Rússia e a Turquia tenham sido marcadas por grandes guerras, os dois países também viveram momentos de cooperação ao longo dos séculos. Sempre que existiram benefícios económicos, ou alguma frustração no relacionamento com as potências europeias, Turquia e Rússia cooperaram. Em várias ocasiões do passado dos dois últimos séculos, os hidrocarbonetos foram a razão desta relação cooperativa. Durante o século XIX, o carvão russo serviu também para alimentar a frota naval otomana, movida por este combustível. Apesar de os otomanos possuírem reservas, o aumento da frota tornou-as insuficientes o que permitiu à Rússia fornecer carvão ao Império. O mesmo aconteceu com o petróleo. A disrupção no transporte do petróleo americano e a incapacidade técnica dos alemães em explorarem as áreas que lhe tinham sido atribuídas em virtude da construção do caminho de ferro de Bagdade, fizeram da Rússia o principal fornecedor de petróleo ao Império Otomano (Ediger and Bagdadi, 2010).

Atualmente a Turquia possui fortes relações económicas, sociais, culturais e militares com a Rússia (Winrow, 2009). Desde o Eurasian Action Plan assinado em 2001 por Ismail Cem e Igor Ivanov, a Rússia e a Turquia têm expandido as suas relações nas áreas do comércio, energia, turismo e defesa e assim contribuído para o incremento das relações políticas entre os dois países (Kiniklioglu, 2006). Em 2009, a Rússia representou 13% das importações turcas, a maior percentagem seguida da

Alemanha com 10%<sup>13</sup>. Isto resulta largamente das importações de gás. A Rússia também tem sido alvo de investimentos por parte da Turquia (investimentos de cerca de 17 mil milhões de dólares) (Krastev and Leonard, 2010). A relação económica é no entanto desigual. Enquanto a Rússia é o principal parceiro comercial da Turquia, a Turquia ocupa o sétimo lugar como parceiro comercial da Rússia. Para além de depender em 62% do gás russo, a Turquia importa ainda deste país 50% de combustíveis fósseis, 34% de carvão e 33% de petróleo (Ediger and Bagdadi, 2010). Outros planos russos na Turquia passam (através da Gazprom), pela construção de tanques de armazenamento de gás e de um terminal de GNL em Ceyhan, bem como a participação na privatização da rede de abastecimento de gás às cidades de Istanbul e Ancara.

Na relação com a Rússia, a UE e a Turquia terão vantagem se conseguirem ultrapassar divergências políticas e articular posições estratégicas de modo a diminuir a dependência que ambas possuem do gás russo e que as coloca numa situação de vulnerabilidade. A conclusão imediata é que esta dependência torna tanto a Turquia como a UE bastante dependentes das condições e pressões russas. O esforço de articulação de estratégias comuns nesta área será a forma mais óbvia de retirar algum poder negocial à Rússia. Se, por um lado, necessitam de encontrar fornecedores alternativos (que só poderão estar no Médio Oriente ou no Cáspio), por outro não podem permitir ser utilizados pela Rússia nos jogos de poder associados a acordos bilaterais. Esta tática tem sido utilizada pela Rússia com vários países da UE, como a França, Alemanha e Itália para a concretização de projetos como o Nord Stream e o South Stream. Uma articulação conjunta das suas políticas energéticas poderia alterar esta situação, pois o mercado europeu e o mercado turco representam uma importante fatia das exportações da Rússia.

### Conclusões

Pelos dados prospetivos existentes, o gás natural deverá continuar a ser a terceira fonte de energia, logo atrás do petróleo e do carvão. Para colmatar a forte dependência que a UE possui em relação à Rússia, deverão ser exploradas outras opções. A UE possui várias alternativas ao fornecimento de gás, quer no que toca ao meio de transporte (GNL por navio e gás convencional por *pipeline*), quer ao tipo de gás (convencional ou não convencional). Mas o GNL nem sempre é economicamente viável e o gás não convencional não deverá ser explorado no território europeu em grandes quantidades tão cedo como seria desejável. Como tal, diversificar os fornecedores, garantir o abastecimento dos países consumidores e proteger os

---

13 Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>. Data de acesso 24/7/2011.

meios de transporte, quer pela via marítima quer por *pipeline*, são fundamentais para a segurança energética europeia. No futuro imediato, para garantir a segurança energética europeia é importante a concretização do investimento já iniciado no corredor meridional. Isto implicará, também, uma maior aproximação entre a Turquia e a UE em matéria energética, dada a própria geografia das *pipelines*. A Turquia encontra-se na confluência das três regiões com as maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos. A sua posição geoestratégica e a proximidade histórica e política face às regiões do Médio Oriente e Ásia Central são vantagens de que a UE deverá também procurar tirar partido.

Com isto não pretendemos subestimar a complexidade das relações políticas entre a UE e a Turquia, nem as dificuldades que se cruzam no relacionamento entre ambas. As vicissitudes das negociações de adesão turca ou as diferentes sensibilidades de política externa, por exemplo face ao Irão ou a Israel, são já um bom exemplo disso. As tensões internas da Turquia, étnicas e religiosas, envolvendo as populações curdas e alevis, associadas ao regresso do Islão à esfera pública e política em confronto com o *establishment* secularista, trazem dificuldades acrescidas à UE. Há ainda o problema da influência russa nas ex-repúblicas soviéticas e as pressões que a Rússia exerce regularmente por diferentes meios, incluindo militares, como no caso da Geórgia. Apesar de tudo, julgamos que uma cooperação pragmática com a Turquia é possível e desejável nas questões de segurança energética. Pelas vulnerabilidades comuns e razões estratégicas apontadas – e independentemente dos desenvolvimentos do processo de adesão europeia da Turquia –, a articulação de políticas energéticas traria ganhos mútuos.

## Referências

- Babali, Tuncay (2010). “Regional Energy Equations and Turkish Foreign Policy: the Middle East and the CIS”, *Insight Turkey*. Disponível em [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882927/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882927/).
- British Petroleum (2010). *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.
- Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>. Data de acesso 24/7/2011.
- Cleutin, Christian e Piper, Jeffery (2008). “The EU-Russia Energy Dialogue” em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 25-33.
- Cohen, Ariel (2009). “Russia: the Flawed Energy Superpower” em G. Luft e A. Korin (eds), *Energy Security Challenges for the 21st Century*. Santa Barbara, CA: Praeger Security International, pp. 91-108.

- Cornot-Gandolphe, Sylvie *et al.* (2003). *The Challenges of Further Cost Reductions for New Supply Options*, 22nd World Gas Conference 1-5 June, Tokyo, Japan, pp. 1-17.
- Datamonitor (2009). *LNG as a Price Driver: Development of Europe's LNG Market and Impact on Retail Prices*, DMNE 0433, August.
- Datamonitor (2010). *Oil and Gas Supply – Africa and the Middle East*. DMEN 0524, August.
- Datamonitor (2010a). *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union: a 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*. DMEN0527, March.
- Datamonitor (2010b). *South Stream vs Nabucco*. BFEN0587, August.
- Datamonitor (2010c). *The Shale Gas Industry Outlook*. DMEN0531, September.
- Datamonitor (2010d). *The Structural Changes in Natural Gas Market*. EN0012-001, October, pp. 26-28.
- Datamonitor (2011). *European Gas Asset Database.xls*, January.
- Ediger, Volkan S. e Bagdad, Itir (2010). "Turkey-Russia Energy Relations: Same Old Story, New Actors". *Insight Turkey*, Summer, pp. 4-11. Disponível em [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882930/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882930/). Data de acesso 17/11/2011.
- Euractiv (2007). "Geopolitics of EU Energy Supply". Disponível em <http://www.euractiv.com/energy/geopolitics-eu-energy-supply/article-142665>. Data de acesso 17/11/2011.
- Euractiv (2010). "Europe's Southern Gas Corridor: The Great Pipeline Race". Disponível em (<http://www.euractiv.com/energy/europes-southern-gas-corridor-great-pipeline-race-links dossier498558>). Data de acesso 17/5/2012.
- Eurogas (2009). *Long Term Outlook for Gas Demand and Supply, 2007-2030*.
- European Commission (1996). *Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council*, 1996. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1997:027:0020:0029:EN:PDF>. Data de acesso 3/9/2011.
- European Commission (2006). *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy COM(2006)105 final*, March 8. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0105:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 17/7/2011.
- European Commission (2008). *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan, COM(2008)781 final*. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0781:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 16/11/2011.
- European Commission (2009). *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: an Assessment*, COM(2009)633 final, SEC(2009)977 final. Disponível em [http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle\\_emner/energi/2009\\_ser2\\_autre\\_document\\_travail\\_service\\_part1\\_ver2.pdf](http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle_emner/energi/2009_ser2_autre_document_travail_service_part1_ver2.pdf). Data de acesso 17/7/2011.

- European Commission (2009). *Liquefied Natural Gas for Europe – Some Important Issues for Consideration*. Disponível em [http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc\\_reference\\_report\\_200907\\_liquefied\\_natural\\_gas.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc_reference_report_200907_liquefied_natural_gas.pdf). Data de acesso 17/11/2011.
- European Commission (2010). *Energy infrastructure priorities for 2020 and beyond - A Blueprint for an integrated European energy network*, COM(2010) 677, p. 11. Disponível em [http://www.eurosfair.pr.fr/7pc/doc/1304685970\\_energy\\_infrastructure\\_2011\\_en.pdf](http://www.eurosfair.pr.fr/7pc/doc/1304685970_energy_infrastructure_2011_en.pdf). Data de acesso 17/11/2011.
- Gazprom. Disponível em <http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/blue-stream/>). Data de acesso 17/5/2012.
- Habibi, Nader e Walker, Joshua (2011). *What is Driving Turkey's Reengagement with the Arab World*. Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University.
- Heinrich, Andreas (2008). "Under the Kremlin's Thumb: Does Increased State Control in the Russian Gas Sector Endanger European Energy Security?". *Europe-Asia Studies* n°9, pp. 1539-1574.
- Hurst, Cindy (2009). "LNG: The Next Prize?" em G. Luft e A. Korin (eds.), *Energy Security Challenges for the 21st Century*. Santa Barbara, CA: Praeger Security International, pp. 271-281.
- Hurst, Cindy (2008), *The Terrorist Threat to LNG: Fact or Fiction?*. Institute for the Analysis Global Security, pp. 3-6.
- International Energy Agency (2010). *World Energy Outlook 2010*.
- International Chamber of Commerce, International Maritime Bureau (2010). *ICC-IMB Piracy and Armed Robbery against Ships Reports – Annual Report*.
- Karbus, Sohbet (2010). "The Caspian's Unsettled Legal Framework: Energy Security Implications". *Journal of Energy Security*, May. Disponível em [http://www.ensec.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-securityimplications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361](http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-securityimplications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361). Data de acesso 7/7/2011.
- Kiniklioglu, Suat (2006). *The Anatomy of Turkish Russian Relations*. The Brookings Institution. Disponível em [http://www.brookings.edu/comm/events/20060523sabanci\\_3a.pdf](http://www.brookings.edu/comm/events/20060523sabanci_3a.pdf). Data de acesso 17/11/2011.
- Kinnander, Elin (2010). *The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic*. Oxford Institute for Energy Studies n°38.
- Krastev, I. e Leonard, M. (2010). *The Spectre of a Multipolar Europe*. European Council Foreign Relations.
- Mitrova, Tatiana (2008). "Dynamic Development in Russia's Gas Sector" em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 71-81.
- The Economist (2011). "Fracking Here, Fracking There", 26 November, pp. 75-76.

- U.S. EIA (2011). *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*. EIA.
- ONeal, Bradley *et al.* (sem data). *National Security & Caspian Basin Hydrocarbons*. International Association for Energy Economics. Disponível em [www.iaee.org/en/publications/newsletterdl.aspx?id=129](http://www.iaee.org/en/publications/newsletterdl.aspx?id=129). Data de acesso 3/7/2011.
- Piebalgs, Andris (2008). "Win-win Cooperation is Possible in Energy" em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 53-61.
- Roberts, J. (2012). *Energy in Central Asia: Drivers and Consequences*. Norwegian Institute of International Affairs.
- Stern, Jonathan (2006). *The Russian-Ukrainian Gas Crisis of January 2006*. Oxford Institute for Energy Studies.
- Stonaker, Mary (2010). "Energy Infrastructure as a Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline". *Journal of Energy Security*, December. Disponível em [http://www.ensec.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=270:energy-infrastructure-as-a-diplomatic-tool-the-arab-gas-pipeline-in-perspective&catid=112:energysecuritycontent&Itemid=367](http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=270:energy-infrastructure-as-a-diplomatic-tool-the-arab-gas-pipeline-in-perspective&catid=112:energysecuritycontent&Itemid=367). Data de acesso 7/7/2011.
- Winrow, Gareth (2009). *Turkey, Russia and the Caucasus: Common and Diverging Interests*- Chatham House, Russia and Eurasia Programme/Europe Programme, REP/EP BP 2009/01.
- Yastrzhembsky, Sergey (2008). "Trust, not Double Standards: What Russia Expects from the EU" em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 35-43.

# *El Conocimiento Geopolítico* de José Marini e a Geopolítica Clássica Revisitada: O Conceito de Geopolítica, o seu Objeto e Método de Estudo

Marisa Fernandes

*Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa e Doutoranda em Ciências Sociais – especialidade de Estudos Estratégicos – no ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa.*

## Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre os capítulos três e quatro da obra *El Conocimiento Geopolítico* do argentino José Felipe Marini “O objeto de estudo da geopolítica: o espaço geopolítico” e “O método geopolítico”.

A geopolítica clássica e alguns dos seus autores – tais como Rudolf Kjellen (1864-1922), Halford John Mackinder (1861-1947), Karl Haushofer (1869-1946) e Friedrich Ratzel (1804-1904) – é igualmente revisitada e contextualizada quanto à origem e evolução da geopolítica, seu objeto e método.

## Abstract

*This article presents a reflexion about the third and fourth chapters of the book “El Conocimiento Geopolítico” of the Argentinean José Felipe Marini: “The object of study of geopolitics: the geopolitical space” and “The geopolitical method”.*

*The Classical Geopolitics and some of its authors – such as Rudolf Kjellen (1864-1922), Halford John Mackinder (1861-1947), Karl Haushofer (1869-1946) and Friedrich Ratzel (1804-1904) – is also revisited and contextualized concerning the origins and evolution of geopolitics, its object and methodology.*

### **Breve Enquadramento Introdutório**

O presente estudo que aqui se apresenta pretende constituir-se como uma reflexão aos capítulos três e quatro da obra *El Conocimiento Geopolítico* (1985) de José Felipe Marini, intitulados “O objeto de estudo da Geopolítica: o Espaço Geopolítico” e “O método geopolítico” respetivamente.

Adotando uma perspectiva analítica descritiva, optou-se por uma investigação maioritariamente qualitativa, recorrendo quer a fontes primárias (como os textos de José Felipe Marini, Friedrich Ratzel, Halford John Mackinder, e Karl Haushofer), quer a fontes secundárias (entenda-se, neste sentido, a análise de outros autores feitas relativamente aos autores da geopolítica clássica).

Quanto à estrutura, este estudo encontra-se dividido em duas partes essenciais. Na primeira parte “o conceito de geopolítica” procuraremos demonstrar a partir de Marini quais as razões para a ausência de consenso na definição de “geopolítica”, seguindo depois para uma breve abordagem daquela que consideramos ser a origem e o desenvolvimento do termo “geopolítica”; as bases da geopolítica na geografia política de Friedrich Ratzel (1844-1904); o criador do neologismo “geopolítica”: Rudolf Kjéllen (1864-1922); o autor do principal texto fundador da geopolítica: Halford John Mackinder (1861-1947); e por fim, o mentor da geopolítica como ciência: Karl Haushofer (1869-1946). Após esta passagem pelos principais nomes da geopolítica clássica, regressaremos à nossa obra de partida para esta reflexão com a definição de geopolítica de José Marini em *El Conocimiento Geopolítico*. Aqui debruçar-nos-emos sobre o objeto de estudo da geopolítica: a ideia de espaço geopolítico e seus fatores de influência.

Na última parte deste artigo atentaremos primeiro às etapas do método de estudo da geopolítica, proposto em Marini, apresentando em seguida os dois métodos geopolíticos: o determinismo e o possibilismo; terminamos com os instrumentos de estudo e análise utilizados pela geopolítica, em que se destacam o papel da cartografia e das viagens.

Em essência, aquilo que pretendemos com esta reflexão é contribuir para uma maior clarificação do que é efetivamente a geopolítica (uma ciência e uma *praxis*), para que serve, como se estuda a geopolítica em termos metodológicos, qual o seu objeto e quais os principais instrumentos de estudo e análise utilizados pela geopolítica, de acordo com a visão apresentada por Marini. Entendemos que só compreendendo o passado e os autores clássicos é que poderemos estar melhor capacitados para analisar o presente e antever – de algum modo – o futuro do espaço geopolítico, através dos autores contemporâneos e de nós próprios.

### **O Conceito de “Geopolítica”: Ausência de Consenso na Definição de “Geopolítica”**

José Felipe Marini (1985: 39-40) começa por salientar a necessidade de compreendermos a geopolítica através da sua definição. Contudo, esta acaba por ser uma tarefa complexa, dada a inexistência de consenso entre as várias definições de geopolítica que foram surgindo (e continuam a surgir) ao longo do tempo.

Na origem desta falta de consenso, encontram-se inúmeras razões. Em primeiro lugar, contam-se entre os estudiosos da geopolítica profissionais oriundos de diversas áreas e formações académicas:

- geógrafos, como foi o caso de Friedrich Ratzel (1804-1904), que embora tenha sido um geógrafo político, acabou por ser responsável pela introdução e definição de muitos dos termos depois utilizados no desenvolvimento do pensamento geopolítico alemão, entre as duas Grandes Guerras Mundiais, em particular o conceito de *lebensraum* (espaço vital), depois adaptado segundo a fórmula *blut und boden* (sangue e solo), a ideia do Estado como organismo vivo ligado ao solo: “a simbiótica relação existente entre o *boden* (solo) e o *bolk* (povo) confere ao Estado uma natureza orgânica, própria de um organismo vivo. Enquanto tal, o Estado possui órgãos e, de entre estes, Ratzel destacou a importância da *brenze* (fronteira), descrita como a pele do Estado” (Fernandes, 2009: 39). Ou ainda o *raumsinn* (sentido do espaço) “relaciona-se com a aptidão natural dos povos para a organização e gestão do próprio meio habitado e do respeitante Estado, culminando no predomínio de uns sobre os outros” (Dias, 2005 em Fernandes, 2009: 39);
- Halford John Mackinder (1861-1947) a quem coube a autoria do texto fundador da geopolítica *The Geographical Pivot of History* (1904), sem nunca ter feito uso do vocábulo “geopolítica” nos seus trabalhos;
- militares como Karl Haushofer (1869-1946), por exemplo, que foi o mentor do aparecimento da geopolítica na Alemanha, no pós Primeira Guerra Mundial, embora se tenha doutorado posteriormente em geografia em 1913, e participou na Primeira Guerra Mundial, tendo sido durante este conflito que conheceu a obra de Rudolf Kjellén, entusiasmando-se com a ideia por este defendida de uma *Großdeutschland* (Grande Alemanha) (Fernandes, 2009: 72);
- juristas, como foi o caso do sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), tido como responsável pela criação do termo “geopolítica”;
- políticos, como foi o caso de Henry Kissinger (1923-...), ao utilizar o termo “geopolítica” associado ao realismo político, durante a década de 70, aquando das suas análises sobre conflitos internacionais (Fernandes, 2009: 14);
- e filósofos.

Em segundo lugar, há uma tendência manifesta e desacertada em associar e manter a geopolítica dentro do âmbito da geografia, quando a geografia é uma ciência surgida com uma organização e estrutura efetivas entre os séculos XVI e XVIII, e a

geopolítica outra ciência autónoma e independente, surgida apenas no século XX. Enquanto “geratriz básica do poder”, a geografia é a ciência que se dedica ao estudo do Espaço, uma preocupação humana indissociável das evoluções económicas, culturais e políticas. Por sua vez, como defendeu Werner Cahnman (Bessa e Dias, 2007: 27) a geopolítica pertence mais ao reino da ciência política ou da sociologia política, do que propriamente ao da geografia. Trata-se de uma ciência da política, tal como advogou o criador sueco do termo, envolvendo o estudo da atividade humana na sua relação com o espaço (Fernandes, 2009: 15).

Neste contexto, será igualmente conveniente distinguir a geografia política da geopolítica. E, para isso, recorreremos à sintetização apresentada por Correia (2004: 107), segundo a qual: a geografia política ocupa-se do estudo da influência do meio geográfico “na formação das entidades políticas”; e a geopolítica, no seu sentido clássico, preocupa-se em estudar essa mesma influência “como justificação ou em proveito do poder, do domínio de um Estado sobre outros, da hegemonia de uma entidade política num determinado espaço”.

Em terceiro lugar, a maioria dos autores prefere abordar temas geopolíticos pragmáticos. Daí que se verifique, também, a inexistência de textos de carácter teórico que clarifiquem a geopolítica quanto à sua natureza, ao seu objeto de estudo, à sua metodologia e à sua terminologia. Aliás, destaca-se igualmente o desenvolvimento tardio de certas categorias teóricas do conhecimento geopolítico.

Marini aponta, de igual modo e em quarto lugar, a renitência dos autores franceses e ingleses em aceitar a geopolítica como um conhecimento autónomo, até aos finais da década de 40, o que se ficou a dever à associação feita, durante muito tempo, entre a geopolítica tida como *Geopolitik* alemã e a “política expansionista” do III *Reich* de Adolf Hitler. No entanto, “Haushofer esteve preso, teve o filho Albrecht morto pela Gestapo e acabou por se suicidar, juntamente com a mulher, de origem judia, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Aconselhou Hitler a não invadir a URSS”. O governo de Hitler optou exatamente por fazer o contrário, divergindo do aconselhamento geopolítico de Haushofer, motivado por razões ideológicas, militares, económicas, ou porventura até estratégicas. Assim, como concluímos anteriormente, “a influência da geopolítica no papel desempenhado pela Alemanha na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais reduz-se ao facto de ser aos governos que, pese embora toda a instrução e educação científica fornecida quanto às relações entre o espaço e o poder, cabe a decisão e ação política” (Fernandes, 2009: 110). Por fim, destaca-se a campanha de descredibilização da geopolítica, que acreditamos ter começado um pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1942, com a publicação de diversos trabalhos da autoria de imigrantes oriundos da Europa Central, radicados então nos EUA, como foram os casos de Hans Weigert e a sua obra *Generals and Geographers: The Twilight of Geopolitics* e o de Robert Strausz-Hupé, com o seu trabalho *Geopolitics: The Struggle for Space and Power*, entre outros

(Fernandes, 2003: 20). Originalmente mediático, o processo em causa estendeu-se, posteriormente, ao meio académico e científico com Isaiah Bowman, entendido como expoente da geografia norte-americana da primeira metade do século XX. Quando espontaneamente os *media* o apelidaram de “Haushofer americano” reagiu com a publicação de um artigo na *Geographical Revue*, em outubro de 1942, intitulado *Geography versus Geopolitics*. Neste artigo, defendeu que a geopolítica representava uma visão distorcida das relações históricas, políticas e geográficas do mundo e das suas partes, sendo que os argumentos da geopolítica tal como eram desenvolvidos na Alemanha serviam apenas para sustentar o caso da agressão alemã (Fernandes, 2003: 22).

Isaiah Bowman desmarcou-se assim da geopolítica, cuja palavra até evitava usar. Também Hans Morgenthau, em 1948, considerou a geopolítica como uma pseudociência. Fê-lo, porém, tal como Bowman não relativamente à geopolítica como um saber em geral, mas sim em relação a uma visão particular da geopolítica, a *Geopolitik*, ou seja, a geopolítica do *III Reich* (Fernandes, 2002: 23).

Com o fim da Guerra Fria e o maior distanciamento temporal face à Segunda Guerra Mundial, verificou-se a entrada na denominada segunda vaga da geopolítica, caracterizada por uma reintrodução do termo. Considera-se, esta, uma “Nova Geopolítica” que, por isso mesmo, se encontra ainda em formação e desenvolvimento. São de referir Yves Lacoste, Michel Korinman, Pierre Marie Gallois, Paul Claval, François Thual e Alexandre Del Valle, como alguns dos principais responsáveis pelo surgimento de outras publicações europeias sobre geopolítica, a partir da década de 90. Nos EUA, a reutilização do termo começou com Henry Kissinger, tanto no meio académico e político como nos meios de comunicação social. Daí que se tenha assistido, a partir de então, ao uso desbragado e banalizado do termo, sobretudo nos *media*, utilizando-se a palavra “geopolítica” sempre que se pretende conferir estatuto e relevo a um acontecimento da cena internacional.

No caso português, é de referir o papel desempenhado por Luís Fontoura, António Marques Bessa, Políbio Valente de Almeida, entre outros nomes como o de Adriano Moreira, Borges de Macedo, Loureiro dos Santos, Pezarat Correia, Araújo Geraldés, François Martins, ou Virgílio de Carvalho, neste trabalho de recuperação da Escola Geopolítica Portuguesa (Nogueira, 2007: 14-15), mantido nas academias e institutos das Forças Armadas e no atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Bessa & Dias, 2007: 13-14). Em 2005, verificou-se em Aveiro a constituição do Centro Português de Geopolítica, que passou a contar a partir de 2007, com a publicação da revista *Geopolítica*, tendo neste momento como presidente Carlos Mendes Dias.

A propósito desta considerada existência de uma “Nova Geopolítica”, Correia (2004: 248-249) refere que a mesma se distingue da geopolítica clássica, que “assenta na gestão do poder a duas dimensões, o espaço e o tempo”, por possuir, essen-

cialmente, três dimensões (a que futuramente se poderão acrescentar outras): a primeira centrada nas questões ambientais e ecológicas, conhecida como ecopolítica; a segunda respeitante ao fenómeno demográfico, definida como demopolítica; e a terceira tendo como principal objeto a economia, designando-se de geoeconomia. O aparecimento desta “Nova Geopolítica” é uma consequência do pós Guerra Fria e da nova ordem mundial daí surgida, envolvendo uma nova ordem na Terra (âmbito da ecopolítica); uma nova relação Norte-Sul (âmbito da demopolítica); e uma nova ordem económica internacional (âmbito da geoeconomia), encontrando correspondência com um novo conceito de Segurança, multidimensional, por em virtude do fenómeno da globalização incluir não apenas a segurança estatal, como também “a segurança do meio, humano e ambiental”. Este novo conceito de segurança encontra-se, de igual modo, associado às três dimensões características da “Nova Geopolítica”: na ecopolítica, à preservação do ambiente, na demopolítica, à garantia da equidade e na geoeconomia, à promoção do desenvolvimento.

### **A Origem e Desenvolvimento do Termo “Geopolítica”**

#### *As Bases da Geopolítica na Geografia Política de Friedrich Ratzel (1804-1904)*

Formado em farmácia e em zoologia, Friedrich Ratzel (1844-1904) entregou-se aos estudos da geografia, tornando-se professor desta cadeira no ano de 1876, após a sua viagem aos EUA em 1873 <sup>1</sup>, na Universidade Técnica de Munique e, seguidamente, na Universidade de Leipzig, em 1886.

Integrando o movimento intelectual que encarava a geografia como uma ciência fulcral para o entendimento do Estado como entidade política, Friedrich Ratzel foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da geografia política enquanto teoria capaz de explicar a cultura, sobretudo a política, em função do meio físico (Almeida, 1990: 104).

Todavia, será de referir que começou pela geografia humana com a sua *Antropogeographie* (Antropogeografia), publicada em 1882, que procurando estudar os mecanismos de interação entre a natureza e as comunidades humanas, serviu de base à *Politische Geographie* (Geografia Política) editada em 1897 pela primeira vez, constituindo-se como a mais completa adequação de conhecimentos geográficos à evolução das sociedades políticas. Ratzel sonhava ser o conselheiro do príncipe, aquele que contribuiria para a formulação justa da política (Defarges, 2003: 76),

---

1 É também no seguimento da sua viagem aos EUA, realizada um ano depois de ter conhecido a Itália, que publicou a sua primeira obra completa: *Die Vereinigten Staaten von Nord-Amerika* (Os EUA da América do Norte), em 1878-1880, antecedida por *Städte- und Kultur Bilder aus Nord-Amerika* (Quadros das Cidades e da Civilização da América do Norte) (Korinman, 1990: 33).

para uma fundamentação espacial das suas decisões, mediante o desenvolvimento de um *geographischer sinn* (sentido geográfico) (Korinman, 1990: 37). Assim, com a sua *Politische Geographie* pretendeu fornecer um instrumento para os dirigentes prussianos, constituindo-se esta como uma teoria da questão do Poder do Estado e das respetivas formas territoriais (Lorot, 1995: 14).

No entanto, a verdadeira importância de Ratzel apenas se veio a sentir já depois da sua morte, servindo a sua geografia política de inspiração à “Escola de Geopolítica de Munique” e ao seu mentor, Karl Haushofer.<sup>2</sup>

A influência de Ratzel em Haushofer verificou-se igualmente através da publicação de três textos: *Der Deutsche Lebensraum* (O Espaço Vital Alemão); *Lebensraum* (Espaço Vital); e *Lebensraum der Deutschen als Politische Aufgabe* (O Espaço Vital dos Alemães enquanto Tarefa Política), que mais pareciam traduções dos cabeçalhos do capítulo de *Politische Geographie* (Korinman, 1990: 273). Daqui se denota, por conseguinte, o recurso ao conceito de *Lebensraum*, utilizado na Alemanha pela primeira vez por Friedrich Ratzel, segundo o qual os diferentes Estados enquanto organismos vivos se encontram em permanente luta pela sobrevivência na busca de mais espaço, necessário à sua realização e desenvolvimento enquanto seres políticos. Seguindo a lógica de aplicação das leis de seleção natural, só resistem os Estados mais fortes que, deste modo, expandem o seu *lebensraum*.

### ***O Criador do Neologismo “Geopolítica”: Rudolf Kjéllen (1864-1922)***

O aparecimento do termo geopolítica – criador de uma ciência autónoma, com um objeto próprio e distinto do da geografia política – ficou a dever-se a Rudolf Johan Kjéllen (1864-1922), um professor e geógrafo seguidor de Ratzel, um sueco, germanófilo<sup>3</sup> à semelhança de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e Houston Cham-

---

2 Otto Maull, em 1928, considerou Ratzel como o “pai da geopolítica” (Murphy, 1997: 7 e 12); e Haushofer referia-se mesmo a Ratzel, de todas as vezes que se exprimia em público. Num texto de 1924, *Das Wissen von der Grenze des Deutschen Volkes* (O Saber sobre as Fronteiras do Povo Alemão), Haushofer mencionou o mérito das ideias de Ratzel no respeitante à questão das fronteiras, pois estas são um fenómeno vital, sempre evolutivo e, portanto, temporário, no sentido em que este evolucionismo tem de positivo e de eterno. Ratzel pretendia dar a compreender a história do mundo aos dirigentes alemães, para que estes fossem capazes de gerir melhor a política do *Reich*. Neste contexto, Haushofer transformou Ratzel no especialista do *Raum* (espaço) germânico, como no seu livro *Grenzen in ihrer Geographischen und Politischen Bedeutung* (As Fronteiras no seu Significado Geográfico e Político) publicado em 1927 (Korinman, 1990: 272 e 273), a teoria organicista do Estado de Ratzel foi utilizada para argumentar contra o “erro geográfico” que o Tratado de Versalhes constituía (Tuathail, 2006: 23 e 24).

3 Tendo em conta a nova ordem de escolhas na Europa, e dada a situação em que se encontrava a Suécia, Kjéllen virou-se para a Alemanha, então ávida de espaço e de poder, de modo a que entre Berlim e Estocolmo se estabelecesse uma sólida relação, fundada sobre um mesmo

berlain (1885-1927)<sup>4</sup>, que descobriu no início do século XX uma nova disciplina política que se ocupava do estudo político do território do Estado. Para Kjéllen, “*la Geopolítica es la teoría del Estado en cuanto a organismo geográfico o en cuanto a fenómeno en el espacio: es decir, en cuanto al Estado como país, territorio, suelo, o, de una manera más característica, como império*” (Marini, 1985: 41).

A sua obra mais importante, *Staten som Lifform* (O Estado como Forma de Vida), originalmente redigida em sueco e terminada em 1916, foi traduzida para alemão em 1917, tendo sido publicada na Alemanha em 1924, por Kurt Vowinckel, editor da *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica). Kjellén antecipou os métodos dos geopolíticos da Escola de Munique, entendendo a geopolítica como um guia prático para a ação política, um *Wegweiser* (guia prático para a ação política), à semelhança daquela que seria a perspectiva de Haushofer.

#### ***O Autor do Principal Texto Fundador da Geopolítica: Halford John Mackinder (1861-1947)***

No entanto, se a origem do termo remonta a Kjéllen, foi ao britânico Halford John Mackinder (1861-1947) que coube a autoria do principal texto fundador da geopolítica moderna, *The Geographical Pivot of History* (1904), tema da sua conferência na Sociedade Real de Geografia, em Londres, sem que nunca tenha feito uso do vocábulo geopolítica nos seus trabalhos.

---

interesse: manter a Rússia “em respeito” (Correia, 2004: 134). Apoiando também o projeto de *Mitteleuropa*, seria preciso que a Alemanha se estendesse de Oise à Ucrânia, do litoral russo do Báltico à Suíça e ao Bósforo. Englobando o Império Austro-Húngaro, a Roménia, a Bulgária e também a Turquia, o império alemão poderia igualmente avançar em direção à Mesopotâmia por um lado, ao Egito e ao Sudão pelo outro. Só então, a Alemanha ocuparia o lugar ao sol que lhe era devido (Gallois, 1990: 218).

- 4 Germanófilos mas não germânicos: Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) no seu *Ensay sur l'inégalité des Races Humaines* (Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas) de 1865, defendia um racismo biológico explicando o destino dos povos, a ascensão e a queda dos impérios através da desigualdade racial, e da superioridade da raça caucasiana na qual incluía os germânicos (Correia, 2004 em Fernandes, 2011: 266), uma raça de elite que conservava a beleza, a força, a inteligência e a superioridade da expressão verbal (Gallois, 1990 em Fernandes, 2001: 234 e 235); e Houston Chamberlain (1885-1927), em *The Foundation of the 19th Century* (Os Fundamentos do século XIX) (1899), acreditava que o futuro da Europa e do mundo se encontrava na Alemanha, uma vez que esta se caracterizava por uma força expansiva manifesta em todos os domínios. Ambos fomentaram a tese da superioridade do povo germânico, da sua raça, do seu sangue, da sua língua, da sua cultura.
- 5 Tradução da autora: “a Geopolítica é a teoria do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenómeno no Espaço: isto é, enquanto Estado como país, território, solo, ou, de maneira mais característica, como império” (Marini, 1985: 41).

Neste seu texto, Mackinder associa o *Heartland*<sup>6</sup> à então designada área pivot da História. Tratava-se de uma enorme massa continental dominante (Parker, 1985: 17), situada na Eurásia, entre a Europa Oriental e a Sibéria, contendo muitas matérias-primas necessárias à industrialização como o ferro, o carvão ou o petróleo, o que lhe permitiria tornar-se no centro do poder mundial. Porém, nesta zona central predominam os difíceis acessos, tratando-se de uma extensa área de clima rigoroso, características que acabam por lhe garantir a capacidade de defesa.

Esta massa continental encontrava-se rodeada por dois anéis concêntricos: o primeiro anel, o crescente interior constituído por desertos e mares (Atlântico, Saara, Península Arábica, Índico), que a separa do segundo anel, o crescente exterior, constituído por ilhas e continentes (Ilhas Britânicas), passíveis de serem controlados pela potência marítima (Américas, Austrália, Oceânia). Possuía uma abertura a Ocidente, o istmo entre os mares Báltico e Negro.

Em 1919, a massa continental dominante passou a corresponder à Eurásia e à África, a Ilha Mundial, controlada pelo *Heartland*, que seria disputado entre a Alemanha e a União Soviética, já que a chave do controlo do *Heartland* seria a Europa Oriental. “Quem controlar o *Heartland*, controla a Ilha Mundial; e quem controlar a Ilha Mundial, controla o Mundo” (Santos, 2008: 34).

Em 1943, em *The Round World and the Winning of the Peace*, a teoria do *Heartland* foi novamente atualizada, tendo sido introduzido o conceito de *Midland Ocean* (o Atlântico Norte e os mares adjacentes). Lutando em duas frentes simultaneamente, a Alemanha capitularia, sendo que uma nova potência terrestre surgiria no fim da guerra, a União Soviética<sup>7</sup>. Neste sentido, a atualização de Mackinder chamava a atenção para a necessidade de existir uma cooperação entre os EUA, o Reino Unido e a França – o que em 1949 se veio a consubstanciar no aparecimento do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>8</sup>, por forma a conter o avanço da “ameaça soviética” na Europa.<sup>9</sup> Uma cooperação que primeiramente deveria ser feita também com o quarto vencedor, a Rússia, o que se concretizou através da ocupação de Berlim por estes quatro Estados e na sua “divisão” em áreas de influências, que em fim último culminariam com a construção do Muro de Berlim a 13 de agosto de 1961

---

6 Termo a que se referiu, em *The Round World and the Winning of the Peace* como tendo sido usado acidentalmente e por uma única vez na sua comunicação em 1904. *Heartland* era, pois, um termo descritivo e não técnico.

7 Esta situação consubstanciou-se no pós-Segunda Guerra Mundial, mediante a criação de dois blocos. Por um lado, o do Pacto de Varsóvia e, pelo outro, o da NATO.

8 Para além dos EUA, do Reino Unido e da França, encontram-se entre os membros fundadores da OTAN: a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Itália, o Luxemburgo, a Noruega, os Países Baixos e Portugal.

9 A que a União Soviética respondeu, em 1955, com a criação do Pacto de Varsóvia como contraponto à OTAN.

e a separação da Alemanha entre a República Federal da Alemanha sob tutela dos EUA, Reino Unido e França e a República Democrática da Alemanha controlada pela União Soviética.

Mackinder foi um dos primeiros teóricos a prever a ascensão de uma potência continental (a Alemanha ou a União Soviética), capaz de se tornar igualmente uma potência naval e rivalizar com a Grã-Bretanha a hegemonia dos mares, antecipando a luta entre a Alemanha e União Soviética pelo controlo do *Heartland* (Santos, 2008: 36) que viria a acontecer, em 1941, com a invasão alemã da União Soviética, na conhecida Operação *Barbarossa*.

### ***O Mentor da Geopolítica como Ciência: Karl Haushofer (1869-1946)***

Tendo entrado para o exército bávaro em 1887, Karl Haushofer (1869-1946) tornou-se oficial em 1889. Estudou topografia e geografia<sup>10</sup> (bem como geologia). Entre 1908 e 1910, ficou a conhecer os espaços da Ásia e do Pacífico. Deslocou-se ao Japão<sup>11</sup> (Almeida, 1990: 119; Parker, 1985: 57), no mesmo período, a fim de desempenhar funções de conselheiro como instrutor de artilharia e também para estudar o próprio exército japonês. Foi aqui que se deu o nascimento da sua vocação pela geopolítica (Losano, 2007: 229).

Doutorou-se em geografia em 1913<sup>12</sup>, sendo que, em 1914, participou na Primeira Guerra Mundial (Losano, 2007: 229 e 230). Durante a guerra, conheceu a obra de Kjellén, entusiasmando-se com a ideia, por este defendida, de uma grande Alemanha (Gallois, 1990: 257). Com o fim da guerra, regressou à vida académica, tendo-se dedicado nos anos subsequentes ao ensino da geografia na Universidade Técnica de Munique<sup>13</sup>.

Efetivamente, o aparecimento da geopolítica enquanto ciência surgiu na Alemanha com Karl Haushofer e a Escola de Munique em 1924, aquando da publicação de uma nova revista, a *Zeitschrift für Geopolitik*, cujo corpo teórico se fundaria a partir dos pensamentos de Friedrich Ratzel e de Rudolf Kjellén (Fernandes, 2009: 66).

---

10 Tida como uma ciência indispensável à estratégia (Gallois, 1990: 257).

11 Com ideias formadas a partir da leitura que fizera de Ratzel (Losano, 2007: 226). Viajou também, em 1909 e 1910, pela Sibéria, pelo norte da China, pela Manchúria, e pela Coreia, o que lhe proporcionou um profundo conhecimento (Almeida, 1990: 119),

12 Com uma tese sobre a influência alemã no desenvolvimento do Japão (Tuathail, 2006: 23), quanto à abertura geográfica do Japão e do espaço continental sub-japonês e ao alargamento desta abertura sob influência da guerra e da política militar (Haushofer, 1986: 47), Haushofer obteve o título de Doutor, influenciado pela mulher que o incentivara a falar com Erich von Drygalski (1865-1949), um amigo geógrafo e professor universitário, e a averiguar a possibilidade de obter um doutoramento (Losano, 2007: 230).

13 Onde teve Rudolf Hess (1894-1987) como aluno.

Para Haushofer, um dos expoentes máximos da geopolítica (Haushofer em Tuathail, 2006: 53), “as grandes ligações vitais do homem de hoje no espaço de hoje” constituem o objeto de estudo da geopolítica, cuja finalidade é “a inserção do indivíduo no seu meio natural e a coordenação dos fenómenos que ligam o Estado ao espaço” (Haushofer, 1986: 25).

O ensino da geopolítica, uma ciência exata, implica ter um conhecimento de experiência prática sendo que a geopolítica deve ser estudada com uma visão presente e futura, em contraste com a política encarada mais em termos de história morta do que em termos de ciência viva, numa visão retrospectiva que conduz à perda do contacto com o futuro. Foi por esta razão que a Alemanha foi deixada de fora do realinhamento do mundo, aquando da sua ocorrência na viragem do século (Haushofer, 1942 em Tuathail, 2006: 41).

Na visão de Haushofer, “*la géopolitique, discipline engagée, doit servir les desseins d’un Mitteleuropa vaincu, quitte à en tirer plus tard, le cas échéant, des conclusions d’ordre plus philosophique. Le général-géographe tranche : ‘À nos dirigeants, en effet, d’acquérir au minimum les instruments qui leur permettront d’opérer une sélection dans le champ des possibles. Les études géopolitiques (...) les leur fourniront.’*” (Korinman, 1990: 157).

Por conseguinte, o saber geopolítico é prospetivo, uma vez que todo o estudo de geopolítica deve propor aos políticos, aos militares e aos financeiros orientações úteis no momento em que têm de escolher entre várias alternativas que lhes condicionarão o futuro (Korinman, 1990: 157). Aliás, dado o dinamismo inerente à geopolítica, Haushofer recusou a publicação de um manual, considerando que tal poderia dificultar as aplicações práticas deste saber (Haushofer, 1986: 25).

Haushofer atribuiu ainda ao saber geopolítico o poder da racionalização: “*La géopolitique prend la place de la passion politique, une évolution conforme aux lois de la nature donne une forme nouvelle aux créations de l’arbitraire d’une volonté humaine déchâinée. La nature, chassée par l’épée ou la fourche, reprend ses droits sur la surface et à la face de la Terre. C’est la géopolitique!*” (Gallois, 1990: 262).

Por fim, e sem aprofundarmos muito o pensamento de Haushofer pois não é este o nosso objetivo neste estudo, destacamos o seu conceito de *lebensraum* que consistia na “capacidade de um determinado espaço geográfico para atender às necessidades da sociedade humana (etnologicamente diferenciada) que o habita” (IAEM, 1982 em Dias, 2005: 128). Tal interpretação deve-se ao facto de Haushofer, um pan-germanista, ser adepto da concretização da ideia de *Großdeutschland*, já defendida por Ratzel e pelo sueco Rudolf Kjellen, que reunisse num mesmo espaço e corpo único todos os povos de língua e cultura germânicas (Haushofer, 1986: 127), de acordo com a fórmula já mencionada de *Blut und Boden*. Mas tal não se constituía como um fundamento de uma política de expansão da Alemanha. Foi preciso que a política de Hitler se apoderasse do termo para converter o *lebensraum* em irredentismo nacionalista e autarquia económica, uma justificação dos desígnios de

expansão territorial Nacional-Socialista (Almeida, 1990; Vives, 1972 em Fernandes, 2009: 102) consubstanciados no *Anschluss* (anexação) da Áustria, a que se seguiram as invasões da Checoslováquia e da Polónia – uma concretização do ideário haushoferiano transformado segundo a *Weltanschauung* (projeto de remodelação da Europa baseado na hierarquia das raças<sup>14</sup>) Hitleriana (Fernandes, 2009: 102).

### **A Definição de Geopolítica de José Marini em “El Conocimiento Geopolítico”**

A propósito ainda da definição de geopolítica, e tendo já verificado o que defendiam os autores clássicos, regressamos a Marini (1985: 40), que considera essencial identificarmos qual o campo específico de investigação da geopolítica – de forma a podermos obter uma definição aceitável desta –, que mais não é do que “*el espacio donde se desarrolla la política en su plenitud integral (...)*”<sup>15</sup> e, mais adiante, continua “*Un espacio visto desde tal ótica es un área política por excelencia que se lo analiza desde el pasado, para proyectarlo hacia una intención política en el futuro*”<sup>16</sup>. Este é, então, o chamado espaço geopolítico, termo enunciado pela primeira vez, em 1965, por Fernando Solano Costa (1913-1992).

Ao interessar-se pelo estudo do espaço onde se desenvolve a política na sua plenitude integral, a geopolítica assume-se como um conhecimento simultaneamente integrador (inclui, assim, as múltiplas manifestações geográficas, políticas, sociais, económicas, culturais e históricas do espaço em análise) e interdisciplinar, embora por essência seja um saber político. A geopolítica analisa o valor e as possibilidades de um dado espaço – que poderá ser um Estado ou apenas uma região, por exemplo – em função do seu interesse político (Marini, 1985: 40, 41 e 45). Por conseguinte, podemos afirmar que – enquanto disciplina autónoma da ciência política – a geopolítica tem as mesmas características desta: é teórica e pragmática.

Em síntese, para Marini (1985: 44), a geopolítica é a ciência (ou seja, um conhecimento sistematizado, autónomo, com um campo próprio de verdade e uma terminologia exclusiva) que estuda as mútuas relações, influências e interações entre o Estado e o espaço, tendo como finalidade proporcionar conhecimentos ou soluções de carácter político. E – quanto a estas relações, influências e interações entre o Estado e o espaço – é de referir que a geopolítica é composta tanto por um património teórico (que se reflete na existência de normas, princípios, hipóteses, doutrinas,

---

14 Tradução livre da autora.

15 Tradução da autora: “o espaço onde se desenvolve a política na sua plenitude integral.” (Marini, 1985: 40).

16 Tradução da autora: “Um espaço, visto sob este ponto de vista, é uma área política por excelência que analisa desde o passado, para se projetar numa intenção política até ao futuro.” (Marini, 1985: 40).

teorias, entre outros), como também lhe é subjacente um caráter pragmático (relacionado com a possibilidade da geopolítica – enquanto guia de análise para ação política – influir na formulação de uma política interna ou externa, em que o Estado enquanto sujeito da política tem um duplo papel: é protagonista e destinatário).

### *No Objeto de Estudo da “Geopolítica”*

#### *A Ideia de “Espaço Geopolítico”*

O espaço geopolítico corresponde, assim, à área geográfica em que atuam simultaneamente os fatores geográficos (responsáveis por proporcionar informação básica do estudo do espaço) e políticos (relacionados com uma interpretação política obtida a partir dos fatores geográficos) que tornam uma situação geopolítica passível de estudo ou resolução (Marini, 1985: 45).

Para que o espaço interesse à geopolítica deve possuir significado político, uma relação ou um sentido para o Estado. Por outro lado, para que haja situação geopolítica, é indispensável que o problema político-territorial seja relevante. Neste sentido, a solução geopolítica do problema produz sempre modificações relevantes na paisagem geopolítica, ou transforma as relações de poder entre os Estados. Por exemplo, todas as guerras colocam em evidência uma luta pelo espaço e têm como consequência uma modificação do mapa político dos Estados participantes. Os protagonistas da situação geopolítica são os Estados que lutam pelo domínio do espaço (Marini, 1985: 47). E isto é notório aquando da invasão da Polónia pela Alemanha de Hitler em 1939 – momento em que a Grã-Bretanha e a França lhe declararam guerra, começando a Segunda Guerra Mundial. O que estava em causa era a vontade da Alemanha se tornar territorialmente uma *Großdeutschland* de acordo com a *Weltanschauung* hitleriana. Porque espaço é poder.

Mas também é segurança que se procura numa política espacial, tendo em vista a resolução das necessidades crescentes da população e o desempenho do Estado – no âmbito internacional – em função dos seus fins filosófico-políticos definidos. O espaço é “*inversa e simultaneamente sinónimo de constrangimento* (Defarges, 2003: 92). *Seja obra da natureza, seja fruto da ação do homem e dos instrumentos técnicos que vai colocando à sua disposição. O espaço modifica-se em função dos meios disponíveis* (Coutau-Bégarie, 2008: 796), e da capacidade de organização humana” (Fernandes, 2009: 27).

O espaço caracteriza-se, de igual modo, pela sua multiplicidade; pela sua variedade (os espaços geopolíticos variam em dimensão e forma); pela sua permanência (“só a terra permanece” e “não foge” (Bessa e Dias, 2007: 14 e 15), isto é, mudam-se as políticas e os políticos, mas o espaço enquanto espaço é sempre o mesmo); pela sua fluidez (Marini, 1985: 48).

### ***Os Fatores de Influência***

No espaço geopolítico atuam quase todos os fatores da geografia em geral, e em particular, os pertencentes à geografia física, humana, económica e política. Em conformidade com Pierre Célérier, estes fatores podem ser estáveis e variáveis (Marini, 1985: 48).

Entre os fatores estáveis, que são os que pertencem à geografia física, encontram-se:

- a extensão – que resultando da luta dos Estados pelo espaço na perspectiva Ratzeliana, oferece diferentes possibilidades ao Estado consoante o relevo, o clima, a água e a distância em relação ao mar; estes são fatores que determinam a fixação das populações num dado espaço dando origem ao *ecúmena*, em contraste com o *anecúmena*, isto é, zonas excessivamente inóspitas para serem habitadas pelo homem tais como zonas de grande altitude, grandes desertos, regiões excessivamente frias, ou bacias muito quentes e húmidas – a do Amazonas, por exemplo (Marini, 1985: 74 e 75);
- a posição – trata-se de um dos fatores de maior importância para a política externa de um Estado, uma vez que reflete os aspetos políticos dos seus permanentes interesses territoriais. A título exemplificativo, é por se encontrar na posição de enclave, ou seja, por ocupar uma posição continental central, e estando rodeada por outros Estados que a podem “ameaçar” que a Alemanha deveria ampliar o seu espaço, como começou por defender primeiro Ratzel (Marini, 1985: 83 e 84);
- a configuração – uma análise da configuração de um Estado no tempo, estudando a evolução das suas fronteiras, permite-nos conhecer não só as tendências geográficas prováveis, como também os objetivos políticos de conjuntura. As fronteiras, de acordo com Ratzel, exteriorizam o passado de um Estado e assinalam os seus potenciais problemas futuros (Marini, 1985: 109 e 115);
- a estrutura física – o meio físico compreende o clima e a estrutura física que, por sua vez, inclui a existência de água, o relevo, o solo, os minerais, a paisagem natural e cultural, constituída pelas redes de comunicações e transportes (Marini, 1985: 132).

Já, entre os fatores variáveis, encontram-se sobretudo:

- a população, envolvendo a relação desta com o meio físico, as questões demográficas com o conseqüente aumento e diminuição da população por sexos e idades, nível de educação e saúde;
- os recursos, ou seja, um conjunto de bens – económicos, de guerra, meios de transporte, entre outros – e atividades – financeiras, científicas e técnicas, laborais, entre outras – com significado económico, que permitem satisfazer necessidades vitais, culturais e políticas, sendo que a sua obtenção pode ser feita em território próprio ou alheio mediante a ação combinada do trabalho, do capital, da tecnologia, do comércio, da política e, até mesmo, da guerra.

A distinção aqui deve fazer-se também entre recursos renováveis, que são facilmente obtidos através da agricultura e da pecuária, e os recursos não renováveis como sejam o carvão ou o petróleo, de difícil localização e que, devido à ameaça do seu esgotamento, originam uma maior disputa pelo controlo dos locais em que estes se podem encontrar (Marini, 1985: 195-196);

- as estruturas sociais, económicas e políticas.

Simultaneamente e em paralelo à existência destes fatores encontram-se os denominados produtos de interação, como resultado da relação entre fatores geopolíticos estáveis e fatores geopolíticos variáveis. Embora não sendo fatores geopolíticos, os produtos de interação são disciplinas autónomas, ou acontecimentos que transformam o espaço (Marini, 1985: 229), como sejam:

- a História – importância de estudar o passado, para melhor compreender o presente e, de algum modo, perspetivar as possibilidades do futuro no que ao espaço geopolítico diz respeito. A História é onexo entre o passado e o futuro, sendo que o passado, presente e futuro são as três etapas temporais e espaciais que constituem a metodologia do estudo e interpretação política do espaço e da luta pela sua posse. De referir ainda é o facto de todos os geopolíticos recorrerem a acontecimentos históricos passados para clarificar e simplificar com casos práticos as teorias que compõem o seu pensamento geopolítico (Marini, 1985: 231-234);
- o sentido do espaço – relaciona-se com a aptidão natural dos povos para a organização e gestão do próprio meio habitado e do respeitante Estado, culminando no predomínio de uns sobre os outros (Dias, 2005: 70). Seguindo a lógica Ratzeliana, o sentido do espaço encontra-se diretamente relacionado com a luta pelo espaço num planeta finito, tendo como objetivo por um lado, o garante da sua sobrevivência no sistema internacional e, pelo outro, a expansão espacial e a aquisição de mais poder de forma a assim influenciar e impor aos demais a sua própria vontade. Deste modo, considera-se geralmente que a geopolítica é uma disciplina que estuda as implicações conflituais que o espaço pode acarretar nas relações internacionais, com destaque para as situações que conduzem à agressão, ao expansionismo, à hegemonia, aos imperialismos, entre outros. Contudo, a geopolítica não implica necessariamente o conflito, pois pode também existir uma geopolítica da paz, sendo aqui que se enquadram os processos de integração económica<sup>17</sup> como é o caso da União Europeia (Marini, 1985: 235-245);
- a tecnologia – que permite transformar o emprego e a eficácia das armas; aumentar a influência dos fatores variáveis, reduzindo a importância dos fa-

---

<sup>17</sup> Que, muitas vezes, são o ponto de partida para uma posterior integração política.

tores estáveis do espaço geopolítico – para dar um exemplo, é este o caso do clima; aumentar a capacidade humana para transformar a natureza – destaque-se o papel da revolução dos transportes e dos próprios meios de comunicação que permitem reduzir as distâncias espaciais em intervalos de tempo cada vez mais diminutos, modificar as relações de poder no âmbito internacional; e acentuar a estratificação e competência internacional (Marini, 1985: 127 e 255);

- a ideologia – entendida por Marini (1983: 278) como um sistema de valores, princípios e ideais que proporcionam apoio, uma perspectiva própria da história e do destino do homem e da estruturação da sociedade entre a teoria e a prática. Um exemplo relevante da importância deste produto de interação foi o período da Guerra Fria quando existiam dois blocos ideológicos em confronto: na esfera ocidental, o bloco liderado pelos EUA que se caracterizava por politicamente defender no essencial uma democracia pluripartidária, por economicamente ser adepto de uma economia de mercado/capitalismo, e militarmente ter constituído uma aliança militar ocidental própria, a OTAN e, na esfera oriental, o bloco liderado pela União Soviética que, ao invés, preferia politicamente uma democracia popular, economicamente o socialismo soviético<sup>18</sup> e ter constituído uma aliança militar, o Pacto de Varsóvia, como resposta à criação da OTAN e à inclusão da República Federal da Alemanha nesta na década de 50;
- a política, os conflitos<sup>19</sup> e a estratégia<sup>20</sup> – espaço é poder (de acordo com a lógica Ratzeliana) e este último constitui o objeto predominante da ciência política. Fundamental na história humana, o espaço foi, desde sempre, motivo de “desavenças entre indivíduos e grupos, levando inclusivamente a confrontos militares pela defesa de linhas fronteiriças” (Bessa e Dias, 2007: 64), o que é

---

18 E daí ter rejeitado usufruir, juntamente com os demais países que viriam a integrar o Pacto de Varsóvia (composto pela Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia, Alemanha Oriental e União Soviética) – entenda-se que o Pacto funcionava como um instrumento de controlo político e militar realizado a partir de Moscovo aos Estados da Europa de Leste –, a ajuda financeira proporcionada pelos EUA a uma Europa destruída pelas duas Grandes Guerras Mundiais, o conhecido Plano Marshall (1947). Como resposta, aliás, a União Soviética criou o COMECON – Conselho para a Assistência Económica Mútua (integrado pela URSS, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Polónia, pela Bulgária, Hungria, Roménia, Mongólia, Cuba e Vietname), em 1949.

19 Embora, a existência de conflitos não signifique necessariamente a presença de guerra.

20 Na definição proposta por Abel Cabral Couto (1988: 209), a estratégia é entendida como “a ciência ou arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que sustentem, ou podem sustentar, a hostilidade de uma outra vontade política”.

visível tanto na Primeira como na Segunda Guerras Mundiais. Disputam-se, sobretudo, espaços cuja posse permite o controlo de elementos considerados como decisivos para o poder. Defarges (2003: 93-95) avança, neste sentido, com a apresentação de três tipos de fatores: a pertença a um sistema de trocas, a presença de recursos considerados vitais e, o valor simbólico de certos locais. Podendo ser uma das chaves da segurança, um ponto de apoio ou um trunfo, o espaço é inversa e simultaneamente sinónimo de constrangimento (Defarges, 2003: 92), seja obra da natureza, seja fruto da ação do homem e dos instrumentos técnicos que vai colocando à sua disposição. O espaço modifica-se em função dos meios disponíveis, em função da capacidade de organização humana, sendo essencial em qualquer guerra<sup>21</sup>, tanto como reservatório de poder, como no plano mais tático e profissional, como teatro de operações (Coutau-Bégarie, 2008: 794-796, 821 e 822).

## **O Método Geopolítico**

### *As Etapas do Método de Estudo da Geopolítica Proposto em Marini*

Trata-se de um método próprio destinado à análise do objeto de estudo da geopolítica, o espaço geopolítico. Este método decompõe-se em seis etapas:

- a compreensão do problema, que envolve uma interpretação do objetivo político no tempo e no espaço e o estabelecimento de uma missão ou tarefa;
- a análise dos fatores do espaço geopolítico, na sua relação entre si desde o passado até ao objetivo político ou problema a resolver, avaliando cada um destes fatores e a maior ou menor influência;
- a formulação de soluções possíveis;
- a análise das vontades opostas – quando no espaço geopolítico em estudo existem interesses coincidentes, diferentes e que se opõem entre si à resolução do problema ou à concretização de determinado objetivo;
- a determinação das soluções possíveis modificadas;
- e a seleção das soluções mais favoráveis (Marini, 1985: 53-55).

### *Dois Métodos Geopolíticos: o Determinismo e o Possibilismo*

Existem dois métodos geopolíticos principais e distintos de análise: por um lado, o conhecido determinismo geográfico, que consiste fundamentalmente em enfatizar

---

21 Tratando-se de um instrumento de política externa, a guerra, pode ser entendida como “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma potencialidade, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de possibilidades e azares.” (Couto, 1988: 148).

os fatores estáveis – e aqui encontram-se, a título exemplificativo, Friedrich Ratzel e Rudolf Kjéllen; e pelo outro, o chamado possibilismo humano, entendido como uma tendência oposta ao determinismo geográfico – como Paul Vidal de La Blanche (1845-1918).

O determinismo geográfico concentra-se sobretudo na importância do meio físico, como fator determinante das economias, do caráter dos povos, influente da história, e do modo como se forma e expressa o poder. Apresenta uma ideia de destino irreversível. No período áureo da ciência e da cultura germânicas – mais concretamente entre os finais do século XVIII e os inícios do século XX – foram vários os filósofos, biólogos, politólogos, juristas e escritores, que contribuíram para o desenvolvimento do nacionalismo alemão e para a consolidação desta corrente<sup>22</sup>. Há, inclusivamente, uma correspondência essencial entre aquela que é a identidade nacional alemã e o conceito de natureza (Opitz, 1998 em Fernandes, 2009: 19). Neste sentido, será de relembrar que Immanuel Kant (1724-1804), iniciador do idealismo alemão, o *Aufklärung*, era um defensor da ideia de que a história não é obra dos homens, mas sim da natureza que a determina (Kant em Gardiner, 2008: 29). Também Johann Herder (1744-1803) em Gardiner (2008: 43 e 47), um dos responsáveis pelas posições mais agressivas do germanismo na corrente “*Sturm und Drang*” (tempestade e impulso), partilhava a ideia de que “na Terra, acontece tudo [...] de acordo com a situação e as necessidades do lugar, [...] de acordo com as circunstâncias e as condições da época, [...] com o caráter nato ou adquirido dos povos. [...] A história da humanidade mais não é do que uma história natural das forças, das ações e das tendências humanas, subordinadas ao lugar e à época”. Friedrich Hegel (1770-1831), teorizador da história, explicada mediante um processo dialético, defendeu a base geográfica da história, uma vez que o território é determinante no caráter do povo: “O Estado, as suas leis, os seus planos, constituem os direitos dos seus membros; as suas características naturais, as suas montanhas, ar e água, são o seu país, a sua pátria, a sua propriedade material externa; a história deste Estado, os seus feitos; [...]. Tudo é propriedade deles, exatamente como eles são possuídos por tudo isso, porque isso constitui a sua existência, o seu ser” (Hegel em Gardiner, 2008: 82).

Porém, o determinismo não foi uma corrente exclusiva dos alemães, como o demonstra Charles de Montesquieu (1689-1755) em *L'Esprit des Lois* (O Espírito das Leis) de 1748, no seu livro décimo quarto acerca da influência do clima nas leis. Mas poderíamos ir mais além e recuar no tempo até Hipócrates (460-377 a.C.), Platão (428/427-348/347 a.C.) ou Aristóteles (384-322 a.C.), entre muitos outros (Gallois, 1990: 141-159).

---

22 Embora, seja de referir que nem todos os pensadores germânicos de então foram deterministas.

Contudo, muitos são os casos que demonstram uma superação da ideia do determinismo geográfico, destacando-se o caso do desenvolvimento tecnológico; a guerra ideológica; a acentuada divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estes últimos caracterizados por serem detentores de um atraso estrutural e educacional – incapacidade das elites –, dependentes do exterior, e tecnologicamente atrasados, ou seja, aspetos mais relevantes do que as questões geográficas por si só. Em oposição ao determinismo geográfico, surgiu em França com Vidal de Blanche o possibilismo humano ou determinismo social, conferindo uma maior importância à ação do homem sobre a natureza (não sendo, portanto, esta que determina as decisões nem o comportamento humano) que, perante as possibilidades que esta lhe oferece, escolhe quais as que deseja utilizar e adapta-as às suas necessidades. Por isso, de acordo com o possibilismo humano, o enfoque encontra-se essencialmente nas suas motivações e na sua capacidade de organização, bem como na tecnologia que o homem desenvolve e é capaz de desenvolver (Dias, 2005: 56 e 87; Marini, 1985: 58-60).

### *Os Instrumentos de Estudo e Análise Utilizados pela Geopolítica*

Como toda a ciência, a geopolítica dispõe de um campo específico de conhecimentos: o espaço geopolítico; uma metodologia própria e uma terminologia exclusiva, o que contribuiu para que obtivesse autonomia dentro do conjunto das ciências políticas.

### *A Cartografia e as Viagens: Principais Desenvolvimentos até ao Nascimento da Geopolítica como Ciência*

É de referir também a importância da cartografia, sem a qual seria inconcebível estudar a geopolítica, dada a impossibilidade, na sua ausência, de se proceder a uma fundamentação gráfica eficaz apoiada no espaço e na realidade geográfica. A realização de viagens assume, de igual modo, um papel fundamental no conhecimento do cenário geográfico e no enriquecimento cultural de um modo geral (Marini, 1985: 60-61).

A importância dos mapas verificou-se desde cedo, tendo sido Eratóstenes (275-194 a.C.), um bibliotecário de Alexandria, o autor de um dos mapas mais utilizados na Antiguidade<sup>23</sup>, realizado cerca de 220 a.C.<sup>24</sup>. Cláudio Ptolomeu (90-168), astróno-

---

23 Ainda que a autoria do primeiro mapa que se conhece pertença a Ga Sur (2500 a. C.) (Fontoura, 2006: 3).

24 Este mapa, baseando-se nas informações e observações trazidas pelos marinheiros, viajantes e astrónomos, representava a Bacia Mediterrânica, o Mar Negro, o Corno de África, a Península Arábica e o Golfo Pérsico.

mo e geógrafo de Alexandria, elaborou também, alguns séculos depois, um mapa que até ao século XVI assumiu um papel fundamental enquanto representação da Terra conhecida (Defarges, 2003: 23-24).

As descobertas de Cristóvão Colombo (c. 1437/1448-1506), Vasco da Gama (1469-1524) ou Fernão de Magalhães (1480-1521), entre outros, desencadearam uma série de mudanças, contribuintes para a evolução deste conhecimento do espaço físico. Assistiu-se de igual modo, a partir do século XIII, à utilização generalizada da bússola e à integração das descobertas realizadas nos mapas elaborados pelos cartógrafos de Génova, Veneza, Florença e Barcelona (Defarges, 2003: 24).

Em 1507, o geógrafo alemão Martin Waldseemüller (c. 1470-1522) publicou um mapa do mundo no qual fez menção a um espaço, situado a Oeste, distinto da Ásia e denominado de América. Também em 1569, o flamengo Gerhard Mercator (1512-1594) representou o mundo conhecido em conformidade com o seu sistema de projeção. Um ano depois, surgiu o primeiro grande atlas universal, da autoria do flamengo Abraham Ortelius (1527-1598) (Defarges, 2003: 24).

No ano de 1817, deu-se o aparecimento do primeiro atlas do mundo moderno, *Stieler*, como resultado do desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e dos barcos a vapor, tendo aparecido igualmente os primeiros guias turísticos, e romances que como *Le Tour du Monde en Quatre-vingts Jours* (Volta ao Mundo em 80 Dias) (1873), de Jules Verne, davam a conhecer o mundo a qualquer pessoa (Defarges, 2003: 26-27). Assistiu-se ao nascimento das primeiras sociedades de geógrafos em Paris, em 1821, seguindo-se Berlim, em 1828, Londres, em 1830, a Rússia, em 1845, Nova Iorque, em 1852, organizando missões<sup>25</sup> e pesquisas, publicando livros e criando revistas. A geografia internacionalizou-se, na sequência do primeiro congresso realizado em Antuérpia, no ano de 1871. Em 1892, publicou-se a primeira bibliografia geográfica internacional e, em 1922, estabeleceu-se em Bruxelas a União Geográfica Internacional (Defarges, 2003: 25-26), dois anos antes do início da publicação da *Zeitschrift für Geopolitik* e do nascimento da geopolítica como ciência.

### Conclusão

A geopolítica assume-se, como verificámos, como uma ciência, pois possui um objeto de estudo próprio – o espaço geopolítico – e tem uma metodologia própria, pois pode partir do determinismo geográfico, caso entendamos que são as características da natureza que influenciam o homem na sua relação com o espaço geopolítico, ou do possibilismo humano, se considerarmos que a natureza oferece um

---

25 No início do século XIX, os geógrafos são sobretudo viajantes que utilizam as viagens para acumular conhecimento sobre as diferentes regiões do globo. Este é, por exemplo, o caso de Alexander von Humboldt (1769-1859).

conjunto de possibilidades de entre as quais o homem escolhe aquelas que entender serem da sua preferência. Possui igualmente uma terminologia exclusiva, de que os conceitos de *Lebensraum*, *Raumsinn*, e *Heartland* constituem apenas alguns exemplos. Mas também se encontra subjacente à geopolítica um caráter prático, na medida em que fazendo uso do seu corpo teórico, a geopolítica poderá assumir o papel de *Wegweiser*, e assim influir na formulação, condução ou até na desistência de uma política interna ou externa de um Estado ou dirigente político.

Será ainda de relembrar a existência de vários fatores influentes no espaço geopolítico, por um lado variáveis, e por outro, estáveis que, desta forma sistematizados e recuperados por Marini na sua obra, nos permitem melhor compreender as dinâmicas que afetam o objeto de estudo da geopolítica. O mesmo se poderá dizer dos denominados produtos de interação e da sua importância relativamente ao espaço geopolítico.

Esperamos ter contribuído para uma melhor clarificação das origens e do desenvolvimento da geopolítica que, como verificámos, não surgiu de forma isolada. Deste modo, a geopolítica teve como ponto de partida o corpo teórico da geografia política de Friedrich Ratzel, um alemão; nasceu de um neologismo criado por um sueco germanófilo, Rudolf Kjéllen; o seu texto fundador enquanto ciência nasceu de um inglês, Halford John Mackinder; e desenvolveu-se efetivamente como ciência novamente com um alemão, Karl Haushofer, que devido à alegada aproximação com os dirigentes políticos do nacional-socialismo e à política expansionista agressiva levada a cabo por estes, acabou por ser considerado como o responsável pelo desenvolvimento de uma “ciência maldita”. Quando Haushofer mais não foi do que uma vítima do nacional-socialismo e da utilização deturpada da geopolítica por Adolf Hitler, como comprovámos anteriormente.

Por fim, o nosso estudo pretende colaborar de algum modo no esforço de recuperação da “Escola Geopolítica Portuguesa”, de forma a poder verificar-se crescentemente um maior e melhor esclarecimento – de maneira clara e isenta – daquele que é o ponto de partida da geopolítica, nomeadamente quanto o seu objeto e métodos de estudo, e, por conseguinte, abrir portas à elaboração de novas teorias no quadro deste saber multidisciplinar, e da designada de “Nova Geopolítica” por Correia (2004: 245-249), que se encontra ainda em formação e desenvolvimento num mundo globalizado e caracterizado por constantes mudanças económicas, sociais, culturais, políticas e ambientais no tempo e no espaço.

## Referências

Almeida, P. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

- Bessa, A. e C. Dias (2007). *O Salto do Tigre*. Lisboa: Prefácio.
- Correia, P. (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Coimbra: Quarteto.
- Coutau-Bégarie, H. (2008). *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia* (Vol. 1). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Defarges, P. (2003). *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Dias, C. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Fernandes, J. (2002). *Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-moderna: entre a Ruptura e a Continuidade*. Disponível em [http://www.jptfernandes.com/docs/art\\_acad\\_geopolitica.pdf](http://www.jptfernandes.com/docs/art_acad_geopolitica.pdf).
- Fernandes, J. (2003). *A Geopolítica Clássica Revisitada*. Disponível em [http://www.jptfernandes.com/docs/art\\_acad\\_geopolitica\\_rev.pdf](http://www.jptfernandes.com/docs/art_acad_geopolitica_rev.pdf)
- Fernandes, M. (2009). *O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. [Tese de Mestrado].
- Fernandes, M. (2011). “O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais”. *Revista Nação e Defesa* n.º 129, pp. 263-287.
- Fontoura, L. (2006). *O Poder na Relação Externa do Estado: a Equação de Cline*. Disponível em <http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/Luis%20Fontoura-Poder%20e%20Estado.pdf>
- Gallois, P. (1990). *Geopolitique: Les Voies de la Puissance*. Paris: Plon.
- Gardiner, P. (2008). *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Haushofer, K. (1986). *De la Géopolitique*. Paris: Fayard.
- Korinman, M. (1990). *Quand l'Allemagne Pensait le Monde*. Paris: Fayard.
- Lorot, P. (1995). *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica.
- Losano, M. (2005). “I ‘Grandi Spazi’ in un Inedito Progetto di Trattato del 1943 fra gli Stati dell’ Asse”. *Rivista degli Studi Orientali*, (LXXVIII), pp. 281-303.
- Losano, M. (2007). “La Missione Militare di Haushofer in Giappone e la Geopolítica”. *Rivista degli Studi Orientali* n.º 20-22, pp. 223-236.
- Mackinder, H. (1904). “The Geographical Pivot of History”. *The Geographical Journal* (XXIII), pp. 421-437.
- Mackinder, H. (1943). “The Round World and the Winning of the Peace”. *Foreign Affairs* n.º 4, pp. 595-605.
- Marini, J. (1985). *El Conocimiento Geopolítico*. Buenos Aires: Circulo Militar.
- Murphy, D. (1997). *The Heroic Earth: Geopolitical Thought in Weimar Germany, 1918-1933*. Kent: The Kent State University Press.

- Nogueira, J. (2007). "Em Jeito de Introdução...". *Geopolítica* n.º 1, pp. 11-17.
- Opitz, A. (Ed) (1998). *Sociedade e Cultura Alemãs*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Parker, G. (1985). *Western Geopolitical Thought in the Twentieth Century*. Oxford: Taylor & Francis.
- Ratzel, F. (1988). *Géographie Politique*. Paris: Economica.
- Santos, E. (2008). *A NATO no Século XXI*. Lisboa: Tribuna da História
- Tuathail, G. (2006). *The Geopolitics Reader*. London: Routledge.
- Vives, J. (1972). *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives.

## REVISTA NAÇÃO E DEFESA

### Números temáticos publicados

1998	84	Inverno	Uma Nova NATO numa Nova Europa
	85	Primavera	Portugal e o Desafio Europeu
	86	Verão	O Desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro
	87	Outono	O Estado em Mudança
1999	88	Inverno	Mulheres nas Forças Armadas
	89	Primavera	Portugal na NATO: 1949-1999
	90	Verão	Economia & Defesa
	91	Outono	Operações de Paz
2000	92	Inverno	Portugal e as Operações de Paz na Bósnia
	93	Primavera	Novos Rumos da Educação para a Cidadania
	94	Verão	Democracia e Forças Armadas
	95/96	Outono-Inverno	Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz
2001	97	Primavera	Nova Ordem Jurídica Internacional
	98	Verão	Forças Armadas em Mudança
	99	Outono	Segurança para o Século XXI
	100	Inverno	De Maastricht a Nova Iorque
2002	101	Primavera	Europa e o Mediterrâneo
	102	Verão	Repensar a NATO
	103	Outono-Inverno	Novos Desafios à Segurança Europeia
	Extra	Dezembro	Cooperação Regional e a Segurança no Mediterrâneo (C4)
2003	104	Primavera	Evolução das Nações Unidas
	Extra	Abril	A Revolução nos Assuntos Militares
	105	Verão	Soberania e Intervenções Militares
	106	Outono-Inverno	A Nova Carta do Poder Mundial
2004	107	Primavera	Forças Armadas e Sociedade. Continuidade e Mudança
	Extra	Julho	Educação da Juventude. Carácter, Liderança e Cidadania
	108	Verão	Portugal e o Mar
	109	Outono-Inverno	Segurança Internacional & Outros Ensaios
2005	110	Primavera	Teoria das Relações Internacionais
	111	Verão	Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido
	112	Outono-Inverno	Número não Temático
2006	113	Primavera	Número não Temático
	114	Verão	Segurança na África Subsariana
	115	Outono-Inverno	Portugal na Europa Vinte Anos Depois

2007	116	Primavera	Número não Temático
	117	Verão	Número não Temático
	118	Outono-Inverno	Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus
2008	119	Primavera	Transição Democrática no Mediterrâneo
	120	Verão	Número não Temático
	121	Outono-Inverno	Estudos sobre o Médio Oriente
2009	122	Primavera	O Mar no Pensamento Estratégico Nacional
	123	Verão	Portugal e a Aliança Atlântica
	124	Outono-Inverno	Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO
2010	125	Primavera	Visões Globais para a Defesa
	126		O Conceito Estratégico da NATO
	127		Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia
2011	128		O Mar no Espaço da CPLP
	129		Gestão de Crises
	130		Afeganistão
2012	131		Segurança em África
	132		Segurança no Mediterrâneo
	133		Cibersegurança
2013	134		Ásia-Pacífico
	135		Conselho de Segurança da ONU

### **Política Editorial**

*Nação e Defesa* é uma publicação periódica do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, *Nação e Defesa* propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com as problemáticas de segurança mais recentes.

A Revista dá atenção especial ao caso português, sendo um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

### **Editorial Policy**

*Nação e Defesa* (Nation and Defence) is a journal edited by the portuguese National Defence Institute and focused on security and defense issues both at a national and international level. Thus, *Nação e Defesa* aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views concerning the various paradigms and theoretical approaches relevant to security and defence.

The publication pays special attention to the portuguese situation, being a space for reflection and debate over the broad choices that Portugal faces in terms of security and defence, as well as other international security issues with potential impact over the portuguese interests.

## NORMAS DE COLABORAÇÃO

O artigo proposto para publicação deverá ser enviado via correio eletrónico para [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 30.000 a 50.000 caracteres (espaços incluídos) em Word for Windows.
- Ser acompanhado de um resumo em português e em inglês (até 1000 caracteres cada).
- Ser redigido de acordo com a norma de Harvard disponível em <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

O artigo, sem indicação do autor e acompanhado pela Ficha de Identificação (disponível em <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>) devidamente preenchida, será apreciado em regime de anonimato pelo Conselho Editorial da revista.

Os artigos aprovados pelo Conselho Editorial pressupõem o direito de publicação exclusiva na revista Nação e Defesa.

A revista Nação e Defesa poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respetiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional.

O pagamento dos honorários aos autores (150 € por artigo) será efetuado por transferência bancária até 30 dias após a edição da revista. Cada autor receberá três exemplares da revista na morada indicada.

Os casos não especificados nestas Normas de Colaboração deverão ser apresentados ao Coordenador Editorial da Nação e Defesa.

## PUBLICATION NORMS

The submitted article will have to be sent by email to [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

The text should obey to certain requirements:

- It should have between 30.000 and 50.000 characters (spaces included), and must be presented as a Microsoft Word document.
- The author should provide an abstract of the article (until 1000 characters).
- Written according to the Harvard reference system available at <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

The article should not contain any reference to its author. The sole means of identifying the author is a duly filled ID form (<http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>), so its submission is compulsory.

The magazine's Editorial Board, on an anonymous basis, will appraise the text. The article's approval by the Editorial Board implies the possession of exclusive publishing rights by *Nação e Defesa*. The publication of non-exclusive articles by this magazine depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights.

The author shall hold full responsibility for the content of the published article. The *Instituto da Defesa Nacional* is responsible for the article's typographical revision.

The author's honorarium for each published article (150 €) will be paid by bank transfer up to 30 days after the article's publication. Three issues of the magazine will be sent to the address indicated in the ID form.

All cases not envisioned in these Norms should be presented to the Editorial Coordinator of *Nação e Defesa*.



# NAÇÃO E DEFESA

Revista quadrimestral

Nome/Name \_\_\_\_\_

Morada/Address \_\_\_\_\_

Localidade/City \_\_\_\_\_

Cód. Postal/Zip \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ NIF \_\_\_\_\_

Country \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Tel./Phone \_\_\_\_\_

Renovação/Renewal – Assin. nº/Subscrip. nr. \_\_\_\_\_

Nova assinatura/New subscription

Assinatura/Signature \_\_\_\_\_

Data/Date \_\_\_\_\_

## Assinatura Anual/Annual Subscription (3 nºs /issues)

Instituições/Institutions 40,00 €

Individuais/Individuals 25,00 €

Estudantes/Students 20,00 € (anexar comprovativo deste ano)

**Números Anteriores/Previous Issues – 8,50 € cada/each + portes/**  
**/postage charges**

## Pré-Pagamento/Prepayment

**Numerário**

**Cheque** nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_ à ordem do IDN

**Transferência Bancária** NIB 0781 0112 0000 000 7777 20  
(anexar comprovativo da Transferência)

**Bank Transfer** (compulsory for foreign subscriptions)

IBAN – PT50 0781.0112 0000 000 7777 20

BIC (SWIFT) – IGCPTPL

**INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL**  
Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa  
PORTUGAL

www.idn.gov.pt  
idn.publicacoes@defesa.pt  
tel. + 351 21 392 46 00 Fax + 351 21 392 46 58

## EXTRA DOSSIÊ

ANTÔNIO BARRETO UMA REFLEXÃO SOBRE A REFORMA DO ESTADO RUBEN EIRAS SEGURANÇA ENERGÉTICA NA CPLP: UM IMPERATIVO ESTRATÉGICO GRAÇA ERMIDA E JOSÉ PEDRO TEIXEIRA FERNANDES A RELEVÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA TURQUIA PARA A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA: O CASO DO GÁS NATURAL MARISA FERNANDES *EL CONOCIMIENTO GEOPOLÍTICO* DE JOSÉ MARINI E A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA REVISITADA: O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA, O SEU OBJETO E MÉTODO DE ESTUDO

